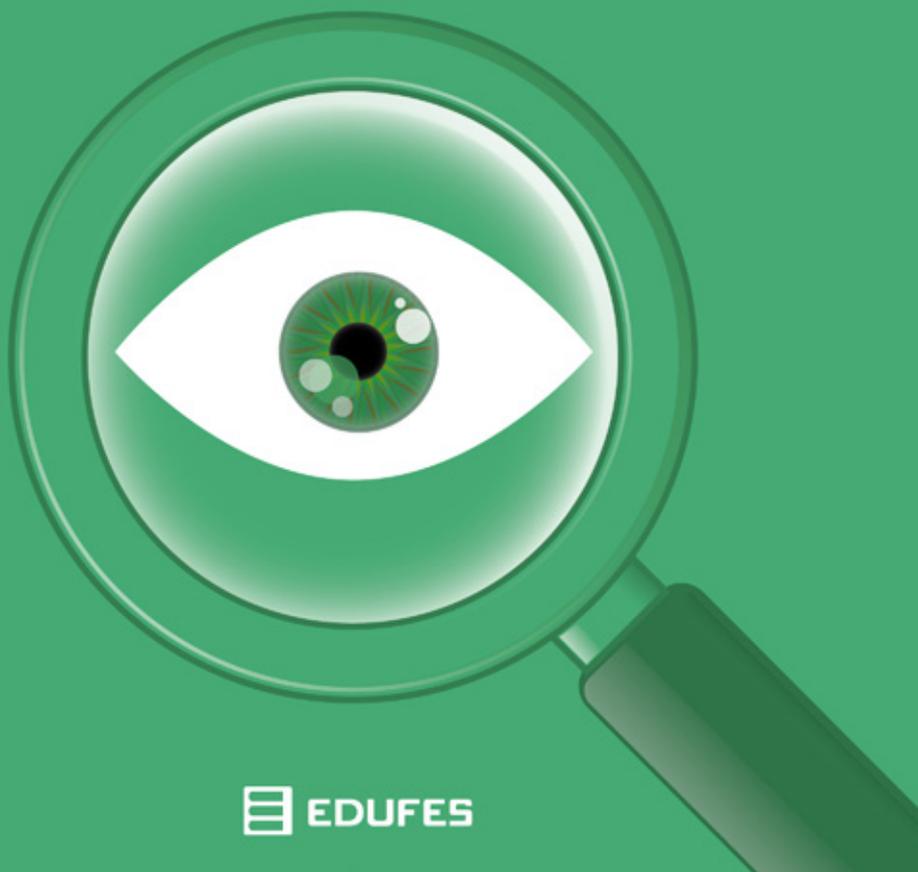


ELOISIO MOULIN DE SOUZA  
(organizador)



# Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional

uma abordagem teórico-conceitual



 EDUFES



**Metodologias e  
analíticas qualitativas  
em pesquisa organizacional**  
uma abordagem teórico-conceitual

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)  
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus de Goiabeiras  
CEP 29075-910 - Vitória - Espírito Santo - Brasil  
Tel.: +55 (27) 4009-7852 - E-mail: edufes@ufes.br  
Homepage: <http://www.edufes.ufes.br>

**Reitor** | Reinaldo Centoducatte  
**Vice-Reitora** | Ethel Leonor Noia Maciel  
**Superintendente de Cultura e Comunicação** | Ruth de Cássia dos Reis  
**Secretário de Cultura** | Rogério Borges de Oliveira  
**Coordenador da Edufes** | Washington Romão dos Santos

### Conselho Editorial

Agda Felipe Silva Gonçalves, Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Gilvan Ventura da Silva, Glícia Vieira dos Santos, José Arminio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Maria Helena Costa Amorim, Rogério Borges de Oliveira, Ruth de Cássia dos Reis, Sandra Soares Della Fonte

**Secretário do Conselho Editorial** | Douglas Salomão

### Comitê Científico de Administração

Alexandre de Pádua Carrieri, Cleverson Renan da Cunha, Edmundo Inácio Júnior, Eduardo Davel, Flávia Luciane Consoni, José Luiz Pereira Brittes, Muriel de Oliveira Gavira

**Revisão de Texto** | Jussara da Silva Rodrigues

**Projeto Gráfico** | Ana Elisa Poubel

**Diagramação e Capa** | Willi Piske Jr.

**Revisão Final** | O organizador

---

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M593      Metodologias e análíticas qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico] : uma abordagem teórico-conceitual / Eloisio Moulin de Souza (org.). - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2014.  
296 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN : 978-85-7772-250-1

Modo de acesso: <[http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort\\_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0](http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0)>

1. Administração. 2. Pesquisa - Metodologia. 3. Pesquisa organizacional.  
4. Cartografia. 5. Representações sociais. I. Souza, Eloisio Moulin de, 1968-.

---

CDU: 001.8

---

ELOISIO MOULIN DE SOUZA  
(organizador)

**Metodologias e  
analíticas qualitativas  
em pesquisa organizacional**  
uma abordagem teórico-conceitual



**EDUFES**

VITÓRIA, 2014



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>A ANÁLISE DO DISCURSO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS .....</b>	<b>13</b>
Mariana Mayumi Pereira de Souza Alexandre de Pádua Carrieri	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA EM HISTÓRIA DE VIDA .....</b>	<b>41</b>
Vanessa Andrade de Barros Fernanda Tarabal Lopes	
<b>MÉTODO ETNOGRÁFICO: DA ETNOGRAFIA CLÁSSICA ÀS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS .....</b>	<b>65</b>
Neusa Rolita Cavedon	
<b>CIÊNCIA E POLÍTICA NA OBRA DE PIERRE BOURDIEU .....</b>	<b>93</b>
Maria Ceci Misoczky	
<b>AS DIMENSÕES TEÓRICA E METODOLÓGICA DO GRUPO FOCAL NO CONTEXTO DA PESQUISA QUALITATIVA .....</b>	<b>125</b>
Annor da Silva Júnior Priscilla de Oliveira Martins da Silva José Marcos Carvalho de Mesquita	
<b>PESQUISAS SOBRE SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: COMPLEXIDADE E DESAFIOS DE UM ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL .....</b>	<b>157</b>
Márcia Prezotti Palassi Ana Paula Paes de Paula	
<b>A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS .....</b>	<b>183</b>
Alfredo Rodrigues Leite da Silva Alexandre de Pádua Carrieri	

<b>CARTOGRAFIA E GENEALOGIA: MOVIMENTOS, PROCESSOS E DEVIRES .....</b>	<b>215</b>
Eloisio Moulin de Souza Susane Petinelli Souza	
<b>A ANÁLISE DE CONTEÚDO E A PESQUISA EMPÍRICA QUALITATIVA .....</b>	<b>241</b>
Antonia Colbari	
<b>ERGOLOGIA: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA O TRABALHO HUMANO .....</b>	<b>275</b>
Mônica de Fatima Bianco	





## APRESENTAÇÃO

Há uma carência nos estudos organizacionais brasileiros de livros que abordem exclusivamente metodologias qualitativas como meio de pesquisa. Além desse fato, faz-se necessário trazer à tona formas qualitativas que estejam mais atentas com as demandas contemporâneas de pesquisa. É exatamente para cobrir essas lacunas que este livro foi organizado. Com ele, objetiva-se abordar metodologias e analíticas de pesquisa que sejam mais contemporâneas e estejam interligadas com as necessidades que o mundo organizacional impõe a pesquisadores e alunos no desenvolvimento de suas pesquisas, teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de graduação.

Dentre as dez abordagens apresentadas por esta obra, duas não se consideram métodos, mas sim analíticas de pesquisa: a ergologia e a cartografia. Contudo, isso não impede a existência de algumas características em comum entre as diversas abordagens apresentadas neste livro: o rompimento com o conceito de uma ciência neutra e a crítica ao positivismo científico herdado das ciências naturais.

O livro começa discutindo aspectos relacionados à análise do discurso e segue apresentando os temas nesta ordem: história de vida, etnografia, Bourdieu, grupo focal, pesquisas sobre subjetividade em Rey, teoria das representações sociais, cartografia, análise de conteúdo e, finalmente, ergologia. Apesar das características comuns, já descritas, e da existência de alguns procedimentos semelhantes entre elas no processo de construção da pesquisa, as abordagens analíticas e metodológicas têm bases epistemológicas específicas e pontuais que devem ser levadas em consideração pelo pesquisador. Dessa forma, cada um desses métodos e analíticas se fundamenta em uma base epistemológica que se constitui como uma fronteira entre eles e que, por isso, é redefinida a cada capítulo.

Por fim, vale ressaltar que este estudo não se dedica apenas a alunos e pesquisadores dos cursos de administração. A própria diversidade de formação existente entre os autores dos capítulos deste livro revela que ele se estende para além das fronteiras organizacionais. Desejamos que o leitor possa encontrar aqui um melhor entendimento das abordagens apresentadas e que isso se possa refletir na qualidade de seu trabalho.

*Eloisio Moulin de Souza*



# A ANÁLISE DO DISCURSO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Mariana Mayumi Pereira de Souza<sup>1</sup>

Alexandre de Pádua Carrieri<sup>2</sup>

**A** Análise do Discurso (AD) tem recebido crescente atenção em estudos organizacionais empíricos, tanto internacionalmente quanto no Brasil. O aumento do número de pesquisas que incorporam a AD como perspectiva ontológica, epistemológica ou metodológica vem acompanhado por uma série de transformações no campo das ciências humanas, sociais e, mais especificamente, ciências sociais aplicadas, como no caso dos estudos em organizações (GODOI; BALSINI, 2006).

Primeiramente, evidencia-se a proliferação da visão qualitativa nas ciências sociais a partir da década de 1960, defendendo abordagens interpretativas da realidade e contrapondo-se à predominância de pesquisas positivistas e quantitativas. Tal movimento reverberou no campo dos estudos organizacionais brasileiros. De acordo com Vergara e Caldas (2005), os estudos organizacionais interpretativistas no Brasil estão presentes em trabalhos de diversos pesquisadores que, apesar de irem contra a grande maioria de estudos funcionalistas, conseguiram manter um fluxo razoável de pesquisas a partir da década de 1980. As vertentes teórico-metodológicas são diversas, como fenomenologia, interacionismo simbólico e etno-metodologia na perspectiva antropológica.

Aliada ao movimento favorável às abordagens qualitativas, a Análise do Discurso surge a partir de transformações geradas na filosofia da linguagem que ficaram conhecidas como a *virada linguística*. Nos últimos 30 anos, o campo das ciências humanas e sociais tem passado por reformulações em relação ao papel da linguagem na realidade social. De mero elemento reflexivo do real, a linguagem passou a ser entendida como seu elemento constitutivo. Tais ideias floresceram a partir de trabalhos de filósofos, como Wittgenstein e Winch, espalhando-se entre as várias disciplinas e levando a dilemas sobre representação e legitimação. O foco deslocou-se da questão sobre como os elementos sociais funcionam para o que eles significam (BRANDÃO, 2004).

---

1 Doutoranda em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Professor titular do Departamento de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nesse sentido, a Análise do Discurso tem sido considerada uma fonte robusta de elementos metodológicos para respaldar análises qualitativas que busquem evidenciar processos de construção de sentido em dados contextos sociais e organizacionais. O uso da AD direciona o pesquisador para um viés interpretativo e construtivista, pois se parte do pressuposto de que o mundo social é historicamente construído a partir de práticas discursivas que conferem significado simbólico aos elementos das interações humanas. Essas práticas são respaldadas por relações de poder e reprodutoras delas.

## **1. Aspecto histórico geral**

Conforme já colocado, a Análise do Discurso surgiu em meados do século XX, a partir de um movimento que buscou romper com a linguística tradicional. Eagleton (2006) afirma que os estudos linguísticos do início do século passado podem ser considerados pré-estruturalistas. Sustentava-se o entendimento da linguagem como um elemento pertencente a cada indivíduo, como se cada um fosse dono da sua própria linguagem; uma espécie de instrumento usado por indivíduos essencialmente isolados para trocar experiências pré-linguísticas. Os significados pertenceriam aos indivíduos e deveriam ser trocados. O que predominaria na interpretação dos significados seriam as intenções do sujeito enunciador.

O estudo da língua focava, basicamente, a literatura, que era entendida como um sistema fechado, a-histórico, isolado das externalidades sociais, e referenciava apenas a si mesma, apontando para um universo livre e utópico. Nesse sentido, tal visão desumanizava o sujeito autor da obra literária, alocando-a e classificando-a em um sistema literário coletivo, o que reflete uma postura estruturalista, pois reduz um fenômeno individual (texto) a mero exemplo das leis gerais que regeriam o funcionamento das estruturas literárias.

Quando se recorre ao estruturalismo, busca-se o formalismo das estruturas para compreender os elementos textuais, partindo das relações funcionais que eles estabelecem com os demais elementos do texto. Trata-se de uma interpretação fechada em relação aos sentidos intrínsecos presentes no conteúdo das palavras, que se encontram esvaziadas de sentido próprio, adquirindo apenas sentido relacional quando analisadas estruturalmente.

A linguística estrutural moderna floresceu na década de 1960, inspirada nos métodos de Ferdinand de Saussure, considerado seu fundador. Para Saussure, a linguagem deveria ser compreendida como um sistema

de signos a ser estudado sincronicamente, e não incorporando diacronicamente a dimensão histórico-temporal. Todo signo é composto por um significante (um som, uma imagem ou equivalente gráfico) e por um significado (o conceito), cuja inter-relação é arbitrária e determinada por convenção cultural. No sistema linguístico, os signos somente ganham sentido na medida em que diferem de outros: “O significado não é misteriosamente imanente ao signo, mas sim funcional, resultado de sua diferença para com outros signos” (EAGLETON, 2006, p. 146). Baseado nisso, Saussure se dedica a estudar não a fala real (*parole*), mas sim a estrutura objetiva dos signos que tornavam possível a fala (*langue*).

Pesquisas contemporâneas sobre a linguagem partem dessa célebre dicotomia proposta por Saussure, e os conceitos de *langue* e de *parole* são, respectivamente, o ponto de partida para o estudo da língua vista como objeto abstrato e ideal, que constitui um sistema sincrônico e homogêneo, e instrumento para rejeitar a exclusão da fala do campo dos estudos linguísticos (BRANDÃO, 2004). Partindo-se dessa segunda vertente, é possível afirmar que a linguística rompe com o estruturalismo quando seu foco se desloca da linguagem para o discurso. Com isso:

A linguagem é a fala ou escrita vistas “objetivamente”, como uma cadeia de signos sem um sujeito. O “discurso” significa a linguagem vista como uma manifestação, envolvendo sujeitos que falam e escrevem e, portanto, também e pelo menos potencialmente, leitores ou ouvintes (EAGLETON, 2006, p. 173).

Mikhail Bakhtin é reconhecido como um dos mais importantes críticos da linguística saussuriana ao desviar o foco dos sistemas abstratos da *langue* para a manifestação concreta dos indivíduos em determinados contextos sociais. A linguagem só deveria ser compreendida em termos de sua orientação inevitável para outro indivíduo. Para Bakhtin (1992), o signo não era uma unidade de significado fixo, mas sim um símbolo cujo significado é modificado e transformado pelos variados tons, avaliações e conotações em um dado contexto social. A comunidade linguística, na verdade, seria uma sociedade heterogênea, repleta de interesses e ideologias conflitantes. Nesse sentido, o signo não é um elemento neutro de uma estrutura qualquer, mas sim foco de luta e contradição:

A linguagem não devia ser vista como uma “expressão”, “reflexo” ou sistema abstrato, mas sim como um meio material de produção, pelo qual o corpo material do signo era transformado por um processo de conflito social e de diálogo, desta forma adquirindo significado (EAGLETON, 2006, p. 177).

Para Bakhtin (1992), o contexto da enunciação é um componente básico para a compreensão dos significados de qualquer evento comunicativo. O signo linguístico não é um sinal inerte e detentor de sentido abstrato, mas é um signo dialético, vivo e dinâmico, que adquire sentido a partir da interação comunicativa. Nessa interação, o interlocutor participa ativamente da construção de sentido ao decodificar e interpretar os signos enunciados. Segundo Brandão, entender a linguagem como interação social é atribuir-lhe papel fundamental na constituição dos significados da realidade social, pois tal concepção permite o distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. “E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação snica, que reside o ideológico” (BRANDÃO, 2004, p. 9).

A linguagem, nesse sentido, ao representar a realidade social, reproduz determinadas formas de significação desta, bem como determinadas vozes e pontos de vista que predominaram ao longo do tempo. Ainda, a linguagem refrata a realidade, sendo uma arena de luta entre diferentes vozes.

Situando os estudos da linguagem para além dos polos dicotmicos de Saussure, a compreensão do fenômeno linguístico não se centra mais na língua como sistema de signos ideologicamente neutros e instrumentais para comunicar e formular pensamentos. Passa-se a explorar a ligao entre elementos linguísticos e extralinguísticos, e o ponto de articulao entre esses dois níveis é o discurso. Assim, o discurso é a linguagem como manifestao da ideologia, prática social que medeia o homem e sua realidade. Esse é o foco da Análise do Discurso, nova tendência linguística que surgiu na década de 1960.

## **2. Aspectos epistemológicos**

A Análise do Discurso na França é, sobretudo, desde meados da década de 60, assunto de linguistas, de historiadores e de alguns psicólogos. Mainueneau (2000) reforça que a superao da exclusividade reivindicada pelos linguistas permite a reflexão no campo das ciências sociais sobre a ampliao de base teórica e metodológica da Análise do Discurso para os estudos organizacionais, incorporando os aspectos cognitivos, culturais e sociais da linguagem.

Conforme já mencionado, a Análise do Discurso emerge durante a virada linguística, a partir da qual o estruturalismo passa a ter suas bases questionadas, e instaura-se uma nova forma de conceber a linguagem como constituinte do mundo social (BERGER; LUCKMANN, 1998). Nesse sentido, todas as correntes de Análise do Discurso estão, de certa forma, interessadas em compreender como a realidade social é construída pela fala ou por textos. Graças à sua consolidação como disciplina do campo da linguística, a Análise do Discurso, hoje, como método de pesquisa empírica, oferece um corpo teórico e metodológico robusto, que direciona procedimentos de identificação, coleta e análise dos dados.

Phillips e Di Domenico (2009) diferenciam a Análise do Discurso de outras metodologias qualitativas, pois ela não concebe o mundo social como ele é, mas, sim, procura compreender qual seu significado para os sujeitos pesquisados, como é feito na etnografia ou na análise de narrativas. Ao utilizar a AD, o pesquisador busca explorar as formas pelas quais as ideias e os objetos que compõem o mundo social foram construídos por práticas discursivas. O foco da análise recai sobre como a linguagem constrói os fenômenos sociais, e não como ela os revela.

A Análise do Discurso toma os textos como objeto. Os discursos se tornam concretos e manifestos por meio de uma variedade de textos, que são, portanto, seus elementos constitutivos e também seu material de manifestação e podem ser analisados em vários formatos, como escritos, falas, imagens, símbolos, artefatos, etc. A análise vai além dos significados de seu conteúdo, expandindo-se para suas inter-relações com outros textos e com outros discursos e para a forma como estes são disseminados, produzidos, recepcionados e consumidos.

Phillips e Hardy (2002) classificam as diversas abordagens da Análise do Discurso em duas dimensões. Primeiramente, elas diferem em relação ao nível analítico, podendo ser a análise mais voltada para o nível textual ou para o contextual. Alguns estudos focam na microanálise de textos específicos, ao passo que outros conduzem análises mais amplas dos elementos discursivos em um dado contexto. Ressalta-se que, como se trata de um *continuum*, há ainda uma série de estudos que combinam de diferentes formas esses níveis analíticos.

Em segundo lugar, a diferenciação das análises pode dar-se pela importância conferida às relações de poder. Nesse sentido, estudos que fazem uso da Análise do Discurso adotam uma abordagem crítica, evidenciando estruturas de poder e ideologias, ou uma abordagem descritiva, demonstrando a forma como uma realidade social específica foi dis-

cursivamente construída.

A partir do cruzamento dessas duas dimensões, Phillips e Hardy (2002) propõem a divisão das abordagens de AD em quatro grandes categorias: a) análise sociolinguística, que foca o nível textual numa abordagem interpretativa; b) estruturalismo interpretativo, que analisa conjuntos mais amplos de textos, abordando-os de forma interpretativa; c) análise crítica do discurso, que se mantém no nível mais amplo dos discursos, porém com ênfase nas relações de poder; e d) análise linguística crítica, que evidencia relações de poder em microanálise textual. Phillips e Di Domenico (2009) ressaltam o caráter weberiano dessas categorias enquanto tipos ideais. Na realidade, haveria abordagens híbridas que mesclam elementos característicos de duas ou mais categorias.

Partindo também da dicotomia entre estudos interpretativos e estudos críticos, Heracleous (2006) propõe outra classificação das abordagens da AD. Seriam quatro categorias – interpretativa, funcional, crítica e estruturacional, sendo as três primeiras dominantes e a última mais recente.

A Análise do Discurso, segundo a perspectiva interpretativa, para além da mera representação da realidade, reconheceria a função construtivista do discurso na vida social. Pesquisadores nessa linha enfatizam a construção social dos significados e o papel central da linguagem como intermediação simbólica dessa construção. Nesse esteio, estudos organizacionais têm demonstrado como a linguagem é usada em processos simbólicos que desenvolvem e sustentam sentidos compartilhados e identidades comuns entre sujeitos inseridos em organizações. Para atingir tais objetivos, os pesquisadores normalmente focam em conjuntos mais amplos de textos e no impacto destes na interpretação e na ação dos sujeitos.

Já a categoria funcional da Análise do Discurso utiliza-se de ideias da abordagem interpretativa e de outras disciplinas, tais como desenvolvimento e mudança organizacional, para compreender como a linguagem pode ser aplicada para facilitar o gerenciamento de processos organizacionais. Nesse sentido, o foco recai sobre o modo como gestores, consultores, facilitadores e outros agentes podem empregar a linguagem para atingir determinados fins. A ênfase está no uso instrumental da comunicação baseada na linguagem, que é vista menos como meio de construção social do que como ferramenta comunicativa à disposição de certos indivíduos.

A Análise do Discurso de abordagem crítica compartilha da visão interpretativa em relação à preocupação com a construção social da realidade a partir dos discursos. Contudo, ela enfatiza que tal construção não é neutra. O universo simbólico mediado pela linguagem não é apenas

um mecanismo de comunicação e de construção de sentidos, mas opera essencialmente na legitimação de certas representações e visões acerca da realidade. A linguagem é um mecanismo de confrontação de poder, em que o mais poderoso pode impor suas definições sobre o real. A análise crítica busca, pois, desmistificar tais relações de poder, desnaturalizando sentidos historicamente construídos.

A abordagem estruturacional é apontada como uma perspectiva que emergiu recentemente da necessidade de se balancear melhor a análise entre os níveis das estruturas discursivas e da ação dos sujeitos. Heracleous (2006) aponta que essa abordagem está relacionada diretamente à teoria da estruturação de Giddens. No nível da ação comunicativa, o discurso é visto como funcional e intencional, representando o mundo e também agindo sobre ele. Já no nível das estruturas, estas são vistas como padrões e processos estáveis, que guiam implicitamente as ações e eventos observáveis e superficiais. Dessa maneira, pesquisadores na linha estruturacional estariam buscando desenvolver uma Análise do Discurso que conciliasse melhor o dualismo entre estrutura e ação por meio de esquemas metateóricos.

Tendo em vista os diversos caminhos pelos quais um estudo em Análise do Discurso pode enveredar-se, é importante avaliar primeiramente quais são as premissas básicas da pesquisa e qual será consequentemente a postura diante da coleta e análise dos dados. Entende-se que a AD, como perspectiva multidisciplinar, apresenta possibilidades variadas de aplicação. A partir de alguns conceitos básicos, é possível aplicá-la em diferentes níveis de profundidade, desde um mero ferramental de respaldo metodológico até um referencial teórico que orienta ontologicamente a pesquisa. No item a seguir, discutem-se alguns conceitos básicos da AD, para, em seguida, examinarem-se suas variadas formas de uso.

### **3. Conceitos básicos da AD**

Segundo Maingueneau (2000, p. 13), a Análise do Discurso é a “disciplina que, em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu ‘contexto’, visa a articular sua enunciação sobre um certo lugar social”. De acordo com essa perspectiva, entende-se que o discurso deve ser analisado de forma socialmente contextualizada, pois um indivíduo jamais constitui um discurso sozinho, mas, sim, em constante interação com outros discursos. Dessa forma, uma questão cara à AD é a relação sujeito (enunciador) e estrutura (formação discursiva) (FARIA, 2001; FIORIN, 2003). É importante estabelecer os es-

paços de atuação do indivíduo assim como os limites delineados pelas estruturas sociolinguísticas.

Segundo Fairclough (2003), em se tratando de significação e comunicação, a linguagem seria um elemento presente em todos os níveis de interação social, como estrutura, prática e evento. Como estrutura, entende-se a língua, que define as regras gramaticais e certas possibilidades de combinar elementos linguísticos. Como prática social, apontam-se as ordens de discurso, que seriam redes de práticas sociais em seus aspectos linguísticos. Já como eventos sociais, consideram-se os textos ou atos de fala. Ressalta-se que, à medida que se desloca do nível mais abstrato para o mais concreto, a linguagem passa a ser cada vez mais influenciada por outras condições sociais, e não apenas pelas restrições linguísticas.

De forma análoga, no nível textual, Fairclough (2003) também distingue três funções dos textos, a partir de suas relações com o evento social em questão, com o mundo material e social mais amplo e com os indivíduos envolvidos no evento. Nesse sentido, o texto pode ser uma ação, pois estabelece uma relação social. Pode ser também uma forma de representação, pois apresenta em seu conteúdo maneiras de ver o mundo. Por fim, pode ser uma forma de identificação, ao implicar compromissos, julgamentos e posicionamentos do enunciador. Essas três funções podem ser observadas simultaneamente no mesmo texto ou em partes diferentes dele.

A teoria de Bakhtin (1992) é uma das mais influentes na questão da relação discursiva sujeito-estrutura (BRANHAM, 2005). O autor propõe a Análise do Discurso em um sentido dialógico, já que não existe enunciado isolado. Este sempre seria construído a partir da voz dos outros: dos interlocutores do passado, cuja influência se reflete na constituição do gênero discursivo atual, e também dos interlocutores presentes, que influenciam antecipadamente os argumentos persuasivos do discurso dirigido a eles.

Em virtude da natureza dialógica do discurso, haveria sempre um auditório social em jogo, pois todo enunciado é elaborado em função do ouvinte. Em outras palavras, o discurso é prática social e o falante sempre leva em conta o destinatário. Dependendo das informações disponíveis sobre esse último, o locutor elaborará o gênero de seu discurso conforme suas pretensões, selecionando palavras, definindo oposições e estabelecendo confrontos de poder, entre outras estratégias. Nesse sentido, torna-se impossível a compreensão de um discurso em um contexto isolado, pois a partir do momento em que o receptor apreende o discurso, ele o utiliza em um contexto próprio e o assimila a seus conhecimentos semânticos prévios (SOUZA E MELLO, 2008).

Para Branham (2005), é interessante iniciar o entendimento de Bakhtin a partir das suas ideias acerca da teoria e da prática dos gêneros. Segundo o autor, tamanha é a importância desse conceito que os problemas das funções assumidas por textos e por gêneros textuais deveriam ser objetos definidores não apenas nos estudos literários, mas nas ciências humanas de forma geral. A concepção de gênero como a forma de ver e interpretar o mundo, pleno de possibilidades semânticas adquiridas com o passar do tempo, é a teoria mais influente de Bakhtin, para quem os gêneros acumulariam, ao longo dos séculos, formas de ver e de interpretar aspectos particulares do mundo.

De acordo com Bakhtin (1992), a utilização da língua ocorre por meio dos integrantes de esferas da atividade humana, que emitem enunciados orais ou escritos. O conteúdo temático, o estilo verbal e, notadamente, a construção composicional desses enunciados refletem as condições e finalidades específicas de cada esfera. Todo enunciado isolado é individual, pois é criação de um sujeito específico, mas cada esfera de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de enunciados, construindo, assim, padrões de práticas discursivas que conformariam possíveis identidades coletivas. Esses tipos estáveis são os chamados “gêneros discursivos”.

Dessa maneira, Bakhtin (1992) reconhece, de um lado, a individualidade de quem fala ou escreve, pois todo enunciado é único e concreto. Todavia, de outro lado, alguns gêneros do discurso seriam mais restritos em relação à expressão da subjetividade na língua, pois exigem formas mais padronizadas de enunciado. Portanto, em diferentes níveis de restrição, os gêneros limitam a criação livre do indivíduo que, ao formular seus enunciados, restringe a expressão da identidade individual, criando esferas para ações (e identidades) coletivas.

A partir dessa perspectiva, o discurso torna-se elemento constituinte da realidade social como um todo, sendo estruturante e, ao mesmo tempo, construído constantemente de forma dialógica. Spink e Medrado (1999), entendendo a linguagem como prática social, propõem trabalhar a interface entre aspectos performáticos da linguagem e as condições de produção: contexto social, interacional e histórico. Nesse sentido, os autores fazem a contraposição entre dois grupos de conceitos. A linguagem social ou gêneros discursivos focalizam as regularidades e regras linguísticas, o habitual gerado pelos processos de institucionalização. Já as práticas discursivas remetem “aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, correspondem aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como

a diversidade” (SPINK; MEDRADO, 1999, p. 45).

Reside, nas práticas discursivas, ou nos atos de fala, a natureza dialógica da construção discursiva, de acordo com a teoria bakhtiniana. Isso porque tais práticas são constituídas por enunciados cujos sentidos são construídos socialmente, em constante diálogo com duas ou mais vozes. As vozes compreendem diálogos, negociações, discursos existentes previamente ao enunciado e com os quais ele se constrói. Os atos de fala podem ser compreendidos em sentido amplo. Nos dias atuais, os enunciados produzidos pelo rádio, televisão e *sites* da internet podem também ser considerados como tais. Entretanto, o caráter polissêmico da linguagem não impede a tendência à hegemonia de determinados sentidos e discursos nem, entre as práticas discursivas, as diferenças no poder de realização de mudanças (SPINK; MEDRADO, 1999).

A proposta teórico-metodológica apresentada por Spink e Medrado (1999) e baseada em Bakhtin (1992) a respeito da constituição do discurso e das práticas discursivas remete também a variados conceitos da AD que abarcam a tensão indivíduo-estrutura, todos relevantes para direcionar a análise de textos de acordo com os preceitos dessa disciplina. Fiorin (2003), por exemplo, apresenta as definições de semântica e sintaxe discursiva: a primeira representa o espaço das determinações inconscientes, relacionadas a uma formação social, e a segunda é o campo da manipulação consciente, no qual o enunciador elabora estratégias argumentativas.

Conceitos similares aos anteriores referem-se à noção de inter e intradiscurso. Como nenhum discurso se constitui sozinho, mas em interação com outros, pode-se dizer que existem duas dimensões que se articulam e que devem ser levadas em conta ao se analisar determinado discurso: a dimensão intradiscursiva e a dimensão interdiscursiva (FARIA, 2001). O nível intradiscursivo diz respeito aos sentidos presentes no texto, no qual o falante organiza sua própria maneira de veicular o discurso. Nessa dimensão, o enunciador remete a duas concepções diferentes: aquela que ele defende e aquela em oposição à qual seu discurso se constrói. E o estabelecimento de tais relações, de apoio ou oposição, dá-se no nível interdiscursivo, ou seja, as contradições se caracterizam por oposição a outros discursos com diferentes visões de mundo (FARIA, 2001).

Para Maingueneau (2000), um conceito pivô da relação entre a língua e o mundo é a enunciação. A enunciação é o ato de linguagem em si; é um acontecimento único, definido no tempo e no espaço, por meio do qual o enunciado aparece, ou seja, o enunciado é o produto do processo de enunciação. Ele é definido pelo autor como “uma sequência verbal do-

tada de sentido e sintaticamente completa” (MAINGUENEAU, 2000, p. 54). Maingueneau (2000) ressalta, entretanto, que os gêneros discursivos limitam de formas múltiplas a enunciação e moldam os enunciados. Desse modo, a atuação do indivíduo na estrutura sociolinguística é limitada e, ao mesmo tempo, ocasionada pelos gêneros discursivos.

Na análise do processo de enunciação, Pêcheux (1990) baseia-se no esquema informacional de Jakobson para demonstrar a vantagem de se pôr em cena os protagonistas do discurso (destinador e destinatário) bem como o contexto da enunciação, tendo em vista que esses seriam os fatores constitutivos de qualquer processo linguístico. A partir disso, torna-se possível enunciar os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso. Para Pêcheux (1990), o lugar do destinador (A) e o lugar do destinatário (B) seriam determinados pela estrutura da formação social. Eles são descritos pela sociologia com uma série de traços objetivos característicos. Exemplos desses lugares seriam a situação de diretor ou chefe de uma empresa, de funcionário ou de operário de uma fábrica. Cada uma dessas situações seria marcada por propriedades diferenciais determináveis.

Todavia, os lugares de A e B, ao serem representados nos processos discursivos, transformam-se e, muitas vezes, não preservam suas características objetivas. De acordo com Pêcheux (1990, p. 82 e 83, grifos do autor):

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). [...] O que podemos dizer é apenas que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias [...].

Nesse sentido, os processos discursivos supõem, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor. O enunciador, ao elaborar sua fala, baseia-se em imagens preconcebidas sobre, por exemplo, quem o receptor pensa que o enunciador é, quem o enunciador pensa que o receptor é e qual a imagem do receptor sobre o conteúdo e o contexto da informação. Dessa forma, mesmo inconscientemente, o enunciador projeta tais imagens em seu discurso. A partir dessa antecipação imaginária,

ele constrói as estratégias de seu discurso e configura as imagens discursivas. Pêcheux (1990) ainda diferencia a forma de antecipação de acordo com a distância que um protagonista supõe estar do outro. Assim, as antecipações em discursos que visam à persuasão do ouvinte (maior distância) diferenciam-se daquelas em discursos de identificação entre orador e ouvinte (menor distância). Caberia ao analista do discurso, portanto, desvendar as imagens discursivas implícitas e seus sentidos subjacentes.

Na análise dos enunciados, são considerados importantes não apenas os vocábulos empregados, mas também as ideias que os permeiam. De acordo com Fiorin (2003), é necessário observar como a ideia de um elemento semântico concretiza-se, ou seja, quais são os conjuntos de sentidos, ou percursos semânticos, presentes no discurso em questão. O percurso semântico caracteriza-se pelo encadeamento de figuras correlatas a um tema ou de subtemas que se resumem em um tema mais geral. Em textos não figurativos, a ideologia manifesta-se com maior clareza; já em textos figurativos, essa manifestação ocorre na relação temas-figuras (FARIA, 2001; FIORIN, 2003).

Faria e Linhares (1993) utilizaram, de forma introdutória, o conceito de estratégias discursivas com o intuito de identificar as tentativas do enunciador de persuadir o enunciatário. Tais estratégias estão presentes, explícita ou implicitamente, em todo discurso e articulam-se entre os níveis intra e interdiscursivos. Elas podem ser selecionadas conscientemente, de forma calculada, para determinados enunciatários, ou empregadas de forma natural ou mesmo automática. Faria e Linhares (1993) destacam quatro principais estratégias que se manifestam no nível do enunciado: a criação de personagens, a relação entre temas explícitos e implícitos, o silenciamento e a seleção lexical. Cabe ressaltar, ademais, que no plano da enunciação também podem ser empregadas outras estratégias que visam à persuasão, como a forma de apresentação gráfica do discurso e o meio de veiculação.

Primeiramente, a criação de personagens discursivas pode revelar a inclinação ideológica do enunciador, pois elas não são criadas casualmente. Assim, o enunciador pode opor-se a ideias ou defendê-las por meio de uma personagem, transferir a responsabilidade para ela ou, até mesmo, omitir sua existência. Da mesma forma, as relações entre os conteúdos explícitos e implícitos criam um efeito ideológico. O conteúdo implícito possibilita ao enunciador passar ao leitor de forma sutil e interativa uma ideia que por alguma razão não foi explicitada. O desvendamento dessas ideias implícitas pode revelar a formação ideológica do locutor (FARIA; LINHARES, 1993; MAINGUENEAU, 2000).

A estratégia do silenciamento acerca de certos temas e personagens também é uma forma comum de persuasão. O enunciador omite sentidos possíveis, mas indesejáveis e incoerentes com o ponto de vista sustentado. A partir da análise do que está omitido e do que está exposto, é possível entender melhor a ideologia presente no discurso em questão. Por fim, a quarta estratégia persuasiva, referente à escolha lexical, também se configura como elemento bastante revelador. Isso se dá porque a intenção argumentativa do enunciador se reflete nos vocábulos que ele utiliza para se expressar. Em diferentes situações, podem-se empregar termos fortes ou sutis, claros ou técnicos (FARIA; LINHARES, 1993).

As escolhas dos elementos discursivos são determinadas pela função que o discurso exerce em um campo de práticas não discursivas, o que compreende também o regime e os processos de apropriação do discurso. Na maioria das sociedades, a propriedade do discurso (direito de falar, de compreender, de enunciar e de investir-se em decisões e práticas) pertence a um grupo determinado de indivíduos. Portanto, a determinação das escolhas discursivas se caracteriza pelas posições possíveis do desejo em relação ao discurso. O próprio surgimento do discurso está relacionado ao desejo e aos processos de apropriação, conforme já apontado por Nietzsche (1997).

Entretanto, “todos esses grupamentos de enunciados que devemos descrever não são a expressão de uma visão do mundo que teria sido cunhada sob a forma de palavras, nem a tradução hipócrita de um interesse abrigado sob o pretexto de uma teoria” (FOUCAULT, 2007, p. 76). Diferentes posições em um dado momento não se somam para constituir um só discurso, mas são maneiras sistematicamente diferentes de tratar objetos de discurso, de dispor formas de enunciações, de manipular conceitos e de expressar identidades. São maneiras reguladas de utilizar possibilidades de discursos. Nesse sentido, não é possível relacionar a formação das escolhas discursivas nem a um projeto fundamental nem ao jogo secundário das opiniões. Para Foucault (2007), a ideologia está menos presente nas escolhas do conteúdo discursivo do que na própria prática discursiva, na apropriação dos discursos em prol de interesses ideológicos.

Formas particulares de representação (discursos) são acionadas por formas particulares de agir e de se relacionar (gêneros), que, por sua vez, são inculcadas por formas particulares de identidade (estilos). Ao se tratar especificamente de identidades, os estilos adquirem importância, pois são os aspectos discursivos das formas de ser, de se revelar enquanto enunciadador. Quem o indivíduo é está relacionado à forma como ele fala, escreve e aparenta ser. Os estilos são observados em vários aspectos linguísticos.

Primeiro, em termos fonológicos, destacam-se a pronúncia, a entonação, o estresse e o ritmo. Segundo, em termos das estratégias de persuasão, de vocabulário e metáforas, pode-se destacar o uso de advérbios de intensidade e de palavras de impacto. Os estilos, além disso, envolvem a inter-relação entre linguagem, linguagem corporal e maneiras de se apresentar, de se vestir ou de usar o cabelo, por exemplo (FAIRCLOUGH, 2003).

Por meio da análise textual, para Fairclough (2003), é possível compreender a identificação do indivíduo em termos de modalidade e avaliação. Esses dois elementos relacionam-se com aquilo a que o enunciador se compromete em seu texto, sobre o que é verdadeiro e necessário (modalidade) e sobre o que é desejável ou indesejável, bom ou ruim (avaliação). A modalidade seria o julgamento do enunciador sobre probabilidades e obrigações envolvidas naquilo que ele está falando, ou seja, o relacionamento entre o enunciador e suas representações.

É importante avaliar a modalidade de um texto para desvendar a identidade do enunciador, pois os elementos com que o indivíduo se compromete no discurso são partes significantes do que ele é. Sendo a identidade um atributo relacional, o que o indivíduo é baseia-se na forma como ele se relaciona com o mundo e com outras pessoas. Ademais, as escolhas de modalidade são limitadas pelas relações sociais. A avaliação, por seu turno, pode ser observada em afirmações avaliativas, imperativas e afetivas ou em referências do enunciador, explícitas ou implícitas, a um sistema de valores. De qualquer forma, todo tipo de avaliação demonstra o compromisso do enunciador com valores, o que sinaliza vínculos de identificação (FAIRCLOUGH, 2003).

Neste item, buscou-se demonstrar um panorama geral e diversificação dos conceitos da Análise do Discurso, que variam entre perspectivas micro e macroanalíticas e que podem ser empregados em abordagens com diferentes vieses, do interpretativo ao crítico. Apresentaram-se, dessa forma, as ideias centrais e básicas de autores que têm sido amplamente referenciados na aplicação da AD aos estudos organizacionais. No item a seguir, serão discutidas algumas formas de uso da AD, partindo-se de exemplos de estudos empíricos.

#### **4. Formas de uso da AD**

Conforme já exposto, a Análise do Discurso representa uma perspectiva multidisciplinar que tem sido trabalhada em diversos campos das ciências humanas e sociais. Nesse sentido, é possível apropriar-se

de diferentes formas da AD, aproximando-se mais de certos autores e comprometendo-se com suas premissas ontológicas em diferentes níveis de profundidade. Para ilustrar tais possibilidades, são apresentados aqui cinco exemplos de estudos diferentes que envolveram a AD em contextos organizacionais.

O primeiro foi realizado por Carrieri, Leite-da-Silva e Souza-Ricardo (2005) a respeito da temática ambiental em discursos empresariais. Concorda-se com Alves, Gomes e Souza (2006), que classificaram esse estudo como interpretativo, pois seu objetivo foi evidenciar o processo de configuração do discurso ambiental em empresas. Os autores partem, primeiramente, da contextualização do discurso ambiental em uma perspectiva mais ampla, realizando uma macroanálise da formação discursiva que sustenta tal temática. Em seguida, é realizada a microanálise discursiva, a partir de um *corpus* bem delimitado, composto por dados coletados por meio de entrevistas e documentos. São demonstradas as estratégias adotadas pela alta administração de uma empresa de telecomunicações para reproduzir a temática ambiental, almejando respaldo perante a sociedade. Ao mesmo tempo, são também evidenciados embates discursivos a partir de discursos fragmentados que se contrapõem ao que é representado de forma hegemônica pela alta administração.

Para realizar a análise dos dados coletados, Carrieri, Leite-da-Silva e Souza-Ricardo (2005) empregam a contradição como categoria de análise do nível interdiscursivo, e os percursos semânticos como categoria principal de descrição da visão de mundo veiculada intradiscursivamente. Para decompor o percurso semântico “verde”, referente ao tema geral do meio ambiente, os atores aplicaram as quatro estratégias de persuasão propostas por Faria e Linhares (1993): construção de personagens, seleção lexical, silenciamento, relação entre elementos explícitos e implícitos.

Ao longo da análise, orientados pelas categorias mencionadas, os autores evidenciam as formações ideológicas implícitas nos discursos. O fragmento abaixo ilustra o tipo de análise empreendida:

Ao desenvolver seus discursos, a alta administração manifestou temas supostamente interessantes para os empregados, para os clientes e para a sociedade (mineira). Entretanto, o fragmento a seguir, como vários outros, coloca tais temas em uma configuração mais distante de uma conciliação entre esses interesses e mais próxima de uma hierarquia de prioridades:

“(1) [...] se você chegar na Telemig Celular, lá, hoje, você pode ter lá um monte de indicadores de qualidade, de responsabilidade ambiental e social, etc., etc., mas aquele que você sente que é, é a cobrança mesmo, pra valer, são os resultados financeiros, entendeu?” (GERENTE 9).

A **locução conjuntiva** “etc.” (*et cetera*) é utilizada no sentido de agrupar todos os indicadores, com exceção daqueles aos que se referem os vocábulos **cobrança mesmo**, os **financeiros**. Portanto, ressalta-se o tema explícito da **maior importância dos indicadores financeiros**, sobre qualquer outro. Isso permite evidenciar a oposição entre o tema implícito subentendido da **conciliação dos interesses** sociais e ambientais na empresa, marcado pela expressão “responsabilidade ambiental e social”, e o tema implícito subentendido da **hierarquia de interesses**, que prioriza os resultados financeiros. Esse último marcado pelas expressões “cobrança mesmo”, “pra valer” que denotam a maior ênfase dada aos resultados financeiros (CARRIERI; LEITE-DA-SILVA; SOUZA-RICARDO, 2005, p. 7, grifos dos autores).

Ao final, Carrieri, Leite-da-Silva e Souza-Ricardo (2005) concluem que os indivíduos constroem seus discursos sobre a temática ambiental no interior de empresas por meio de incorporações e interpretações das práticas discursivas empreendidas pela alta administração, pelos demais membros da organização e por outros atores da sociedade. Cada indivíduo, dessa forma, exterioriza seu discurso a partir de uma bricolagem das estratégias discursivas a que são submetidos, corroborando ou contrapondo-se a determinadas ideias e compondo sua própria construção. Nesse estudo, portanto, os autores lograram realizar uma análise interpretativa das inter-relações entre as estruturas discursivas mais amplas, que fornecem temas, figuras e certas visões de mundo, e as práticas discursivas individualizadas, que reproduzem, reconstróem e/ou contrapõem os sentidos hegemônicos. Nesse ínterim, é demonstrado como as formações discursivas exercem um papel estruturante e, ao mesmo tempo, são constantemente reestruturadas pelas práticas. A Análise do Discurso, nesse caso, orienta tanto os procedimentos metodológicos para análise dos textos coletados quanto premissas epistemológicas mais amplas da pesquisa, pois considera-se que os discursos são elementos que permitem o acesso, mesmo que refratário, da realidade social.

Hartz e Habscheid (2006) apresentam um estudo de procedimentos metodológicos semelhantes aos utilizados por Carrieri, Leite-da-Silva e

Souza-Ricardo (2005). Contudo, os autores demonstram como é possível a apropriação de procedimentos analíticos interpretativos para uma abordagem funcional da Análise do Discurso. Hartz e Habscheid (2006) visam demonstrar como é construído o “discurso de unidade” em organizações, que opera na criação de consenso e identificação entre os diversos indivíduos inseridos no ambiente organizacional. Para tal, são analisadas três tipos de revistas corporativas veiculadas por uma empresa automobilística alemã, direcionadas aos empregados. O *corpus* da pesquisa compreende edições publicadas entre os anos de 2004 e 2005, totalizando treze publicações.

Primeiramente, os autores analisaram os temas gerais e a frequência de menções nas revistas. Os temas emergiram de leituras preliminares dos textos. Além do conteúdo temático dos enunciados, os autores descrevem características do processo de enunciação em cada revista, como o número de figuras e o grau de intimidade estabelecido com o leitor. Em seguida, para uma análise pormenorizada dos textos, Hartz e Habscheid (2006) indicam três níveis analíticos: o pragmático, ligado à ação comunicativa e aos gêneros discursivos; o semântico, ligado aos sentidos veiculados no discurso em relação às imagens e identidades representadas; e o linguístico, ligado às características lexicais do texto. Apesar das três dimensões terem sido destacadas, os autores se propõem a enfatizar a análise semântica, baseando-se nas três funções discursivas destacadas por Fairclough (2003) – o texto enquanto ação, representação e identificação. As ideias desse autor são utilizadas como pilar teórico-metodológico central.

Ao longo da análise, Hartz e Habscheid (2006) realizam a microanálise de trechos retirados das revistas e, a partir disso, extraem as principais estratégias discursivas empreendidas pela empresa para construir uma visão de mundo única aos seus empregados. Os autores concluem que as revistas são ferramentas gerenciais, cuja função é reproduzir um discurso de unidade, a fim de criar e manter o controle normativo e simbólico dos indivíduos, mesmo em tempos de crise. Portanto, a partir de evidências textuais, é indicado como se constroem (ou devem ser construídas) características gerais da formação discursiva do corpo gerencial nas organizações. A relevância da pesquisa estaria em evidenciar a importância dos discursos na construção e no gerenciamento da realidade organizacional. A perspectiva funcional é marcada pelo foco unívoco no discurso gerencial, entendido como detentor hegemônico dos veículos de enunciação e dos mecanismos de construção de sentido. Ao negligenciar as demais vozes no interior da empresa, os autores dão ênfase apenas à função do discurso visto como dispositivo de manutenção das relações de poder.

O terceiro exemplo é o texto teórico-reflexivo de Vecchio (2005), no qual o autor se propõe a analisar como o discurso é construído no campo da teoria organizacional, de modo a estabelecer uma realidade naturalizada, “desprovida de historicidade, em que são desconsideradas as dimensões ideológicas” (2005, p. 2). Para isso, ele analisa a figura discursiva do líder, representante emblemático da estrutura e dos valores defendidos pela formação ideológica da teoria organizacional. A análise da construção de sentidos do líder dá-se por meio de enunciadores considerados teóricos clássicos da administração, como Chester Barnard, Henri Fayol, Elton Mayo e Frederick Taylor, e também por meio da corrente mais recente que introduz o conceito de cultura organizacional a partir da década de 1970. O autor realiza uma análise da ação discursiva utilizando autores como Bourdieu, Foucault e Fairclough.

Dessa forma, Vecchio (2005) visa empreender uma macroanálise do discurso da teoria das organizações, sem um *corpus* de análise bem definido. Ele parte do exame de alguns enunciadores considerados representativos dessa formação discursiva. A partir disso, o autor busca evidenciar as estratégias discursivas de manutenção das relações de poder, apesar de serem detectadas certas reconfigurações semânticas a respeito da noção de controle no interior das organizações. Como ilustração, abaixo segue um trecho no qual Vecchio (2005, p. 42) realiza uma análise textual de trechos do discurso de Chester Barnard, que ele utiliza para corroborar sua macroanálise discursiva.

O líder, recomenda Barnard, pode valer-se de métodos de persuasão, como a “imposição de motivos” e a “coerção”, para garantir os objetivos da organização. Alinhado ao seu incômodo ante a individualidade e a ação autônoma, Chester Barnard (1971, p. 252) empresta à figura do líder uma aura superior ao enunciar a “criatividade da moral”. O impacto do termo moral é utilizado em prol de uma “retidão” e de uma “civilidade”, pretendendo conter iniciativas individuais alheias a controle ou planejamento, atrelando as ações e posturas desejáveis à imagem do líder. “Moral são forças pessoais [...] em indivíduos que tendem a inibir, controlar ou modificar desejos específicos imediatos inconscientes, impulsos ou interesses e intensificar os que são compatíveis [...]”.

Portanto, apesar de o próprio autor classificar seu artigo como um ensaio teórico, concorda-se com Cornelsen (2009), para quem o estudo de

Vecchio (2005) representa um exemplo de análise crítica do discurso de liderança. O foco está na análise do campo da teoria organizacional como um conjunto amplo, mais ou menos homogêneo e coerente, de textos que reproduzem hegemonicamente certa visão de mundo e operam na manutenção de relações de poder. A própria teoria das organizações é entendida pelo autor como objeto de análise e reflexão. Como Vecchio (2005) almeja o nível macroanalítico, é compreensível que haja pouca preocupação com a delimitação do *corpus* de análise textual (CORNELSEN, 2009).

Entre os estudos que também focam o nível macroanalítico do discurso, mas numa perspectiva mais próxima ao interpretativismo, é relevante destacar a pesquisa de Munir e Phillips (2005), pois esses autores optaram por analisar um *corpus* bem delimitado e lograram demonstrar mecanismos discursivos de construção de sentido empreendidos pela empresa Kodak. Munir e Phillips (2005) realizaram uma ampla análise de dados sobre a introdução de filmes fotográficos no mercado consumidor europeu e norte-americano entre os anos 1882 e 1929. Os autores coletaram textos variados, peças publicitárias, documentos e relatórios da Kodak, reportagens de jornais, livros de história, livros especializados em fotografia e, por fim, entrevistas com executivos da empresa. Ao final da análise desses dados, são evidenciadas as estratégias empreendidas pela alta gestão da Kodak de modo a institucionalizar a prática de tirar fotografias domésticas por meio do uso de seus filmes de rolo. As estratégias são formadas a partir de construções discursivas que criam novos sentidos aos consumidores, relacionando as fotografias a instituições tradicionais, como a família, o papel feminino e as viagens de férias. A expressão emblemática das estratégias discursivas da Kodak é “o momento Kodak”.

Dessa forma, Munir e Phillips (2005) demonstram como as corporações conseguem influenciar comportamentos, introduzir inovações tecnológicas e institucionalizar novas práticas a partir de construções discursivas intencionalmente criadas e disseminadas. O estudo dos autores engloba uma longa análise longitudinal de dados variados, inclusive não verbais, como figuras estampadas em peças publicitárias. Assim, apesar do *corpus* de análise ser bem delimitado, os autores não se atêm a pormenores textuais, entendendo que o foco no conjunto mais amplo de textos é que configura a construção de sentidos em uma formação discursiva. Nos dois últimos exemplos (VECCHIO, 2005; MUNIR; PHILLIPS, 2005), portanto, o uso da Análise do Discurso não se dá por meio de categorias microanalíticas predefinidas; a AD é mais empregada no sentido de orientação epistemológica da pesquisa, considerando os discursos como meios

de acessar os mecanismos de construção da realidade social.

Finalmente, o último exemplo a ser mencionado é o estudo de Corrêa e outros (2007) sobre representações de gênero em jornais corporativos de circulação interna. O objetivo da pesquisa era “avaliar como as representações sociais de gênero podem ser reproduzidas em jornais internos de circulação por toda a empresa” (CORRÊA et al., 2007, p. 192). Para tanto, os autores analisaram quinze exemplares de jornais internos de duas empresas mineiras, uma com corpo operacional predominantemente masculino (sete exemplares) e outra, feminino (oito exemplares). O *corpus* da pesquisa foi coletado durante os anos de 2002 e 2003.

Em convergência com o referencial teórico sobre representações sociais, mídia e relações de gênero nas organizações, os procedimentos metodológicos escolhidos pelos autores foram a análise preliminar de aspectos da linha editorial, da diagramação e da linguagem dos jornais e, em seguida, a identificação de três estratégias de persuasão de Faria e Linhares (1993): seleção lexical, construção de personagens e relação entre explícitos e implícitos. Os autores orientam a análise dos dados a partir da separação em quatro temas principais: assuntos femininos, assuntos masculinos, relações de poder e competitividade. A microanálise dos elementos textuais é guiada pelos elementos da AD, como as estratégias de persuasão; contudo, os autores interpretam o discurso recorrendo também ao arcabouço teórico levantado sobre representações sociais, conforme ilustra este trecho da pesquisa:

[...] Jovchelovitch (1995) e Minayo (1995) acrescentam que as representações individuais refletem o grupo social ao qual o indivíduo pertence, explicando também os interesses específicos de grupos e classes sociais. Os assuntos femininos do *Jornal Vênus* aparecem na seleção lexical dos fragmentos (1), (2) e (3):

(1) Há vida depois dos 40 (*Jornal Vênus*, n. 96, seção Família em Destaque).

(2) Mitos e verdades das receitas de beleza (*Jornal Vênus*, n. 92, seção Família em Destaque).

(3) Amor e diálogo no combate às drogas (*Jornal Vênus*, n. 93, seção Família em Destaque) (CORRÊA et al., 2007, p. 202).

Ao final da pesquisa, Corrêa e outros (2007) concluem que os jornais funcionam como mecanismos reprodutores de representações sociais sobre como homens e mulheres devem se comportar, pensar e viver socialmente. As representações sociais são disseminadas discursivamente pela alta administração das empresas, mantendo preconceitos arraigados na sociedade, facilitando a identificação dos leitores e corroborando a perpetuação das relações de poder e do controle nas organizações. Nesse estudo, observa-se, portanto, que a Análise do Discurso foi utilizada somente em nível metodológico, pois epistemologicamente a teoria das representações sociais é que orienta as interpretações e as conclusões que emergiram dos dados empíricos. A AD, nesse sentido, foi um instrumental metodológico que guiou as análises e, por isso, não é mencionada nem no referencial teórico nem nas conclusões do estudo.

Os exemplos destacados demonstram a ampla gama de possibilidades que se abrem ao pesquisador que busque empregar a Análise do Discurso em contextos organizacionais. São possíveis vieses interpretativos, funcionais e críticos, assim como focos em níveis micro e macroanalíticos ou a tentativa de conciliação de ambos, e os pesquisadores comprometem-se em diferentes graus com as premissas ontológicas e teóricas advindas da AD. Além disso, é importante ressaltar as possibilidades de uso da AD que a aproximam da análise semiótica de discursos não verbais, como no caso de Munir e Phillips (2005), que analisaram os símbolos e signos contidos em figuras de peças publicitárias da Kodak. Nesse sentido, é possível expandir a Análise do Discurso a uma gama diversificada de dados, sejam eles verbais ou não. Vislumbra-se, neste momento, que ainda há muitos estudos e muitas possibilidades de desenvolvimento da AD em estudos organizacionais, notadamente, no Brasil.

Alves, Gomes e Souza (2006) avaliam os estudos organizacionais brasileiros orientados pela Análise do Discurso, que têm se proliferado desde a década de 1990. Esses autores realizaram um levantamento da produção brasileira sobre Análise do Discurso em estudos organizacionais entre os anos de 1997 e 2005. Seguindo a categorização de Phillips e Hardy (2002), Alves, Gomes e Souza (2006) classificaram as pesquisas brasileiras e concluíram que a maioria se situa nas abordagens interpretativas, havendo distribuição equilibrada entre os níveis micro e macroanalíticos. Os autores chamam a atenção para a incipiência de estudos brasileiros críticos que enfatizam a dinâmica das relações de poder por meio dos discursos organizacionais. Esse seria um desafio para o desenvolvimento do campo nos próximos anos.

## 5. Considerações finais

A Análise do Discurso, conforme exposto, tem origens na linguística, mas amplia sua fundamentação teórica a partir de diferentes perspectivas das ciências humanas e sociais. Aliada à visão construtivista e às pesquisas de cunho qualitativo, a AD tem representado uma via frutífera de pesquisas nos estudos organizacionais, pois permite ao pesquisador ampliar sua capacidade de apreensão da realidade social, evidenciando o modo como ela é historicamente construída e os embates ideológicos subjacentes. A diferenciação crucial entre estudos que aplicam a AD e os demais estudos linguísticos é a visão de que a linguagem vai além do simples reflexo das ideias para se configurar como prática social influente na constante construção dos significados que dão sentido à vida social.

Nesse sentido, ao se aplicar a AD, o discurso passa a ser reconhecido como unidade de análise primordial da pesquisa, independentemente do grau de comprometimento do pesquisador com o arcabouço filosófico da Análise do Discurso. Ontologicamente, os discursos podem ser entendidos como elementos constitutivos da própria consciência humana. Nessa perspectiva, não haveria realidade social extradiscursiva e as formações discursivas viabilizariam a própria interação simbólica entre seres humanos, pois a estrutura linguística seria pré-requisito da própria condição humana. Os estudos realizados por Vecchio (2005) e por Munir e Phillips (2005) parecem aproximar-se da noção ontológica da Análise do Discurso.

No nível epistemológico, o pesquisador pode assumir a existência de uma realidade social única, verdadeira, e, portanto, precedente à refração discursiva. Contudo, tal realidade só poderia ser acessada a partir dos discursos, ou seja, para apreendê-la e compreendê-la seria necessário estudar o nível discursivo, mesmo que ele forneça uma visão sempre incompleta e distorcida do real. Dentre os exemplos apresentados anteriormente, pode-se dizer que os estudos de Carrieri, Leite-da-Silva e Souza-Ricardo (2005) e de Hartz e Habscheid (2006) aproximam-se do que seria a aplicação epistemológica da AD.

Por fim, aplicando a AD numa perspectiva metodológica, o pesquisador pode conciliá-la com outras teorias sociais e premissas ontológicas variadas. Para esse tipo de aplicação, com vistas a evitar possíveis críticas à falta de fidelidade à tradição filosófica da disciplina, sugere-se cautela na seleção lexical do próprio pesquisador. Seria aconselhável empregar a expressão “elementos da Análise do Discurso”. O último exemplo de Corrêa e outros (2007) destacado neste capítulo ilustra bem o uso metodológico

da AD como ferramental analítico para evidenciar a reprodução de sentidos vinculados a representações sociais.

Observa-se, portanto, que, quanto maior o grau de comprometimento com a perspectiva filosófica da Análise do Discurso na pesquisa, mais a análise empírica diferencia-se de outras técnicas de tratamento de dados, como a análise de conteúdo. O pesquisador, quando assume perspectivas epistemológicas ou ontológicas da AD, passa a dispor de uma série de conceitos que respaldam a validação de suas conclusões para além de análises linguísticas pontuais. Esses conceitos remetem à existência de estruturas de linguagem que constituem os sentidos do mundo social, por exemplo, os conceitos de formação discursiva (FOUCAULT, 2007) e de gêneros discursivos (BAKHTIN, 1992). Nessa via, a Análise do Discurso levaria a conclusões a respeito da dinâmica dessas estruturas, diferenciando-se de outras metodologias mais superficiais, que visam apenas à classificação e à categorização dos dados.

Tomando-se os discursos como elementos primordiais de análise, ao se aplicar a AD, o pesquisador deve atentar para cuidados extras na coleta de dados. No caso de entrevistas, recomenda-se interferir o mínimo possível no depoimento dos sujeitos entrevistados, evitando-se que perguntas e intervenções direcionem a seleção de temas, figuras e personagens por parte do enunciador. Ademais, é necessário sempre considerar o local de enunciação da entrevista, ressaltando suas possíveis interferências nas estratégias persuasivas elencadas pelo entrevistado. O local de enunciação deve ser uma variável a se considerar também na análise do discurso coletado, cabendo ao pesquisador tomar consciência dessa e de outras interferências para orientar essa análise. Dependendo do contexto da entrevista, o entrevistado poderá sentir-se mais à vontade para falar de certos temas e silenciar outros, por exemplo.

No caso de análise documental, o pesquisador deve se preocupar em identificar mecanismos de produção dos documentos, tais como: quem é o enunciador por trás desses documentos, quais seus objetivos no momento de produção deles, quem seriam os receptores das informações veiculadas, qual a amplitude de recepção dos documentos. Além disso, análises longitudinais costumam fornecer uma visão mais ampla dos mecanismos e das formações discursivas, tendo estas preferência em relação a análises pontuais de documentos avulsos. Os cuidados com a coleta aplicam-se a qualquer tipo de dado que vier a ser tratado pela Análise do Discurso, porque a AD, conforme já exposto, preocupa-se não apenas com o conteúdo dos enunciados, mas também se atenta à análise do processo de

enunciação. Desse modo, o enunciado e a enunciação são as duas instâncias básicas e complementares para a análise.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, M. A.; GOMES, M. V. P.; SOUZA, C. M. L. Análise do discurso no Brasil: será ela crítica? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpad, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.

BRANHAM, R. B. The Bakhtin circle and ancient narrative [Introdução]. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **The Bakhtin circle and ancient narrative**. Groningen: Barkhuis Publishing, 2005.

CARRIERI, A. P.; LEITE-DA-SILVA, A. R.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. Os discursos ambientais nas organizações: o caso de uma empresa de telefonia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpad, 2005.

CORNELSEN, E. L. A análise do discurso no âmbito dos estudos organizacionais: uma abordagem teórica. In: CARRIERI, A. P. et al. **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

CORRÊA, A. M. H. et al. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 191-211, abr./jun. 2007.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FARIA, A. A. M. Interdiscurso e intradiscurso: da teoria à metodologia. In: MENDES, E. A. M.; OLIVEIRA, P. M.; BENN-IBLER, V. (Org.). **O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 31-37.

FARIA, A. A. M.; LINHARES, P. T. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (Org.). **Análises de discursos: sedução e persuasão**. Belo Horizonte: UFMG, 1993. cap. 13. (Cadernos de Pesquisa do Núcleo de Assessoramento à Pesquisa, n. 13).

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 89-114.

HARTZ, R.; HABSCHEID, S. “Furthermore, we are all claimed to invest in our future.” – A German case study of a “discourse of unity”. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ORGANIZATIONAL DISCOURSE: identity, ideology and idiosyncrasy, 7., 2006, Amsterdam. **Proceedings...** Amsterdam: Vrije University, 2006.

HERACLEOUS, L. **Discourse, interpretation, organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MUNIR, K. A.; PHILLIPS, N. The birth of the ‘Kodak Moment’: institutional entrepreneurship and the adoption of new technologies. **Organization Studies**, v. 26, n. 11, p. 1665-1687, 2005.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. Lisboa: Guimarães, 1997.

PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F.;

HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1990. p. 61-161.

PHILLIPS, N.; DI DOMENICO, M. Discourse analysis in organizational research: methods and debates. In: BUCHANAN, D.; BRYMAN, A. (Org.). **The handbook of organizational research methods**. London: Sage, 2009. p. 549-565.

PHILLIPS, N.; HARDY, C. **Discourse analysis**. London: Sage, 2002.

SOUZA E MELLO, M. L. Estudando o currículo como gênero do discurso. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31., Caxambu, 2008. **Anais...** Caxambu: Anped, 2008.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-61.

VECCHIO, R. A. Construção de discursos na teoria organizacional: algumas reflexões críticas a partir do conceito de liderança. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpad, 2005.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE**, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.





# CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA EM HISTÓRIA DE VIDA

Vanessa Andrade de Barros<sup>3</sup>

Fernanda Tarabal Lopes<sup>4</sup>

“Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas necessitam e merecem ser contadas”

Paul Ricoeur, *Temps et récit*

## 1. Introdução

Nas últimas décadas, muitas pesquisas têm sido produzidas a partir dos chamados métodos biográficos, entre os quais se destacam as “histórias de vida”, utilizadas das mais diversas maneiras e em diferentes situações e campos do conhecimento. De fato, as orientações teóricas são muitas, os meios sociais pesquisados são variados e os temas estudados são diversos. A referência comum das abordagens que se pretendem biográficas diz respeito ao que constitui o núcleo central do método: a dimensão do contar e da narrativa.

Em grego, *hístaur* significa aquele que sabe, conhece e que pode, então, contar, produzir um relato. Assim, “conte-me sua história” é um pedido que pode ser formulado por várias disciplinas e de acordo com diferentes demandas. Tal diversidade de abordagens e de pontos de vista tem gerado certa confusão – autobiografias, biografias, narrativas pessoais, trajetórias, depoimentos e diários recebem, todos, o rótulo de história de vida, mesmo quando se limitam a algumas entrevistas biográficas ou a testemunhos escolhidos por seu caráter exemplar ou representativo de um caso mais expressivo de uma realidade. Como observa André Lévy (2000), longe de definir uma metodologia específica, tais práticas correspondem a métodos, a pressupostos epistemológicos, a objetivos – científicos, militantes, literários, terapêuticos, educativos, religiosos – extremamente

---

3 Professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais – e-mail: <vanessa.abarros@gmail.com>.

4 Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais – e-mail: <fernandatarabal@hotmail.com>.

diferentes e, até mesmo, opostos. Há, porém, em nossa opinião, pontos de convergência tanto em relação à dimensão do contar algo quanto à preocupação com a compreensão do sujeito e de seu mundo.

As histórias de vida, tal como serão tratadas no âmbito deste estudo, implicam uma complexidade ainda maior, na medida em que permitem o acesso “pelo interior” a uma realidade que perpassa o narrador e o transforma. Nesse caso, trata-se de uma possibilidade muito rica de apreender o vivido social e o sujeito em suas práticas, a fim de observar a maneira pela qual ele negocia as condições sociais que lhe são próprias, construtoras do seu mundo, que é, simultaneamente, por ele construído. Conforme Lévy (2000, p. 3, tradução nossa):

Realçando a maneira pela qual a história social é subjetivamente vivida, as histórias de vida constituem uma via de acesso insubstituível aos processos que sustentam a sociedade em suas diferentes dimensões – psicológicas, culturais, econômicas, sociais, tanto em seu movimento histórico quanto em sua atualidade.

Ao contrário do que poderia parecer o triunfo do individualismo, as histórias de vida recolocam o ser humano na dimensão concreta de sua experiência, no centro da cena, o que significa colocá-lo diante de seu próprio desdobramento especular, que é o relato de todos. Ou seja, o que se manifesta através do relato e nele se reconstrói é o campo da subjetividade, com seu caráter individual, singular, único, construído concretamente na experiência do coletivo. Estão presentes aqui os três polos que dialogam no contar a vida: as condições objetivas, a maneira como se vive e a maneira como se narra. Dialética entre realidade material e realidade subjetiva em um “trabalho da reflexão sobre a matéria da experiência” (CHAUÍ, 1979, p. XXI).

Arfuch (2007, p. 87, tradução nossa), por sua vez, nos ensina que, como dimensão de experiência, a narrativa postula uma relação possível entre o tempo do mundo da vida, o do relato e o da leitura; é “relação de incoincidência, distância irreduzível que vai do relato ao acontecimento vivencial, mas, simultaneamente, uma comprovação radical e, em certo sentido, paradoxal: o tempo mesmo se torna humano na medida em que é articulado sobre um modo narrativo”. É daí que temos os laços entre a linguagem e a vida, e a mútua implicação entre narração e experiência.

Ainda segundo essa autora (2007, p. 17), “os métodos biográficos, os relatos de vida, as entrevistas em profundidade delineiam um território

bem reconhecido, uma cartografia da trajetória – individual – em busca de seus acentos coletivos”. Nesse sentido, as histórias de vida traduzem um modo narrativo próprio do autor (de seus saberes, suas influências, inspirações, determinações) em seu tempo e espaço vividos.

Como falar de uma vida humana como de uma história em estado nascente, pergunta Ricoeur, “se não existe experiência que não seja mediada por sistemas simbólicos e entre eles os relatos, se não temos nenhuma possibilidade de acesso aos dramas temporais da existência fora das histórias contadas a este respeito por outros ou por nós mesmos?” (RICOEUR, 1983, p. 141, tradução nossa).

E por que narramos nossas vidas? Segundo Eric Hobsbawm (2002, p. 9):

A questão é saber por que uma pessoa como eu escreve uma autobiografia, e, ainda mais importante, por que outras pessoas, que não têm ligação especial comigo ou que talvez antes de ver a capa de um livro em uma livraria nem sequer soubessem que eu existo, acham que vale a pena lê-la.

Embora Benveniste (1980, p. 73, tradução nossa) afirme que “nunca recuperamos nossa infância nem o ontem tão próximo nem o instante fugidio”, podemos voltar atrás; “talvez seja esse precisamente o trabalho da narração: a recuperação de algo impossível sob uma forma que lhe dá sentido e permanência, forma de estruturação da vida e, portanto, da identidade” (ARFUCH, 2007, p. 138, tradução nossa). A ilusão do tempo recobrado. A narrativa é parte “de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais” (BOSI, 2003, p. 20).

Assim é que nossos trabalhos sobre história de vida inspiram-se em duas questões: quando se conta uma história de vida, que história se conta?; e poderíamos entender a narrativa da própria vida como uma objetivação da experiência – estando nela inserida – da qual participa um outro, uma coletividade, um tempo, um lugar?

## **2. Aspectos históricos**

A abordagem biográfica, da qual faz parte o recolhimento da história de vida não é recente. Ela é, com efeito, herdeira da tradição da Escola de Chicago, que, durante os anos 20 e 30, se projetou sobre a cena científica americana.

Trata-se de uma sociologia que se caracteriza, principalmente, pela pesquisa empírica, na qual o trabalho de campo é uma prática corrente, e pela utilização de “métodos originais de pesquisa”, entre os quais se destacam a utilização de documentos pessoais e o recolhimento de histórias de vida. O primeiro trabalho dessa escola, utilizando a história de vida como documento sociológico é a célebre pesquisa de William Thomas e Florian Znaniecki intitulada *The polish peasant in Europe and America: monograph of an immigrant groupe*, publicada entre os anos de 1918 e 1920. Nessa obra, os autores propõem-se a estudar a vida social de camponeses poloneses na Polônia e emigrados para os Estados Unidos. Além de fontes clássicas (documentos), os pesquisadores utilizaram métodos inovadores, como a pesquisa de campo, a utilização de documentos pessoais, especialmente de cartas, e, finalmente, as histórias de vida, que permitem, segundo Thomas, compreender e interpretar os comportamentos dos imigrantes poloneses a partir da significação subjetiva que eles acordam a suas ações.

Outra obra célebre da Escola de Chicago, também escrita, em 1930, a partir do método de história de vida, é *The Jack-Roller: a delinquent boy's own story*, de Clifford Shaw. Trata-se da história de Stanley, um “delinquente” de dezesseis anos que, a pedido de Shaw, escreve uma autobiografia, na qual relata sua trajetória. É importante ressaltar a observação de Shaw sobre a validade e o valor de uma narração, que não depende de sua objetividade, como escreve na introdução dessa obra:

[...] não esperamos que o delinquente descreva necessariamente suas situações de vida de forma objetiva. Ao contrário, o que se deseja é que sua história reflita suas atitudes pessoais, suas próprias interpretações porque são precisamente estes fatores pessoais que são importantes para o estudo e o tratamento do caso (SHAW, 1966, p. 183, tradução nossa).

Por sua vez, Burgess (1966), no prefácio dessa obra, embora defenda a importância das verificações das narrativas através de outros dados, reforça a importância das “reações dos sujeitos aos acontecimentos de sua experiência” e “sua própria interpretação dessas experiências” (1966, p. 28, tradução e grifos nossos). Ainda um último exemplo de pesquisas realizadas na escola de Chicago é a obra de Edwin Sutherland, *The professional thief* (1937), um estudo consagrado aos ladrões, que utiliza a história de vida a fim de compreender “do interior” o mundo do sujeito.

Alain Coulon, em seu estudo sobre a Escola de Chicago, faz uma aproximação entre o método de Sutherland e o conceito de “reflexividade” utilizado em etnometodologia: a equivalência entre descrever e produzir uma interação. Na medida em que Sutherland trabalha as descrições que o ladrão faz de sua prática, de sua vida cotidiana e da maneira de ver o mundo que o cerca, ele transforma seu informador em seu assistente de pesquisa:

Ele vem a ser, pela descrição que faz de seu mundo, um etnógrafo reflexivo do mundo no qual ele vive. Estamos então diante não somente do sujeito empírico, tal qual ele se apresenta a Sutherland e a todo leitor de sua história, mas também, de maneira muito mais interessante para o sociólogo, o sujeito analítico, o que quer dizer, aquele que nos mostra como ele analisa sua vida cotidiana a fim de lhe dar sentido e a fim de poder tomar suas decisões em função do contexto, em função de sua definição da situação (COULON, 1984, p. 90, tradução nossa).

Temos então que, além de conhecer as condições objetivas de vida dos sujeitos, é necessário compreender o sentido que dão ao seu meio, a sua situação e a suas ações (o sentido que constroem), o que só poderá ser feito no âmbito de uma história de vida.

Inspirando-se nessa tradição, numerosas obras transformaram-se em clássicos, por exemplo, a obra de Don C. Talayesva, *Solei hopi* (1962), na qual o autor, um índio hopi, conta sua vida, a pedido de Léo Simmons, que apresenta o texto. Oscar Lewis, em 1963, escreve *Les enfants de Sánchez: autobiographie d'une famille mexicaine*, obra composta pelas histórias de vida de Jésus Sánchez e de seus quatro filhos, uma família pobre vivendo na periferia da cidade do México. Temos também a obra de Maurizio Catani e Suzanne Maze, de 1982, *Tante Suzanne, une histoire de vie sociale*, que se trata da transcrição integral de entrevistas que contam a vida de Suzanne Maze. E ainda a obra de Adélaïde Blasquez, *Gaston Lucas, serrurier: chronique de l'anti-héros* (1976), que dá a palavra a um ex-trabalhador pertencente à maioria silenciosa, à categoria de indivíduos sem importância, o qual procura quebrar tal imagem.

Após a Segunda Guerra Mundial, as pesquisas quantitativas e tratamentos numéricos tornam-se dominantes. A retomada de pesquisas qualitativas por meio do recolhimento de histórias de vida é feita a partir dos trabalhos de Franco Ferrarotti, na Itália, e Daniel Bertaux, na França, no início dos anos 70.

Em meados da década de 70, Vincent de Gaulejac, Michel Bonetti e Jean Fraise, na França, criam os *Groupes d'Implication et de Recherche*<sup>5</sup> (GIR) no campo da sociologia clínica, campo pluridisciplinar que se inspira em correntes teóricas das ciências humanas, tais como a sociologia, a psicanálise, a psicossociologia e a fenomenologia, entre as principais. Os seminários do GIR exploram as articulações entre romance familiar e trajetória social dos participantes e situam-se na interface de pesquisa, formação e trabalho sobre as histórias pessoais. Busca-se trabalhar a mediação dos fatores econômicos, históricos, psicossociais e ideológicos nas trajetórias individuais, evitando cair no risco de um “psicologismo” ou “sociologismo”. Desses grupos participam profissionais de áreas diversas, entre os quais estão educadores, terapeutas, formadores de adultos, docentes, trabalhadores sociais, consultores, pessoal da saúde, psicoterapeutas, sociólogos de práticas de intervenção, orientadores, etc.

A partir de 1983, abre-se outra perspectiva de utilização de histórias de vida, dessa vez no campo da educação e formação de adultos. É criada, em 1990, a *Association Internationale des Histoires de Vie en Formation*<sup>6</sup> (ASIHVIF), que considera a história de vida como uma abordagem privilegiada para a autoformação, especialmente no campo da educação popular, reivindicando uma ação emancipatória (LEGRAND, 1993). Participam vários pesquisadores, entre os quais Gaston Pineau (Tours, França), Guy de Villers (Louvain la Neuve, Bélgica) e Pierre Dominicé (Genebra, Suíça). As pesquisas nesse campo são orientadas por referências teóricas diversas – filosofia existencial, sociologia, psicanálise, linguística, teorias da formação.

Nos estudos e pesquisas sociológicas no Brasil, a abordagem biográfica não tem tradição, sendo recente o interesse por pesquisas em histórias de vida que tomam como foco o indivíduo ou o grupo que narra sua história<sup>7</sup>.

No campo da história (história oral, sobretudo), a abordagem biográfica orienta grande número de pesquisas e obtém importante reconhecimento, mas, em outras áreas disciplinares, essa perspectiva metodológica enfrenta inúmeras dificuldades no sentido de legitimar-se e ser reconhecida, pois é considerada por muitos como extremamente subjetiva, logo, pouco científica<sup>8</sup>. A obra clássica de Eclea Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1987), e os trabalhos de Michel Le Ven, *Dazinho, um*

---

5 Grupos de implicação e de pesquisa.

6 Associação Internacional de Histórias de Vida em Formação.

7 No campo da psicossociologia e sociologia clínica, ver Barros (2000, 2006, 2009); Barros e Silva (2002); Carreteiro (2009a, 2009b, 2009c); Takeuti e Niewiadomski (2009).

8 Especialmente o Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

*cristão nas minas* (1998)<sup>9</sup>, e de Denise Paraná, *O filho do Brasil: de Luiz Ignácio a Lula* (1996)<sup>10</sup>, são as referências principais da utilização de histórias de vidas em pesquisa.

Como ressaltam Takeuti e Niewiadomski (2009), a partir dos anos 1990, manifesta-se o interesse, na academia brasileira, pela abordagem biográfica sob influência de diversas inspirações. Como ilustração, pode-se citar o desenvolvimento, desde o início dessa década, da abordagem “história de vida em formação”, reunindo, em grande parte, pesquisadores do campo da educação. O desenvolvimento dessa corrente pode ser observado na criação de associações, por exemplo, a Associação Norte-Nordeste de Histórias de Vida em Formação (ANNHIVIF), em Natal, no Rio Grande do Norte, que mantém estreitas relações com outras entidades estrangeiras, como a ASIHVIE, além da realização de encontros internacionais, nacionais e regionais.

Nesses trabalhos com histórias de vida, predominou, inicialmente, a preocupação em se apreender através de histórias ou relatos individuais, processos e relações sociais, porém, mais recentemente, nota-se maior preocupação com processos de subjetivação das pessoas que narram sua própria história e/ou de sua coletividade.

Por ora, cumpre notar que as abordagens reunidas sob o termo “abordagem biográfica” parecem estar se impondo como um modo disciplinar de acesso ao sentido, o que vem fortemente questionar certas práticas de pesquisa sedimentadas nas Ciências Humanas e Sociais. Desse modo, práticas autobiográficas, relatos de vida e histórias de vida individuais ou coletivas, todos eles se inscrevem na perspectiva do campo em que o pesquisador se encontra. Veremos, outrossim, que essas práticas não são homogêneas e, dentre elas, há aquelas que, mais do que outras, vão participar de um profundo remanejamento das relações intersubjetivas das pessoas implicadas num processo de narração e de trocas, modificando sensivelmente as relações de “poder-saber”, geralmente presentes numa pesquisa (TAKEUTI; NIEWIADOMSKI, 2009, p. 20).

O campo da intervenção psicossociológica no Brasil, tanto na academia quanto fora dela, tem desenvolvido a utilização de práticas biográficas

9 Trata-se do relato da vida de Dazinho, líder trabalhador em Minas Gerais e deputado operário cassado pela ditadura militar.

10 A autora, inspirando-se no trabalho de Lewis, apresenta as narrativas de vida de Lula e de seus irmãos e irmãs.

expressivas, que se apresentam de várias formas – escritas, verbais, artísticas, gestuais – e se expressam em diversos contextos relacionais<sup>11</sup>. Trata-se principalmente de registro de memórias individuais e coletivas, de experiências e de trajetórias, trabalhadas conjuntamente com o objetivo de “dar voz”, transformar e emancipar coletividades, dar visibilidade à história, cultura e experiência de um grupo/organização/movimento. São diversas as denominações que recebem tais práticas, o que demonstra a existência de distintas opções teórico-metodológicas tendo como elemento comum a narrativa de uma (ou várias) vidas. Esse trabalho de narração é sempre uma coconstrução (LEGRAND, 2008) dinâmica, no sentido de que uma vida nunca é contada da mesma maneira, pois ela é constantemente trabalhada pelas vivências do narrador. Como são recentes, falta ainda uma melhor sistematização e uma divulgação mais ampla dessas práticas como produção científica. Muitas vezes, elas ficam restritas a apresentações em congressos como relatos de experiências, cuja repercussão ainda não impacta significativamente o campo do conhecimento.

### **3. A pesquisa em história de vida**

Um aspecto particularmente importante na pesquisa em história de vida é sua função de historicidade. Franco Ferrarotti (1990) nos ensina que, longe de refletir, como em um espelho, o social, o indivíduo apropria-se dele, faz sua mediação, o filtra e o retraduz, projetando-o em outra dimensão, a de sua subjetividade. Ele não pode fazer abstração dessa subjetividade, ele não pode fazer abstração desse social, mas ele não sofre passivamente esse social. Ao contrário, ele o reinventa a cada instante. Vincent de Gaulejac (1991) aponta igualmente este aspecto: a história de vida é uma ferramenta de historicidade. Isso quer dizer que ela torna possível, para o sujeito que conta sua vida, “trabalhar” a própria vida, reconstruir o que foi vivido, ressignificá-lo e mudar a relação com sua história.

Segundo esse autor, o homem é história, é produzido por ela, na medida em que sua vida é constituída tanto por acontecimentos pessoais quanto por elementos sociais; e é produtor de história, uma vez que carrega em si historicidade, que intervém sobre sua própria história e transforma-se em seu sujeito. Ele potencializa a reconstrução de seu passado através da reflexão, da imaginação e da palavra.

Entretanto, certas pessoas não conseguem tomar consciência de sua

---

11 Na França, o Instituto Internacional de Sociologia Clínica (IISC), do qual participam pesquisadores brasileiros, tem o método biográfico como um dos seus eixos privilegiados de pesquisa-intervenção.

própria condição histórica; apenas distinguem uma sucessão de acontecimentos, para elas arbitrários, que fazem parte de suas vidas. Falta-lhes a experiência de historicidade que pode ser conseguida através da história de vida, uma vez que tem entre suas premissas a de ajudar o sujeito a apreender e interpretar suas próprias histórias.

É através da função de historicidade, assegurada pela singularidade do funcionamento psíquico, que o sujeito opera uma mudança em relação à sua história passada, de acordo com a forma como essa história é “mobilizadora”. Isso significa que, na medida em que identifica as determinações da história, cada indivíduo entende a maneira pela qual ela o condiciona, compreendendo o agora a partir do que já passou, e pode, então, agir através de um trabalho de “reescritura” para modificar o sentido de sua história e tentar vir a ser seu sujeito; transformar-se em “criador de história” – para usar uma expressão cara a Eugène Enriquez.

Evidencia-se aqui a dimensão sociopsicológica do processo de constituição histórica do sujeito: as histórias pessoais não são redutíveis a jogos afetivos de ordem psíquica, mas confrontadas pelas relações sociais – culturais, econômicas, ideológicas –, indissociáveis umas das outras. Ou seja, toda a experiência biográfica do indivíduo marca o seu desenvolvimento – a palavra biográfica utilizada em “seu sentido objetivo de curso de vida” (SÈVE, 2001), e não apenas subjetivo.

Em uma perspectiva vygotskyana, o interesse da narração não está na descrição de um passado (re)presentificado, mas na “liberação” de alternativas que tinham sido mascaradas pela ordem das coisas, de outras maneiras de resolver a tensão entre as determinações e as intenções, na possibilidade de retomar (dizer, pensar, agir) o que foi essa história (JOBERT, 2001, p. 220, tradução nossa).

Nesse sentido, outro aspecto importante a ser ressaltado no método de história de vida é sua condição de ponte entre a história individual e a história coletiva, ou seja, trabalhando com histórias de vida, podemos religar o nível individual ao nível geral de análise, já que essas histórias nos enviam sempre ao campo social. Como observa Bawin-Legros (apud DORVIL, 1993, p. 147, tradução nossa), “o coletivo é depositado em cada indivíduo sob a forma de estruturas mentais duráveis. Os produtos da história coletiva são adquiridos na história individual”.

Dito de outra forma, as histórias individuais nos mostram, efetiva-

mente, uma cultura, um meio social, um esquema de valores e de ideologias, pois como membro de uma coletividade – família, organização, classe social – o sujeito encontra-se, constantemente, em interação com estas. Ele faz parte de uma história coletiva; é, por assim dizer, cercado por histórias que lhes são contadas desde a infância, das mais diferentes formas e por diferentes pessoas, e vai sendo formado por essas narrativas. Como bem ilustra Gaulejac (1997, p. 26), “tal qual uma boneca russa, a história individual está encaixada na história familiar, e ela mesma inserida em uma história social”. O sujeito conta sobre um contexto, um meio, uma certa condição de vida, acerca dos quais ele tem informações objetivas, e sobre sua relação com essas condições.

Assim, além do papel de informação, o entrevistado assume, segundo Bertaux (1976), o papel de expressão de uma ideologia e um papel de pesquisa, porque o sujeito não conta simplesmente sua vida; ele reflete sobre ela quando a conta. Nesse sentido, tais relatos podem nos ajudar a compreender como se articulam as histórias individuais e coletivas, como os homens e mulheres – na qualidade de cidadãos, produtores, membros de alguma associação – trabalham, aderem a uma causa ou movimento e agem sobre as relações sociais, buscando transformá-las.

Alguns contextos são particularmente fecundos quando estudados através de histórias de vida, como os movimentos e mudanças sociais, os fenômenos de migração, de mobilidade social, de marginalização e exclusão, as repercussões de crises econômicas e sociais, o advento de certas formas de individualismo, de solidariedades, de sociabilidades, de resistências e de poder, assim como o trabalho e as trajetórias profissionais. O interesse por essas histórias decorre especialmente do acesso facilitado que oferecem às representações e à observação da maneira pela qual as pessoas vivem a sociedade, além da capacidade de fornecer hipóteses para explicações mais gerais. Conforme explica Robert Cabanes (2000), a abordagem biográfica não enquadra a pesquisa em limites preestabelecidos; ela fica à escuta, sendo assim capaz de abordar os aspectos menos visíveis da vida social.

Ao recolhermos uma história de vida, o lugar central é do sujeito que se conta; é ele que fornece a matéria primeira sobre a qual trabalhamos, na medida em que certos acontecimentos só nos são compreensíveis se vistos de seu interior, se conseguirmos apreendê-los através dos sujeitos que deles participam, ou seja, *encarnados em uma experiência individual*. Temos, assim, a oportunidade de obter depoimentos sobre acontecimentos que buscamos compreender, difíceis de serem conhecidos fora da história dos

sujeitos; depoimentos que podem nos dar detalhes desconhecidos, muitas vezes despercebidos, e pequenos ensinamentos que enriquecem a pesquisa e nos ajudam a ultrapassar os limites das histórias oficiais. Como observa Bertaux (1976, p. 31, tradução nossa):

Os analfabetos da cidade do México, escutados por Oscar Lewis, disseram muito mais sobre uma certa realidade mexicana que os sociólogos oficiais. Eles mostraram que sabiam muito sobre eles, sobre seu meio, sobre as relações sociais que determinavam sua existência. Eles compreendiam tudo.

Nesse sentido, um aspecto fundamental das histórias de vida consiste na sua diferenciação das histórias oficiais. As histórias de vida vão além de uma simples sucessão de fatos cronológicos, que remetem a uma concepção empobrecida e ossificada da realidade social. Também vão além da história humana comumente representada como história dos cumes ou das elites. Para Ferrarotti (1990), as histórias de vida compreendem uma concepção mais rica e mais vasta da historicidade, uma historicidade “não historicista”. A história historicista corresponde justamente a essa visão da trajetória humana associada ao caminho percorrido pelas elites, que aponta para uma única história possível e linear. Sob essa perspectiva, as narrativas são reduzidas unicamente ao estado de objeto de pesquisa, e seu sentido corresponde a verificar ou a falsificar as hipóteses do pesquisador, como condição de instrumentalização da pesquisa. Em contrapartida:

A história de vida como um método autônomo implica necessariamente uma historicidade não historicista. Em outros termos, ela implica uma ruptura com a concepção de história enquanto sucessão diacrônica para a pretensa verdade de um sentido geral detido pelas elites que seriam os depositários exclusivos do valor (FERRAROTTI, 1990, p. 31).

Uma dimensão política, emancipatória, está igualmente presente nas histórias de vida, já que representa a oportunidade de “franquear a palavra para aqueles a quem ela sempre foi recusada” (ZUSSMANN, 2000), permitindo aos atores dar sentido à sua situação e ao seu sofrimento. Em sua obra *La misère du monde*, Pierre Bourdieu mostra isso claramente:

Determinados entrevistados, sobretudo dentre os mais desfavorecidos, parecem captar essa situação como uma oportunidade excepcional, que lhes é ofertada para testemunhar, para se fazer ouvir, de levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma oportunidade também para se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construção de seu próprio ponto de vista sobre eles próprios, sobre o mundo, e de manifestação desse ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles se veem a si mesmos e veem o mundo, e tornam compreensíveis, justificáveis, para começar, para eles próprios (BOURDIEU, 1993, p. 915, tradução nossa).

Importante também é a referência ao caráter terapêutico presente nos recolhimentos de histórias de vida. Embora não exista essa pretensão, na medida em que é oferecida ao sujeito uma escuta de sua história, que lhe é oferecida a oportunidade de refletir e interpretar sua própria história, de fazer elaborações e de “tomar” a palavra em seu nome próprio, a pesquisa transforma-se, para os participantes, em uma ocasião de “refletir em voz alta” (LÉVY, 2001), em momento de *re-fazer*, de compreender o agora a partir do que já passou (CHAUÍ, 1987). É quando o sentido, trabalhado pelo tempo e pelas provações, transforma-se em uma dimensão essencial da narração (LÉVY, 2001), conferindo-lhe, assim, o efeito terapêutico.

Nesse contexto, é importante mencionar a crítica (sempre atual) feita por Lucien Sève (2001) em relação à carência de uma “psicologia” na abordagem científica global dos estudos biográficos. Segundo o autor, teorizações a respeito de uma personalidade “psicológica” têm importância decisiva para o historiador e para o sociólogo, sem as quais sempre restará obscuro o fato de que os indivíduos possam ser os autores de sua própria biografia e os transformadores das condições sócio-históricas que regem sua vida. A carência de uma psicologia, a que se refere Sève, diz respeito à carência de estudos sobre a “personalidade biográfica”, construída na vida material.

Em nossa opinião, as contribuições da psicossociologia e da sociologia clínica (GAULEJAC; MARQUEZ; RUIZ, 2005) para a análise e compreensão da “personalidade biográfica” têm um valor inestimável, em que pesem as diferenças epistemológicas e metodológicas entre essas perspectivas e a “psicologia concreta”, mencionada por Lucien Sève (2001).

Em nosso trabalho (BARROS, 2000, tradução nossa; BARROS; CAMPOS, 2002; BARROS; SILVA, 2002), esboçamos algumas possibilidades de diálogo entre tais perspectivas e, a partir daí, vimos melhor delimitando essa interlocução, buscando agregar novos elementos que possam,

ao mesmo tempo, ampliar e aprofundar as análises biográficas sempre no sentido de uma aproximação do que poderia se constituir como uma “ciência da biografia de indivíduos singulares” (SÈVE, 2001), uma “psicologia concreta”, um saber sobre o indivíduo singular em sua experiência real de vida, que auxilie na compreensão das metáforas que o concreto exige para ser decifrado. Nesse sentido, podemos dizer que a pesquisa em história de vida implica uma produção de conhecimento a partir do discurso do sujeito sobre sua situação concreta de vida, “reconhecendo ao saber individual um valor sociológico” (BARROS; SILVA, 2002), e não é utilizada como simples ilustração, como exemplo do que já é conhecido ou mesmo como ferramenta suplementar para completar pesquisas baseadas em outros métodos. Não existe também a pretensão de demonstrar leis, de buscar provas empíricas de hipóteses teóricas ou de encontrar causas últimas.

Buscamos, dessa forma, fazer emergir e compreender, nos relatos dos sujeitos, o “drama” no sentido politzeriano do termo, ou seja, a existência humana em sua densidade biográfico-histórica. Isso nos mostra uma faceta muitas vezes ignorada pelos pesquisadores: a do mundo subjetivo, construído objetiva e coletivamente, em relação permanente e simultânea com os fatos sociais.

Para Emmanuel Lazega (1990), a história de vida é uma forma de expressão da experiência humana, do vivido cotidiano. Ela nos permite ter uma visão mais aprofundada das influências recíprocas entre os processos psíquicos e sociais que determinam uma existência, na medida em que se fala do vivido subjetivo inscrito nas condições sociais que contribuíram a constituir esse vivido. Como afirma igualmente Oscar Lewis (1963), isso nos permite ter uma visão cumulativa, múltipla e panorâmica da situação que analisamos.

Podemos falar, igualmente, de uma dupla dimensão das histórias de vida: a descrição de fatos e a busca de sentido. Os fatos fazem parte de uma experiência de vida singular, inscrita num universo de relações sociais, de classe, de poder, que reenvia às condições sociais de existência.

O sentido, por sua vez, é o que *faz sentido* para seres concretos, em relação dinâmica, como pode fazê-lo um lapso, um ato falho, um ato livre, um poema, o prazer de um instante; ele não está na própria história, na qual ficamos *presos*, nem mesmo em sua narrativa, mas na sua retomada mais tarde, no movimento de pensamento no qual é representado (que é o verdadeiro sentido da representação); não no próprio passado, mas no ato que o reitera. Desse hiato, dessa contradição e dessa tensão entre o esclarecimento de um passado findo e o presente vivo e enigmático resulta o

efeito de sentido, que não é uma resposta, mas uma pergunta, que cria as condições de um devir possível (LÉVY, 2001, p. 27).

Recolher histórias de vida é uma relação – uma interlocução, segundo Lévy, e uma microrrelação social, segundo Ferrarotti –, não uma simples tomada de informações sobre o outro, e estabelecer uma relação se faz notadamente através de um processo em que se formam, ao longo do tempo, vínculos recíprocos de confiança e afinidades. Nada é possível sem o envolvimento do pesquisador.

Nessa relação de interlocução, segundo Ferrarotti (1984), a construção de confiança só ocorrerá se: 1) o pesquisador transformar-se, ele mesmo, em sujeito e objeto de pesquisa, o que significa que ele deve estar apto, deve estar pronto a refletir igualmente sobre ele mesmo. A investigação transforma-se, assim, em uma ocasião de autodesenvolvimento para o próprio pesquisador, que não pode compreender a situação de classe de uma pessoa ou de um grupo familiar se ele não se interroga primeiro sobre sua própria posição de classe; e 2) se a relação entre o pesquisador e o sujeito situar-se no mesmo nível, no mesmo pé de igualdade, em que os entrevistados não são informadores, mas participantes engajados na pesquisa.

Como bem observa Lévy (2001), não é a partir de algumas poucas entrevistas rápidas que nós podemos chegar à história de uma vida, mas sim a partir de um encontro único entre o pesquisador com uma pessoa que aceita a ele se confiar.

#### 4. Questões metodológicas

Como já argumentamos anteriormente (BARROS; CAMPOS, 2002; BARROS; SILVA, 2002), não existe um *modus operandi* preconcebido, uma prescrição de como recolher uma história de vida ao realizar uma pesquisa científica. Ao considerarmos a pesquisa em história de vida não como uma busca de leis, mas como uma busca de conhecimento sobre determinadas situações, contextos, temáticas, como um trabalho de elucidação progressiva de uma realidade no movimento histórico das relações sociais, as questões metodológicas devem se seguir às pesquisas e não lhes preceder. É na especificidade de cada história que vamos encontrar a via a seguir, o modo de trabalhar. Caso contrário, corremos o risco de recolher a história que desejamos, e não aquela construída na dinâmica existencial própria do entrevistado. Pede-se ao sujeito que conte sua história da maneira que lhe é própria, do seu ponto de vista, e, através dessas histórias, nós tentamos compreender o universo do qual eles (os sujeitos que se contam) fazem parte.

Suscitar uma história de vida, no entanto, faz-se em uma relação transferencial. Como bem observa Franco Ferrarotti (1984, tradução nossa), “não contamos nossa vida a um gravador”, mas a um outro que busca um conhecimento a partir de nossa experiência própria. Convém, assim, interrogar a situação na qual o relato é produzido, como sendo o que determina, pelo menos inicialmente, a natureza e o conteúdo do que é contado pelo sujeito. Responder às questões – quem eu sou para o outro e em que lugares ele me coloca – pode ser um caminho para compreender a condição e a natureza das histórias contadas. Em todo caso, a condição fundamental para o desenvolvimento pleno da pesquisa é que o narrador seja tomado pelo desejo de se contar e que assuma, ele mesmo, a condução da entrevista.

Ele conta certa história, que é um relato, uma narrativa, que é endeçada, ou seja, construída em função do que representa para ele a situação de contar sua vida, das interações que se manifestam e dos efeitos que deseja produzir sobre o destinatário de seu contar (JOBERT, 2001). Concordando com Dilthey (1992), há uma impossibilidade de dizer tudo sobre o desenrolar de uma vida, logo impossibilidade de completude no relato, mas o que de fato importa é o sentido que é construído pelo sujeito.

O relato autobiográfico é, portanto, incompleto; ele é como todo instrumento de coleta de dados em ciências sociais. Olhemos mais longe ainda: ele é incompleto nos dados, como toda ferramenta de coleta, mas não no plano da significação, contrariamente a muitas outras abordagens. De fato, a necessidade de que o relato “faça sentido” obriga a fechar o texto nele mesmo, a torná-lo coerente ou autônomo ou a lhe fornecer uma lógica ou uma “ordem”. O relato de tipo autobiográfico possui, portanto, uma vantagem inegável em face de outras ferramentas, visto que ele mobiliza o indivíduo e exige dele o que outras abordagens não lhe solicitam. Desse modo, a questão não está na “verdade”, mas no “sentido”, e é preciso deportar a perspectiva da verificação ou da qualificação dos fatos, certamente útil, porém insuficiente e necessariamente inacabada, para a análise do sentido do relato, daquilo que ele quer dizer para o autor (BOUILLOUD, 2009, p. 47).

No que tange à análise das histórias de vida, a pergunta que deve guiar o pesquisador é construída no sentido de como utilizar as histórias para fazer avançar a compreensão de uma realidade. Assim, as narrações nos interessam não apenas como histórias pessoais, mas, sobretudo, como

pretexto para compreender um objeto, uma situação, um universo social desconhecido. Embora a situação de pesquisa gire em torno das histórias dos sujeitos, o recorte analítico é que vai diferenciá-las, na medida em que ele poderá ser guiado por questões centradas sobre a pessoa, o trabalho, as escolhas teóricas e/ou militantes, os engajamentos, as participações, a experiência, a gestão, a formação, a saúde, a educação, etc., mediadas por conceitos e teorias que sustentarão as análises dialogando com a narrativa.

Como ressalta Daniel Bertaux (1997), tudo depende da maneira pela qual se recolhem as histórias de vida, a que fins vão servir e a quais indagações se vai buscar responder; tudo depende ainda da maneira pela qual se analisam as histórias, de quem participa dessa análise e de que ferramentas intelectuais dispomos para fazê-lo. Ele entende que a interpretação não se deve concentrar sobre a “vida” como objeto único do qual buscaremos o sentido, mas, em vez disso, sobre as relações sociais e interpessoais que estão na origem das experiências práticas. Essas experiências, por sua vez, são interpretadas em função de uma situação concreta em que os atores se encontram e da percepção, por parte deles, da situação, tão confusa quanto ela possa ser. É também interpretada à luz de uma teoria que o pesquisador introduz como referência para leitura das histórias.

Para Gaulejac (2009), a análise das trajetórias não pode permanecer numa simples identificação dos caminhos percorridos por cada um em função de seu grupo de origem. Ela deve, igualmente, descrever os mecanismos que condicionam esses trajetos, isto é, as regularidades objetivas que determinam os destinos sociais. Toda sociedade produz mecanismos institucionais complexos pelos quais os indivíduos determinam suas escolhas, guiados por oportunidades, acompanhados na sua condução social.

Finalmente, trataremos a questão da publicação das histórias de vida recolhidas. Publicá-las em sua integralidade ou fragmentá-las? A publicação integral apresenta problemas tanto em relação à passagem da fala à escrita quanto ao tamanho dos textos. Transcrição literal ou reescrita? Temos exemplos como o trabalho de Oscar Lewis, *Les enfants de Sánchez* (1963), que, a partir de uma reescrita completa das narrativas, foi publicado em sua integralidade.

Pode-se, igualmente, trabalhar com fragmentos de relatos, o que traz, segundo Bertaux (2009), o inconveniente de *segmentar* relatos que constituem, por eles próprios, totalidades; mesmo quando se pode duvidar que essa ou aquela vida apresente alguma unidade, ao menos no relato que é feito, o sujeito tende a dar uma imagem coerente. Perde-se algo na segmentação. Perde-se, certamente, o sentido que o autor confere

à sua vida e que estrutura uma lógica interna ao texto.

Ainda segundo Bertaux (2009), é preciso enfatizar o potencial de expressão científica dos relatos de vida, nos quais existem *tesouros de ideias* – clarões num fundo narrativo obscuro – e, a partir dos quais, será possível construir o discurso sociológico, para o qual existem, pelo menos, duas vias: uma que consiste em traduzir esses clarões em um discurso sociológico, sem indicar suas origens; e outra que consiste em trabalhar a forma do relato, preservando seus conteúdos concretos, de maneira a mostrar o que ele traz em termos de conhecimento sobre o social. Pode-se fazer isso juntamente com o sujeito que “se contou” ou, na impossibilidade dessa solução, optar por outra, delicada, a reescrita.

O trabalho do pesquisador deve acontecer no sentido de uma valoração das “passagens sociológicas”. Se esse trabalho é bem feito, um relato bem reescrito pode conter tantas informações sociológicas quanto um tratado de sociologia sobre a mesma questão. Essa afirmação pode parecer excessiva, mas se compararmos a autobiografia de Don C. Talayesva (1962), *Soleil hopi*, com um tratado antropológico da cultura hopi, se compararmos *Le cheval d'orgueil* de Pierre-Jakez Hélias (1975) com o que existe de tratados sobre os costumes do país bigouden, começaremos a entrever que o saber pode tomar outras formas, além da do discurso científico (BERTAUX, 2009, p. 32).

Uma crítica recorrente ao trabalho com histórias de vida diz respeito ao engajamento subjetivo do pesquisador que não manteria um “distanciamento” de seu objeto de estudo. Concordamos com Bouilloud quando afirma que não basta ter certo grau de exterioridade em relação ao seu objeto para se liberar das armadilhas da subjetividade. Em suas palavras:

É muito mais no olhar reflexivo dos procedimentos escolhidos, na capacidade de se descentrar, na consideração de seus próprios pré-julgamentos e num questionamento permanente de sua própria “relação com os valores”, que se verificam, para o pesquisador, as condições de possibilidade da validade de sua pesquisa [...]. [...] é a interrogação sobre o método que cria a validade, não unicamente a “distância” com o objeto de estudo (BOUILLOUD, 2009, p. 43).

## 5. Considerações finais

São muitos os desafios e dificuldades a serem enfrentados pelos pesquisadores em história de vida. Como desafio principal, encontramos a necessidade de fazer avançar a perspectiva biográfica de pesquisa, consolidando-a no campo da metodologia qualitativa. Como dificuldades, encontramos algumas armadilhas, dentre as quais a consideração de uma história como receptáculo das significações próprias de uma coletividade inteira e, por conseguinte, sua transformação em um exemplo que servirá de suporte para a interpretação da vida dessa coletividade. É preciso estar consciente do fato de que, se através das histórias de vida nós podemos fazer a passagem da história individual para a coletiva, isso não significa que a totalidade desta se encontra ali representada. Ela a ultrapassa e transcende.

No mesmo sentido, o risco do vivido e o perigo de cair no psicologismo se completam e é inútil esconder a ameaça que representam. Como bem nota Jean Peneff (1990), muitos sociólogos se deixam seduzir pelo charme das relações interpessoais criadas por ocasião da autobiografia e chamam vivido todo o discurso escutado. Vincent de Gaulejac (1997, p. 71, tradução nossa), por sua vez, define a lista de armadilhas de todo relato de si:

[...] a ilusão biográfica (por que seria preciso que a vida tenha um sentido?), a ilusão finalista (a vida se organizaria em torno de um projeto, se inscreveria em torno de uma finalidade), a ilusão determinista (o homem é uma larva mamífera programada socialmente), a ilusão retrospectiva (reconstruímos o passado em função das exigências do presente), a ilusão narcísica (toda narrativa seria antes de tudo uma questão de imagem).

As dificuldades não devem, entretanto, ser desencorajadoras. São criadas justamente pela riqueza inesgotável desse método, de múltipla utilização – pesquisa, intervenção, formação – e que vem se desenvolvendo e encontrando boa receptividade nas ciências humanas e sociais, embora suscitando, ao mesmo tempo, interesse e desconfiança, entusiasmo e suspeita.

O que nos anima e inspira é o que consideramos ser a grande contribuição do método biográfico, especialmente do recolhimento de histórias de vida: sua condição de retirar o pesquisador dos saberes explicativos, ilusoriamente objetivos, susceptíveis de serem colocados a serviço de estratégias de dominação, e conduzi-lo, como nos ensina André Lévy, em direção a uma ciência que leva em conta a imprevisibilidade e complexidade das condutas humanas, implicando assim uma mudança mais radical da

posição do pesquisador em relação não apenas às pessoas e aos objetos de sua pesquisa, mas também e principalmente à sua função na sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

ARFUCH, L. **El espacio biográfico**: dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2007.

BARROS, V. A. **De la représentation au pouvoir**: une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil. [S.l.]: Septentrion, 2000.

BARROS, V. A.; CAMPOS, F. A. O trabalho de ocupar a terra: história de vida de trabalhadores rurais sem-terra assentados em Tumiritinga-MG. In: GOULART, I. B. (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 147-158.

BARROS, V. A.; OLIVEIRA, M. Q.; NEVES, C. V. Dimensões psicopolíticas da prostituição: a relação prostituta e trabalho. In: CUNHA, D. M.; LAUDARES, J. B. (Org.). **Trabalho**: diálogos multidisciplinares. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 76-97.

BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M. Trabalho e criminalidade. In: GOULART, I. B. (Org.). **Temas em psicologia e administração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 321-341.

BARROS, V. A.; SILVA, L. R. A pesquisa em história de vida. In: GOULART, I. B. (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 133-146.

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique général**. Paris: Gallimard, 1980. 2 v.

BERTAUX, D. **Histoires de vie ou récits de pratiques?** Méthodologie de l'approche biographique en sociologie. Rapport au CORDES, n. 23, 1976.

BERTAUX, D. **Les récits de vie**. Paris: Nathan, 1997.

BERTAUX, D. Metodologia do relato de vida em sociologia. In: TAKEUTI, N.; NIEWIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social**. Porto Alegre: Sulinas, 2009. p. 7-25.

BLASQUEZ, A. **Gaston Lucas, serrurier**: chronique de l'anti-héros. Paris: Plon, 1976. (Collection Terre Humaine).

BOSI, E. **Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

BOUILLOUD, J. P. A autobiografia: um desafio epistemológico. In: TAKEUTI, N.; NIEWIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social**. Porto Alegre: Sulinas, 2009. p. 33-58.

BOURDIEU, P. **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.

BURGESS, E. W. Preface. In: SHAW, C. R. **Jack Roller**: a delinquent boy's own story. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

CABANES, R. Quelle approche biographique? **Revue Internationale de Psychosociologie**. Récits de vie et histoire sociale, Paris, v. VI, n. 14, 2000.

CARRETEIRO, T. C. O. Fazer de uma coletividade uma história coletiva. In: TAKEUTI, N.; NIEWIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social**. Porto Alegre: Sulinas, 2009a. cap. 5.

CARRETEIRO, T. C. O. La moquerie: forme de communication dans le groupes de jeunes au Brésil. In: GIUST-DESPRAIRIE, F; GAULEJAC, V. (Org.). **La subjectivité à l'épreuve du social**. Paris: L'Harmattan, 2009b. p. 27-40.

CARRETEIRO, T. C. O. Pais e filhos adolescentes construindo sentidos, ideais de trabalho e projetos profissionais. In: FERES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**: permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009c. p. 15-23.

CATANI, M. **Tante Suzanne**: une histoire de vie sociale. Paris: Librairie des Méridiens, 1982.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. Edusp, 1979.

COULON, A. **L'école de Chicago**. Paris: PUF, 1984. (Collection Que sais-je?).

DILTHEY, W. **Introduction aux sciences de l'esprit:** critique de la raison historique. Traduction de Sylvie Mesure. Paris: Editions du Cerf, 1992. (Oeuvres I).

DORVIL, H. Approche clinique et sociologie de la santé mentale. In: ENRIQUEZ, E. et al. (Org.). **L'analyse clinique dans les sciences humaines**. Montréal: Saint-Martin, 1993.

FERRAROTTI, F. Entretien avec Franco Ferrarotti. **Revue Éducation Permanente**, n. 72/73, p. 25-31, 1984. Entrevista concedida a Guy Jobert.

FERRAROTTI, F. **Histoire et histoires de vie**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.

GAULEJAC, V. **La neurose de classe**. Paris: Hommes et Groupes, 1991.

GAULEJAC, V. La vie, le roman, l'histoire. **Revue Internationale de Psychosociologie**. Récits de vie et histoire sociale, Paris, v. VI, n. 14, 2000.

GAULEJAC, V. O sujeito em face de sua história: a *démarche* "romance familiar e trajetória social". In: TAKEUTI, N.; NIEWIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social**. Porto Alegre: Sulinas, 2009. cap. 4.

GAULEJAC, V. S'autoriser à penser. **Cahiers du laboratoire de changement social**. Histoires de vie et choix théoriques 2, Paris, n. 2, p. 71-112, maio 1997.

GAULEJAC, V.; MARQUEZ, S. R.; RUIZ, E. T. **Historia de vida:** psicoanálisis y sociología clínica. México: UAQ, 2005.

HÉLIAS, P. J. **Le cheval d'orgueil**. Paris: Plon, 1975.

HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes:** uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JOBERT, G. Que faire des histoires de vie? Retour sur quinze ans de

pratiques. **Revue Éducation Permanente**: les histoires de vie, théorie et pratiques, Genève, n. 142, p. 237-239, 2000-1.

LAZEGA, E. Introdução. In: FERRAROTTI, F. **Histoire et histoires de vie**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.

LEGRAND, M. D'une grande histoire de vie. Une aventure singulière. In: GAULEJAC, V.; LEGRAND, M. **Intervenir par le récit de vie**. Paris: Eres, 2008.

LEGRAND, M. **L'approche biographique**. Paris: Desclée de Brouwer, 1993.

LE VEN, M. **Dazinho, um cristão nas Minas**. Belo Horizonte: CDI, 1998.

LÉVY, A. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LÉVY, A. Introduction. **Revue Internationale de Psychosociologie**. Récits de vie et histoire sociale, Paris, v. VI, n. 14, 2000.

LEWIS, Oscar. **Les enfants de Sánchez**: autobiographie d'une famille mexicaine. Paris: Gallimard, 1963.

PARANÁ, D. **O filho do Brasil**: de Luiz Inácio a Lula. São Paulo: Xamã, 1996.

PENEFF, J. **La méthode biographique**. Paris: Armand Colin, 1990.

RICOEUR, P. **Temps et récit**. Paris: Seuil, 1983.

SÈVE, L. "Marxisme et théorie de la personnalité" (1969): retour sur la genèse d'un livre. **Revue Éducation Permanente**: les histoires de vie, théories et pratiques, n. 142, p. 11-25, 2001.

SHAW, C. R. **Jack Roller**: a delinquent boy's own story. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

SUTHERLAND, E. **The professional thief**. Chicago: University of Chicago Press, 1937.

TAKEUTI, N. Desafios da abordagem socioclínica e biográfica no contexto sociocultural e político brasileiro. In: TAKEUTI, N.; NIEWIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social**. Porto Alegre: Sulinas, 2009. p. 74-94.

TAKEUTI, N.; NIEWIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

TALAYESVA, D. C. **Soleil hopi**. Paris: Plon, 1962.

THOMAS, W.; ZNANIECKI, F. **The polish peasant in Europe and America**: monograph of an immigrant group. Chicago: University of Chicago Press, 1920.

ZUSSMANN, R. Autobiographical occasions: introduction to the special issue. **Qualitative Sociology**, v. 23, n. 1, p. 5-8, 2000.



# MÉTODO ETNOGRÁFICO: DA ETNOGRAFIA CLÁSSICA ÀS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

*Neusa Rolita Cavedon<sup>12</sup>*

## 1. Introdução

*Eu,  
Transitando  
No mundo do  
Outro,  
Granjeio o conhecimento necessário,  
Reviro cada canto e questiono cada pessoa do campo.  
As emoções, de medo, de alegria e de tristeza,  
Fazem com que eu viva a cultura alheia e me desconstrua.  
Iniciar a observação participante,  
Algo difícil de enfrentar; sair do campo significa ruptura, quero ficar.*

**I**niciar um capítulo que versa sobre método científico sob a forma de um acróstico. Isso é permitido? Afinal, esse capítulo vai tratar de método todo ou de poesia? – pode estar se perguntando o leitor diante dessa ruptura com o convencional. No caso da etnografia, cabe esclarecer que os limites não são tão rígidos. A ciência e a literatura andam de mãos dadas e é por essa razão que muitos antropólogos costumam afirmar ser condição fundamental para o exercício do ofício saber escrever “bem”.

Fazer etnografia significa viver a cultura a ser pesquisada no seu dia a dia: ouvir, ver e observar, sentir aromas, desenvolver o tato, o paladar, estabelecer relações afetivas com os informantes, enfim, realizar uma viagem científica, na qual a vida do pesquisador não permanece imune ao que ele capta no campo. Ao contrário, quanto mais aberto para as experiências e vivências, mais ricos serão os seus dados e maior será o seu ganho em termos de bagagem pessoal.

Conhecer esse fazer científico tão diferenciado é a proposta deste capítulo. Vamos primeiramente para as Ilhas Trobriand encontrar com o

<sup>12</sup> Doutora em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS, Mestre em Administração pelo PPGA/EA/UFRGS, Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS. Professora na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadora do CNPq.

mestre Malinowski e aprender com ele os primórdios do método, para numa viagem de volta fazer pequenas paradas, visando conhecer o caminho percorrido; partimos então do passado para o presente.

## **2. Malinowski: as três excursões até as ilhas do Pacífico Sul**

O método etnográfico tem a sua gênese na Antropologia Social com o trabalho de Bronislaw Malinowski, intitulado *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922. Nesse livro, obra basilar para quem pretende incursionar pelos meandros da observação participante, Malinowski tece considerações importantes sobre a forma como conduziu os seus estudos entre os nativos das Ilhas Trobriand. É claro que, naquele momento da Antropologia, enquanto disciplina, o foco dos estudos estava centrado nas sociedades ditas “simples”. Os povos considerados “exóticos” ou subjugados pelo sistema colonialista eram alvo de pesquisas, afinal, muitos antropólogos foram financiados por governos, que buscavam obter informações sobre as culturas que eles dominavam, de modo a melhor exercer seu poder sobre elas. Vale dizer que, devido a esses primórdios, a Antropologia aplicada recebe críticas e sofre certo rechaço por parte de alguns antropólogos até os dias de hoje. Mas voltemos ao universo de Malinowski em suas primeiras viagens.

Na introdução de sua obra, Malinowski explora aspectos atinentes ao tema, método e objetivo da pesquisa empreendida. Diz o renomado antropólogo que sua intenção é a de descrever o sistema de comércio dos nativos investigados, denominado *Kula*, que, no seu entender, tratava-se de um fenômeno econômico de considerável importância no âmbito teórico.

Malinowski pretende mostrar a cientificidade dos estudos etnográficos ao evidenciar que, a despeito de não ser possível estabelecer uma quantificação tal qual nas ciências exatas, o rigor metodológico permite a qualificação de científico ao trabalho etnográfico, desde que tal pesquisa permita “[...] distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso e intuição psicológica” (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

A preocupação em aprofundar o trabalho de campo não se deixando enganar pelas aparências é outro alerta realizado pelo autor. No caso das “sociedades simples”, a ausência da escrita faz com que os dados obtidos tenham que ser captados mediante a observação dos comportamentos e de relatos dos informantes, daquilo que está registrado em suas memórias;

inexistem fontes documentais que possam ser consultadas e, portanto, atentar para o dia a dia é fundamental fonte de investigação. Conhecer o idioma das culturas objeto de pesquisa é outro ponto considerado crucial, na medida em que permite a obtenção de dados sem a intermediação de um tradutor. Todo esse empreendimento, alerta Malinowski, apresenta percalços, requer do pesquisador bom senso, conhecimento acerca dos princípios científicos e uma dose de consciência sobre possíveis agruras, visto que não há atalho mágico que leve aos objetivos almejados prescindindo de esforços e problemas. O fazer científico a que faz menção Malinowski deve levar em conta os três princípios, a saber:

[...] em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência (MALINOWSKI, 1978, p. 20).

O fato de o pesquisador encontrar-se entre os nativos e manter-se distante do homem branco era uma condição necessária em se tratando das sociedades investigadas naquela época. Como veremos adiante, no contexto contemporâneo, tal princípio já não é mais, de certa forma, cabível. Se esse afastamento da cultura de origem pode ser questionado em tempos atuais, a vivência com contato efetivo permanece relevante, para não dizer fundamental. Malinowski enfatiza que estar em contato com os nativos é diferente de se relacionar de modo eventual com os pesquisados. Isso porque, ao longo do tempo, depois de experimentar vários sentimentos, seja de desagrado ou aprovação, o pesquisador começa a viver em harmonia com a realidade escolhida para a realização da investigação. A rotina diária dos nativos passa a ser a do pesquisador, assim, a interação acontece sem que os pesquisados estranhem essa presença constante ou sintam-se tolhidos ante a observação atenta empreendida. A intromissão exacerbada do etnógrafo acaba sendo aceita e os nativos passam a ver o pesquisador como “um mal necessário”.

Malinowski relembra a necessidade de o pesquisador estar presente no momento que ocorrem fatos importantes, pois os comentários e os sentimentos dos nativos vão aflorar e é preciso acompanhar tais manifestações. Ele lembra que, por desconhecer a cultura, o pesquisador comete

erros de etiqueta, os quais, dependendo da proximidade estabelecida com os nativos, serão por eles rapidamente apontados. Portanto, é preciso que o pesquisador se familiarize com aquilo que é considerado de bom-tom e cuide para não cometer impropriedades.

Ainda dentro dos princípios do fazer científico, vale destacar a proatividade na busca dos dados que venham a atender os objetivos de cunho científico propugnados. Isso não significa radicalizar nas posturas defendidas, muito ao contrário: o verdadeiro trabalho etnográfico consiste em rever os posicionamentos quando o campo assim o suscitar, ou seja, é preciso atentar para novos achados e rever postulados, evitando pré-conceitos. A bagagem teórica do pesquisador será o instrumental que o irá auxiliar no direcionamento do olhar para certas questões, mas isso não impede que ele amplie o espectro de suas investigações caso algo ou algum elemento mostre-se mais relevante ou leve a novas teorizações.

Assim, é diferente o relato de alguém que com a curiosidade de amador conta as experiências vividas. O etnógrafo vai além, buscando o rigor do fazer científico e, segundo Malinowski, apreendendo a cultura em sua totalidade, sem optar por um aspecto em detrimento de outro, como em casos de análise do sistema econômico na qual se abre mão da observação dos aspectos políticos ou o estudo da religião omitindo, em contrapartida, a tecnologia. Na perspectiva do etnógrafo, todos os aspectos precisam ser investigados para que a cultura possa ser mapeada em sua integralidade.

Os achados de campo não vão ser obtidos de modo direto; as abstrações serão realizadas pelo etnógrafo depois de ele ter se apossado de inúmeros dados observados ao longo de um determinado período. O pesquisador deve discutir com os informantes sobre os fatos, de modo que ele venha a conhecer os mecanismos sociais acionados em certas situações e o significado disso para os nativos.

O tratamento científico difere do senso comum, primeiro, pelo fato de que o cientista se empenha em continuar sua pesquisa sistemática e metodicamente, até que ela esteja completa e contenha, assim, o maior número possível de detalhes; segundo, porque, dispondo de um cabedal científico, o investigador tem a capacidade de conduzir a pesquisa através de linhas de efetiva relevância e a objetivos realmente importantes. Com efeito, o treinamento científico tem por finalidade fornecer ao pesquisador um “esquema mental” que lhe sirva de apoio e permita estabelecer o roteiro a seguir em seus trabalhos (MALINOWSKI, 1978, p. 25).

Não é incomum o pesquisador se defrontar com situações que colocam em xeque as respostas encontradas para o problema de pesquisa previamente definido. O etnógrafo pode acreditar ter encontrado a resposta para as suas inquietações; entretanto, novas deficiências nas investigações podem aparecer durante o exame dos dados, revelando a necessidade de mais informações e embasamento teórico para sanar possíveis lacunas.

Malinowski usa a metáfora do corpo para diferenciar as pesquisas quantitativas dos estudos etnográficos. Diz o referido autor que as *surveys*, por exemplo, evidenciam o esqueleto de uma realidade humana, mas a etnografia põe à mostra a carne e o sangue. Os questionários e as estatísticas são insuficientes para revelar os “imponderáveis da vida real”. Esses dizem respeito ao cotidiano de trabalho, de cuidados com o corpo, às relações familiares, ao preparo dos alimentos, às festas, às relações de amizade, à expressão dos sentimentos de vaidade, inveja, ambição, enfim, ao modo de vida dos pesquisados.

Malinowski já admitia a presença da subjetividade na obtenção dos dados. Chamava a atenção para o registro imediato, a ser feito nos diários de campo, daquilo que acontece no espaço investigado, bem como o cuidado em registrar as primeiras impressões, visto que elas podem se esvaír com a aculturação do pesquisador que deixa de notá-las como diferentes ou importantes com o passar do tempo. Sugeriu ainda que o pesquisador se desprendesse de seus aparatos (câmara, bloco de notas, lápis) para viver a cultura nativa, participando dos momentos festivos, das conversas, da rotina. Esse procedimento ajuda a estabelecer uma relação mais próxima com os informantes e, no caso das sociedades tribais, permite o exercício da sociabilidade por parte do pesquisador, isolado de seus pares, carente da companhia de outros seres humanos que tenham o mesmo *background* cultural.

Mauss (1993, p. 27) chamava de etnografia intensiva “a observação aprofundada de uma tribo, observação tão completa, tão desenvolvida quanto possível, sem nada omitir. Um etnógrafo profissional, trabalhando muito bem, pode, por si só, num espaço de três ou quatro anos, proceder ao estudo quase exaustivo de uma tribo”.

A compreensão da mentalidade e do comportamento do “Outro” é o empreendimento fundamental a ser concretizado pelo etnógrafo. Entender os desejos, os sentimentos, a essência daquilo que os nativos julgam ser a felicidade é o que há de mais recompensador em termos de pesquisa, afora a tentativa do etnógrafo de aprofundar o entendimento sobre sua própria natureza humana.

### 3. A etnografia nas sociedades complexas

Passados noventa e seis anos da primeira expedição de Malinowski às ilhas do Pacífico Sul, as “sociedades simples” foram pouco a pouco sendo dizimadas. O contato com os brancos acabou por introduzir doenças e hábitos que os nativos não estavam preparados para enfrentar. O exótico deixa de existir. O antropólogo defrontado com essa situação vê sucumbir a sua ciência. Todavia, nas sociedades qualificadas de complexas, os indícios da diversidade reinante apontavam para a possibilidade de recortes visando aos estudos que tivessem por alvo o próprio universo do pesquisador. O diferente já não estava mais em terras longínquas, o estranho encontrava-se no reduto do próprio etnógrafo, nas vilas, nos clubes de futebol, nas comunidades alternativas, enfim, havia muitos atores sociais silenciosos que careciam ganhar visibilidade através do desvendamento de suas culturas. Com esse direcionamento, o fim da Antropologia não seria decretado, mas um esforço seria exigido: estabelecer, de modo claro, as delimitações do espaço a ser pesquisado, uma vez que, nas sociedades complexas, a amplitude pode fazer com que o etnógrafo perca o foco e atralhe-se na rede de relacionamentos construídos, que se estende por bairros, cidades, estados, países, pelo mundo ocidental, pelo mundo oriental.

A pesquisa levada a efeito na sociedade do etnógrafo apresenta facilidades e dificuldades. Aprender o idioma nativo não é mais problema, pois a linguagem é de domínio do pesquisador, embora alguns termos de uso exclusivo de determinados grupos exijam atenção. O mais difícil nesse novo contexto é “estranhar o familiar” (DAMATTA, 1987). Por mais que se apresente, de certo modo, distante da realidade do pesquisador, ainda assim, o campo a ser investigado faz parte da mesma cidade, do mesmo estado, onde, por exemplo, o etnógrafo habita, da sociedade ocidental, da qual ele participa. Como encontrar o novo diante de uma realidade não tão desconhecida nem tão exótica. Eis o esforço a ser despendido. Treinar o olhar para ver o que se apresenta, e não aquilo que estamos acostumados a enxergar. As aparências enganam. Os comportamentos, muitas vezes, assemelham-se, mas seus significados podem ser totalmente diferentes. Uma mesa farta para algumas sociedades significa atenção, carinho para com os convidados; para outras sociedades representa uma demonstração de poderio econômico, de supremacia diante destes. Como estabelecer a distinção?

Convivendo com os informantes e despindo-se de possíveis interpretações *a priori*, o pesquisador não se deve sentir constrangido ao perguntar sobre aquela realidade, embora, em sua mente, possa estar se imagi-

nando ridículo, afinal, esse também é o seu mundo e, de certo modo, ele pensa conhecê-lo suficientemente. Não raro, essa soberba é derrubada por descobertas inimagináveis, que surpreendem trazendo à tona a ignorância dos pesquisadores sobre a própria cidade, bairro, empresa.

Aqui, outro aspecto relevante dos estudos das sociedades complexas – embora também fosse válido em sociedades simples – é que a humildade deve ser companheira inseparável do etnógrafo. Humildade para questionar, para saber esperar o momento certo de estabelecer uma interlocução com o informante, de pedir desculpas quando infringir alguma regra daquele espaço, humildade para estabelecer uma reciprocidade com os informantes, uma troca onde não haja o detentor do conhecimento científico de um lado, considerado mais importante, e o saber do “Outro”, depreciado, muitas vezes por estar atrelado ao mágico, às crenças milenares, às tradições do senso comum. Vale lembrar que são saberes e, como tal, devem ser respeitados. Respeito que requer do etnógrafo o monitoramento de seu olhar etnocêntrico. Como afirma Hughes (1971, p. vii):

[...] trabalho de campo significa observar pessoas *in situ*: descobrir onde estão, permanecer com elas em uma situação que, sendo por elas aceitável, permita tanto a observação íntima de certos aspectos de seu comportamento, como descrevê-lo de forma útil para a ciência social, sem prejuízo para as pessoas observadas.

Mas a questão é: como se faz na prática?

Casal (1996, p. 105) alega que, a despeito da Antropologia ter no trabalho de campo e na observação participante o cerne da atividade antropológica, “muito raros são os antropólogos que decidem explicitar os seus métodos de forma clara e desinibida”. A necessidade de elucidar ao leitor os caminhos percorridos até a construção do relato etnográfico é considerada primordial na ótica do referido autor, que afirma:

Infelizmente a metodologia da observação participante e em geral os métodos do trabalho de campo permanecem diluídos e quase silenciados nos milhares de monografias que até hoje foram produzidas, como se o saber fazer do antropólogo fosse uma dádiva dos deuses, um recurso inato que não se pudesse adquirir, aprender ou ensinar, qualquer coisa como o saber fazer do poeta ou do romancista. Na verdade, ouve-se dizer, cada vez com

mais freqüência, que a Antropologia tem mais de poesia que de ciência. O lado estético da Antropologia já, há muito, Evans-Pritchard o tinha prefigurado ao sublinhar que a actividade antropológica se situava nas proximidades da actividade artística.

Muitos antropólogos clássicos, modernos ou post-modernos brindam-nos com belas páginas de escrita etnográfica, convidando-nos, por assim dizer, a conjugar o verdadeiro e o belo numa síntese perfeita de sabedoria antropológica. Mas não nos iludamos. Os percursos estéticos e os percursos epistemológicos que conduzem o antropólogo a essa síntese são distintos, contêm características diferentes e privilegiam espaços e etapas específicas, atingindo o ponto de fusão num momento da pesquisa que, infelizmente, não nos é possível precisar (CASAL, 1996, p. 106).

Em face dessas considerações de Casal (1996), optamos por mostrar ao neófito etapa por etapa do método etnográfico. Todavia é preciso lembrar que cada campo e cada pesquisador são únicos; portanto, é possível que seja necessário elaborar estratégias em função das peculiaridades de cada pesquisa, sendo importante registrar tais ações como parte da investigação.

#### **4. O passo a passo da pesquisa etnográfica**

O primeiro passo a ser dado pelo pesquisador consiste em se apropriar das leituras de etnografias clássicas e contemporâneas produzidas por antropólogos, afinal, é nessa área do conhecimento que a gênese do método se encontra.

Exemplos de etnografias consideradas clássicas, que requerem uma leitura por parte daqueles que estão se iniciando na utilização do método, além de *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1978) de Bronislaw Malinowski, são as obras de seu discípulo Evans-Pritchard, *Os Nuer* (1978) e *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (2005), indispensáveis para quem quer se apropriar do fazer etnográfico. Os livros *O processo ritual* (1974) de Vitor Turner, *Pureza e perigo* (1976) de Mary Douglas, *Ritos de passagem* (1978) de Arnold Van Gennep, *A interpretação das culturas* (1978) de Clifford Geertz, com destaque especial para o capítulo que trata da briga de galos entre os balineses, *Os estabelecidos e os outsiders* (2000) de Norbert Elias e *Tristes trópicos* (2001) de Lévi-Strauss são obras imprescindíveis para a leitura por parte dos neófitos.

Em se tratando de antropólogos brasileiros contemporâneos, a leitura dos trabalhos de Roberto DaMatta, *Carnavais, malandros e heróis* (1983), *Explorações* (1986), *A casa e a rua* (1987), *O que faz o Brasil, Brasil?* (1991), entre outros. É igualmente importante ler os trabalhos dos discípulos de Roberto DaMatta, *Magia e capitalismo* (1985) de Everardo Rocha e *O jeitinho brasileiro* (1992) e *Igualdade e meritocracia* (1999), de Livia Barbosa. Recomendam-se ainda a obra de Gilberto Velho, *Individualismo e cultura* (1981), que fala das camadas médias urbanas no Brasil, *Festa no pedaço* (1984) de José Guilherme Cantor Magnani, *O mundo funk carioca* (1988) de Hermano Vianna e o trabalho de Lúcia Helena Alves Müller, *Mercado exemplar* (2006).

Essas obras são apenas uma ínfima amostra dos inúmeros trabalhos que existem com base no método etnográfico, e uma busca informatizada certamente vai dar ao leitor uma gama enorme de outras referências.

Dissertações e teses produzidas por antropólogos encontram-se em bibliotecas digitais à disposição dos interessados. A relevância do contato com essas obras decorre também do fato de as discussões sobre os avanços, as adaptações, as limitações da etnografia serem objeto de estudos constantes na área de Antropologia. Outro ponto que justifica a leitura de etnografias produzidas por antropólogos é a forma de apresentação dos dados. Diferentemente de outras ciências e métodos, nos quais a apresentação dos resultados da pesquisa deve se dar de modo bastante objetivo, no caso da Antropologia e da etnografia a escrita é parte integrante do método. O texto redigido de forma literária não perde em cientificidade, mas garante, juntamente com outros aspectos, especificidade aos estudos que têm esse método como caminho para a realização de pesquisas. Alguns livros de metodologia também merecem ser objeto de estudo.

Cumprida essa etapa, que inclui, sem dúvida nenhuma, a leitura de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, o pesquisador deve escolher o tema e o objeto a ser investigado. O objeto, muitas vezes, é o mais fácil de ser encontrado. O tema será sempre provisório. O leitor pode estar questionando o porquê. Por uma razão bastante simples: como já vimos no item anterior, Malinowski dizia que precisamos estar abertos ao que o campo vai nos apresentar. Assim, é comum decidirmos por uma temática e, ao ir a campo, defrontarmos-nos com outros elementos que nos obrigam a abandonar a nossa escolha temática em prol de outra, mais consoante com aquela realidade. Devemos estar preparados para essa mudança de rumo e para o esforço que isso demanda.

A pesquisa sobre a temática deve ser empreendida, mas sem dogma-

tismos em relação a essa escolha. Já o objeto investigado deve ser perscrutado em documentos guardados em memoriais, livros de história, jornais. Essas fontes existem nas sociedades complexas, ao contrário do que se passa nas sociedades simples, nas quais as tradições ficavam registradas na memória e só eram divulgadas mediante relatos orais. No caso das etnografias contemporâneas, elas tendem a centrar-se em sociedades que dominam a escrita, o que implica consultar seu acervo documental antes de ir a campo.

Normalmente, os pesquisados sentem-se prestigiados quando demonstramos conhecer pelo menos um pouco de suas culturas. O conhecimento prévio de tradições e crenças também cria condições para o início dos diálogos em campo, servindo como “quebra-gelo”.

Uma vez estabelecido o tema e bem delimitado o objeto por meio de pesquisa documental, é a vez de nos aproximarmos para ver de perto a realidade a ser “etnografada”. Essa aproximação não é formal, mas permite ao pesquisador ter pelo menos uma noção do lugar, das pessoas, enfim, do que vai enfrentar por um longo período. Feito esse reconhecimento do local, tendo a observação por guia, e decidido ser esse o campo, cumpre entrar em contato com quem vai nos dar acesso aos informantes. Essa fase é bastante delicada, pois, dependendo de quem é essa pessoa e de como ela vai nos introduzir na cultura que será investigada, os reflexos podem ser positivos ou negativos em termos de obtenção dos dados e do grau de aceitação que vamos ter por parte de nossos interlocutores.

Um informante-chave conhece os meandros da cultura, mas pode levar o etnógrafo a uma compreensão distorcida se as falas dessa pessoa forem as únicas a ser consideradas. O olhar do informante-chave tende a limitar a visão do pesquisador. Mas, bem administrada, essa convivência pode ser extremamente enriquecedora na busca por aspectos do passado ou mesmo do presente que exigem um grau de conhecimento mais acurado.

Obtida a autorização para ingressar naquele universo de pesquisa, é importante atentar para os fatores físicos, geográficos, para as cores, para a disposição dos prédios, dos móveis, das plantas, para o movimento de circulação das pessoas. Talvez, nas primeiras incursões, o nosso foco acabe se restringindo a esses elementos, porque eles serão parte da nossa pesquisa, e, com o tempo, não vamos mais lhes dar atenção, visto que estaremos tão integrados àquela cultura que os detalhes irão se perder.

As primeiras idas a campo refletem-se em longos diários, com descrições físicas detalhadas. Atenção, “diário de campo” remete a algo que deve ser produzido dia a dia, então não é correto o etnógrafo escrever

sobre a sua ida a campo de forma semanal. Por melhor que seja a memória do pesquisador, detalhes importantes referentes ao campo ou aos seus próprios sentimentos vão se perder. A ansiedade, a tristeza ou a alegria que nos acompanham, dois ou três dias após o retorno do campo, não serão registradas no diário com a mesma emoção. Resumindo, elaborar o diário requer disciplina.

Não se engane, neófito em pesquisas de cunho etnográfico, que só você se sente ansioso, nervoso, desconfortável nas primeiras idas a campo. Qualquer pesquisador sente medo no início de uma nova etnografia, mesmo amparado pela experiência, que, não podemos negar, é um facilitador. Cada campo é um campo e não há como identificarmos, sem ser mediante a imersão nesse universo, se vamos obter sucesso em nossa inserção ou se tudo vai dar errado. Nem sempre granjeamos a simpatia de nossos informantes, o que pode se configurar como um entrave difícil de ser superado, pois requer habilidades interpessoais para contornarmos os possíveis rechaços.

Malinowski já havia nos alertado sobre as dificuldades, sobre a inexistência de fórmulas mágicas que nos isentem das agruras inerentes a esse convívio tão próximo com outra cultura. Calma, paciência, atenção para com alguns códigos não ditos, mas perceptíveis nas atitudes de nossos informantes, são fundamentais para que o trabalho possa se desenvolver a contento.

Aos poucos vamos criando uma rotina de idas a campo. No início, tudo nos chama a atenção, e nós, igualmente, somos alvo da curiosidade de nossos informantes. Em inúmeras ocasiões, vamos ser solicitados a explicar o que estamos fazendo ali, por que estamos sempre atentos a tudo o que ocorre e quem nos pediu que executássemos a pesquisa. Essas costumam ser as dúvidas que assolam os nossos informantes, que também se sentem desconfortáveis diante de um estranho que acompanha, detalhe por detalhe, o que acontece.

Por essa razão, o caderno de campo deve ser um bloquinho pequeno – que serve para anotar de modo discreto algum dado passível de ser esquecido, um nome, uma palavra êmica (da fala do informante) –, nada ostensivo a ponto de agredir os nossos pesquisados no sentido de se sentirem vigiados. Cumpre destacar que o diário de campo é elaborado em casa, podendo ser registrado sob a forma de arquivo no computador. Já o caderno de campo serve para anotações básicas, rápidas, com o pesquisador *in loco*.

O diário deve registrar o dia, a hora e o local em que está sendo efe-

tuada a pesquisa. Da saída do pesquisador de sua residência ou local de trabalho até o retorno, tudo deve estar gravado no diário. As percepções do pesquisador bem como os dados obtidos fazem parte da construção. Os seus sentimentos viabilizarão, por ocasião da análise dos dados, a identificação da própria subjetividade ética presente no relato, algum (pré-) conceito ou mesmo algum viés pessoal no dia em questão.

Para exemplificar a construção de um diário de campo, selecionei um dos primeiros diários redigidos ao longo da pesquisa que venho desenvolvendo no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul desde 2007. Os nomes são fictícios para preservar os informantes neste texto, embora, na versão original, eles estejam revelados. Esse diário não é muito longo, porque, nesse dia, eu realizei uma entrevista, o que não excluiu a necessidade de escrevê-lo, pois é aí que algumas considerações ficam registradas.

Neusa  
Diário de Campo 5  
DC – 8h50min – 13/07/2007

O dia amanheceu chuvoso, ainda bem que a entrevista agendada com o perito José estava marcada para as 9h. Acordei às 6h30min. Segui a rotina de todas as manhãs. Hoje eu havia decidido ir ao DC de ônibus ou de lotação, porém, em virtude do tempo estar ruim, eu optei por ir de táxi, lá pelas 8h35min. Cheguei no DC e disse aos seguranças que ia falar com o Geremias, o segurança ligou para o Geremias e disse que descesse que havia uma senhora esperando por ele, tive de corrigir e dizer que eu ia subir. Geremias não estava na sala onde fica a chave da sala de desenho, mas eu sabia que ele deveria estar no plantão, o encontrei tomando um café e comendo o que me pareceu ser um pedaço de pão. Ele imediatamente se levantou para me alcançar a chave que estava na outra sala. Perguntou se eu queria um cafezinho, agradei e ele me informou que no plantão há sempre café e que se eu quiser um e só me dirigir para lá. Agradei. O cadeado da sala de desenho é difícil de abrir, por isso, o Geremias sempre me acompanha na abertura e depois leva consigo a chave.

Cheguei, reorganizei a sala, resolvi que a cadeira de espaldar mais alto na qual eu vinha sentando deveria ficar para o entrevistado uma vez que assim eu estaria dando mais conforto ao meu interlocutor.

Fiquei um tempo observando os desenhos do Antonio, o desenhista que ocupa a sala que me foi cedida. Ele desenha muito bem, faz a planta de estradas, as curvas e demais detalhes. Demorei um pouquinho para ligar para o perito José, pois ainda não eram 9h. Nesses poucos minutos me dei conta de uma geladeira que há na sala e de uma lista de ramais afixada em uma porta do armário que fica nas minhas costas. Vi uma planilha afixada em um mural e deu para perceber que o Antonio vai viajar em duas tardes da próxima semana. Uma dessas tardes será na terça, pensei que provavelmente irei agendar alguma entrevista para a terça de tarde. Estava com frio, mas não me senti à vontade para ligar o ar condicionado. Liguei para o ramal da Química e pedi para falar com o perito José. Ele me atendeu e disse que em minutos estaria na sala do desenho. José não demorou muito para chegar e me cumprimentar amistosamente. Eu disse a ele que ficasse à vontade que a casa era dele. José reclamou do frio da sala e eu disse que não ligava o ar, pois não era do local. Ele se mobilizou em ligar o ar, inicialmente ficou preocupado que não esquentava, depois com o ruído, mas enfim, a sala começou a aquecer. Conversamos um pouco, na verdade ele tentou mapear quem eu era e o que fazia. Mas de pronto ele iniciou a falar sobre sua trajetória, interrompi para solicitar a autorização mediante o “Termo de Consentimento...” e a autorização para gravar. Começamos a entrevista, ele falava livremente, mas repetia algumas coisas e aí eu resolvi direcionar um pouco mais. Eu ouvia a sua fala e me enxergava, as mesmas palavras sobre ciência, o mesmo entusiasmo. Aí me dei conta de que esse universo me é muito familiar sob determinados prismas, é um espaço público, onde se lida com ciência aplicada... Talvez por isso eu abstraia aspectos da minha vida pessoal e ouça com naturalidade os relatos, sem me lembrar de certo drama que me liga as narrativas de violência do DC.

Ainda não me sinto suficientemente ambientada para manusear os objetos como se fosse uma funcionária, até porque os seguranças (que se revezam nos turnos) ainda me barram na entrada, pudera essa é a minha quarta visita. Mas eu me sinto bem, apesar de ouvir relatos de crimes, acidentes eu não me sinto mal, acho que consigo entender o que eles dizem sobre considerar aquilo como um trabalho e não se deixar envolver pelo emocional. Talvez seja isso o que eu esteja sentindo, estou realizando uma pesquisa e esse é o aspecto mais importante. José faz aniversário no final do mês como eu: somos leoninos. Ao terminar a entrevista peço que ele me permita procurá-lo para esclarecer mais algum detalhe se for preciso, ele prontamente se coloca à disposição. Na saída depois de ter dado até logo e boas férias (ele estava saindo em férias), lembro de cumprimentá-lo pelo aniversário,

ele retorna para a sala me deseja o mesmo e me dá dois beijos. Sinto que cada informante parece estabelecer uma relação de amizade comigo, isso me deixa bem satisfeita. Desligo o ar, apago a luz e fecho o cadeado, mas não sem antes entrar um rapaz com um objeto que ele diz ser a bicicleta do Antonio, ele coloca o objeto perto da geladeira e vai embora. Vejo o Geremias descendo a escada e corro para alcançá-lo, chamo e ele não me ouve, o segurança chama e ele se volta, eu falo que fechei a porta e ele diz que está ok. Pergunta se estarei de volta na segunda e digo que sim, farei entrevista com o Roberto, mas será às 9h, ele diz que não tem problema que ele, Geremias, estará no DC às 8h.

Desejo um bom final de semana para ele e ele me retribui. Despeço-me dos seguranças e retorno para casa.

Vale observar que aspectos de âmbito pessoal do pesquisador integram as observações registradas nos diários e, no futuro, irão permitir reflexões e interpretações de cunho ético (derivadas do pesquisador). Os diários costumam ser mantidos em posse do pesquisador de modo sigiloso. Duas são as razões para esse cuidado: a primeira diz respeito a aspectos narrados que requerem a omissão das identidades daqueles que os revelaram; a segunda refere-se à intimidade do pesquisador, que em seus diários revela sentimentos, reflexões sobre a sua própria cultura e sobre a cultura de seus pesquisados, cuja divulgação pública não se justifica.

No que concerne à observação participante, ela poderá ser mais intensa ou não, a depender das circunstâncias. No caso de uma pesquisa realizada com um grupo de profissionais de formação bastante específica, como médicos e cirurgiões, não há a possibilidade de participar das atividades; a observação direta ou sistemática é a opção, acrescida de outras técnicas, como entrevistas em profundidade, histórias de vida, grupos focais. No contexto contemporâneo, em que as atividades requerem uma especialização, muitas vezes, por falta de formação na área e também por questões éticas ou de segurança, torna-se inviável a participação efetiva em campo. Mas vale lembrar que o método etnográfico é mais que a técnica da observação participante; é ter a postura de entender o mundo do “Outro” em todas as suas dimensões, mergulhar naquela realidade, o que requer uma postura aberta por parte do pesquisador, no sentido de se envolver com o campo a ponto de se desconstruir em relação a sua própria cultura e, é claro, contar com o aporte teórico, em especial da Antropolo-

gia, capaz de permitir a análise cultural.

O trabalho de campo requer continuidade e, à medida que se estabelece a proximidade entre pesquisador e pesquisados, a intensificação dos contatos configura-se como uma exigência que o próprio pesquisador se impõe. Não raro, a assiduidade é cobrada por parte dos informantes que começam a mencionar as ausências (mesmo que pequenas e de temporalidade curta) com expressões: “nos abandonou”, “demorou a vir dessa vez”, “não trabalhas mais?”, “terminou a pesquisa?”. Essas manifestações são muito significativas, porque põem à mostra a nossa aceitação em campo, denotando o quanto já estamos integrados àquela realidade cultural. Nesse estágio do trabalho de campo, o papel que nos foi atribuído pelos pesquisados tende a ficar evidente. Dependendo do grupo investigado, podemos ser qualificados como jornalistas, colegas, amigos, parceiros, pesquisadores e tantos outros papéis sociais existentes e cabíveis. As idas a campo nem sempre são produtivas. Há dias em que nós não estamos nos sentindo bem e elaboramos justificativas para nossa ausência, tentando minimizar a culpa. Em outras ocasiões, os nossos informantes estão com problemas de ordem profissional ou pessoal. Essa última situação pode resultar em maior ou menor aproximação com o pesquisador, a depender do grau de intimidade. Se a empatia pesquisador-pesquisado existir, é bem possível que o pesquisador acabe se tornando um ouvinte para as confidências do informante, mas se o pesquisado for mais reservado, mesmo tendo empatia com o pesquisador, pode preferir afastar-se nesse dia para refletir sobre aquilo que está o preocupando. Observação e respeito são fundamentais em tais circunstâncias, afinal, o cerne da nossa investigação são as pessoas com suas alegrias e tristezas.

A rotina da observação participante incorpora-se ao nosso dia a dia de trabalho. Porém, em certo momento, os dados começam a não evidenciar novidades, pois estamos de tal forma aculturados que não enxergamos mais nada, ou realmente houve uma saturação na obtenção dos dados de campo. É a hora de sair do *locus* de investigação. Esse momento nem sempre se configura como uma situação fácil. No tempo de atuação em campo, construímos laços afetivos que nos unirão àquele universo para além do término da pesquisa, mas é certo que o convívio será, então, mais esporádico, e nós estamos cientes dessa ruptura, o que gera um sentimento de vazio, de perda. O que está em jogo não é só a pesquisa, mas a nossa imersão na vida das pessoas e a agregação delas ao nosso mundo. Esse é o grande ganho do fazer etnográfico para além da ciência e que diz respeito ao pesquisador como ser humano que se constrói, desconstrói e reconstrói a cada pesquisa.

Mais isento das emoções, o etnógrafo precisa elaborar o relato etnográfico. As páginas e mais páginas dos diários de campo serão percorridas de modo ávido e saudoso, muitas das primeiras inserções já estarão esquecidas na mente, mas detalhadamente registradas nos diários. As entrevistas serão transcritas e, ao ouvi-las no processo de transcrição, relembremos a postura, os risos, as gestualidades do entrevistado. Oliveira (1998, p. 34) assim se expressa sobre a memória e o material registrado nos diários e cadernetas de campo:

Costumo dizer aos meus alunos que os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale a dizer, que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever.

Uma primeira revisão do material de campo serve para nos colocar diante de todos os nossos achados e para identificarmos aquilo que se apresenta como relevante. Cabe montar o quebra-cabeça, mas para isso é preciso ter uma noção da figura a ser preenchida. Parte do material certamente não será utilizada no relato e pode ficar excedente para outro trabalho. Os dados de um estudo etnográfico consistem em um volume considerável, logo, na tentativa de incluir tudo em um só relatório, o pesquisador corre o risco de perder o foco e não conseguir fechar a figura do quebra-cabeça. Além disso, alguns dados servem para a compreensão de determinados aspectos da cultura, mas, por si mesmos, não têm tanta significação que mereçam estar descritos.

A escrita no relato etnográfico não é algo menor, insignificante. A construção de um texto literário faz parte do método e requer esforço por parte do etnógrafo, que precisa estabelecer um diálogo com os pesquisados, com os autores consagrados daquela temática e evidenciar as suas interpretações. Essa tríade deve estar presente no texto, mas de modo a ser possível distinguir quem é quem. A descrição densa (GEERTZ, 1978) permitirá a releitura dos dados por outros pesquisadores, algo que não vem em demérito da pesquisa, mas sim revela a qualidade do estudo empreendido.

Durante a construção do relato etnográfico, podemos nos dar conta da falta de alguma informação e retornarmos a campo para sanar essa lacuna. Os informantes aproveitam a ocasião para obter um retorno daquilo que

capturamos. Podemos expor certas interpretações e verificar se elas estão condizentes com a ótica dos nossos pesquisados. Mas é preciso certo cuidado, pois nem sempre os pesquisados se sentem confortáveis diante do “espelho” e podem ter reações negativas, afirmando não ser verdadeira aquela interpretação. Essa posição dos informantes merece ser analisada pelo etnógrafo, mas, diante dos dados, deve-se elaborar a interpretação ética (a análise do pesquisador) de modo a prevalecer a independência acadêmica.

Terminada a elaboração do relato, procede-se à divulgação dos achados de forma ampla para aqueles que participaram do estudo. Como fazer isso? Vai depender de cada campo. Quando os espaços investigados são redutos de intelectuais, a entrega do texto para circulação pode ser uma forma de divulgação; espaços menos afeitos a leitura exigem a explanação verbal. Mas é preciso dialogar com os informantes sobre aquilo que produzimos. A reflexão *a posteriori* trará novas possibilidades de entendimento acerca da realidade investigada tanto para o pesquisador como para os pesquisados.

## **5. O fazer etnográfico nas organizações**

O uso do método etnográfico, na Administração de modo geral e nos estudos organizacionais de maneira mais específica, apresenta algumas peculiaridades que precisam ser consideradas e que já foram apontadas por Jaime Júnior (1996) e Cavedon (2003).

Vale lembrar as características das ciências administrativas. Trata-se de uma ciência social aplicada, portanto, como o próprio nome da grande área indica, o saber produzido dentro desse espectro do conhecimento requer uma funcionalidade, ou seja, uma utilidade, uma aplicabilidade. Portanto elas são um saber voltado para a prescrição do que deve ser feito, como deve ser realizado, quem possui competência para executar e assim por diante.

O fazer etnográfico emerge de um campo do conhecimento, a Antropologia, em que a compreensão e a interpretação são as formas privilegiadas na construção do saber. O conhecimento produzido não visa a intervenção na realidade investigada. Não que o etnógrafo prescindia da noção de que o fato de estar em campo já interfere de certo modo no campo investigado, ao contrário, essa consciência está bem presente. Contudo não é objetivo do pesquisador determinar como as populações investigadas devem organizar e gerir o seu espaço sociocultural.

Estes parágrafos iniciais evidenciam as diferenças entre as duas ciên-

cias, a Administração e a Antropologia. Para que o diálogo entre os diferentes ocorra, é preciso: em primeiro lugar, respeito pelo mundo do outro, assumindo uma postura não etnocêntrica, isto é, de não hierarquização das ciências ou de menosprezo pelos objetos de investigação de uma ou de outra área; em segundo lugar, uma socialização com os jargões de cada área; em terceiro lugar, encontrar possibilidades que relativizem certos modos de ação, desde que isso não venha a ferir fundamentos considerados basilares para a área da qual emergem.

A entrada em campo nas organizações requer atenção. O primeiro contato costuma ser com integrantes da cúpula, a quem devemos deixar bem claro o método de pesquisa, esclarecendo que se trata de uma metodologia “invasiva”; nós não vamos nos ater ao que aparece na superfície, vamos buscar “o sangue e a carne”, como afirmou Malinowski (1978), e isso pode trazer à tona significados que a administração da organização entende serem positivos como também significados que podem ser interpretados como negativos. O compromisso de devolução daquilo que for encontrado para com a organização faz parte do processo de troca entre as partes: pesquisador e pesquisados.

Também é nesse contato inicial com os integrantes da cúpula administrativa que a forma de apresentação do etnógrafo aos trabalhadores deve ser pensada. Se a apresentação for formalizada por alguém que detém poder é bastante provável que os pesquisados atrelem a figura do pesquisador a um representante da administração que tem por objetivo controlá-los, e isso é algo que pode comprometer a obtenção de dados. Uma possibilidade de inserção em campo, de modo a não receber esse “rótulo”, consiste em o próprio pesquisador, uma vez autorizado por quem de direito, estabelecer contato com os pesquisados explicitando a sua condição de pesquisador e dando maiores informações sobre suas pretensões dentro daquele universo organizacional. O pesquisador, ao omitir a sua atuação como tal, fere princípios éticos, uma vez que as pessoas devem ter a possibilidade de eximir-se em participar da pesquisa. Muitos devem estar se perguntando: mas, se eu disser que sou pesquisador, as pessoas não podem alterar seu comportamento e, assim, afetar a veracidade dos dados obtidos? É aqui que a dimensão tempo faz diferença; ao frequentar o campo com assiduidade, o etnógrafo acaba por neutralizar uma possível mudança. Vamos trazer um exemplo elucidativo. As pessoas que atuam sob a vigilância de câmeras, logo no início, lembram-se de tomar certos cuidados, com o passar do tempo, elas esquecem ou não conseguem controlar suas ações a cada momento, monitorando seu comportamento, de

modo a “driblar” as câmeras. O mesmo procedimento ocorre na relação com o etnógrafo; depois de certo tempo, ele se torna mais um dentro da organização e as pessoas passam a não se preocupar com a sua presença.

No espaço organizacional, muitas informações podem ter repercussões com efeitos desastrosos para os funcionários, inclusive resultando em demissões. Daí a preocupação que deve sempre estar na mente do etnógrafo: ele está lidando com a vida de pessoas, por mais que a sua pesquisa seja relevante, ela não pode ser um instrumento que prejudique seus pesquisados. A cautela na maneira de expor os dados tende a evitar tais consequências. Outro ponto a ser destacado é o fato de muitas vezes o pesquisador estabelecer um vínculo de amizade com os seus pesquisados que extrapola o espaço da organização. O uso de informações advindas desse contato pode trazer animosidade por parte do informante, que acaba se julgando “traído” pelo pesquisador que fez uso da amizade para a pesquisa. É preciso ter ética ao lidar com essas situações e, muitas vezes, conversar com o informante sobre a duplicidade de papéis pesquisador-amigo.

As ações em Administração relacionam-se à velocidade, visto que tempo implica dinheiro e utilizado de modo adequado, permite ganhos de produtividade, um maior volume de produção. Dessa forma, é preciso que o pesquisador também permaneça em campo para execução da pesquisa por um período exíguo. O objeto a ser investigado não pode, assim, ser o mesmo ao longo de toda a sua carreira acadêmica, os temas são escolhidos de acordo com a “moda”, portanto, mutantes de tempos em tempos. As teorias têm uma “duração” limitada, afinal, na área, trabalha-se de forma ágil e deve-se mostrar dinamicidade em curto espaço de tempo.

Por seu turno, a Antropologia e o seu método apresentam uma relação com o tempo mais desacelerada: a permanência em campo é mais longa e o ritmo da investigação respeita o ritmo dos informantes; os temas clássicos costumam ser mantidos em pauta; as leituras dos fundadores da disciplina são sempre enfocadas como essenciais para quem deseja tornar-se um antropólogo; o pesquisador pode continuar estudando um mesmo objeto, com um determinado tema em foco, ao longo de toda a sua vida acadêmica.

Diante do exposto surge o impasse: como lidar com o tempo ao usarmos o método etnográfico no campo da Administração?

As organizações, excetuando-se alguns casos, dificilmente permitem a permanência do pesquisador em campo por longos períodos, de um, dois ou três anos. O tempo consentido, em geral, é de dois ou três meses. Passado esse período, a pergunta inevitável elaborada por quem deu a autoriza-

ção para a realização do estudo: “Você não concluiu **ainda** o seu trabalho?”

Para fazer frente a essa limitação, há que se estabelecer uma rotina diária de ida a campo. Tal frequência faz com que os informantes se acostumem com o pesquisador em menos tempo e também favorece o estabelecimento de relações de amizade (ou mesmo de antipatia) mais rapidamente. Isso não significa desrespeitar o informante sobrecarregando-o com as nossas questões num só dia ou em momentos inviáveis para ele nos dar atenção. Bom senso em perceber quando o pesquisado está cansado ou atarefado faz parte da atuação em campo. Nós podemos anotar as dúvidas e aguardar o momento propício para obter os esclarecimentos necessários.

Os jogos de poder no ambiente organizacional são parte da rotina. Não raro, os etnógrafos são alvo de pressões no sentido de se aliarem a um grupo em defesa dos interesses deste. Durante a estada em campo, tal vinculação pode contribuir, dependendo do que queremos investigar, para a obtenção de dados, mas também pode significar a nossa exclusão pelos “opositores”. Todavia, ao sair do campo, buscando o afastamento necessário para a análise dos achados, o pesquisador precisa refletir sobre a posição assumida e interpretar os dados de forma isenta de paixões; a ele cabe montar o quebra-cabeça na sua integralidade, não omitindo que a inclusão de algumas peças foi feita só porque elas possuem cor ou formato consoante com aquilo que o grupo defendeu como sendo a “sua” verdade.

Ao final da pesquisa, o relato etnográfico requer uma redação própria, e aqui se estabelece um novo embate entre as disciplinas. A Administração prima por um texto que apresente a seguinte sequência: introdução, referencial teórico, método, apresentação e análise dos dados, considerações finais. Existe, pois, uma estrutura que deve contemplar o encaixe de partes do texto de forma ordenada. Os autores teóricos estarão em diálogo no item a eles destinado.

Na Antropologia, o método etnográfico requer uma construção literária, os autores consagrados, os pesquisados e o pesquisador estarão em diálogo no texto. As falas de um e de outros devem ficar bem evidentes para o leitor, mas elas não precisam nem devem estar compartimentadas. Além disso, o caráter literário nos permite um passeio pelo campo juntamente com o etnógrafo, a descrição minuciosa revela a riqueza dos dados obtidos. Essa descrição pode causar desconforto para os leitores da área de Administração pela falta de objetividade.

Novamente: como conciliar a escrita dos estilos de apresentação dos resultados?

Uma opção seria manter a estrutura propugnada pela Administração, porém, usando a construção literária nas partes em que isso é possível.

A vivência do pesquisador em campo constitui-se em um relato rico das formas de interação, que mereceriam uma menção mais longa no item dedicado ao método, porém nem sempre isso se torna viável, dada a limitação imposta quanto ao número de páginas para a produção de um artigo, ou mesmo de uma tese ou de uma dissertação, tanto no campo da Antropologia como no âmbito da Administração, apesar de a Antropologia permitir produções um pouco mais extensas.

O uso da primeira pessoa do singular é uma prerrogativa do fazer etnográfico, afinal, o etnógrafo costuma dizer “eu estive lá, eu vi, eu vivi”. Na Administração, a conjugação verbal mantém-se impessoal. Mas é preciso lembrar que a etnografia é uma experiência pessoal e envolve o que DaMatta (1987) chama de visita não convidada, “a emoção”. Então não há razão para a utilização de uma linguagem impessoal no fazer etnográfico, mesmo que ele seja posto em prática em outra área do conhecimento que não o da sua ciência de origem.

## **6. A ética na pesquisa etnográfica**

Ter ciência do conteúdo do código de ética dos antropólogos, que se utilizam do método etnográfico em suas pesquisas, pode ser um balizador importante no que diz respeito à postura em campo quando se realiza um estudo de cunho etnográfico em qualquer outro campo do conhecimento.

### *CÓDIGO DE ÉTICA DO ANTROPÓLOGO*

*Constituem direitos dos antropólogos, enquanto pesquisadores:*

Direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto da investigação.

Direito de acesso às populações e às fontes com as quais o pesquisador precisa trabalhar.

Direito de preservar informações confidenciais.

Reconhecimento do direito de autoria, mesmo quando o trabalho constitui encomenda de órgãos públicos ou privados e proteção contra a utilização sem a necessária citação.

O direito de autoria implica o direito de publicação e divulgação do resultado de seu trabalho.

Os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as res-

responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica.

*Constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos antropólogos:*

Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa.

Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.

Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.

Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.

Direito de acesso aos resultados da investigação.

Direito de autoria das populações sobre sua própria produção cultural.

*Constituem responsabilidades dos antropólogos:*

Oferecer informações objetivas sobre suas qualificações profissionais e a de seus colegas sempre que for necessário para o trabalho a ser executado.

Na elaboração do trabalho, não omitir informações relevantes, a não ser nos casos previstos anteriormente.

Realizar o trabalho dentro dos cânones de objetividade e rigor inerentes à prática científica (ASSOCIAÇÃO, 2010).

## **7. Indicações de artigos produzidos a partir do método etnográfico no campo da Administração**

Para finalizar, sugerimos para o leitor a leitura de alguns artigos produzidos por mim em conjunto, na sua grande maioria, com meus alunos, no campo da Administração, ao longo desses últimos dez anos, e que tiveram como método de investigação a etnografia<sup>13</sup>:

FANTINEL, Letícia Dias; CAVEDON, Neusa Rolita. Restaurante Chalé da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, p. 6-37, 2010.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; CAVEDON, Neusa Rolita. Os bastidores de um estudo etnográfico: trilhando os caminhos teórico-empíricos para desvendar as culturas organizacionais de uma livraria de *shopping center*. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 144-160, 2009.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo; CAVEDON, Neusa Rolita. Drinking beer and understanding organizational culture embodiment. **Human Relations**, New York, v. 61, p. 1007-1026, 2008.

---

13 Os artigos estão apresentados em ordem cronológica decrescente.

CAVEDON, Neusa Rolita; STEFANOWSKI, Fabiana. O riso que integra, o riso que separa: identidade organizacional em um sebo de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, p. 137-152, 2008.

FERRAZ, Deise Luiza; CAVEDON, Neusa Rolita. A exclusão e a inclusão social: depoimentos das praticantes da economia popular solidária. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-17, dez. 2008.

CAVEDON, Neusa Rolita; CASTILHOS, Rodrigo Bisognin; BIASOTTO, Livia; CABALLERO, Indira Naomi; STEFANOWSKI, Fabiana. Consumo, colecionismo e identidade dos bibliófilos: uma etnografia em dois sebos de Porto Alegre. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, p. 345-371, 2007.

ECCEL, Cláudia Sirangelo; CAVEDON, Neusa Rolita; CRAIDE, Aline. A empresa familiar cachorro quente do Rosário: entre a Antropologia e a Administração. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 14, p. 49-66, 2007.

CAVEDON, Neusa Rolita; GIORDANI, Caroline Gremo; CRAIDE, Aline. Mulheres trabalhando e administrando espaços de identidade masculina. **Revista de Práticas Administrativas**, Maringá, v. 2, n. 4, p. 5-20, 2006.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. “Tricotando as redes de solidariedade”: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de Economia Popular Solidária de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, p. 93-111, 2006.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Representações sociais e estratégias em pequenos negócios. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2005.

CASTILHOS, Rodrigo Bisognin; CAVEDON, Neusa Rolita. Mercado Público de Porto Alegre: um espaço organizacional dividido entre o sagrado e o profano. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, ed. 37, v. 10, n. 1, p. 1-15, jan./fev. 2004.

CAVEDON, Neusa Rolita. Pode chegar, freguês: a cultura organizacional do Mercado Público de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, n. 22, p. 173-189, 2004.

ROSSATO NETO, Félix João; CAVEDON, Neusa Rolita. Empresas familiares: desfilando seus processos sucessórios. **Cadernos EBAPE. BR**, São Paulo, v. II, n. 3, p. 1-16, 2004.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; CAVEDON, Neusa Rolita. Vida profissional e afetiva das mulheres no século XXI: o caso das permissionárias do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 10, n. 5, p. 1-26, ed. 41, set./out. 2004.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; LAZZAROTTO, Andréa Bohrer; MOTTA, Lubianca Neves da. A violência urbana e a administração das lojas do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 49-78, 2004.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Os diferentes modelos de famílias e de empresas familiares e seus respectivos valores: um olhar sobre empresas comerciais em Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 10, n. 27, p. 75-91, 2003.

LENGLER, Jorge; CAVEDON, Neusa Rolita. De templo do consumo a representação mitológica: um olhar etnográfico desconstrutivo sobre os ritos no *shopping center*. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2002.

CAVEDON, Neusa Rolita; FACHIN, Roberto Costa. Homogeneidade versus heterogeneidade cultural: um estudo em uma universidade pública. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 25, p. 61-76, 2002.

GRAMKOW, Fabiana Böhm; CAVEDON, Neusa Rolita. As bancas de especiarias do Mercado Público de Porto Alegre e suas estratégias. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 8, n. 22, p. 161-174, 2001.

Nesses textos, o leitor verificará o esforço empreendido ao longo dos anos, com o qual se buscou estabelecer um diálogo interdisciplinar entre duas áreas do conhecimento com bases epistemológicas diferentes, mas que podem contribuir de forma complementar para a compreensão da cultura seja ela micro, como no âmbito organizacional, seja macro, como a cultura de uma cidade, estado, região, país, cultura ocidental ou oriental. Cumpre lembrar que as organizações se encontram alicerçadas no contexto mais amplo sofrendo as influências e também influenciando

o universo com o qual se relacionam, portanto, as perspectivas macro e micro não são excludentes, essa articulação também se faz presente em vários artigos mencionados.

### **Referências Bibliográficas**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Código de ética do antropólogo**, Brasília. Disponível em: <<http://www.abant.org.br>>. Acesso em: 24 de mar. 2010.

BARBOSA, Lívia. **O jeitinho brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CASAL, Adolfo Yáñez. **Para uma epistemologia do discurso e da prática antropológica**. Lisboa: Cosmos, 1996.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. [2. ed., 2008].

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

\_\_\_\_\_. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

\_\_\_\_\_. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GENNEP, Arnold Van. **Ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

HUGHES, Everett Cherrington. O papel do trabalho de campo nas ciências sociais. In: JUNKER, Buford. **A importância do trabalho de campo: uma introdução às ciências sociais**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

JAIME JÚNIOR, Pedro. Ligações perigosas: breves reflexões sobre as relações entre antropologia e administração. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 108-137, jul./ago. 1996.

JUNKER, Buford. **A importância do trabalho de campo: uma introdução às ciências sociais**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

MAUSS, Marcel. **Manual de etnografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MÜLLER, Lúcia Helena Alves. **Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a bolsa de valores**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

ROCHA, Everardo Guimarães. **Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.





# CIÊNCIA E POLÍTICA NA OBRA DE PIERRE BOURDIEU

Maria Ceci Misoczky<sup>14</sup>

“Corro o risco de chocar aqueles que, tendo optado pelo virtuosismo acolhedor do confinamento em suas torres de marfim, vêm as intervenções fora da esfera acadêmica como perigosas rupturas com o famoso axioma da neutralidade, erroneamente identificado com objetividade científica. [...] Estou convencido de que é preciso trazer as conquistas da ciência e do saber para o debate público, do qual têm estado tragicamente ausentes.”

**Pierre Bourdieu**

O pensamento de Pierre Bourdieu tem tido uma recepção fragmentada em nosso campo disciplinar. Na maior parte dos trabalhos que o utilizam como principal fonte de referência há uma dissociação entre teoria e método que evidencia a não compreensão de sua fundamental e indissociável articulação nas formulações do autor. É importante lembrar ainda que os conceitos “são planejados para serem colocados a trabalhar empiricamente de um modo sistemático. Tais noções, como *habitus*, campo e capital, podem ser definidas, mas somente dentro do sistema teórico que constituem, não em isolamento” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 96, tradução nossa).

A estratégia escolhida para a redação deste capítulo foi seguir a trajetória de Bourdieu entre disciplinas, influências, temas de estudo: seu diálogo inicial com a fenomenologia e o estruturalismo; a passagem da filosofia para a etnologia e a sociologia; a formulação de seus conceitos articuladores; a lógica dos campos com espaços sociais de disputa. Tudo isso marcado pelas reflexões sobre a prática da pesquisa e por suas vivências como ser político desde a guerra pela libertação da Argélia até o final de sua vida.

É preciso ter claro que há uma indissociável articulação entre seu itinerário de pesquisas científicas e intervenções políticas; são duas faces

---

14 Professora do PPGA-Escola de Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de um mesmo trabalho: analisar, decifrar e criticar a realidade social para contribuir na sua transformação (POUPEAU; DISCEPOLO, 2008).

O grande item que segue abordará esses temas de modo articulado, prescindindo de itens e fragmentações ainda maiores do que aquelas inevitáveis em um texto como este. Bourdieu<sup>15</sup>, com suas próprias palavras, estará muito presente através de diversas citações. Afinal, ninguém melhor que o próprio autor para apresentar a si mesmo e a suas ideias. No encerramento, serão feitas breves considerações sobre os usos de Bourdieu em nosso contexto de práticas.

## 1. Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social

Para ser coerente com o roteiro insinuado pelo próprio Bourdieu (2005, p. 40) em seu *Esboço de auto-análise* – “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez” –, é preciso começar pelo exame do campo no qual ele ingressa no final dos anos 1940, na condição de aluno de filosofia de uma instituição localizada no ápice da hierarquia escolar: a Escola Normal Superior.

A década de 1950 foi marcada pela guerra de libertação da Argélia contra o domínio francês, que durava desde a invasão do norte da África em 1830. A guerra argelina, iniciada em 1954 e encerrada em 1962 quando a independência foi conquistada, foi um conflito brutal que “ajudou a institucionalizar a tortura nos exércitos, polícia e forças de segurança de países que se diziam civilizados” (HOBSBAWM, 1996, p. 218).

O campo intelectual da filosofia era dominado pela fenomenologia e pelo existencialismo de Jean-Paul Sartre; o pensamento de Heidegger, ainda inédito em francês, estava apenas sendo introduzido. O ponto de vista então dominante distinguia entre a nova filosofia fundada na existência, enfatizando o que aparece ante a consciência do sujeito como a única realidade cognoscível, e a maioria das outras concepções, caracterizadas pela abstração e pela coisificação da experiência. No entanto, alguns filósofos se mostravam insatisfeitos com esse quadro e buscavam na cultura racionalista e histórica, dominante até os anos 1920, novas fontes de inspiração. Assim, duas vertentes eram evidentes: de um lado, a filiação a Sartre e Merleau-Ponty, a uma filosofia da experiência; de outro, a Bachelard, Koyré e Canguilhem, a uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito (PINTO, 2000).

Bachelard (1953) sugeria tratar os conceitos como instrumentos

---

15 O ano de publicação ao longo do texto será o da obra utilizada como referência. Para fins de localização na trajetória do autor, na lista ao final, encontra-se sempre o registro do ano da primeira edição, quando esta não corresponder ao da obra consultada.

históricos, e não como essências atemporais, atribuindo-lhes um sentido temporário e relativo, condicionado pelos processos de objetivação, inclusive em seu aspecto mais técnico. Em oposição aos filósofos da existência, Bachelard (1953 apud PINTO, 2000, p. 20) considerava que “tudo que é real não o é da mesma forma, a substância não tem, em todos os níveis, a mesma coerência; a existência não é uma função monótona: ela não pode se afirmar em toda parte e no mesmo tom”. Em decorrência, se o método define os objetos de estudo, é preciso assumir um pluralismo epistemológico que reconheça o caráter aberto das noções. Essa vai ser, como se verá adiante, uma influência importante nas formulações de Bourdieu.

Havia também a presença do estruturalismo, cujas principais influências eram Saussure, na linguística, e Lévi-Strauss, na antropologia. O estruturalismo<sup>16</sup> é uma abordagem objetivista: as estruturas são consideradas realidades com existência objetiva que, desde o exterior, impõem sua lógica aos agentes sociais que são mais submetidos quanto menos conscientes forem de sua presença (BONNEWITZ, 2006). Antes de avançar no tema das relações de Bourdieu<sup>17</sup> com o estruturalismo é preciso considerar sua experiência na Argélia, decorrência de seu serviço militar obrigatório.

Minha percepção do campo sociológico também deve muito ao fato de que a trajetória social e escolar que me conduzira até ali me singularizava de maneira extremamente forte. Ademais, retornando da Argélia com uma experiência de etnólogo que, vivida nas difíceis condições de uma guerra de libertação, tinha marcado para mim uma ruptura decisiva com a experiência escolar, fora levado a uma visão bastante crítica da sociologia e dos sociólogos, como se a visão do filósofo se visse reforçada pela visão do etnólogo, e ainda mais, talvez, a uma representação bastante desencantada, ou realista, das tomadas de posição individuais ou coletivas dos intelectuais [...] (BOURDIEU, 2005, p. 70).

Interessado na sociedade argelina, Bourdieu escreve *Sociologie de l'Algérie* (1958), em que procura mostrar aos franceses o que ocorria na-

---

16 Data de 1966 a única participação de Bourdieu no debate estruturalista, através de um texto de postura antiestruturalista bastante nítida: “e, portanto, é preciso estar mal-intencionado, ou apenas mal informado, para situar-me entre os estruturalistas” (BOURDIEU, 2007, p. 104, tradução nossa).

17 Bourdieu tinha 25 anos quando chegou à Argélia, em 1955. Lá, foi lotado no serviço de documentação e informação.

quele país, sobre o qual eles ignoravam praticamente tudo<sup>18</sup>. Esperava ele que essa publicação servisse para alguma coisa “e talvez também para esconjurar a má consciência de testemunho impotente de uma guerra atroz” (BOURDIEU, 2005, p. 70). Trata-se também do início do processo de transição disciplinar:

Por mais que dissesse a mim mesmo que apelava à etnologia e à sociologia, nesse começo, apenas a título provisório e que, uma vez encerrado esse trabalho de pedagogia política, retornaria à filosofia (aliás, durante o tempo em que escrevia *Sociologie de l'Algérie* e no qual conduzia minhas primeiras pesquisas etnológicas, eu continuava a escrever toda noite a respeito da estrutura da experiência temporal segundo Husserl), engajava-me totalmente, de corpo inteiro, sem temor do cansaço ou do perigo, num empreendimento cujo móvel não era apenas intelectual. [...] Mas também havia, no próprio excesso do meu engajamento, uma espécie de vontade quase sacrificial de repudiar as grandezas enganosas da filosofia (BOURDIEU, 2005, p. 71).

Da realização de pesquisa em uma situação de guerra, que “obriga a pensar em tudo, a controlar tudo, em particular o que parece natural na relação ordinária entre o pesquisador e o pesquisado”, na qual inclusive “o próprio sentido da pesquisa está em questão” (BOURDIEU, 2005, p. 79), resulta uma característica e um tema constante: a reflexividade, ou seja, “o trabalho mediante o qual a ciência social, tomando-se a si mesma como objeto, se serve de suas próprias armas para entender-se e controlar-se” (BOURDIEU, 2003, p. 155, tradução nossa).

Em um cenário marcado pelo etnocentrismo na relação dos intelectuais com os povos sob domínio colonial, a exigência ética impunha “o esforço de restituir a outros homens o sentido de seu comportamento, sentido do qual o sistema colonial os havia despojado”. Assim, o problema ético de “fazer todo o possível para alcançar a verdade e para fazê-la conhecer” (BOURDIEU, 1958, p. 259 e 260, tradução nossa) adquire uma dimensão epistemológica pela necessidade de questionar as próprias categorias do pensamento, levando ao surgimento de outra característica e tema constante, os quais, mais adiante, seriam sintetizados na expressão “objetivação do vínculo de obje-

---

18 Outros livros desse período são *Travail et travailleurs en Algérie* (1963, editado em Paris por Mouton) e *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*, em coautoria com Adbelmalek Sayad (1964, editado em Paris por Editions de Minuit).

tivação”, ou “objetivar a objetivação” (BOURDIEU, 2007, tradução nossa).

Como parte desse esforço e através da exploração dos instrumentos disponíveis para romper com as pré-construções do senso comum, iniciou-se o uso original que se faz da combinação de trabalho estatístico com pesquisa etnográfica. A estatística assume uma função heurística, auxiliar na construção do problema, capaz de isolar regularidades objetivas e medi-las, como se todos os outros aspectos fossem iguais, mesmo sabendo-se que jamais o são. A etnografia provê as hipóteses que guiam a formulação das perguntas para o trabalho estatístico, o qual, por sua vez, aporta algumas informações objetivas a partir de certo ponto de vista e sobre certo aspecto (MARTÍNEZ, 2007).

Em seus primeiros trabalhos, no esforço para iluminar o doloroso nascimento de uma Argélia independente, Bourdieu dissecou a organização social e cultural da sociedade nativa e registrou a interferência violenta pela pressão do assalariamento do trabalho, da urbanização e da chamada política de pacificação levada a cabo pelo exército francês. Retornando à França, aplicou os instrumentos que vinha desenvolvendo para estudar sua aldeia natal, procurando compreender tanto o colapso da sociedade camponesa europeia, acelerado nas décadas seguintes à Segunda Guerra, quanto as especificidades do olhar sociológico (WACQUANT, 2006a). Assim, efetivou-se sua passagem da filosofia para a sociologia, cujo trabalho inicial é o estudo sobre o celibato dos filhos mais velhos no Béarn. A investigação sobre a relação familiar com o mundo social foi feita de um modo quase experimental, em um contexto com o qual tinha enorme familiaridade,

[...] ao tomar como objeto de uma análise objetiva, até objetivista, um mundo que me era familiar, onde eu conhecia todos os agentes pelo nome, onde as maneiras de falar, de pensar e de agir me pareciam de todo naturais, e objetivar, num relance, minha relação de familiaridade com tal objeto, e a diferença que o separa da relação erudita à qual se pode chegar, como eu fazia na Cabília, por meio de um trabalho munido de instrumentos de objetivação, como a genealogia e a estatística (BOURDIEU, 2005, p. 88-89).

Nesses trabalhos de juventude, encontram-se as marcas que atravessariam a vida intelectual de Pierre Bourdieu: “eles são produto de uma *ciência ativista*”, que confronta o viés ideológico dominante com os temas

sociopolíticos e que não hesita em confrontar dilemas éticos; “eles traduzem as grandes questões da filosofia clássica e da teoria social em experimentos empíricos precisos através do uso de uma lista ampla de métodos” da tradição científica que são aplicados de modo destemido na sociologia (WACQUANT, 2006a, p. 262, tradução nossa).

No início dos anos 1960, Bourdieu foi nomeado Diretor de Estudos da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e do recém-criado Centro de Sociologia Europeia, onde desenvolveu seus trabalhos sobre ritos, parentesco e mudança social na Argélia (BOURDIEU, 1977a, 1977b) e sobre educação, arte, intelectuais e política. Nesses trabalhos, já se encontra a preocupação com o tema do *capital cultural* e o entendimento de seu impacto sobre as chances de vida, visto que a distribuição desigual dos talentos individuais e da meritocracia ajudava a conservar as hierarquias sociais. É dessa época a publicação conjunta com Jean-Claude Passeron (BOURDIEU; PASSERON, 1977, 1979) de dois livros que tiveram grande impacto nos debates sobre o sistema escolar francês. De acordo com Wacquant (2006a), a marca equivocada, atribuída a Bourdieu, de fundador de uma teoria da reprodução decorre da indevida compreensão desses trabalhos guiados por “questões de pesquisa de campo centradas na transformação social, na disjunção cultural e na divisão da consciência” (WACQUANT, 2006b, p. 13).

Uma das maiores dificuldades no entendimento das formulações de Pierre Bourdieu se encontra no fato de que ele articula duas tradições epistemológicas opostas – positivismo e hermenêutica. A articulação dessas concepções já se encontrava na tradição da filosofia do saber acima mencionada. Em *O ofício do sociólogo* (em coautoria com Chamboredon e Passeron), publicado pela primeira vez em 1968, os autores apropriaram essa tradição para o estudo da sociedade, reafirmando o princípio da hierarquia dos atos epistemológicos:

Até mesmo a intuição pode receber uma função científica quando, controlada, sugere hipóteses e chega a contribuir para o controle epistemológico das outras operações. [...] quando a apreensão intuitiva, isto é, *uno intuitu*, da unidade imediatamente perceptível de uma situação, de um estilo de vida ou maneira de ser, leva a interrogar, em suas relações significantes, determinadas propriedades e relações que só vão aparecendo sucessivamente no trabalho de análise, ela constitui uma proteção contra a atomização do objeto que resulta, por exemplo, do recurso a indicadores capazes de objetivar, sem as fragmentar, as manifestações de uma atitude ou *ethos*.

Por conseguinte, a intuição não contribui somente para a invenção, mas também para o controle epistemológico na medida em que, controlada, chama a atenção da pesquisa sociológica para a ambição de restituir as inter-relações que definem as totalidades construídas. Assim a reflexão epistemológica mostra que não é possível ignorar a hierarquia dos atos epistemológicos sem cair na dissociação real das operações de pesquisa que constitui a definição do intuicionismo, formalismo ou positivismo (BOURDIEU, CHAMBOREDON; PASSERON, 2004, p. 75).

A indispensável ruptura com a sociologia espontânea procede da subordinação do empírico à construção do objeto e à utilização de conceitos que rompem com a percepção do senso comum. Por isso, recorre-se aos instrumentos da estatística, à crítica lógica e léxica e à genealogia dos conceitos e problemas de pesquisa.

A construção de um objeto científico requer primeiro e antes de tudo uma ruptura com o senso comum, com as representações compartilhadas por todos, sejam elas meros lugares comuns da existência simples ou representações oficiais, frequentemente inscritas em instituições e assim presentes tanto na objetividade de organizações sociais e nas mentes de seus participantes. *O pré-construído está em todos os lugares.* O sociólogo é literalmente acossado por ele, assim como todos o são. O sociólogo tem, portanto, a tarefa de conhecer um objeto – o mundo social – do qual ele é um produto, de tal modo que os problemas que ele levanta e os conceitos que usa têm todas as chances de serem o produto desse mesmo objeto [...].

Como pode o sociólogo efetuar, na prática, a dúvida radical indispensável para colocar entre parênteses todas as pressuposições inerentes ao fato de que ele é um ser social, que foi socializado e levado a se sentir “como um peixe na água” no mundo social cujas estruturas internalizou? Como pode prevenir que o próprio mundo social realize a construção do objeto através dele, através de operações inconscientes ou desatentas de si mesmas? Não construir, como os positivistas hiperempíricistas o fazem quando aceitam sem exame crítico os conceitos que se lhe oferecem [...], é ainda construir, porque envolve registrar e, portanto, retificar algo já construído. [...] Uma prática científica que falha em se questionar não sabe o que faz. Inserida no, ou tomada pelo, objeto que toma como seu objeto, revela algo de seu objeto, mas algo que não é realmente objetivado já que consiste nos pró-

prios princípios de apreensão do objeto (BOURDIEU, 1992, p. 235-236, grifo nosso, tradução nossa).

A presença de Durkheim na insistência de Bourdieu com relação à importância da construção do objeto é bastante clara. Nos textos de Durkheim (1978), está reiteradamente presente a necessidade de romper com o senso comum para construir uma nova ciência; superar a ignorância do que seja o Estado, a família, o direito, a propriedade, ou seja, a sociedade; reconhecer que, quando pensamos que sabemos, frequentemente produzimos um discurso pouco consciente de nós mesmos, e não ciência.

Essa exigência de objetivação está expressa na tão mal compreendida e deturpada expressão: “é preciso tratar os fatos sociais como coisas” (DURKHEIM, 1978, p. 13). Trata-se da primeira advertência metodológica: é preciso abordar o mundo social como algo inexplorado, porque nem as noções vulgares surgidas da experiência cotidiana, sem método e sem crítica, nem a análise introspectiva das ideias filosóficas podem propiciar acesso a novos conhecimentos (MARTINEZ, 2007). Nas palavras de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004, p. 46):

Temos o direito de ver no princípio durkheimiano segundo o qual “é necessário tratar os fatos como coisas” (a ênfase deve ser colocada em “tratar como”) o equivalente específico do golpe de estado teórico pelo qual Galileu construiu o objeto da física moderna como sistema de relações quantificáveis, ou da decisão de método pela qual Saussure cria a lingüística e seu objeto estabelecendo a distinção entre língua e palavra: é, com efeito, a distinção semelhante que Durkheim formula quando, explicitando completamente a significação epistemológica da regra cardinal de seu método, afirma que nenhuma das regras implícitas que se impõem aos sujeitos sociais “volta a se encontrar inteiramente nas aplicações levadas a efeito pelos particulares, já que podem até mesmo existir sem serem realmente aplicadas”. O segundo prefácio de sua obra *As regras do método sociológico* diz, com suficiente clareza, que se trata de definir uma atitude mental, e não de atribuir ao objeto um estatuto ontológico. E se essa espécie de tautologia pela qual a ciência se constitui ao construir seu objeto contra o senso comum, em conformidade com os princípios de construção que a definem, não se impõe unicamente pela evidência, é porque nada se opõe mais às evidências do senso comum do que a distinção entre o objeto “real”, pré-construído pela percepção, e o objeto da ciência, como sistema de relações construídas propositamente.

Para construir o objeto, Bourdieu indica três princípios interconectados: (1) politeísmo metodológico – aplicar o procedimento de observação e verificação que seja o mais adequado para a questão e confrontar continuamente os resultados gerados por diferentes métodos; (2) atenção epistêmica a todas as operações, incluindo as mais mundanas e elementares, como a identificação das fontes, a concepção dos instrumentos, a definição de amostras e variáveis, as instruções de codificação, a realização das coletas e transcrição; (3) reflexividade metodológica – o incansável autoquestionamento durante todos os momentos (WACQUANT, 2006a). Esforço constante e consciente deve ser dedicado para que o próprio sujeito objetivante seja objetivado, para que seja dada permanente atenção não apenas ao objeto, mas também ao trabalho sobre o objeto, no esforço de controlar os efeitos dos determinismos que são exercidos sobre o mundo social e, ao mesmo tempo, sobre a ciência social (BOURDIEU, 1990).

Para avançar, é preciso retomar o tema da relação de Bourdieu com o estruturalismo. Entre os obstáculos a serem superados no caminho de uma ciência da sociedade, encontrava-se a oposição entre duas dimensões teóricas aparentemente antitéticas: objetivismo e subjetivismo. Para o objetivismo, a realidade social constitui-se de conjuntos de relações e forças que se impõem aos agentes; para o subjetivismo a realidade social é o agregado de inumeráveis atos de interpretação através dos quais as pessoas, em conjunto, constroem linhas significativas de ação. Desse modo, o mundo social seria passível de duas leituras aparentemente antinômicas: uma estruturalista e outra construtivista. No entanto, Bourdieu defende que a oposição entre essas duas abordagens é artificial e mutiladora (WACQUANT, 2006a).

Para sair deste debate interminável basta adotar como ponto de partida uma constatação paradoxal, condensada em uma bela frase pascalina, que leva para além da alternativa entre objetivismo e subjetivismo: “pelo espaço, o universo me compreende e me absorve como um ponto; pelo pensamento eu o compreendo” (BOURDIEU, 1999a, p. 173, tradução nossa).

Ao caracterizar seu trabalho, Bourdieu (1990, p. 149) escolheu o termo “construtivismo<sup>19</sup> estruturalista”, tendo, logo em seguida, acrescentado a designação inversa – “estruturalismo construtivista” – para expressar a

<sup>19</sup> O construtivismo não é um idealismo, como poderia sugerir a metáfora da construção. É um realismo que se interessa pelo modo como o mundo é construído por agentes que são construídos pelo mundo: duplo realismo (PINTO, 2000).

articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo, ou seja, a articulação dialética entre estruturas mentais e sociais.

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc., estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupo, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 1990, p. 149).

Para efetivar essa síntese dialética entre objetivismo e subjetivismo, física social e fenomenologia social, preocupando-se com as relações, e não com as realidades fenomênicas que nelas se manifestam, Bourdieu (1996a, p. 10) precisou desenvolver um conjunto teórico-conceitual que se ancora nas noções de *habitus*, capital e campo.

A noção aristotélico-tomista de *habitus*, também presente em Hegel, Weber, Durkheim, Mauss e Jasserl, foi recuperada por Bourdieu, em 1962, quando escrevia sobre as relações entre os sexos na sociedade camponesa de Béarn, para descrever a disjunção entre as expectativas incorporadas pelos homens e pelas mulheres locais.

*Habitus* é a categoria mediadora que lhe permitiu transcender a fronteira entre o objetivo e o subjetivo, afirmar a correspondência “entre as estruturas sociais e mentais, entre as divisões objetivas do mundo social – particularmente entre dominantes e dominados nos vários campos – e os princípios de visão e divisão que o agente aplica” (BOURDIEU, 1996b, p. 1, tradução nossa).

As condições associadas a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições*, duradouras e transferíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas à sua meta sem supor o propósito consciente de certos fins nem o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser

por isto o produto da obediência a determinadas regras e, por tudo isto, coletivamente orquestrada sem ser o produto da ação organizadora de um diretor de orquestra (BOURDIEU, 2007, p. 86, grifo do autor, tradução nossa).

O *habitus* é um modo particular, mas constante, de se relacionar com o mundo; implica um conhecimento que permite antecipar o curso do mundo, que se faz imediatamente presente, sem distanciamento objetivador (BOURDIEU, 1999a, p. 188, tradução nossa):

O agente implicado na prática conhece o mundo, mas com um conhecimento que, como mostrou Merleau-Ponty, não se instaura na relação de exterioridade de uma consciência conhecedora. Compreende-o, em certo sentido, precisamente porque nele se encontra imerso, porque forma um corpo com ele, porque o habita como se fosse um hábito ou um *habitat* familiar. Sente-se em casa no mundo porque o mundo está, por sua vez, dentro dele na forma de *habitus*, necessidade feita virtude que implica uma forma de amor da necessidade, de *amor fati*.

Mediando entre influências do passado e estímulos do presente, o *habitus* é simultaneamente estruturado e estruturante; ele é produto da estrutura, produtor de práticas, reproduzidor de estruturas; ele permite a improvisação regulada e a orquestração sem maestro das condutas; ele é um princípio de continuidade e de descontinuidade.

O *habitus* não está necessariamente adaptado nem é necessariamente coerente. Tem seus graus de integração que correspondem, em particular, aos graus de “cristalização” do *status* ocupado. Observa-se que as posições contraditórias, aptas para exercer sobre seus ocupantes as “duplas coerções” estruturais, correspondem usualmente a *habitus* desgarrados, dados à contradição e à divisão contra si mesmos, geradores de sofrimento. Além disso, ainda que as disposições possam se deteriorar ou debilitar devido a uma espécie de “desgaste” relacionado com a ausência de atualização (correlativa, em particular, com uma mudança de posição e condição social), ou devido ao efeito de uma tomada de consciência associada a um trabalho de transformação, há uma inércia do *habitus* que tem uma tendência espontânea (inscrita na biologia) a perpetuar algumas estruturas que correspondem a suas condições de produção. [...]

Mas, mais geralmente, a diversidade das condições, a diversidade correspondente dos *habitus* e a multiplicidade dos deslocamentos intra e intergeracionais de ascensão e declive fazem que os *habitus* enfrentem, em muitos casos, condições de atualização diferentes daquelas nas quais foram produzidos. [...]

Os *habitus* mudam sem cessar em função de experiências novas. As disposições estão submetidas a uma espécie de revisão permanente, mas que nunca é radical, porque é levada a cabo a partir de premissas instituídas no estado anterior. Caracterizam-se por uma combinação de constância e variação que muda segundo os indivíduos e seu grau de agilidade ou rigidez (BOURDIEU, 1999a, p. 210-211, tradução nossa).

Como já foi mencionado, o sistema de disposições depende das posições sucessivas que os agentes ocupam nos campos sociais e da posse de tipos de capital valiosos nos campos em que estão.

Campo<sup>20</sup> é definido como um espaço estruturado, com suas próprias regras de funcionamento e relações de força. Sua estrutura é dada, em cada momento, pelas relações entre as posições que os agentes ocupam. Portanto uma mudança nas posições dos agentes implica uma mudança na estrutura do campo. Em qualquer campo, os agentes competem pelos tipos de capital que ali são específicos e valiosos.

O capital<sup>21</sup> apresenta-se através dos seguintes tipos principais: econômico, cultural, social e simbólico (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). O entendimento do capital econômico é bastante simples e direto, pois se refere aos recursos financeiros do agente. O capital cultural, também

---

20 A noção de campo permite a passagem do uso de conceitos genéricos ao uso de termos relacionais; substitui a abordagem do interacionismo dos agentes pela do jogo de forças no campo. Esse processo foi concretizado a partir de duas rupturas epistemológicas: o abandono da leitura interacionista dos tipos ideais de agentes, evitando convertê-los em tipos psicológicos; e a construção em termos de relações a partir de suas posições, e não de uma série de traços que sempre seriam incompletos. Essa ruptura deveu-se, em parte, ao diálogo de Bourdieu com Max Weber e ao esforço que realizou para superar o que identificava como sendo algumas de suas ambiguidades e vacilações; mas também à crítica à apropriação realizada por Erving Goffman dos tipos ideais weberianos (BOURDIEU, 2007).

21 As análises dos tipos de capital distanciam-se da análise marxista, ainda que dela retenham alguns traços chave: o capital como uma relação social; a centralidade dos conflitos e das disputas entre aqueles que ocupam diferentes posições na constituição do social; o papel do capital nas práticas sociais. Um evidente distanciamento é a pluralização do capital em diferentes tipos, o que permitiu a Bourdieu aceder a uma compreensão multidimensional do mundo social.

chamado de capital informacional, existe sob a forma incorporada, objetivada ou institucionalizada. O capital social é a soma dos recursos, reais ou virtuais, acumulados pelo agente graças a uma rede durável de relacionamentos, mais ou menos institucionalizados, de reconhecimento e familiaridade. O capital simbólico<sup>22</sup>, noção central da obra de Bourdieu (1988b, 1998b), é a forma pela qual uma ou outra dessas espécies anteriormente citadas de capital transfigura-se, ao ser incorporada por meio de categorias de percepção que reconhecem sua lógica específica sem reconhecer a arbitrariedade de sua posse e acumulação. Ter a noção de que um capital pode tomar uma variedade de formas é indispensável para compreender a estrutura e dinâmica de sociedades diferenciadas, uma vez que um capital não existe e não funciona exceto em relação a um campo.

Os diversos campos, mundos sociais relativamente autônomos, exigem daqueles que neles estão um saber prático das suas leis de funcionamento, isto é, um *habitus*. Os campos mais altamente especializados supõem e exigem um saber prático das leis tácitas do seu funcionamento. O *habitus*, como já foi visto, é um corpo socializado, um corpo estruturante, um corpo que incorporou as estruturas (oriundas do trabalho histórico de gerações sucessivas) imanentes de um mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção como a ação nesse mundo (BOURDIEU, 1996b).

É importante destacar que os conceitos de *habitus* e campo designam feixes de relações. Um campo é composto por um conjunto de relações históricas e objetivas ancoradas em certas formas de poder (tipos de capital), enquanto o *habitus* é composto por um conjunto de relações históricas *depositadas* nos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação (WACQUANT, 1992).

Bourdieu (1996a) propõe que a noção de sociedade seja substituída pela de espaço social, entendido como um espaço de diferenças que

---

22 O tema da constituição do simbólico ocupou grande parte do trabalho de reflexão teórica de Bourdieu nas décadas de 1960 e 1970, aprofundando as considerações das pesquisas realizadas na Argélia e em Béarn e como parte do esforço de escapar ao objetivismo estruturalista. A aposta do autor foi na interligação de três redes conceituais distintas, onde o simbólico é entendido como: (1) atividade de construção cognitiva (sentido) por oposição à ação política de transformação ou conservação do real (força); (2) como subjetivo (representação) por oposição a objetivo (estrutura); (3) como modo de excelência (humana, pessoal) por oposição a valor de mercado (economia). No trabalho empírico, esses aspectos estão estreitamente imbricados: “os sistemas de signos remetem a várias ordens – informação, valor, relações de força –, razão pela qual a análise de determinadas práticas leva a estudar os signos, as classificações, os agentes que classificam e são classificados (pelas classificações dos outros e pelas suas próprias classificações), as relações sociais que se estabelecem por intermédio dos atos simbólicos, etc., tudo isso sem jamais deixar de esclarecer a distância que existe entre a facticidade bruta das estruturas objetivas e a experiência subjetiva” (PINTO, 2000, p. 127).

contém o princípio de uma apreensão relacional do mundo social. Toda a realidade que o espaço social designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres que são diretamente visíveis, aparentes, tanto em nível individual quanto de grupos, existem e subsistem enquanto ocupam posições relativas em espaços de relações que, ainda que invisíveis e difíceis de expressar empiricamente, constituem-se na realidade primeira e última, pois comandam até as representações que os agentes sociais podem ter deles.

Se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social [...]: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 1996a, p. 27).

Assim, os espaços sociais só podem ser compreendidos pela identificação do princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade – a estrutura de distribuição de formas de poder (tipos de capital) eficientes no universo social considerado e que variam, portanto, de acordo com lugares e momentos.

A topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura de distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação da estrutura (BOURDIEU, 1996a, p. 50).

Cada campo prescreve seus valores particulares e tem seus próprios princípios reguladores, tendo, desse modo, um grau de autonomia que

lhe é particular. Na sua relação com o espaço social, a estrutura do campo refrata, como um prisma, os determinantes externos, traduzindo-os segundo sua própria lógica. É somente através dessa refração que fatores externos podem ter um efeito no campo. O grau de autonomia de cada campo pode ser compreendido precisamente pela sua habilidade para refratar as demandas do espaço social segundo sua própria lógica.

Segundo Wacquant (1992), duas propriedades são centrais nessa abordagem:

- Um campo é um sistema padronizado de forças objetivas, uma configuração relacional dotada de uma gravidade específica que é imposta a todos os objetos e agentes que entram nele. A base de transcendência, revelada por casos de inversão de intenção, de efeitos objetivos e coletivos de ação acumulada, é a estrutura do jogo, e não um simples efeito de agregação mecânica.
- Um campo é, simultaneamente, um espaço de conflito e competição, um campo de batalha em que os participantes visam ter o monopólio sobre os tipos de capital efetivos e sobre o poder de decretar hierarquias e uma “taxa de conversão” entre todos os tipos de autoridade no campo. No desenrolar das batalhas, a forma e as divisões do campo tornam-se o objetivo central, porque alterar a distribuição e peso relativo dos tipos de capital (das formas de poder) é fundamental para modificar a estrutura do campo.

O campo é o espaço de relações de força “entre agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital” a ponto de conseguirem dominar o campo correspondente e cujas “lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (BOURDIEU, 1996a, p. 50).

Portanto, a categoria central para compreender as relações entre agentes dentro dos campos, assim como as relações de interdependência entre os diversos campos e destes com o espaço social, é, exatamente, o poder e sua reprodução. Como nenhum poder pode se satisfazer simplesmente por existir enquanto poder, isto é, como força bruta inteiramente despida de justificação, é preciso justificar sua existência ou, pelo menos, assegurar que sua natureza arbitrária não seja reconhecida. Para isso, faz-se necessário, dentro de cada campo social e no campo do poder, um prin-

cípio de legitimidade legitimado, inseparavelmente, um modo legítimo de reprodução das bases da dominação (BOURDIEU, 1996b).

O campo do poder é um campo de forças estruturalmente determinado pelo estado das relações de poder entre tipos de poder, ou diferentes tipos de capital. Também é, de modo inseparável, um campo de lutas de poder entre os detentores de diferentes formas de poder, um espaço de jogo em que aqueles agentes e instituições possuidores de suficiente capital específico são capazes de ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos e de confrontar os demais utilizando estratégias voltadas para preservar ou transformar as relações de poder (BOURDIEU, 1996b, p. 265, tradução nossa).

Dessa luta entre os agentes envolvidos em cada campo, resultam processos de acumulação ou de transformação. Os agentes podem atuar para aumentar ou conservar seu capital (poder), em conformidade com as regras tácitas do jogo e com os pré-requisitos da sua reprodução, mas também podem transformá-lo, parcial ou completamente, pela mudança das regras imanentes do jogo, através de estratégias que alteram, por exemplo, o valor dos diferentes tipos de capital – a taxa de conversão (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

As lutas inerentes aos campos sociais e a conseqüente mobilização dos tipos de capital ocorrem pela existência de interesse no jogo. Ter interesse é “estar em”, é participar, é admitir que o jogo merece ser jogado e que os alvos envolvidos merecem ser perseguidos. Os interesses são socialmente constituídos e apenas existem na relação com um espaço social no interior do qual certas coisas são importantes e outras são indiferentes para os agentes socializados, constituídos de maneira a criar diferenças correspondentes às diferenças objetivas nesse campo. Ao mesmo tempo, querer fazer parte das mudanças na estrutura de poder em um campo é ter em comum com os oponentes a concordância com o fato de que “vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo” (BOURDIEU, 1996a, p. 141).

Essas lutas não ocorrem pela ação sem sentido de agentes sociais, o que não significa supor que estes sejam racionais, que têm razão para agir como agem e que suas ações sejam dirigidas por essas razões. “Eles podem ter condutas razoáveis sem serem racionais, podem ter condutas às quais podemos dar razão, como dizem os clássicos, a partir da história da racionalidade, sem que essas condutas tenham tido a razão como princípio” (BOURDIEU, 1996a, p. 138).

À redução ao cálculo consciente o autor opõe a relação de cumplicidade infraconsciente entre o agente e o mundo social, entre o *habitus* e o campo.

Os agentes sociais que têm o sentido do jogo, que incorporam uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam, seja como instrumentos de construção da realidade, seja como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem, não têm necessidade de colocar como fins os objetivos de sua prática. Eles não são como sujeitos diante de um objeto (ou, menos ainda, diante de um problema), que será constituído como tal por um ato intelectual de conhecimento; eles estão, como se diz, envolvidos em *seus afazeres* (que bem poderíamos escrever como *seus a fazeres*): eles estão presentes no *por vir*, no a fazer, no afazer (*pragma*, em grego), correlato imediato da prática (*práxis*) que não é posto como objeto do pensar, como possível visado em um projeto, mas inscrito no presente do jogo (BOURDIEU, 1996a, grifos do autor, p. 143).

À relação com o futuro, com o projeto que coloca o futuro como futuro, isto é, como possível constituído, o autor opõe a antecipação pré-perceptiva, como uma relação com um futuro que é quase um presente. Ou seja, as antecipações pré-perceptivas são uma espécie de indução prática fundada na experiência anterior, não sendo dadas a um sujeito em estado puro, mas sendo criadas pelo *habitus* no sentido do jogo. As estratégias – entendidas como uma orientação específica da prática – também dependem do estado da problemática, isto é, do espaço de probabilidades herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de tomadas de posição possíveis e a orientar a busca de soluções. Já a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente na estrutura de um campo, sendo um dos modos de objetivação da relação entre o agente e o campo (BOURDIEU, 1999b).

A análise em termos de campo envolve três momentos necessários e internamente conectados (BOURDIEU; WACQUANT, 1992): (a) analisar a posição do campo em relação ao campo de poder; (b) mapear as estruturas objetivas das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma de legitimidade da autoridade específica em cada campo; e (c) analisar o *habitus* dos agentes, os diferentes sistemas de disposições que foram adquiridos pela internalização de determinados tipos de condições sociais e econômicas e que encontram,

dentro do campo em estudo, em uma trajetória definida, circunstâncias mais ou menos favoráveis para se concretizarem.

## 2. Bourdieu: o intelectual ativista

De modo coerente com sua insistência na reflexividade epistêmica, Bourdieu refletiu sobre o campo científico, o campo acadêmico, e sobre a ação dos intelectuais nas lutas sociais.

O campo científico, como sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (nas lutas anteriores), é o lugar (isto é, espaço de jogo) de uma luta que tem por aposta específica o monopólio da *autoridade científica*, inseparavelmente definida como capacidade técnica e como poder social, ou, se se preferir, o monopólio da *competição científica* [...], entendida no sentido de capacidade de falar e de atuar legitimamente (ou seja, de maneira autorizada e com autoridade) em matéria de ciência (BOURDIEU, 2000, p. 76, grifos do autor, tradução nossa).

Na sua análise, Bourdieu (2000, p. 75, tradução nossa), busca determinar,

[...] em que condições sociais, mecanismos genéricos, como os que regem no campo a aceitação ou a eliminação dos novos integrantes ou as concorrências entre os diferentes produtores, podem determinar a aparição destes produtos sociais, relativamente independentes das condições sociais de produção, que são as verdades científicas.

Em *Homo Academicus*, Bourdieu (1988a) analisa seu campo de atuação. Nesse exercício de radical reflexividade, ele busca demonstrar, empiricamente, que é possível conhecer cientificamente o universo no qual a ciência social é produzida, revelando que a universidade é um espaço de lutas que espelha, em sua dinâmica interna, a disputa entre capital econômico e capital cultural que atravessa a classe dominante. Essa disputa ficou evidente durante a crise de maio de 1968. Bourdieu (1988a) mostra como as diferentes espécies de *homo academicus gallicus* agiram de modo previsível segundo seu *habitus* e posição no campo, bem como

evidência na gênese do movimento as expectativas frustradas das novas gerações de estudantes e professores: a ruptura da relação entre aspirações subjetivas e chances objetivas congregou diferentes agentes em estratégias homólogas de subversão, baseadas em disposições e posições similares.

A insistência em colocar os intelectuais e seus campos como objeto de estudo decorre de sua inquietação com o que chamava de maus usos da razão. Partindo do caso Dreyfus, Bourdieu (1989) argumenta que os intelectuais são seres paradoxalmente bidimensionais, que necessitam simultaneamente de autonomia e engajamento. O intelectual é investido de uma autoridade específica, que lhe garante espaços frequentes em debates públicos e que lhe é conferida com base na suposta independência do campo intelectual com relação aos campos político e econômico. Para Bourdieu (1989), a autonomia da ciência e o engajamento do cientista não são contraditórios, mas complementares: a autonomia é condição necessária para o engajamento.

Em uma posição que confronta essa suposição, Bourdieu procurou, ao longo de sua trajetória, alterar os parâmetros públicos de debate através da contestação de mitos sociais usuais – meritocracia no sistema escolar, o caráter inato do gosto, a versão oficial da realidade (WACQUANT, 2006a).

O livro *A miséria do mundo* pode ser tomado como um exemplo desse esforço, ao evidenciar as novas formas de desigualdade e misérias em uma ordem social que, tendo sido capaz de fazer recuar a grande miséria, “tem também multiplicado os espaços sociais que têm oferecido as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas de pequena miséria” (BOURDIEU, 2001a, p. 13).

Outro registro imprescindível para compreender o engajamento de Bourdieu encontra-se em suas intervenções políticas, algumas delas disponíveis em três pequenos volumes publicados no Brasil: *Sobre a televisão* (1997), *Contrafogos* (1998a) e *Contrafogos 2* (2001b).

### **3. Usos e abusos das formulações de Pierre Bourdieu no campo científico da administração**

No Brasil, a referência a Bourdieu torna-se mais frequente a partir de 2000, embora já fosse encontrada desde meados da década anterior, em parte, como consequência de leituras de segunda mão, na sua maioria com base em autores norte-americanos, e, em parte, como decorrência das características de nosso campo acadêmico, no qual são apropriados de sua obra alguns traços comuns: despolitização; dissociação entre teoria e práti-

ca de pesquisa, como em Misoczky (2002); uso fragmentado de conceitos isolados do arcabouço teórico relacional no qual foram forjados, novamente como em Misoczky (2002), em Castilhos (2007) e em Freitas (2009). A apropriação seletiva de fragmentos tende a deixar de fora precisamente os temas do conflito, dominação, posição no espaço social, lutas e disputas.

Ainda se encontram, embora cada vez com menos frequência, leituras estruturalistas, como é o caso de Thiry-Cherques (2006), ou traduções mecanicistas que removem toda a articulação dialética entre os conceitos, em reconfigurações incompatíveis com os cuidados e as recomendações insistentes do próprio Bourdieu, como em Rosa e Brito (2009).

Os usos mais frequentes e extremamente equivocados de Bourdieu em nosso campo científico têm sido produzidos pelo isolamento de conceitos da arquitetônica teórico-metodológica da qual fazem parte. São eles: a definição de campo adotada na teoria institucional e a de capital social, muito utilizada em abordagens de redes sociais e em trabalhos sobre gestão social.

DiMaggio e Powell (1991, p. 64-65, tradução nossa) usam Bourdieu em seu esforço para mudar o nível de análise, que deixa de ser a organização e passa a ser o setor ou campo organizacional:

Por campo organizacional queremos representar aquelas organizações que, em um agregado, constituem uma área reconhecida de vida organizacional: fornecedores chave, consumidores e produtores de recursos, agências reguladoras, e outras organizações que produzem serviços ou produtos similares. A virtude desta unidade de análise é que ela dirige nossa atenção não apenas para firmas em competição, como faz a abordagem da população [...], ou para redes de organizações em interação real, como faz a abordagem da rede interorganizacional [...], mas para a totalidade dos atores relevantes. Ao fazê-lo, a ideia de campo corresponde à importância tanto da conexão quanto da equivalência estrutural.

Wacquant (1992) reconhece que, embora um número selecionado de conceitos tenha sido utilizado de modo proveitoso por autores americanos em algumas áreas específicas de pesquisa, a obra de Bourdieu, tomada como um conjunto articulado, tem sido amplamente mal compreendida. Em decorrência, existe uma variedade confusa de interpretações, de críticas e de reações contraditórias. Acredita-se que esse é caso dos autores mencionados, que empobrecem a formulação original da noção de cam-

po, transformando o poder, de categoria central, em um fantasma que se deduz estar presente por trás de relações de dominação ou das relações entre as organizações presentes no campo, já que sua presença, como categoria estruturante do campo, não está explícita. Segundo Colignon (1997), o conceito de campo perde o sentido de conflito, sendo definido em termos funcionais, como normativamente integrado, e tendo homogeneidade e interdependência como categorias operativas<sup>23</sup>.

Bourdieu não pode ser considerado, como frequentemente o é, como um teórico sobre redes ou capital social, ainda que ambos apareçam em suas formulações<sup>24</sup>. No entanto essas categorias estão sempre colocadas como partes inseparáveis de um arcabouço teórico que se organiza em torno da relação entre campo e *habitus*. Diferentemente das abordagens descritivas racionalistas<sup>25</sup> e funcionais<sup>26</sup>, que predominam nas abordagens sobre capital social, Bourdieu oferece uma teoria relacional na qual não existem recursos de poder ou tipos de capital que não sejam sociais, nem economia desconectada da sociedade. Pelo contrário, ele denuncia a economia, no auge do neoliberalismo, como tendo subordinado e redesenhado as fronteiras entre reprodução social e reprodução econômica, como se o capital não fosse uma relação social inseparável dos processos de reprodução e não envolvesse sempre poder e conflito (BOURDIEU, 2001b).

Bourdieu (2001c) opõe a teoria do campo à visão atomista e mecanicista que reduz os agentes a pontos materiais, cujas preferências, inscritas como uma função de utilidade exógena ou imutável (na variante de Gary Becker), determinam as ações de modo mecânico. Também a opõe à visão interacionista, na versão de Mark Granovetter (1992, 1994), cuja representação do agente como átomo calculador permite a coabitação com a visão mecanicista. Na visão interacionista, afirma Bourdieu (2001c, p.

---

23 Para uma versão estendida dessa crítica, ver Misoczky (2003).

24 Para uma versão estendida dessa crítica, ver Misoczky (2009).

25 Apesar de James Coleman ser o expoente dessa vertente, é preciso reconhecer as bases de sua formulação e sua relação com outros autores, em especial com Gary Becker (1991) e seu tratamento da sociedade como se fosse um mercado composto por indivíduos atomizados tomadores de decisão. De modo coerente com o paradigma estrutural funcionalista a que se vincula, Coleman (1990) considera que a fonte do capital social está nos aspectos formais das estruturas sociais. Ao princípio da ação racional, Coleman (1990) acrescenta o efeito da estrutura sobre o comportamento dos atores. Efêmero, o capital social só pode ser identificado por sua função e pode ser adquirido por grupos e por indivíduos, desde que se orientem por objetivos. Corporações e comunidades podem possuir capital social do mesmo modo que um indivíduo.

26 Apesar de orientar suas formulações além da consideração de indivíduos e corporações, focando na sociedade, Putnam (1993) não deixa de ser tributário do modelo utilitarista de Coleman. O autor desenvolve instrumentos empíricos para verificar em que medida o capital social pode ajudar a resolver os problemas da ação coletiva através da cooperação social. Por isso, suas categorias centrais são confiança, normas e sistemas.

226), a ordem social e econômica se reduz a uma multidão de indivíduos interatuantes.

As formulações de Bourdieu têm, no seu centro, a categoria poder, como se pode verificar na explicitação de seu distanciamento da teoria de redes, em uma resposta à indagação sobre a possibilidade de haver um conjunto de sobreposições entre sua análise do Estado e essa teoria:

Eu poderia lembrar aqui a distinção que estabeleci, contra Max Weber em particular, entre estrutura e interação ou entre uma relação estrutural que opera de um modo permanente e visível, e uma relação efetivada em e por uma troca particular. De fato, a estrutura de um campo, entendida como um espaço de relações objetivas, relações entre posições definidas por seu ranking na distribuição de poderes ou tipos de capital em competição, é diferente das redes mais ou menos duradouras que as representam. É essa estrutura que determina a possibilidade ou a impossibilidade (ou, para ser mais preciso, a maior ou menor probabilidade) de observar o estabelecimento de ligações que expressam ou sustentam a existência de redes. A tarefa da ciência é revelar a estrutura da distribuição de tipos de capital que tendem a determinar a estrutura das ações individuais ou coletivas, através dos interesses e disposições que manifestam. Na análise de redes o estudo destas estruturas subjacentes tem sido sacrificado pela análise de ligações particulares (entre agentes ou instituições), bem como dos fluxos (informações, recursos, serviços etc.) que as tornam visíveis. Isso ocorre, sem dúvida, porque revelar a estrutura requer a adoção de um modo relacional de pensar que é mais difícil de traduzir em dados e formalizações quantitativas, a não ser sob a forma de análise de correspondência (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 114, tradução nossa).

Outro uso bastante disseminado e igualmente equivocado tem sido no *marketing*, em que se encontra uma tendência a tomar isoladamente um trabalho específico de Bourdieu, *A distinção*, no qual ele oferece uma crítica radical do julgamento do gosto, uma análise do funcionamento da cultura e do poder na sociedade contemporânea e ilustrações detalhadas do uso da tríade conceitual *habitus*, capital e campo.

O argumento de Bourdieu (1988b) pode ser assim sintetizado: (1) o julgamento estético, longe de expressar uma sensibilidade interior do indivíduo, é uma faculdade eminentemente social que resulta da origem de classe e da educação; (2) o senso estético exibido por diferentes grupos

e pelo estilo de vida deles define-se pela oposição – o gosto é antes de tudo o desgosto pelo gosto dos outros –, já que qualquer prática adquire um significado social capaz de expressar diferença e distância; (3) revelar a lógica social do consumo requer estabelecer a correspondência estrutural entre o espaço de estilos de vida e o espaço de posições sociais ocupadas pelos diferentes grupos; (4) a hierarquia de estilos de vida é uma tradução encoberta, não reconhecível, da hierarquia de classes sociais.

O objetivo do autor, em toda sua obra, é desvelar os mecanismos de dominação e sua reprodução. No entanto, a apropriação pelo *marketing* de algumas partes de *A distinção* transforma seu conteúdo em um suporte para o desenvolvimento de instrumentos de estímulo ao consumismo. Talvez esta seja a área em que as formulações de Bourdieu tenham sido aplicadas de modo mais instrumental. Por exemplo, Moingeon (1993, p. 106) introduz o pensamento de Bourdieu em um esforço para apresentar alguns “conceitos úteis que permitiriam a explicação de como o gosto dos agentes é constituído”. De acordo com ele, a noção de *habitus* permite a compreensão da correspondência entre consumo, estilo de vida e espaços de posição social, que levariam a uma segmentação mais acurada do comportamento do consumidor.

Desde então, muitos estudos na área de pesquisa do consumo têm aplicado partes da teoria de Bourdieu. Um exemplo é o artigo de Applbaum (1998, p. 324) sobre *marketing* do consumo e teoria de necessidades. Ele argumenta que o comportamento do consumidor pode ser visto como uma forma de prática habitual e classificatória que é reforçada pela objetivação das relações de troca econômica:

Prefiro ver o relacionamento marketing-consumidor nos EUA como não sendo apenas constituído em uma luta por poder, imediata e diferenciada, mas como uma relação de mútua inteligibilidade, mesmo de concordância. Se se remove provisoriamente a teoria do poder, fica-se livre para ver uma relação de troca em que as metas de cada “lado” são buscadas. No final, a análise da base econômica reproduziria o sistema de significados culturais. O poder não é, portanto, o principal ímpeto gerador por trás da re-criação da cosmologia capitalista; o significado e as práticas associadas com as trocas econômicas o são (APPLBAUM, 1998, p. 332, tradução nossa).

Também se encontram trabalhos que, sempre de modo instrumental, cobrem temas como consumo cultural (SINTAS; ÁLVAREZ,

2002); estratificação de lazer e gosto (KATZ-GERRO; SHAVIT, 1998; TURNER; EDMUNDS, 2002); identidade corporativa e estratégia de comunicação (MOINGEON; RAMANANTSOA, 1997); práticas de consumo de pessoas com elevados e reduzidos recursos de capital cultural (HOLT, 2002); como a arte foi transformada em objeto de consumo (DRUMMOND, 2006); entre outros.

Para não concluir com notas tão negativas, vale a pena ressaltar dois esforços, ainda que não totalmente bem sucedidos, realizados em teses de doutorado.

Apoiando-se nas categorias *habitus*, campo e capital, Brei (2007) analisou a formação, funcionamento e estrutura da oferta e da demanda por água potável na França. Com o complemento da análise crítica do discurso, ele avalia como o discurso de *marketing* das empresas de água mineral vem transformando o significado simbólico de água. Apesar de adotar uma visão crítica quanto ao papel do *marketing* na sociedade contemporânea, principalmente a respeito da influência deste sobre as necessidades e os desejos, assim como sobre as consequências sociais dessa influência, o autor não deixa de incluir possíveis usos instrumentais de suas conclusões.

Rosa Filho (2007), por sua vez, buscou compreender o campo de deslocamentos de pessoas da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). O interessante desse trabalho é que o autor construiu o campo e o *habitus* no espaço social da demanda através da aplicação da técnica de análise de correspondência múltipla com base nos dados da “Pesquisa de origem e destino de viagens por entrevista domiciliar” para relacionar posições com a posse de tipos de capital. Além de usar os conceitos de modo relacional, o autor seguiu a orientação de Bourdieu sobre o uso da estatística e de bases de dados como instrumento para a construção das posições no campo, o que tem sido raro, se não uma prática ausente em nosso campo. Os resultados evidenciaram as relações de poder existentes no espaço social da demanda e no mercado de produção de serviços de transportes, além de revelarem o exercício do poder simbólico encoberto pela cientificidade, sob a forma matemática da planilha de cálculo do reajuste das tarifas. No entanto o autor não conseguiu realizar as entrevistas com agentes no campo da demanda e da oferta, que teriam sido indispensáveis para concretizar o uso efetivo do referencial de Bourdieu.

Ou seja, no campo da administração ainda estamos devendo uma apropriação da obra de Pierre Bourdieu que assuma a complexidade relacional de sua arquitetura teórica e que honre sua vida de compromisso político.

Para encerrar, as palavras do próprio Bourdieu (1994, p. 17-18), indicações da tão necessária reflexividade, tão ausente em nosso campo acadêmico:

Diante da servidão do trabalho ou da miséria das favelas, sem falar da tortura ou da violência dos campos de concentração, o “é assim” que, segundo Hegel, podemos pronunciar diante das montanhas, se torna equivalente a uma cumplicidade criminosa. Nada é menos neutro, no mundo social, que o anúncio autorizado do Ser, já que a ciência inevitavelmente exerce um efeito político, que pode não ser aquele que o pesquisador pretendia.

### Referências Bibliográficas

APPLBAUM, Kalman. The sweetness of salvation: consumer marketing and the liberal-bourgeois theory of needs. **Current Anthropology**, v. 39, n. 3, p. 323-338, 1998.

BACHELARD, Gastón. **Le matérialisme rationnel**. Paris: PUF, 1953.

BECKER, Gary. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: Chicago University Press, 1991.

BONNEWITZ, Patrice. **La sociología de Pierre de Bourdieu**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Algeria 1960**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977a.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2001a. [1. ed. 1993].

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. [1. ed. 1987].

\_\_\_\_\_. Genèse et structure du champ religieux. **Revue Française de Sociologie**, n. XII, p. 295-334, 1971.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar, 2001b. [1. ed. 1998].

\_\_\_\_\_. El campo científico. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 2000. p. 75-110. [1. ed. 1976].

\_\_\_\_\_. **El oficio de científico**: ciencia de la ciencia y reflexividad. Barcelona: Anagrama, 2003. [1. ed. 2001].

\_\_\_\_\_. **El sentido práctico**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2007. [1. ed. 1980].

\_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. [1. ed. 2004].

\_\_\_\_\_. **Homo academicus**. Cambridge: Polity Press, 1988a. [1. ed. 1984].

\_\_\_\_\_. **La distinción**: criterio y bases sociales del gusto. Buenos Aires: Taurus, 1988b. [1. ed. 1979].

\_\_\_\_\_. **Las estructuras sociales de la economía**. Buenos Aires: Manantial, 2001c.

\_\_\_\_\_. Les relations entre les sexes dans la société paysanne. **Les Temps Modernes**, n. 195, p. 307-331, ago. 1962.

\_\_\_\_\_. **Lições de aula**: aula inaugural proferida no Collège de France. São Paulo: Ática, 1994. [1. ed. 1982].

\_\_\_\_\_. **Meditaciones pascalinas**. Barcelona: Anagrama, 1999a. [1. ed. 1997].

\_\_\_\_\_. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977b. [1. ed. 1972].

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996a. [1. ed. 1994].

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. [1. ed. 1996].

\_\_\_\_\_. Sobre o poder simbólico. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b. p. 7-16. [1. ed. 1977].

\_\_\_\_\_. **Sociologie de l'Algérie**. Paris: PUF, 1958.

\_\_\_\_\_. The corporatism of the universal: the role of intellectuals in the modern world. **Telos**, n. 81, p. 99-110, Fall 1989.

\_\_\_\_\_. **The field of cultural production**: essays on art and literature. Columbia: Columbia University Press, 1999b. [1. ed. 1993].

\_\_\_\_\_. The practice of reflexive sociology (The Paris Workshop). In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p. 217-260.

\_\_\_\_\_. **The state nobility**. Stanford: Stanford University Press, 1996b. [1. ed. 1989].

BOURDIEU, Pierre et al. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: Mouton, 1963.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.[1. ed. 1968].

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reproduction in education, culture and society**. London: Sage, 1977. [1. ed. 1970].

\_\_\_\_\_. **The inheritors**: students and their culture. Chicago: University of Chicago Press, 1979. [1. ed. 1964].

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **Le déracinement**: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Editions de Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. The purpose of reflexive sociology (The Chicago Workshop). In: \_\_\_\_\_. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p. 61-215.

BREI, Vinicius Andrade. **Da necessidade ao desejo de consumo**: uma análise da ação do *marketing* sobre a água potável, 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

CASTILHOS, Rodrigo Bisognin. **Subindo o morro**: consumo, posição

social e distinção entre famílias de classes populares, 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COLIGNON, Richard. **Powerplays**: critical events in the institutionalization of the Tennessee Valley Authority. Albany: State University of New York, 1997.

DIMAGGIO, Paul Joseph; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul Joseph. **The new institutionalism in organizational analysis**. London: Sage, 1991. p. 63-82.

DRUMMOND, Kent. The migration of art from museum to market: consuming Caravaggio. **Marketing Theory**, v. 6, n. 1, p. 85-105, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1978.

FREITAS, Maria Ester de. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades? **Organização & Sociedade**, v. 16, n. 49, p. 247-264, 2009.

GRANOVETTER, Mark. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. **Acta Sociologica**, n. 35, p. 3-11, 1992.

\_\_\_\_\_. Business groups. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (Org.). **The handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLT, Douglas. Why do brands cause trouble? A dialectical theory of consumer culture and branding. **Journal of Consumer Research**, n. 29, p. 70-88, 2002.

KATZ-GERRO, Tally; SHAVIT, Yossi. The stratification of leisure and

taste: classes and lifestyles in Israel. **European Sociological Review**, n. 14, p. 369-386, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

\_\_\_\_\_. **Estruturas elementares do parentesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MARTÍNEZ, Ana Teresa. **Pierre Bourdieu: razones y lecciones de una práctica sociológica**. Buenos Aires: Manantial, 2007.

MISOCZKY, Maria Ceci. **O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social**, 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, p. 9-30, 2003.

\_\_\_\_\_. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 5, p. 1147-1180, 2009.

MOINGEON, Bertrand. La sociologie de Pierre Bourdieu et son apport au *marketing*. **Recherche et Applications en Marketing**, v. 8, n. 2, p. 105-123, 1993.

MOINGEON, Bertrand; RAMANANTSOA, Bernard. Understanding corporate identity: the French school of thought. **European Journal of Marketing**, v. 31, n. 5/6, p. 383-395, 1997.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

POUPEAU, Franck; DISCEPOLO, Thierry. **Political interventions: social science and political action**. London: Verso, 2008.

PUTNAN, Robert D. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organização & Sociedade**, v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009.

ROSA FILHO, Duarte de Souza. **A produção social do campo de deslocamento de pessoas na Região Metropolitana de Porto Alegre**, 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SINTAS, Jordi López; ÁLVAREZ, Ercilia García. Omnivores show up again: the segmentation of cultural consumers in the Spanish social space. **European Sociological Review**, n. 18, p. 353-368, 2002.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006.

TURNER, Brian; EDMUNDS, June. The distaste of taste: Bourdieu, cultural capital and the Australian postwar elites. **Journal of Consumer Culture**, v. 2, n. 2, p. 219-240, 2002.

WACQUANT, Loïc. Toward a social praxiology: the structure and logic of Bourdieu's sociology. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p. 1-59.

\_\_\_\_\_. Pierre Bourdieu. In: STONES, Rob (Org.). **Key Sociological Thinkers**. London: Palgrave Macmillan, 2006a. p. 261-277.

\_\_\_\_\_. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia Política**, v. 26, p. 13-29, 2006b.





# AS DIMENSÕES TEÓRICA E METODOLÓGICA DO GRUPO FOCAL NO CONTEXTO DA PESQUISA QUALITATIVA

*Annor da Silva Júnior*<sup>27</sup>

*Priscilla de Oliveira Martins da Silva*<sup>28</sup>

*José Marcos Carvalho de Mesquita*<sup>29</sup>

## 1. Introdução

A utilização do *Focus Group* (FG) ou Grupo Focal (GF) no meio acadêmico, sobretudo nas ciências sociais, e no meio empresarial vem sendo ampliada nos últimos anos, via de regra, por meio da abordagem de pesquisa qualitativa, no contexto respectivo à pesquisa básica e aplicada, obedecendo ao rigor metodológico.

Um panorama das características da pesquisa qualitativa pode ajudar na compreensão do GF como um procedimento pertencente a sua metodologia. De forma geral, esse tipo de pesquisa consiste em uma interação próxima entre o pesquisador e os pesquisados – estes últimos envolvidos com um fenômeno social qualquer de interesse do primeiro (INGLIS, 1992).

No entendimento de Gaskell (2002), a abordagem de pesquisa qualitativa tem como pressuposto a ideia de que o mundo social não é um dado natural, mas algo construído pelas pessoas em suas vidas cotidianas em condições estabelecidas pelo contexto. Essas construções formam a realidade essencial das pessoas, ou seja, seu mundo vivencial. Nesse sentido, para o autor, o emprego da abordagem qualitativa, seja por meio de entrevista individual ou coletiva – neste caso o GF –, para mapear e compreender o mundo dos respondentes é o ponto de partida do cientista social, que introduz esquemas interpretativos a fim de deslindar as narrativas dos atores sociais.

De forma mais sistematizada, a abordagem qualitativa na pesquisa científica pode ser caracterizada por cinco fatores, como indicam Bogdan e Biklen (1982). São eles: (1) a realização da investigação no local onde o fenômeno se desenvolve, o que permite compreender melhor o comportamento analisado, observando-o em seu contexto natural; (2) os dados coletados são considerados como uma descrição rica em detalhes, em seu sentido mais puro possível; (3) o pesquisador confere maior importância ao processo, e não ao seu resultado, visto que o processo pode ajudar na com-

27 Departamento de Ciências Contábeis UFES.

28 Departamento de Administração UFES.

29 Departamento de Administração FUMEC.

preensão e explicação do fenômeno ou mesmo das mudanças que este pode sofrer; (4) a teoria é desenvolvida por um processo de indução, por meio de observações que dão sentido ao fenômeno; e (5) a pergunta orientadora é “qual é o sentido de um construto social específico para os participantes, bem como, quais são as suas experiências e perspectivas sobre o mesmo?”.

A utilização do GF como procedimento metodológico na pesquisa qualitativa pode contribuir para o alcance do objetivo da investigação, pois permite que o investigador e os respondentes se tornem mais engajados no processo de pesquisa, ampliando o potencial de envolvimento de ambos na discussão e interpretação dos dados de interesse comum. Ou seja, os sentidos, significados e valores conferidos aos dados podem ser explorados e negociados entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa (INGLIS, 1992; MORGAN; SPANISH, 1984; COWLEY, 2000).

Existem vários autores que discutem o conceito e a aplicabilidade do GF, formando um campo de estudo teórico e metodológico marcado pela pluralidade conceitual. Diante dessa diversidade, observa-se tanto elementos comuns como divergentes em relação à temática.

Goldman (1962, p. 61), por exemplo, define o Grupo Focal como “grupos de entrevista em profundidade”, em que, como características centrais: (1) o grupo é composto por certo número de pessoas que interagem segundo um interesse comum; (2) a profundidade refere-se à reunião de mais informações detalhadas do que seria possível mediante a realização de entrevistas individuais; (3) entrevistas implicam a presença de um moderador; e (4) foco significa a limitação do contexto a ser discutido pelos participantes.

Herndon (2001), complementando essa abordagem, defende que o GF, para estimular ideias, apoia-se mais fortemente na interação dos seus componentes (pesquisadores e participantes de pesquisa) do que no convencional e linear formato do tipo pergunta e resposta usualmente adotado em entrevistas individuais.

Analisando comparativamente as entrevistas individuais e grupais no contexto da pesquisa qualitativa, Gaskell (2002), diferentemente, defende que ambas são importantes, porém têm propósitos e indicações distintas. Enquanto as entrevistas individuais são mais indicadas quando o objetivo da pesquisa é, entre outros, (a) explorar em profundidade o mundo da vida do indivíduo; (b) fazer estudos de casos com entrevistas repetidas no tempo; (c) testar um instrumento, ou questionário (entrevista cognitiva); e (d) levantar experiências individuais detalhadas, escolhas e biografias pessoais; as entrevistas grupais são mais indicadas para, por exemplo, (a) orientar o pesquisador para um campo de investigação e para a linguagem

local; (b) explorar o espectro de atitudes, opiniões e comportamentos; (c) observar os processos de consenso e divergências; (d) adicionar detalhes contextuais a achados quantitativos; e (e) abordar assuntos de interesse público ou preocupação comum, como política, mídia, comportamento de consumidores, lazer, novas tecnologias.

Observando as visões de Goldman (1962) e Gaskell (2002), constata-se que entre os autores existe uma divergência quanto ao termo profundidade. Para Goldman (1962), o GF se apresenta como um método de coleta de dados que permite maior profundidade do que a entrevista individual, já para Gaskell (2002), a entrevista individual e o GF, ambos têm profundidade, a diferença está naquilo que cada método pode alcançar em termos de objetivos, ou seja, a sua utilização dependerá do problema de pesquisa e do seu delineamento.

As diferentes perspectivas observadas e discutidas até aqui indicam que o campo de estudo sobre o GF é fecundo e permeado por múltiplas abordagens. Pretende-se, neste texto, explorar a temática através da identificação de pontos de convergência e de divergência encontrados na literatura, sem, contudo, esgotar o assunto.

Este capítulo está estruturado em dois grandes blocos sobre o GF. O primeiro aborda sua dimensão teórica e apresenta a perspectiva histórica, desde o surgimento do método até os dias atuais, e os aspectos conceituais que o fundamentam. O segundo bloco aborda sua dimensão metodológica, discutindo aspectos relacionados a suas aplicações, seus pontos positivos e negativos, sua operacionalização e adaptações. Será ainda comentada a aplicação do método em uma pesquisa no contexto acadêmico: uma tese de doutorado sobre as representações sociais, na área da psicologia social. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **2. Grupo Focal: dimensão teórica**

Pretende-se, neste exame da dimensão teórica, apresentar os fundamentos históricos do surgimento do GF, apresentando a sua evolução ao longo dos anos, os seus aspectos conceituais e epistemológicos e os principais pontos de convergência e divergência encontrados na literatura.

### *2.1 Perspectiva histórica*

Observa-se na literatura que, entre os principais autores, não há um entendimento a respeito do surgimento do método de pesquisa, porém,

segundo Stewart e Shamdasani (1990), acredita-se que as primeiras práticas do método ocorreram em 1941, no *Office of Radio Research*, da Columbia University, quando Paul Lazarsfeld foi convidado por Robert Merton<sup>30</sup> para auxiliá-lo na avaliação das respostas de ouvintes de um programa de rádio como parte de um estudo realizado com um grupo de pessoas sobre determinado tema de interesse.

Naquela época, o GF era conhecido por *focussed interviews*. Entre os ouvintes dos programas de rádio, eram selecionados os participantes para discutir um tema central de interesse definido pela Columbia University. O moderador que conduzia o grupo estimulava os participantes com questões e eles respondiam pressionando um botão verde ou vermelho. O botão verde representava concordância, e o vermelho, discordância. As respostas eram cronometradas e, ao final da sessão, os participantes comentavam e discutiam as razões para suas respostas (STEWART; SHAMDASANI, 1990; MERTON; KENDALL, 1946).

O método foi utilizado por Merton logo após a Segunda Guerra Mundial na *United States Army Information and Education Division* na avaliação dos treinamentos das tropas americanas, principalmente para identificar se os treinamentos eram eficientes em levantar o moral das tropas em combate de guerra (MERTON; KENDALL, 1946). Essa experiência resultou na publicação de um artigo sobre a utilização da metodologia e, posteriormente, no lançamento de um livro com o mesmo título *The focused interview* (MERTON; KENDALL, 1946; MERTON; FISKE; KENDALL, 1956). Os resultados de pesquisas realizadas tendo como fundamento a utilização da metodologia *focussed group*, principalmente no final da Segunda Grande Guerra e, depois, na Columbia University, formaram a base de um dos livros clássicos sobre persuasão e influência da mídia de massa, intitulado *Mass Persuasion* (MERTON; FISKE; CURTIS, 1946).

Mais tarde, Merton adaptou o método para utilização em entrevistas individuais. A opção pela modalidade coletiva ou individual dependia das necessidades do pesquisador, que alterava procedimentos segundo os objetivos do *focussed group*.

A despeito do entusiasmo prematuro, o GF, como método de pesquisa, parecia que iria cair no esquecimento no meio acadêmico, porém a comunidade de pesquisa em *marketing* abraçou essa abordagem metodológica. Impulsionados pelo crescimento dos negócios no pós-guerra, os

---

30 Há divergências quanto a esse aspecto. Para alguns autores, Robert Merton introduziu Paul Lazarsfeld no contexto do surgimento do método, porém outros autores defendem que foi Lazarsfeld quem introduziu Merton na utilização do GF. Para aprofundar o assunto, verificar Merton e Kendall (1946) e Morgan (2010).

pesquisadores de *marketing* viram-se encarregados de encontrar respostas para tornar os seus produtos mais atrativos para clientes potenciais. Nesse sentido, o GF apresentou-se como o método adequado para manter contato direto com os clientes, cumprindo um duplo papel: de explorar as necessidades e identificar atitudes deles (MORGAN, 2010).

Segundo Morgan (2010), a partir dos anos 1980, o método reapareceu na comunidade acadêmica e tem sido utilizado em pesquisas que se propõem a entender atitudes e comportamentos das pessoas no ambiente organizacional, sobretudo mediante a perspectiva de pesquisa qualitativa.

No contexto atual, o GF teve a sua utilização disseminada entre pesquisadores das ciências sociais aplicadas, que o articulam com outros métodos de pesquisa, sejam qualitativos (estudos de caso, pesquisa-ação, história oral) e/ou quantitativos (*survey*), por meio de diferentes abordagens (exploratório, clínico, fenomenológico) e mídias (internet *on-line* e *off-line*, telefone), contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento científico e metodológico sob a abordagem qualitativa nas ciências sociais (COWLEY, 2000; CALDER, 1977; STEWART; SHAMDASANI, 1990; WELLNER, 2003; AGAN et al., 2008; BRÜGGEN; WILLEMS, 2008).

## 2.2 Aspectos conceituais

O GF é um dos métodos de pesquisa qualitativa utilizados em ciências sociais aplicadas (GASKELL, 2002; CRESWELL, 2007), sobretudo em pesquisas na área de *marketing* (COWLEY, 2000; CALDER, 1977; AGAN et al., 2008; BRÜGGEN; WILLEMS, 2009; WELLNER, 2003). Mesmo sendo bastante utilizado nessa área, a definição do método não tem sido muito precisa, fazendo-se necessário rever alguns aspectos conceituais relativos a ele.

O GF consiste em um método de pesquisa qualitativa, aplicado por meio de entrevista, cujos participantes são um grupo de pessoas que discute e interage entre si sob a supervisão e condução de um moderador, tendo como objeto de estudo uma temática central de interesse (STEWART; SHAMDASANI, 1990).

Morgan (1997) também defende que como método de pesquisa qualitativa, o GF é basicamente um procedimento de entrevista em grupo, porém não no sentido da relação de perguntas e respostas, em que o pesquisador pergunta e os participantes respondem. Em vez disso, a relação entre moderador/pesquisador e participantes é de interação, baseada em tópicos (temática de interesse) que são alimentados pelo moderador ao longo da sessão. A característica do GF é seu uso explícito da interação do

grupo para produzir dados, informações e introspecções, os quais, sem ela, certamente não seriam tão acessíveis.

Outra definição é a de Krueger e Casey (2000), que consideram o GF como um tipo especial de grupo em termos de proposta, tamanho, composição e procedimentos. A proposta do GF é listar e coletar informações. É o caminho para o melhor entendimento de como as pessoas pensam e sentem a respeito de diversos aspectos da vida cotidiana (por exemplo, as relações de gênero estabelecidas em empresas familiares ou as representações sociais sobre preconceito) ou, ainda, acerca de produtos e serviços. Os participantes são selecionados por determinadas características comuns (homogeneidade), que lhes permitem contribuir para o tema de interesse abordado no GF.

Em outra abordagem, Templeton (1994) define GF como sendo, em sua essência, uma pequena comunidade temporária formada para uma proposta colaborativa e empreendida para a descoberta. Sua constituição é baseada na discussão conjunta de algum tema de interesse pelos participantes, cuja atuação no grupo é compensada por alguma forma de recompensa, que pode ser remuneração direta, vantagens ou benefícios.

Analisando esses aspectos conceituais apresentados, sugere-se uma perspectiva integradora, em que o GF consista em uma interação social entre participantes, selecionados de acordo com características predefinidas e orientadas para o objetivo da pesquisa qualitativa sob a coordenação de um moderador para levantamento de opiniões, sentimentos, percepções, comportamentos acerca de temática específica, podendo alcançar tanto o consenso quanto o dissenso.

Numa perspectiva mais pragmática e operacional, Morgan e Spanish (1984) afirmam que o GF consiste em registrar, por meio de vídeo ou áudio, a discussão em pequenos grupos que exploram tópicos selecionados pelo pesquisador, com duração de aproximadamente duas horas. A discussão dos participantes do GF é usualmente conduzida por um moderador, que geralmente é o próprio pesquisador. Os dados coletados durante as sessões são analisados qualitativamente.

No aspecto tamanho do grupo, observam-se também divergências entre os autores. Stewart e Shamdasani (1990) indicam que o GF deve ter entre oito e doze pessoas, já Gaskell (2002) e Krueger e Casey (2000) recomendam um número de seis a oito pessoas. Morgan (1997), diferentemente, afirma ser possível realizar Grupos Focais com tamanhos menores e maiores, de quatro até vinte participantes.

Grupos muito grandes ou muito pequenos, como os apresentados por Morgan (1997), têm certas desvantagens. A desvantagem de um grupo com

número maior de pessoas é a possibilidade de alguém não encontrar espaço para falar, o que modifica a dinâmica do grupo. Nesse caso, pode haver conversas paralelas durante o GF, uma vez que alguém procure, na tentativa de expor a sua experiência, conversar com a pessoa ao seu lado. No caso de grupos menores, também chamados minigrupos focais, a desvantagem está em se obter um número limitado de experiências. Um número menor de pessoas, contudo, pode deixar os participantes à vontade para expor com mais detalhes as suas experiências (KRUEGER; CASEY, 2000).

A questão da temática discutida no GF também apresenta divergências. Enquanto Templeton (1994) defende que o tema seja de interesse comum entre os participantes (pesquisador, moderador e participantes), Stewart e Shamdasani (1990), Morgan (1997) e Gaskell (2002) enfatizam que é o pesquisador o principal interessado na temática. Segundo eles, o moderador e participantes apresentam-se para discutir as suas vivências e experiências sobre a temática, fornecendo os dados que serão analisados e interpretados pelo pesquisador mediante a abordagem teórica escolhida por ele.

Por último, mas não menos importante, a questão da recompensa. Recompensar os participantes que participam de um GF pode ser interessante, porém corre-se o risco de comprometer a espontaneidade da participação. Para Templeton (1994), oferecer algum tipo de vantagem ou benefício ao participante não é um problema, mas o interesse pelo benefício pode se tornar maior do que o interesse em discutir e colaborar com a pesquisa em si.

Das perspectivas conceituais apresentadas é possível inferir que alguns aspectos são convergentes e outros não. De um lado, parece haver consenso entre os autores que o GF está relacionado à interação temporária de um grupo de pessoas coordenadas por um moderador para discutir assuntos específicos. De outro, os autores não apresentam um consenso em relação ao tamanho do grupo, à questão dos assuntos discutidos e às recompensas.

A seguir, apresenta-se a dimensão metodológica, e alguns desses aspectos serão retomados e analisados em termos das implicações para a operacionalização do GF.

### **3. Grupo Focal: dimensão metodológica**

Após discutir a evolução história e os aspectos conceituais do GF, pretende-se, nesta terceira parte, discutir os aspectos metodológicos, sobretudo na perspectiva da abordagem de pesquisa qualitativa. Para isso, serão discutidos aspectos relacionados à aplicação, aos pontos positivos e negativos, à operacionalização e às adaptações do GF nas ciências sociais aplicadas.

### 3.1 Aplicações do Grupo Focal

Observa-se na literatura a amplitude de aplicações do GF, abrangendo pesquisas acadêmicas, cuja finalidade é compreender determinados fenômenos sociais e de pesquisas aplicadas à realidade empresarial, sobressaindo-se os estudos realizados na área de *marketing*.

Numa abordagem mais generalista que envolve as duas aplicações supramencionadas, Stewart e Shamdasani (1990) defendem que o GF tem, entre outras, as seguintes aplicações: (a) obtenção de informações sobre tópicos de interesse; (b) geração de hipóteses de pesquisa; (c) simulação de conceitos e ideias; (d) diagnósticos de problemas potenciais; (e) pesquisa de interesse de clientes; (f) obtenção de opiniões sobre produtos e serviços; (g) interpretação prévia de resultados quantitativos; (h) construção de comprometimento; e (i) processo político e diplomático.

Segundo Krueger e Casey (2000), a utilização do GF tem como fundamento investigar as percepções, sentimentos e pensamentos das pessoas com relação a aspectos diversos da vida cotidiana. Sua utilização como procedimento de pesquisa aplica-se de quatro diferentes formas. São elas: pesquisa acadêmica; pesquisa de *marketing*; pesquisa de avaliação; e pesquisa-ação.

A pesquisa acadêmica geralmente é conduzida por professores e estudantes vinculados a Instituições de Educação Superior (IES) e tem a finalidade de articular conhecimentos por meio de estudos teóricos e/ou empíricos que serão compartilhados de forma mais ampla por meio de publicações em periódicos, livros e congressos científicos.

A segunda forma indicada, que é a pesquisa de *marketing*, tem como foco explorar aspectos relacionados a produtos, serviços, oportunidades, desejos, expectativas, que indiquem o caminho inicial para se refletir sobre uma diversidade de aplicações envolvendo o universo corporativo em termos de tomada de decisões, desenvolvimento de programas e produtos, satisfação do cliente, movimentos de qualidade, compreensão acerca da insatisfação de funcionários, etc.

A pesquisa de avaliação, por sua vez, visa ouvir as pessoas que estejam envolvidas em determinados programas e/ou projetos para avaliar o andamento deles ou os resultados obtidos.

A quarta e última forma, a pesquisa-ação, tem por finalidade a resolução de problemas relevantes em determinados contextos por meio de investigação na qual os pesquisadores trabalham em conjunto com os colaboradores locais na busca e na aprovação de soluções para problemas de grande importância para os colaboradores (GREENWOOD; LEWIN, 2006).

Dada essa diversidade de aplicações, o GF é um método de pesquisa capaz de interagir com qualquer outro tipo de método de pesquisa (*survey*, entrevistas individuais, observação participante, experimentos, etc.), sendo utilizado principalmente na pesquisa exploratória. Isso se deve ao fato de a pesquisa exploratória ter como característica principal prover o pesquisador de um conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em tela, sendo, por esse motivo, apropriada para os primeiros estágios da investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno, por parte do pesquisador, são geralmente insuficientes ou inexistentes (MORGAN, 1997; MORGAN; SPANISH, 1984).

Observa-se que em todas essas aplicações, o método do GF assume a característica de pesquisa qualitativa de natureza exploratória, porém não se limita a ela, podendo ser empregado no contexto da pesquisa básica e aplicada, de natureza descritiva e analítica, de campo, experimental, entre outras.

Nesse sentido, Morgan (2010) afirma que o GF pode ser utilizado em três possíveis desenhos de pesquisa: (a) como método único, quando ele é a única fonte de coleta de dados; (b) como método suplementar a uma pesquisa do tipo *survey*, quando é utilizado para realçar uma alternativa de dados primários, por exemplo, antes da aplicação de um *survey*, para identificar questões-chave, ou depois, para expandir, ampliar e esclarecer questões particulares que requerem ser exploradas a fim de alcançar os objetivos da pesquisa; e (c) como parte de um desenho de pesquisa multimodal, quando a pesquisa faz uso de diversas fontes de coleta de dados e nenhum método determina a utilização do outro.

### 3.2 Aspectos positivos e negativos da utilização do Grupo Focal

Como todo método de pesquisa, o GF tem aspectos positivos e negativos. Segundo Stewart e Shamdasani (1990), Krueger e Casey (2000) e Morgan (1997), a utilização do GF apresenta como aspectos positivos centrais: (a) rapidez e baixo custo na obtenção de dados e informações em comparação a outros métodos de pesquisa<sup>31</sup>; (b) interação direta com os participantes, possibilitando clareza nas repostas e observações de registros não

---

31 Vale ressaltar que, dependendo do nível de investimento em estrutura na implementação do método, os custos podem ser consideravelmente altos. Uma sala completa para realização de GF deve conter os seguintes itens: isolamento acústico, ambiente climatizado, sistema de gravação em áudio e vídeo, sistema de telefonia e fax, computadores com acesso a internet e outros equipamentos multimídia. Além disso, deve ser dividida por uma “parede espelhada” para que seja possível aos interessados na implementação do método assistirem às sessões sem contato direto com os participantes.

verbais; (c) flexibilidade na obtenção de dados, seleção de participantes e temas abordados; e (d) facilidade na interpretação e análise dos resultados.

De forma geral, os mesmos autores apontam como principais limitações: (a) dificuldade para generalizar resultados, visto que a percepção e interpretação dos dados referem-se a um grupo específico; (b) dificuldade na seleção de participantes com disponibilidade de tempo para participar das sessões, o que tem motivado, em alguns casos, a admissão de GFs menores, com 4 participantes; (c) inibição de participantes em virtude do processo de interação coletiva, que intimida algumas pessoas no momento de exporem as suas percepções, sentimentos e opiniões; e (d) grande dependência em relação à participação do moderador/pesquisador, que é responsável pela condução, monitoramento e controle das interações entre os participantes.

Esses aspectos positivos e negativos relativos ao GF são tratados na literatura de forma genérica, podendo seus efeitos serem potencializados ou minimizados no contexto de sua operacionalização, assunto que será abordado a seguir.

### *3.3 Operacionalização do Grupo Focal*

Para discutir a operacionalização do GF, optou-se por explorar três aspectos fundamentais, que são: a sua composição; a sua preparação e planejamento; e as etapas do processo de utilização do método.

#### **Integrantes do Grupo Focal**

De acordo com a literatura, as pessoas envolvidas na realização de GFs são: (1) o patrocinador, que pode ser pessoa física (geralmente o pesquisador, que define o problema de pesquisa e busca a solução por meio da utilização do método) ou jurídica (geralmente uma organização que tem interesse na realização pesquisa); (2) o financiador, que viabiliza financeiramente a realização do método; (3) o coordenador, que participa de todo o processo, desde a organização, estruturação, condução e edição do relatório final<sup>32</sup>; (4) o editor, responsável pela edição do relatório final contendo os resultados alcançados; (5) o moderador, responsável pela condução das sessões de GF; (6) o apontador, que auxilia o moderador

---

<sup>32</sup> Geralmente o pesquisador (patrocinador) também assume essa função; quando, entretanto, o escopo da pesquisa é amplo e envolve vários pesquisadores, é possível delegar essa função a um dos pesquisadores envolvidos. Isso pode ocorrer também com as seguintes funções: editor e moderador.

fazendo anotações e registros; (7) os participantes, selecionados para integrar na discussão e emitir opiniões, impressões, percepções e sentimentos acerca do tema central de interesse do GF.

Como qualquer outro método de pesquisa de natureza qualitativa, a composição de um GF segue uma orientação teórica, ou seja, é constituído por componentes escolhidos em razão de um tópico de interesse qualquer, cuja fundamentação teórica determinará as características demográficas e ocupacionais dos participantes, o roteiro de entrevista coletivo<sup>33</sup>, as categorias de análise de dados, entre outros procedimentos de natureza metodológica (KRUEGER; CASEY, 2000; MORGAN, 1997; PATTON, 2002; STEWART; SHAMDASANI, 1990).

De forma geral, a composição e a segmentação dos participantes do GF podem variar de acordo com as características demográficas (idade, sexo, raça, localização geográfica, estado civil, etc.) e outras formas de caracterização (atividade profissional, conhecimento sobre o fenômeno sob investigação, etc.), que são avaliadas e definidas como necessárias e relevantes pelo pesquisador, com fundamento em seu objeto de pesquisa (AGAN et al., 2008).

Segundo Agan e colaboradores (2008), os participantes do GF são escolhidos pela sua capacidade e habilidade de fornecer *insights* ao pesquisador numa perspectiva de grupo, bem como de criar as condições sociais que permitam que tal *insight* possa emergir nas interações do grupo sob a coordenação do moderador.

Um aspecto considerado por Stewart e Shamdasani (1990), Krueger e Casey (2000) e Morgan (1997) como relevante sobre os participantes de um GF é a relação entre a homogeneidade e a heterogeneidade do grupo. Essa questão é polêmica, pois um grupo qualquer tem simultaneamente características de homogeneidade e heterogeneidade, dependendo da matriz de análise. Por exemplo, um grupo de dez homens provenientes de dez estados brasileiros diferentes é, ao mesmo tempo, homogêneo e heterogêneo. Na matriz sexo, formam um grupo homogêneo e, na matriz local de nascimento, todos são originários de estados diferentes, portanto constituem um grupo heterogêneo.

Para efeito de seleção dos participantes de um GF, recomenda-se atenção a alguns aspectos como (1) a natureza do grupo, que pode ser

---

33 Embora haja controvérsia com relação à utilização do termo “roteiro de entrevista coletivo” no contexto do GF, optou-se aqui por manter o termo, visto que a literatura consultada lhe faz referência. Há que se registrar que alguns autores se referem a esse aspecto como “roteiro de questionamento” (KRUEGER; CASEY, 2000), evitando o uso do termo “entrevista”.

de dois tipos: quando seus componentes possuem relação e/ou vinculação anterior à realização das sessões (grupo de conhecidos) e quando não existe essa relação e/ou vinculação (grupo de não conhecidos); (2) a forma de seleção, que pode ser aleatória ou intencional; e (3) o meio de contato e de localização dos participantes, que pode ser através de uma lista prévia de participantes, por correspondência, serviços de seleção, grupos já existentes que participam de outros eventos, anúncios em jornais, sites e outros meios de comunicação (STEWART; SHAMDASANI, 1990; KRUEGER; CASEY, 2000; MORGAN, 1997).

Diante de tantos aspectos e questões relativas à composição do GF, tais como características dos participantes, tamanho e natureza do grupo, forma de seleção e de contato, o patrocinador, o coordenador e o moderador devem ter, como norte e referência central, o problema de pesquisa e seus objetivos (geral e específicos).

O moderador, que pode ser interno ou externo, ou seja, fazer parte ou não da organização que está patrocinando o GF, tem algumas características que são fundamentais e decisivas para o sucesso da utilização do método de pesquisa: (a) ter capacidade de liderança; (b) ser flexível; (c) agir com gentileza na condução das entrevistas; (d) ser encorajador; (e) saber ouvir; (f) ter experiência na condução de GF; (g) ter conhecimento profundo do tema central de interesse do GF; (h) ser um bom comunicador; (i) não ser autoritário e adotar uma postura mais democrática; e (j) não julgar os participantes em virtude de suas opiniões sobre os temas centrais e periféricos da discussão (STEWART; SHAMDASANI, 1990; KRUEGER; CASEY, 2000; MORGAN, 1997).

Para Stewart e Shamdasani (1990), Krueger e Casey (2000) e Morgan (1997), na condução das sessões de GF, o moderador tem as seguintes atribuições básicas: organizar o formato das sessões, elaborar as questões, criar ambiente favorável, cumprir a agenda, motivar a discussão participativa, clarificar o sentido das manifestações, associar pensamentos distintos e resumir resultados finais. O moderador, ao conduzir as sessões, deve tomar cuidado para não comprometer o sucesso da utilização do método com atitudes negativas, por exemplo, ser tendencioso, criticar manifestações, ser prolixo, ignorar os participantes e as suas manifestações, perder o controle das discussões e assumir interpretações parciais. Esses cuidados são considerados fundamentais para que tudo que foi planejado e organizado não seja comprometido na condução do GF.

As questões relativas à preparação e ao planejamento do GF serão tratadas a seguir.

## Preparação e planejamento do Grupo Focal

Mesmo não havendo consenso entre os autores pesquisados sobre a preparação e o planejamento do GF, podem-se identificar as seguintes etapas: (1) determinação do propósito da pesquisa e adequação do GF ao objetivo da pesquisa; (2) recrutamento e seleção dos participantes; (3) determinação da quantidade de grupos focais a serem realizados; (4) elaboração do roteiro de entrevista coletiva; (5) seleção e preparação do moderador; e (6) definição e preparação do local de realização das sessões (TEMPLETON, 1994; STEWART; SHAMDASANI, 1990; KRUEGER E CASEY, 2000; MORGAN, 1997; CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002).

A primeira etapa é o ponto de partida para o emprego do método na pesquisa qualitativa; é o momento em que se define o propósito da pesquisa e verifica-se se o GF é o meio mais adequado para alcançá-lo. Na visão de Krueger e Casey (2000), é recomendável que o propósito da pesquisa seja definido coletivamente, com a presença de pessoas que participam da equipe de pesquisadores e dos responsáveis por utilizar os resultados da pesquisa para um determinado propósito. Em outros termos, nesse primeiro momento, essa coletividade envolve, pelo menos, o patrocinador (pessoa física ou jurídica), o potencial financiador e a equipe de pesquisadores que irá operacionalizar o método.

Para os autores, a definição do propósito da pesquisa implica algumas indagações, por exemplo: (1) qual o problema de pesquisa?; (2) qual a finalidade do estudo?; (3) que tipo de informações serão necessárias?; (4) quais dessas informações têm particular importância para a finalidade do estudo?; (5) quem precisa dos resultados da pesquisa?; e (6) quem irá utilizar esses resultados e com que finalidade?

Ainda em relação à primeira etapa, após a determinação do propósito da pesquisa, Krueger e Casey (2000) entendem ser necessário analisar crítica e criteriosamente se o GF é o método mais adequado para se atingir os objetivos da pesquisa. Para isso, é recomendável refletir se o propósito da pesquisa é convergente com as aplicações do GF.

A segunda etapa da preparação e do planejamento do GF é o recrutamento e a seleção de participantes. Stewart e Shamdasani (1990) afirmam que os participantes do GF podem ser recrutados por diversos meios, desde que ajustados à orientação do problema e ao propósito da pesquisa, os quais, via de regra, definirão as características da amostra do grupo dos participantes.

No entendimento de Morgan (1997), a amostra deve ser pensada

mais em termos de características e tendências mínimas do que de alcance genérico. Normalmente, a seleção dos participantes do GF é feito a partir de amostras selecionadas, em uma quantidade limitada, e, muitas vezes, provenientes de apenas uma fonte de recrutamento.

Para Morgan (1995), um dos aspectos críticos e que tem sido fonte de problemas na operacionalização do GF está nos esforços inadequados de recrutamento de participantes. Simplesmente localizar participantes, recrutá-los e eles concordarem em aparecer nem sempre é o bastante. É necessário desenvolver mecanismos cuidadosos que assegurem que a quantidade suficiente de participantes realmente apareça em cada sessão de GF.

Entre esses procedimentos cuidadosos, destacam-se: o meio de contato para convidar os participantes, que pode ser pessoalmente, via telefone, *e-mail*, entre outros; a proposição e definição de incentivos, monetários ou não; a definição do local de realização do GF, inclusive verificando se há a necessidade de transporte especial; e a fixação da quantidade necessária de participantes do GF e da quantidade a ser convidada.

Sobre a quantidade a ser convidada, o pesquisador precisa considerar, por vezes, a conveniência de convidar um percentual de participantes superior ao necessário, para o caso de alguns convidados não aparecerem para a sessão. Contudo isso pode ser arriscado, pois, se todos comparecerem e a quantidade de pessoas for grande, será necessário que o pesquisador selecione alguns e dispense outros (STEWART; SHAMDASANI, 1990; KRUEGER; CASEY, 2000; MORGAN, 1997).

Krueger e Casey (2000) assinalam a importância de alguns procedimentos necessários para assegurar a viabilização das sessões após o recrutamento e a seleção os participantes. Entre eles, destacam-se: o ajuste de datas, horários e locais com os participantes; envio de carta personalizada confirmando o convite para a realização das sessões; e contato telefônico como forma de lembrete para o participante nas vésperas das sessões.

A terceira etapa é o estabelecimento da quantidade de GFs. Na visão de Krueger e Casey (2000), a regra geral é planejar três ou quatro GFs diferentes com todo e qualquer tipo de participante. Uma vez realizadas, é necessário que o pesquisador responsável determine o ponto de saturação. A saturação é um termo usado para descrever o ponto em que os dados coletados tornam-se repetitivos por não gerar novas informações, ou seja, começa a haver recursividade de informações. Caso o pesquisador continue obtendo informações novas após a realização de três ou quatro GFs, ele deverá conduzir outras sessões até que alcance a saturação.

Na quarta etapa, é relevante considerar a elaboração do roteiro de en-

trevista coletiva. No entendimento de Stewart e Shamdasani (1990), o roteiro de entrevista define a agenda para a discussão do GF. Semelhantemente ao recrutamento e à seleção de participantes, a elaboração do roteiro de entrevista não deveria ser feita até que a agenda de pesquisa e todas as questões relatadas tenham sido claramente articuladas por todas as partes envolvidas no processo de pesquisa. Nesse sentido, os autores defendem que a elaboração do roteiro de entrevista não deve ser responsabilidade exclusiva do moderador, uma vez que ele pode ser selecionado apenas depois que a agenda de pesquisa for estabelecida e antes que o roteiro preliminar seja estruturado.

Morgan (1997) enfatiza que o objetivo central, nessa etapa da preparação e planejamento do GF, é construir um roteiro de entrevista que cubra um tópico particular, ao mesmo tempo que proporciona observações que satisfaçam os quatro critérios de efetividade do GF definidos por Merton, Fiske e Kendall (1956), quais sejam: (1) amplitude, ou seja, cobrir o máximo de tópicos relevantes; (2) especificidade, ao direcionar a discussão em grupo no sentido de explorar de forma concreta e detalhada as experiências dos participantes; (3) profundidade, ao assegurar o envolvimento dos participantes com o material e a temática em discussão; e (4) contexto pessoal, ao permitir o surgimento de posições e manifestações individuais referentes ao contexto social, político e ideológico de cada participante.

Recomenda-se que a formulação das questões que irão compor o roteiro de entrevista seja orientada por dois princípios básicos. O primeiro sugere que as questões sejam ordenadas das mais gerais para as mais específicas, permitindo assim o aprofundamento de tópicos específicos. O segundo princípio refere-se ao seu ordenamento pelo critério do grau de importância para a agenda da pesquisa, segundo o qual as questões de maior importância devem ser abordadas no início, deixando as de menor importância para o final (STEWART; SHAMDASANI, 1990).

Essa é uma questão polêmica, visto que no início da sessão é muito comum que os participantes ainda não estejam ambientados com a dinâmica do GF e não ofereçam suas contribuições adequadamente. Em razão disso, parece ser interessante proporcionar, no início do GF, um momento de ambientação, conforto e segurança, uma espécie de “*ice-breaker questions*” ou “*discussion-starter questions*”<sup>34</sup> (MORGAN, 1997), para que todos possam se manifestar mais livre e espontaneamente.

---

34 As traduções dos dois termos são, respectivamente, “questões quebra-gelo” e “questões que fomentam discussão”. Morgan (1997) sugere que as “questões quebra-gelo” iniciem-se com uma breve apresentação de cada participante, o que ajuda a criar uma atmosfera positiva para o grupo como um todo. Já nas “questões de fomentam a discussão”, o moderador apresenta o tópico básico para a sessão e abre a discussão no grupo.

Na formulação do roteiro de entrevistas, Stewart e Shamdasani (1990) chamam a atenção para outros dois pontos: a quantidade de questões e o grau de estruturação das questões. Para os autores, é frequentemente difícil julgar o número de tópicos e questões a serem abordados no GF, visto que diferentes grupos irão demandar diferentes quantidades de tempo e tópicos específicos. Porém é possível estabelecer alguns critérios norteadores, como fato de grupos homogêneos tenderem a requerer quantidades menores de questões quando comparados a grupos heterogêneos. Independentemente do contexto, os autores recomendam que o roteiro de entrevista tenha menos de doze questões, que podem ser alteradas pelo moderador, que as amplia ou reduz, no momento da realização da sessão. Quanto ao grau de estruturação, os autores afirmam que, via de regra, as questões não são estruturadas, pois, assim, permitem um amplo potencial de respostas por parte dos participantes. Não é possível, contudo, eliminar completamente questões estruturadas do roteiro, visto que elas podem ser úteis para fornecer informações sobre dimensões e aspectos específicos de um objeto de estímulo que os respondentes devam focalizar.

A quinta etapa envolve a seleção e a preparação do moderador. Essa etapa é vista por Krueger e Casey (2000) como a mais influente sobre a qualidade dos resultados de um GF. É necessário que o moderador tenha amplo conhecimento e domínio sobre o tópico de discussão a ser abordado nas sessões, o que lhe permitirá fazer comentários e realimentar as discussões, sobretudo quando a temática envolve áreas críticas de interesse.

No processo de seleção do moderador, é relevante ter como fundamento a conjunção de duas perspectivas. De um lado, os requisitos específicos relatados na proposta e finalidade do GF, a composição e situação do grupo; e, de outro, as características do moderador (STEWART; SHAMDASANI, 1990). O moderador é uma pessoa pertencente a um grupo racial, a uma faixa etária, a um gênero, a uma categoria profissional, etc., e cada uma dessas características demográficas e ocupacionais pode inibir as participações no grupo. Os participantes precisam se sentir confortáveis com o moderador, perceber que ele é a pessoa apropriada para fazer as perguntas, alguém que inspira confiança e empatia e permite uma discussão ampla e aberta dos tópicos de interesse (KRUEGER; CASEY, 2000).

Nesse sentido, Karger (1987) sugere que o moderador/facilitador mais adequado é uma pessoa reservada, que gentilmente conduz as discussões, que primorosamente encoraja a interação entre os participantes, que permite que as discussões fluam naturalmente com o mínimo de intervenção, que saiba ouvir aberta e atentamente as colocações dos participantes, que saiba

usar do silêncio e que mantenha uma posição não autoritária e não julgadora, seja aprovando ou condenando as manifestações dos participantes.

De forma complementar, Scott (1987) enfatiza que um bom moderador precisa conduzir as sessões checando constantemente os comportamentos e atitudes, desafiando e induzindo a discussão de visões e percepções divergentes no grupo e observando o componente emocional das respostas.

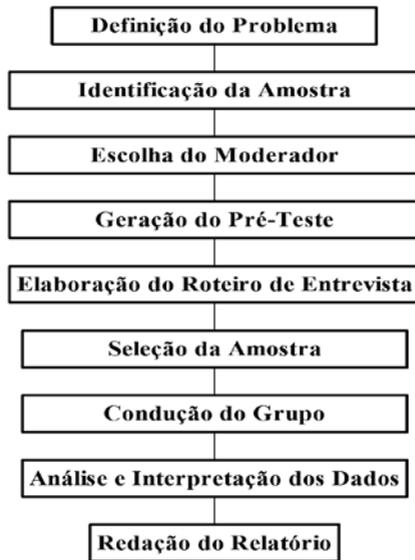
Visando alcançar as características definidas por Karger (1987) e Scott (1987), recomenda-se que a preparação do moderador leve em consideração questões relacionadas à liderança, à dinâmica de grupo, aos estilos e táticas de condução de entrevistas. Além desses aspectos de natureza técnica, é relevante deixar claro a natureza do problema de pesquisa, a natureza potencial da dinâmica que pode surgir em razão da composição do grupo, do tópico de discussão e do arranjo físico das pessoas (STEWART; SHAMDASANI, 1990).

A sexta e última etapa envolve o local de realização das sessões do GF. Para Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002), é de grande importância que as sessões sejam realizadas em local que proporcione aos participantes um ambiente confortável durante as discussões e que seja adequado para uma boa qualidade da gravação. Nesse sentido, recomenda-se que o local seja claro; sem ruídos (isolamento acústico); afastado da interferência de terceiros e de fácil acesso para todos; climatizado; equipado com sistema de gravação em áudio e vídeo, sistema de telefonia e fax, computadores com acesso à internet, entre outros equipamentos multimídia; e dividido por uma “parede espelhada” para que os interessados pela implementação do método assistam às sessões sem que tenham contato direto com os participantes.

Segundo Templeton (1994), ao considerar todas essas etapas relacionadas à preparação e ao planejamento do GF, é fundamental que se leve em consideração o tempo e o custo, que, para o autor, são os aspectos principais de toda proposta de utilização do método. Numa abordagem mais ampla, Krueger e Casey (2000) defendem ser importante, na fase de preparação e planejamento, balancear aspectos de *design* (proposta e complexidade do estudo, complexidade da análise e número de GFs) e recursos (tempo, dinheiro e talento).

### Etapas do processo de utilização do Grupo Focal

Ao visualizar o processo de utilização do GF, Stewart e Shamdassani (1990) identificaram nove etapas. A Figura 1, a seguir, demonstra esse processo.



Para ilustrar cada uma das etapas do processo, será utilizada como exemplo uma pesquisa realizada na área da psicologia social que abordou a temática das representações sociais.

### **1ª etapa – Definição do problema / Formulação da questão de pesquisa**

A definição do problema de pesquisa é a primeira e principal fase de uma pesquisa, pois é a partir dela que todas as outras fases serão consideradas em todos os aspectos. A partir da definição do problema de pesquisa, será avaliada a utilização ou não do GF, assim como serão definidas as outras etapas necessárias para a sua realização, como a identificação e seleção da amostra, escolha do moderador, elaboração do roteiro de entrevista, condução do grupo, análise e interpretação dos dados e redação do relatório.

Aconselha-se que o problema principal de pesquisa tenha em média apenas três subtemas específicos, ou seja, um tema central e três temas periféricos complementares ao tema central.

A pesquisa empírica que será utilizada como exemplo foi realizada na área da psicologia social a partir do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais (TRS). A pesquisa tinha como objetivo: descrever

e analisar o campo representacional da conjugalidade e as práticas conjugais de homens e mulheres de classe média que estivessem (a) casados, (b) separados/divorciados e (c) em seu segundo casamento<sup>35</sup>.

Diante desse contexto, a utilização do GF pareceu ser bastante profícua. Primeiro, porque esse tipo de delineamento é condizente com a abordagem da pesquisa, que era qualitativa, e com a teoria utilizada.

A TRS propõe que as representações sociais sejam entendidas como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22). Diante desse conceito, o GF é um método que permite visualizar a construção compartilhada do conhecimento. Ele propicia ao pesquisador, em um ambiente controlado, o contato com a elaboração das representações sociais, entendendo-se a elaboração como um processo dinâmico de consenso e dissenso sobre um determinado assunto.

Embora, em pesquisas sobre as representações sociais, não seja muito comum a utilização do GF, o método demonstrou ser compatível com as suas bases teóricas.

## **2ª etapa – Identificação da amostra**

Após a definição do problema de pesquisa, inicia-se a fase da identificação da amostra, que tem como principal requisito a presença de pelo menos um aspecto característico de homogeneidade.

A partir da definição do problema de pesquisa, como Stewart e Shamdasani (1990) indicam, é possível definir as etapas necessárias para a realização do GF. Sendo assim, com o problema da pesquisa em questão em tela, primeiro verificou-se que para alcançar o objetivo proposto seria necessário compor pelo menos três grupos. São eles: pessoas casadas, divorciadas e recasadas<sup>36</sup>, tendo, portanto, como parâmetro para a homogeneidade da amostra (STEWART; SHAMDASANI, 1990; KRUEGER; CASEY, 2000; MORGAN, 1997) o estado civil. Em um aprofundamento na delimitação da amostra, cada um dos grupos foi dividido de acordo com o sexo, pois as pesquisas sobre gênero indicam que homens

---

35 O exemplo descrito é o resultado de uma tese de doutoramento com o título: *Vivendo casamentos, separações e recasamentos: um estudo sobre o campo representacional da conjugalidade*, do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

36 O termo recasamento está associado à família composta pelo segundo casamento (BUCHER; RODRIGUES, 1990). Para a pesquisa em questão, como critério de inclusão no grupo, os indivíduos, além de serem recasados, precisavam ter um ou mais filhos do primeiro casamento.

e mulheres são socializados de forma diferente, o que contribui para a maneira como interpretam o mundo a sua volta e expressam-se sobre ele (SILVA, 2000; ASTÚRIAS, 1997).

Para a pesquisa em questão, então, foi definida a composição de seis grupos focais: (1) grupo de mulheres casadas; (2) grupo de homens casados; (3) grupo de mulheres separadas/divorciadas<sup>37</sup>; (4) grupo de homens separados/divorciados; (5) grupo de mulheres recasadas; (6) grupo de homens recasados.

### **3ª etapa – Escolha do moderador**

A escolha do moderador, assim como a definição do problema de pesquisa, é de suma importância para o sucesso da implementação de um GF como método de pesquisa.

O moderador precisa ter profundos conhecimentos sobre o tema central do problema de pesquisa e ter determinadas características para que se alcancem os objetivos esperados.

Para a realização do GF na pesquisa sobre as representações sociais da conjugalidade, foram selecionados dois moderadores e dois apontadores. Para a escolha dos moderadores, os parâmetros de seleção incluíram: experiência com a abordagem qualitativa em pesquisa e com a condução de grupos e conhecimento em TRS e em pesquisas sobre conjugalidade. Os apontadores foram selecionados a partir de parâmetros semelhantes: era necessário ter conhecimento sobre a TRS e sobre pesquisas acerca de conjugalidade, contudo não havia necessidade de ter experiência em condução de grupos ou em pesquisas de abordagem qualitativa<sup>38</sup>.

Além desses parâmetros, foi tido como critério o sexo. Teve-se o cuidado de escolher uma equipe de moderadores e apontadores que tivessem o mesmo sexo dos participantes, para evitar que esse fator interferisse nas respostas (STEWART; SHAMDASANI, 1990; KRUEGER; CASEY, 2000).

É importante ressaltar que um dos moderadores assumiu, concomitantemente, os seguintes papéis durante o processo de realização da pesquisa: patrocinador, coordenador e editor.

---

37 Optou-se por participantes que estivessem separados e/ou divorciados, pois se sabe que existe a possibilidade de indivíduos permanecerem separados por longos períodos sem ter solicitado na justiça o divórcio.

38 Os apontadores escolhidos foram alunos de graduação que estavam vinculados ao núcleo de pesquisa REDEPSO – **Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social da Universidade Federal do Espírito Santo**

#### **4ª etapa – Geração do pré-teste**

A geração do pré-teste está diretamente ligada ao problema de pesquisa, à participação do moderador e do coordenador geral e à amostra selecionada. A geração do pré-teste é uma fase inicial na elaboração do roteiro de entrevista, que antes de assumir seu formato ideal passa por uma série de testes para, enfim, ser utilizado na sessão do GF.

Para a confecção do roteiro de entrevista da pesquisa em questão, foi realizado um pré-teste com mulheres solteiras. Não foi realizado o GF com pessoas que tivessem as características da amostra, pois já se havia feito um contato prévio com participantes do grupo de mulheres casadas e verificou-se certa dificuldade para a seleção da amostra. Diante disso, optou-se por preservar a amostra até o roteiro de entrevista estar adequado.

No pré-teste com mulheres solteiras, observou-se que o número de perguntas era elevado, pois ao fim de duas horas de discussão – tempo considerado ideal para Morgan e Spanish (1984), ainda havia temas a serem discutidos. O tempo de duas horas, de fato, é adequado, pois, após esse período, as pessoas demonstraram cansaço e começaram a dispersar-se durante a discussão.

#### **5ª etapa – Elaboração do roteiro de entrevista**

Após a realização do pré-teste, o roteiro de entrevista foi adaptado de acordo com o tempo. Foram retiradas questões periféricas ao problema de pesquisa, dando maior foco à discussão. Depois de adaptado, o roteiro foi levado para discussão entre pesquisadores experientes<sup>39</sup> para sua validação.

Os temas contidos no roteiro final de entrevista para a pesquisa em questão foram: casamento, divórcio, recasamento e amor.

#### **6ª etapa – Seleção da amostra**

Tendo como base a amostra identificada na segunda fase de implementação de um GF, nesse momento, cabe ao moderador e coordenador geral do projeto a seleção dos participantes para a sessão. Mesmo não havendo consenso entre os autores, o número de participantes do GF varia entre seis e doze.

Na pesquisa sobre conjugalidade, os participantes foram selecio-

---

<sup>39</sup> Pesquisadores vinculados ao núcleo de pesquisa REDEPSO – **Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social da Universidade Federal do Espírito Santo**

nados de acordo com as características estabelecidas para cada grupo e seguindo o critério da acessibilidade (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDS-ZNAJDER, 1998; STEWART; SHAMDASANI, 1990). Foi feito primeiramente um contato telefônico para verificar a disponibilidade das pessoas e, posteriormente, foi marcada uma data para a realização do GF com aquelas que aceitaram participar.

Foram contatadas, em média, treze pessoas por grupo. Destas, sete confirmaram sua participação, e apenas cinco pessoas, em média por grupo, compareceram. Essa experiência indica que, na realidade brasileira, é muito mais provável que as pessoas contatadas para participar de pesquisas falem, sendo necessário fazer o convite a um número de pessoas maior do que o ideal.

Quanto à natureza do grupo, optou-se pelo grupo misto, ou seja, existiam pessoas que tinham vínculos anteriormente à participação no grupo e pessoas que não tinham qualquer vinculação. A literatura não aponta essa possibilidade de forma explícita, entretanto Morgan (1997) afirma ser muito difícil selecionar um grupo que seja totalmente de conhecidos ou de não conhecidos.

O grupo misto mostrou-se muito interessante, pois, com essa formação, consegue-se neutralizar as desvantagens dos dois formatos e potencializar as suas vantagens.

Como desvantagem do grupo de conhecidos, observa-se a grande probabilidade de consenso, o que pode não gerar muitas discussões entre os participantes, e, já para o grupo de pessoas que não se conhecem, verifica-se a presença de retraimento e receio por parte dos participantes, o que pode dificultar o desenvolvimento da discussão (MORGAN, 1997).

Em um grupo misto, as pessoas sentem-se mais à vontade por conhecer alguns dos participantes e participam sem receio. Ao mesmo tempo, a presença de pessoas que não se conhecem pode fomentar o dissenso entre as pessoas. O pesquisador precisa ter cuidado apenas na composição desse tipo de grupo. Dependendo do tipo de objeto de pesquisa, é possível que se criem circunstâncias não adequadas, como a formação de dois grupos rivais com lideranças que polarizam o debate por se apresentar como porta-vozes, dificultando assim a participação de todos.

## **7ª etapa – Condução do grupo**

Essa fase é considerada pelos autores o momento decisivo na realização do método. De fato, é o momento crucial, já que tudo foi planejado e

organizado para a coleta dos dados do GF.

O principal papel, nesse momento, é o do moderador, que tem o desafio de conduzir o grupo de forma que seja possível extrair dele os dados, as informações e as opiniões a respeito dos temas centrais e periféricos de pesquisa. Outro papel importante na condução do grupo é o do apontador, ou seja, da pessoa que faz todas as anotações das informações extraídas do grupo, inclusas as manifestações verbais e não verbais. As principais atribuições do apontador são: anotar dados gerais, anotar manifestações e transcrever as anotações.

Na condução do grupo, é relevante considerar alguns fatores. O primeiro deles é conseguir que as pessoas se sintam à vontade para expressar suas opiniões, valores. Sobre esse aspecto, é fundamental que o moderador mostre habilidade interpessoal e simpatia. Além disso, é importante que ele forneça aos participantes todas as informações referentes à pesquisa (apresentação do objetivo da pesquisa, esclarecimento sobre o que será feito com o material de áudio e/ou de vídeo gravado e sobre os riscos envolvidos)<sup>40</sup>.

Outro fator que contribui para uma ambientação confortável para os participantes é solicitar-lhes que se apresentem. Ao fazer isso, as pessoas sentem-se mais seguras, pois conseguem fazer uma explanação de algo que conhecem bem, a si próprios. Essa é uma das formas sugeridas por Morgan (1997) para o “*ice-break*”.

A ordem das perguntas do roteiro também é um fator a ser considerado. Como indica Morgan (1997), as primeiras perguntas devem estar direcionadas de forma que as pessoas consigam responder sem muito comprometimento ou receio. Essas perguntas têm o objetivo de fazer os participantes se expressarem e de dar um certo ritmo ao grupo. É mais interessante que as questões que suscitam mais discussões e polêmicas sejam tratadas posteriormente.

Considerando, então, na pesquisa em questão, os grupos e os tópicos (e as perguntas) do roteiro de entrevista validado por pesquisadores experientes, foi necessário ajuste na ordem das perguntas. Como os grupos foram divididos entre casados, separados e recasados, preferiu-se que o primeiro tema a ser abordado tratasse da experiência mais imediata dos participantes. Além disso, decidiu-se que as primeiras perguntas fossem mais gerais, de forma que os participantes pudessem respondê-las sem

---

40 Em pesquisas na área da saúde que incluam a realização de grupos focais é preciso considerar os aspectos éticos envolvidos de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos.

grandes dificuldades. À medida que a interação do grupo ia se estabelecendo, o nível de profundidade das perguntas aumentava, como sugerem Stewart e Shamdasani (1990).

É importante ainda ressaltar que o moderador precisa conhecer profundamente o objetivo da pesquisa e o roteiro de entrevista, pois as pessoas, à proporção que interagem no grupo, seguem uma dinâmica própria e, na maioria das vezes, diferente do que está estabelecido no roteiro de entrevista. O moderador deve deixar que o grupo siga o seu próprio movimento, e não o interromper. Ele não precisa manter de forma rígida o roteiro de entrevista. Em outras palavras, os temas que surgem na discussão não seguem a mesma ordem do roteiro, então cabe ao moderador identificar a necessidade de alterar a sequência das perguntas quando necessário e depois retornar.

O término do GF ocorre quando todos os temas do roteiro de entrevista foram abordados e existe a recorrência das falas. É importante que, ao final, o moderador abra um espaço para que os participantes façam comentários ou mesmo tirem dúvidas sobre o processo da pesquisa. Esse momento permite aos participantes fazerem algum comentário que, por algum motivo, não foi feito, mas que pode contribuir com o objetivo de pesquisa e ainda lhes dar maior segurança em relação ao conteúdo exposto.

Outro aspecto relevante diz respeito à remuneração/compensação. No caso da pesquisa em tela, optou-se por fornecer ao final do GF um lanche. Essa forma de compensação mostrou-se interessante, pois as pessoas, além de ter a sensação de que obtiveram algum retorno, sentiram-se à vontade para continuar pequenos debates sobre os assuntos discutidos durante o GF. Essas informações também foram consideradas para a análise e interpretação dos dados.

## **8ª etapa – Análise e interpretação dos dados**

Nessa fase, o moderador, em conjunto com o coordenador geral do projeto e com o anotador, tem as seguintes atribuições principais: (1) rever os objetivos gerais e específicos do estudo; (2) proceder a uma análise sistemática, sequencial, verificável e contínua; (3) eliminar dados irrelevantes; (4) aprofundar estudos sobre o tema principal; (5) separar temas de consenso e temas mais importantes para patrocinadores e financiadores; e (6) interpretar os dados analisados para extrair suas conclusões a respeito do estudo.

Para a análise dos dados da pesquisa em questão, foi aplicada a me-

todologia da Análise do Discurso, que tem como bases epistemológicas a teoria do ato da fala, a etnometodologia e a análise da conversação (GILL, 2002).

Primeiramente, foi feita a transcrição detalhada do material e, depois, a leitura da transcrição diversas vezes, para a familiarização com o material. Duas etapas precedem a codificação dos dados. Primeiro, o recorte do texto dos conteúdos relacionados ao roteiro de entrevista. Segundo, uma nova leitura desses conteúdos. Só então, realiza-se a codificação. A codificação dos dados seguiu a orientação de Spink (1995), que indica a necessidade de mapear os temas emergentes do discurso quando as representações são mais complexas, para, depois, realizar a análise das dimensões internas da representação dos temas emergentes. A última fase da análise do discurso consistiu na interpretação dos significados, ou seja, na análise propriamente dita. A análise do discurso baseou-se no entendimento das representações sociais sobre a conjugalidade. Observou-se, então, tanto o contexto social como as práticas relatadas e as experiências vividas pelos participantes.

### **9ª etapa – Redação do relatório**

A redação do relatório é a fase conclusiva do método de pesquisa GF. Nessa fase, o moderador, juntamente com o coordenador geral do projeto, fica responsável pela elaboração do relatório final do estudo. Suas principais atribuições nessa fase são: (1) revisão geral dos objetivos gerais e específicos do estudo; (2) revisão das questões que envolveram o estudo, abrangendo o local de realização das sessões e a estrutura utilizada, a identificação e seleção da amostra, a escolha do moderador, a geração do pré-teste e elaboração do roteiro de entrevista, a condução da sessão, os procedimentos de anotação, o método de análise e a interpretação dos dados e princípios básicos norteadores da redação do relatório final; (3) descrição detalhada do grupo de participantes; (4) identificação do moderador; (5) principais conclusões extraídas do estudo; (6) inclusão de resumo; (7) inclusão de gráficos e tabelas; e (8) elaboração de relatórios distintos para os públicos-alvo, por exemplo, patrocinadores, financiadores, participantes, interessados, imprensa, entre outros envolvidos.

Nessa fase, foi escrita a tese de doutoramento que abordou a compreensão da conjugalidade a partir do referencial teórico da TRS. Por ser uma tese de doutorado, além das questões técnicas da condução do grupo, o trabalho aprofundou-se na análise da teoria abordada, o que não

cabe neste capítulo. Tomando como foco o GF, observou-se que a utilização dessa metodologia no estudo da TRS é de grande valia, pois permite observar a dinâmica, o surgimento e a transformação do conhecimento socialmente partilhado.

### *3.4 Adaptações do Grupo Focal*

As principais adaptações de utilização do método de pesquisa GF estão diretamente ligadas ao avanço tecnológico verificado nos meios de comunicação, sistemas de informação e computadores (STEWART; SHAM-DASANI, 1990; KRUEGER; CASEY, 2000; MORGAN, 1997; BRÜGGEN; WILLEMS, 2008).

Atualmente, o método tem sido usado com as seguintes adaptações: (1) por telefone; (2) por meios de comunicação diversos; (3) pela internet; (4) com dois moderadores; e (5) periodicamente repetido.

Observa-se que as três primeiras adaptações do método de pesquisa estão relacionadas ao avanço tecnológico e as duas últimas são adaptações de natureza estrutural. O recente avanço tecnológico, sobretudo relacionado aos meios de comunicação (telefonia fixa e móvel; internet banda larga, incluindo ferramentas como Skype, MSN, entre outros *softwares*; vídeo e teleconferência; etc.), permitiram a aproximação e integração de pessoas, a fim de viabilizar a realização de GF, independentemente da presença física.

Na adaptação para utilização de dois moderadores, verificam-se alguns pontos fortes, como melhor controle na condução das sessões e maior precisão no cumprimento dos objetivos do estudo, e, como maior ponto fraco, tem-se a diversidade na interpretação dos dados.

Na adaptação para o método periodicamente repetido, o grande interesse está em comparar a análise e interpretação dos dados de sessões que tratam de um mesmo tema específico, com mesma amostra e demais características semelhantes ao longo do tempo.

## **4. Considerações finais**

Pretendeu-se, nesse capítulo, discutir a aplicação do GF no contexto da pesquisa qualitativa. Para isso, estruturou-se o texto em duas grandes dimensões, a teórica e a metodológica.

De forma geral, constatou-se que, embora o GF seja amplamente utilizado e aplicado em diversas áreas do conhecimento vinculadas às ci-

ências sociais aplicadas, como a sociologia e a psicologia, a literatura especializada é predominantemente vinculada à área do *marketing*.

Uma razão provável para justificar essa constatação está relacionada ao percurso histórico do GF, visto que o método se originou com Robert Merton em programa de rádio, consolidou-se como método de pesquisa de abordagem qualitativa e, quando parecia que cairia no esquecimento, foi resgatado pela academia, sobretudo em pesquisas de *marketing*.

Conceitualmente, observa-se que não existe uma única abordagem do GF, mas diversas abordagens e variações do método. Em parte, essa diversidade pode estar relacionada à flexibilidade na sua utilização, inclusive na possibilidade de combinação com outros métodos de pesquisa, sejam eles qualitativos ou quantitativos.

Ao final do capítulo, apresentou-se um exemplo de aplicação do método no contexto de uma pesquisa acadêmica no campo da psicologia social sobre a temática das representações sociais. O exemplo utilizado revela alguns aspectos práticos da utilização do método, geralmente desconsiderados na literatura, como a dificuldade no recrutamento e seleção de participantes, visto que questões como as características da amostra (homogênea *x* heterogênea; conhecidos *x* não conhecidos) se apresentam como limitadoras. Além desse aspecto, a seleção do moderador demonstrou ser relevante para a condução do GF, visto que as suas características (sexo e outras) deveriam estar relacionadas ao perfil da amostra para que não ocorresse resistência dos participantes em colaborar fornecendo as informações, percepções e sentimentos sobre o fenômeno discutido, no caso, a conjugalidade.

Espera-se que essas discussões possam contribuir para a difusão do método e, sobretudo, que as abordagens e considerações aqui apresentadas possam orientar pesquisadores na operacionalização do método em diferentes contextos.

## Referências Bibliográficas

AGAN, J.; KOCK, L.; RUMRILL, P. The use of focus groups in rehabilitation research. *Work: a journal of prevention, assessment and rehabilitation*, v. 31, n. 2, p. 259-269, 2008.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ASTÚRIAS, L. E. Construcción de la masculinidad y relaciones de género. In: FORO "MUJERES EN LUCHA POR LA IGUALDAD DE DERECHOS Y LA JUSTICIA SOCIAL". **Anais...** Ciudad de Guatemala, 1997.

BADER, G. E.; ROSSI, C. A. **Focus group**: a step by step guide. [S.l.]: The Bader Group, [s.d.]. Mimeografado.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education**: an introduction to theory and methods. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BRÜGGEN, E.; WILLEMS, P. A critical comparison of offline focus groups, online focus groups and e-Delphi. **International Journal of Marketing Research**, v. 31, n. 3, p. 363-381, June 2008.

BUCHER, J. S. N. R.; RODRIGUES, M. A. M. Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 155-169, 1990.

CALDER, B. J. Focus groups and the nature of qualitative marketing research. **Journal of Marketing Research**, v. 14, p. 353-364, Aug. 1977.

COWLEY, J. C. P. Strategic qualitative focus group research: define and articulate our skills or we will be replaced by others. **International Journal of Marketing Research**, v. 42, n. 1, p. 17-38, June 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GOLDMAN, E. The group depth interview. **Journal of Marketing**, v. 26, p. 61-68, 1962.

GREENWOOD, D. J.; LEWIN, M. Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 91-113.

HERNDON, S. L. Using focus group interviews for preliminary investigations. In: HERNDON, S. L.; KREPS, G. L. (Org.). **Qualitative research: applications in organizational life**. Cresskill: Hampton, 2001. p. 63-72.

INGLIS, S. Focus group as a useful qualitative methodology in sport management. **Journal of Sport Management**, v. 6, p. 173-178, 1992.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-41.

KARGER, T. Focus group are for focusing, and for little else. **Marketing News**, v. 28, p. 52-55, Aug. 1987.

KRUEGER, R. A., CASEY, M. A. **Focus group: a practical guide for applied research**. London: Sage, 2000.

MERTON, R. K.; FISKE, M.; CURTIS, A. **Mass persuasion**. New York: Harper and Row, 1946.

MERTON, R. K.; FISKE, M.; KENDALL, P. L. **The focused interview**. Glencoe: Free Press, 1956.

MERTON, R. K.; KENDALL, P. L. The focused interview. **American Journal of Sociology**, v. 51, p. 541-557, 1946.

MORGAN, C. **Using the focus group in marketing research**. B2BInternational. Disponível em: <<http://www.b2binternational.com/library/whitepapers/whitepapers08.php>>. Acesso em: 1 fev. 2010.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. 2. ed. California: Sage, 1997. (Qualitative Research Methods Series 16).

MORGAN, D. L.; SPANISH, M. T. Focus groups: a new toll for qualitative research. **Qualitative Sociology**, v. 16, n. 3, p. 253-270, 1984.

MORGAN, D. L. Why things (sometimes) go wrong in focus groups. **Qualitative Health Research**, v. 5, p. 515-522, 1995.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation techniques**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.

SCOTT, D. N. Good focus group session needs the touch of an artist. **Marketing News**, v. 28, p. 35, Aug. 1987.

SILVA, S. G. A masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 20, n. 3, p. 8-14, 2000.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 117-145.

STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. N. **Focus group: theory and practice**. California: Sage, 1990. (Applied Social Research Methods Series, 20).

TEMPLETON, J. F. **The focus group**. New York: McGraw-Hill, 1994.

WELLNER, A. S. The new science of focus groups. **American Demographics**, v. 1, p. 29-33, Mar. 2003.





# PESQUISAS SOBRE SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: COMPLEXIDADE E DESAFIOS DE UM ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL<sup>41</sup>

Márcia Prezotti Palassi<sup>42</sup>  
Ana Paula Paes de Paula<sup>43</sup>

## 1. Introdução

Nos últimos anos, observamos um crescimento da quantidade de estudos sobre a subjetividade nas organizações bem como da diversidade de abordagens, conceitos e metodologias utilizados nessas pesquisas. Verificamos também que a produção científica sobre a subjetividade nas organizações está longe de apresentar-se como um conhecimento rigoroso, pois os referenciais teórico, epistemológico e metodológico nem sempre são compatíveis com o estudo da subjetividade.

Em muitos casos, parece haver apenas uma transposição das metodologias qualitativas para o estudo da subjetividade nas organizações, sem que se observe se essas metodologias são as mais adequadas para a apreensão da dimensão subjetiva e se estão em conformidade com o conceito de subjetividade empregado nos trabalhos, que nem sempre é explicitado de forma clara para o leitor.

No que diz respeito aos autores adotados como referência para os trabalhos sobre subjetividade nas organizações, Leite e Paiva (2009) constata uma forte predominância de autores estrangeiros de origem europeia, revelando a importância de obras francesas. Entre os autores brasileiros mais conhecidos no campo dos Estudos Organizacionais, os autores citam: Eduardo Davel, José Henrique de Faria, Maria Elizabeth Antunes Lima, Fernando Prestes Motta, Sylvia Constant Vergara e Thomas Wood Jr.

Para colaborar com o estudo da subjetividade nas organizações, em 2007, escrevemos um dos capítulos do livro *Simbolismo Organiza-*

---

41 Agradecemos ao Prof. Dr. Fernando Gonzalez Rey pela leitura do capítulo, a qual nos deu a segurança necessária para publicação deste texto, uma vez que o mesmo contém nossas interpretações e explicações sobre sua proposta epistemológica, teórica e metodológica de estudo da subjetividade. No entanto, esclarecimentos motivados pelos questionamentos dos leitores, caso venham a ocorrer, são, obviamente, de nossa inteira responsabilidade. A Profa. Ana Paula Paes de Paula também agradece o apoio financeiro do CNPq e da FAPEMIG.

42 Departamento de Administração UFES.

43 Departamento de Administração UFMG.

*cional no Brasil*, organizado por Alexandre Carrieri e Luiz Alex Saraiva, intitulado “Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural”, que expõe a proposta de Fernando González Rey como uma vertente teórica para guiar esse tipo de estudo a partir de uma abordagem diferente das recentes elaborações pós-estruturalistas. Em vez de nos atermos a observar apenas o controle da subjetividade nas organizações, apontamos também possíveis vinculações entre ela e o simbolismo, chamando a atenção para a produção de subjetividades. Neste capítulo, pretendemos dar continuidade à discussão iniciada na publicação de 2007, porém dando ênfase aos aspectos epistemológicos e metodológicos da proposta de González Rey.

Para isso, nesta introdução, primeira parte do texto, contextualizamos o cenário, apresentamos o problema, o objetivo e a relevância deste capítulo. Na segunda parte, discutimos a problematização e o lugar da teoria e da revisão de literatura na proposta do autor. Na terceira parte, apontamos as recomendações metodológicas necessárias à obtenção dos dados para o que o autor denomina como construção da informação. Na quarta parte, explicamos o processo de análise dos dados de acordo com essa proposta. Nas considerações finais, apresentamos as contribuições de tal proposta para a produção de conhecimento sobre subjetividade nas organizações, efetuamos observações acerca da qualificação necessária para sua aplicação e apontamos os desafios colocados por essa abordagem.

## **2. O problema de pesquisa e o lugar do referencial teórico**

Para González Rey (2003, p. IX), subjetividade é “um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social.” De acordo com o autor, essa visão de subjetividade apoia-seno conceito de sentido subjetivo, entendido como a forma essencial dos processos de subjetivação, sendo expressão dos processos simbólicos e emoções que se encontram integrados em um mesmo sistema, “no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 127). Portanto o sentido subjetivo “exprime as diferentes formas da realidade em complexas unidades simbólico-emocionais, nas quais a história do sujeito e dos contextos sociais produtores de sentido é um momento essencial de sua constituição, o que separa esta categoria de toda forma de apreensão racional de uma realidade externa.”

(GONZÁLEZ REY, 2003, p. IX). Em outras palavras, o sentido subjetivo está sempre associado a uma história e a um contexto diferenciado e não é algo que aparece diretamente nas respostas das pessoas, mas disperso na produção total de cada um.

Para o autor, estudar a subjetividade permite revelar “as complexas e ocultas inter-relações das diferentes instituições e processos subjetivos da sociedade, por de trás das quais estão as relações de poder, as formas de organização socioeconômica, as diferenças sociais, a organização dos processos de marginalização, os códigos jurídicos, os critérios de propriedades, etc.” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 13). Assim, para entender a subjetividade numa perspectiva dialética, é preciso ter clareza que, em todo o momento, a condição de sujeito se define dentro do tecido social em que o homem vive, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, que devem ser compreendidos como uma dimensão processual permanente.

Pode-se observar que o sujeito e a dialética são elementos fundamentais para a compreensão da subjetividade nessa perspectiva. Para González Rey (2003, p. 78), a subjetividade não é internalizada e não aparece somente no nível individual. Cultura, sujeito e subjetividade são, nesta perspectiva, fenômenos “que sem serem idênticos se integram como momentos qualitativos da ecologia humana em uma relação de recursividade”.

No contexto da subjetividade, o termo epistemologia qualitativa não significa desconsideração do quantitativo, mas o reconhecimento de que a produção de conhecimentos é um processo qualitativo por demandar a reflexão humana. Essa epistemologia qualitativa pretende que a pesquisa tenha como objetivo central “a construção de modelos teóricos compreensivos e com valor explicativo sobre sistemas complexos” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 89) fundamentados em uma base construtivo-interpretativa. Nesse tipo de pesquisa, a problematização precisa ser aberta, podendo desdobrar-se em muitas alternativas diferentes de questionamentos, de modo que o problema de pesquisa não se converta em uma “camisa de força”, pois ele evolui à medida que a pesquisa avança.

Por outro lado, é importante evitar a dicotomia entre o teórico e o empírico, pois, para Rey, o empírico, na verdade, é um momento teórico, e não um espaço de legitimação do conhecimento, uma vez que os significados dos diferentes aspectos empíricos somente se tornam inteligíveis a partir da construção do modelo teórico que aponta para o problema pesquisado. O modelo teórico é resultado de uma tensão permanente entre o que ele é a princípio e os significados das novas informações que

vão sendo produzidas nos diferentes momentos empíricos. Esse modelo pode ser a gênese de uma nova teoria quando o diálogo entre ele e a teoria geral que orientou o pesquisador, que é muito mais complexa, torna-se impossível, ou seja, o modelo na realidade transcende os marcos teóricos que estimularam sua criação. Para González Rey (2005, p. 105), a pesquisa qualitativa “é um processo aberto submetido a infinitos e imprevisíveis desdobramentos, cujo centro organizador é o modelo que o pesquisador desenvolve e em relação ao qual as diferentes informações empíricas adquirem significados”.

A elaboração do referencial teórico, na perspectiva histórico-cultural, demanda, em primeiro plano, a compreensão da proposta teórica e metodológica do autor, para, em seguida, articular o seu enfoque com a revisão de literatura do tema a ser estudado. O lugar da revisão de literatura, nessa pesquisa, não visa definição de categorias universais *a priori* para encaixar os dados *a posteriori*. Não há uma preocupação com a descoberta da verdade, mas sim em apresentar uma representação da realidade estudada, abrangendo tanto seus aspectos de organização como sua processualidade, sem que uma dessas dimensões seja absoluta em relação à outra. Nessa perspectiva, não é desejável buscar confirmar ou rejeitar as informações obtidas a partir dos autores citados no referencial teórico e na revisão de literatura. Assim, a epistemologia como processo de produção de conhecimento é algo a ser observado desde o momento da elaboração do projeto de pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005).

Descrevemos sucintamente, a seguir, os aspectos epistemológicos a serem considerados na proposta de González Rey (1997) para que se possa compreender o lugar do referencial teórico e da revisão de literatura nessa perspectiva. Em linhas gerais, González Rey observa que é preciso considerar:

- o caráter essencialmente interpretativo e construtivo do conhecimento sobre a subjetividade, pois esse conhecimento não é obtido diretamente por meio da organização dos resultados de um instrumento ou do conjunto deles, mas a partir da construção suprainstrumental produzida pelo pesquisador;
- a legitimação de todas as fontes de informação que convergem, em um momento histórico da produção do conhecimento, em todas as atividades realizadas pelo pesquisador, cujos resultados sejam suscetíveis de representação por meio de indicadores que tenham um sentido para o processo;

- a existência de um processo permanente de construção de indicadores diversos, entre os quais estão resultados quantitativos a serem considerados como indicadores do processo geral de interpretação. O quantitativo e o qualitativo não se constituem em elementos excludentes no plano metodológico, mas sim no plano epistemológico, por ser qualitativo o processo de construção do conhecimento;
- o uso de uma metodologia que não é desenhada pela definição dos instrumentos escolhidos para a investigação, mas pelo esboço das situações interativas nas quais esses instrumentos adquirem sentido para os sujeitos estudados, viabilizando a relação pesquisador-sujeitos da pesquisa. A comunicação tem um valor metodológico essencial nesse processo, conduzindo todo o estudo por meio de uma complexa rede de vínculos diferentes com os sujeitos estudados, tornando-se uma via permanente de produção de informação;
- a substituição dos processos de validação e confiabilidade dos instrumentos pela congruência e continuidade da informação produzida na construção teórica sobre o sujeito, grupo ou outro tipo de unidade social estudada. Os indicadores convertem-se em elementos de confrontação e continuidade da informação produzida, realimentando permanentemente o processo de interpretação, colocando o referencial teórico e a revisão de literatura diante de novos desafios;
- a não consideração do conhecimento como um processo imediato e linear de apreensão da realidade em categorias, mas como um processo mediato de construção, no qual os momentos de encontro entre ele e a realidade são produzidos de diversas formas, garantindo a congruência e a continuidade das próprias teorias;
- a representatividade do indivíduo como uma unidade complexa da qual surgem os elementos constitutivos da subjetividade tanto individual quanto social dentro da diversidade de sua constituição única. Por isso o estudo de caso não é uma opção metodológica, como no método clínico, mas uma exigência epistemológica para o conhecimento da subjetividade. Embora possa haver objeção quanto à impossibilidade de generalização, o papel da singularidade, nesse planejamento epistemológico, é um dos elementos essenciais da definição de seu caráter qualitativo, uma vez que a análise de casos volta-se a processos únicos de interpretação. O es-

tudo de casos permite uma generalização teórica para a qual o modelo é fundamental, uma vez que este se desenvolve podendo significar novos aspectos empíricos que passariam despercebidos caso ele não existisse, e é esse processo o que sinaliza uma generalização teórica, não indutiva;

- a subsunção das amostras e de seus critérios de definição aos elementos qualitativos inerentes à expressividade da “amostra” em relação ao problema estudado, utilizando-se diferentes recursos para garantir a significância da interpretação do estudo;
- a expressão da epistemologia qualitativa na forma de uma metodologia definida pelo autor como configuracional, na qual o conhecimento é apresentado sempre como um processo parcial, suscetível de ampliação através de quaisquer indicadores que alterem a sua constituição atual. Nessa concepção configuracional, cada conclusão parcial, independentemente de seu valor heurístico, é suscetível de novas integrações e redefinições ao longo do processo de conhecimento;
- a constituição da investigação como um processo permanente de caráter aberto, que se configura pela continuidade do pensamento criativo do pesquisador e cujo problema vai modificando o seu sentido permanentemente.

Esses aspectos epistemológicos devem ser compreendidos pelo pesquisador antes do início da elaboração do projeto de pesquisa, para que a investigação empírica seja compatível com a proposta do autor. Em experiências anteriores de aplicação dessa proposta com alunos de administração, pôde-se observar que muitas vezes o aluno a compreende e elabora o projeto em conformidade com ela, mas, ao iniciar a pesquisa no campo, comporta-se de forma diferente, limitando-se a aplicar os instrumentos, organizar os dados, categorizá-los e analisá-los, confrontando a revisão de literatura com os dados obtidos, o que desvirtua a proposta do autor.

### **3. A definição da metodologia de pesquisa**

A proposta de González Rey pode ser adotada tanto para o estudo de casos e grupos pequenos como para o estudo de grupos grandes, por exemplo, estudos comunitários, organizacionais e institucionais. O pesquisador define os grupos em função das necessidades que surgem durante a pesquisa. A compreensão da obra do autor e a inserção do pesqui-

sador no campo, antes da elaboração do projeto de pesquisa, são etapas fundamentais para a aplicação da proposta de estudo da subjetividade de González Rey. Estima-se, como tempo ideal, o mínimo de seis meses de inserção e imersão no campo.

Na elaboração do projeto de pesquisa, o pesquisador deve apresentar uma síntese de sua experiência e de suas leituras sobre o tema, explicitar e fundamentar o problema, descrever como será realizada a criação do cenário de pesquisa, os instrumentos de obtenção dos dados que viabilizarão a comunicação entre pesquisador e sujeito da pesquisa, abordando, em seguida, como desenvolverá o modelo teórico da pesquisa, ou seja, a análise dos dados e o que González Rey denomina como construção da informação. Vale ressaltar que a apresentação do projeto de pesquisas e torna uma primeira versão da condução da pesquisa e dos momentos empíricos, os quais são passíveis de alterações e ajustes posteriormente.

A elaboração do cronograma é importante tanto para o pesquisador como para os sujeitos da pesquisa, pois explicita as implicações da pesquisa para as pessoas envolvidas, assim como para as organizações financiadoras. O cronograma permite também discutir, sob um ponto de vista técnico, as opções da proposta metodológica. A programação das primeiras sessões é de grande valia para os pesquisadores que se iniciam na pesquisa, pois facilita a organização dos primeiros procedimentos e fornece as informações necessárias à supervisão do projeto.

A seleção do grupo deve considerar as hipóteses do pesquisador. Posteriormente, conhecendo os aspectos da organização e de seu funcionamento, o pesquisador passa a participar de diferentes atividades organizadas nesse lugar. Ao participar desse espaço, o pesquisador identifica as primeiras hipóteses a serem organizadas em conceitos e reflexões que servirão de base para a definição do processo de construção da pesquisa.

Cada um dos espaços coletivos estudados fornece informações relevantes sobre aspectos singulares da organização, a qual tem seus processos expressos pela diversidade desses dados, mostrando diferentes sentidos subjetivos implicados na subjetividade social da organização. Ao considerar a expressão espontânea dos sujeitos sobre os temas aos quais eles atribuem maior prioridade, podem-se definir indicadores de informação sobre temas similares, cuja construção se desenvolve por meio de opiniões distintas, expressas em contextos diferentes e portadores de sentidos subjetivos também diferentes. Segundo o autor, são essa diversidade e essa riqueza de informação que nos permitem sair de respostas intencionalmente significadas e expressas em um instrumento de obtenção dos da-

dos, para obter um material diferenciado, contraditório e carregado de emoção, que é a forma real com que aparecem os sentidos subjetivos, cuja construção será sempre uma interpretação do pesquisador.

De acordo com o autor, a pesquisa realizada em grupos maiores e em instituições não exclui o trabalho com os indivíduos. Ela pressupõe, porém, que os sujeitos não serão escolhidos ao acaso, mas eleitos entre aqueles que têm uma participação mais significativa em relação aos objetivos da pesquisa. Os indivíduos selecionados tornam-se uma via essencial para o aprofundamento das informações no desenvolvimento do modelo teórico. Esses sujeitos são aqueles capazes de prover informações relevantes, que, em determinadas ocasiões, são altamente singulares em relação ao problema estudado. Os grupos grandes produzem maior quantidade de trechos diferentes de informação e por isso obrigam o pesquisador a acompanhar um conjunto maior de temas simultâneos na organização de seu modelo.

Embora as diversas fontes de informação se organizem a partir de modelos inerentes aos recortes da construção da informação, tais recortes não são um ato intencional de simplificação, mas a consequência necessária do caráter parcial de todo modelo. O número ideal de pessoas a serem selecionadas para a pesquisa deixa de ser um critério quantitativo, passando a ser definido pela demanda do processo de construção da informação na pesquisa.

### *3.1 A construção do cenário de pesquisa*

De acordo com González Rey (2005), a construção do cenário de pesquisa é o momento de apresentação da pesquisa para os possíveis sujeitos, o que precisa ser feito criando-se um clima de comunicação e participação que facilite o envolvimento das pessoas. A apresentação da pesquisa visa provocar nos adultos um momento reflexivo e dialético, podendo, para isso, adotar diferentes caminhos, por exemplo, a exibição de um filme, a realização de uma conferência ou de uma mesa-redonda, etc. Enfim, atividades que provoquem debate entre os participantes, permitindo reflexões sobre suas preocupações e necessidades fundamentais.

Assim como os instrumentos, a criação do cenário de pesquisa representa uma iniciativa criativa do pesquisador, que, em função da população e do problema a ser estudado, organiza o primeiro encontro com o grupo, convertendo-o em um grupo de pesquisa. Devem-se fornecer todas as informações sobre o processo da pesquisa, para, em seguida, consultar

os sujeitos quanto à sua disponibilidade para os diversos momentos empíricos e aplicação dos instrumentos da pesquisa. Trata-se de um pré-requisito essencial, principalmente quando se trata de pessoas de qualquer ramo profissional envolvidas em uma prática profissional do pesquisador.

A criação do cenário constitui o primeiro momento da pesquisa, no qual o pesquisador anota, em um diário de campo, as primeiras informações significativas que possam surgir sobre o problema. A criação desse cenário caracteriza-se pela autenticidade e caráter participativo da atividade. Ao pesquisador cabe observar qual tipo de conteúdo pode atrair a atenção e o interesse dos participantes, mesmo que se demande um tempo para as pessoas amadurecerem sua decisão de participar da pesquisa. O pesquisador apresenta o tema e convida os sujeitos para um diálogo, podendo utilizar argumentos polêmicos sobre o assunto pesquisado, a fim de motivar os possíveis participantes. No entanto, a criação do cenário de pesquisa não representa um momento rígido que sempre deve produzir um resultado desejado. A constituição do cenário de pesquisa é um momento de comunicação que pode gerar diferentes sentidos para os participantes e que não garante sempre a consecução do que se espera deles. O autor alerta que há temas de pesquisa que não facilitam a criação do cenário de pesquisa. Nesses casos, a pesquisa é apresentada de maneira informal, pois a formalização pode dificultar ainda mais a criação do cenário de pesquisa e a organização dos grupos.

### 3.2 A construção dos momentos empíricos

Segundo González Rey (2005), a definição dos instrumentos é compatível com as necessidades do pesquisador durante o processo de pesquisa. Não há exigências *a priori* sobre a quantidade, nem sobre os tipos de instrumentos utilizados para cada problema. Muitas vezes, os sistemas conversacionais e seus desdobramentos são tão ricos que o pesquisador pode decidir centrar-se unicamente neles para as suas construções. Mas essa situação varia de uma pesquisa para outra, inclusive sobre o mesmo tema. A definição dos instrumentos nessa proposta não se constitui em uma rotina padronizada *a priori*, mas em um processo permanente que, a todo o momento, demanda decisões do pesquisador.

González Rey (2005) alerta que, de modo geral, instrumentos diferentes permitem descentrar o sujeito dos sentidos subjetivos manifestados diante de cada instrumento, proporcionando novos momentos de produção de sentido, os quais incentivam o desenvolvimento de novas informa-

ções, em um processo que tende ao infinito. À medida que o próprio clima da pesquisa se desenvolve, criam-se condições para uma manifestação mais plena dos sujeitos estudados. A aplicação dos instrumentos, nessa perspectiva, representa sempre um momento dentro de um processo de comunicação que deve estabelecer-se como condição primeira do desenvolvimento de qualquer pesquisa. Os instrumentos são apenas indutores para provocar a manifestação do sujeito estudado, que, transitando por eles, sempre terá o pesquisador como interlocutor imaginário. É por isso que os instrumentos, independentemente de seu caráter, são suscetíveis de múltiplos desdobramentos conversacionais.

Os instrumentos podem ser individuais ou grupais. Os instrumentos individuais são as entrevistas, conversações individuais, situações em que a apresentação de estímulos é acompanhada permanentemente pelos participantes ou está mais centrada na produção individual, via questionários com perguntas abertas, completamento de frases, redações, fotos, pranchas, desenhos, testemunhos escritos pela pessoa em diferentes momentos de sua vida, como diários e cartas. Os instrumentos grupais são as conversações grupais, debates sobre um filme ou tema, atividades, programas, organização de peças de teatro e, na pesquisa com crianças, de teatro de fantoches. Os instrumentos não escritos são as pranchas, fotos, desenhos, fantoches, filmes e psicodramas.

Embora González Rey (2005) concorde com o uso de entrevistas, ele não as recomenda caso se esgotem em somente um ato, através da recolha das respostas diretas do sujeito, diante de uma sequência de perguntas estabelecidas *a priori* e, menos ainda, caso as perguntas demandem a familiaridade do sujeito com o pesquisador, sem que tenha havido sequer um encontro antes da entrevista planejada. Para o autor, essas entrevistas representam mais um questionário oral ou um interrogatório do que um processo de comunicação, perdendo completamente o aspecto interativo que ele tanto preza nessa abordagem.

Outra ressalva refere-se ao questionário. Nessa proposta, o questionário de tipo fechado é utilizado somente para obter informações objetivas passíveis de descrição e que possam adquirir diferentes significados durante a pesquisa através da sua relação com outras informações, por exemplo, os aspectos relativos ao modo de vida, à infraestrutura de uma organização, às preferências na realização de uma atividade, etc. Ou seja, em relação a temas que podem ser descritos pelo sujeito e que caracterizam aspectos objetivos e subjetivos de suas diversas atividades e contextos, formando parte de suas representações conscientes. Para o autor,

esse tipo de questionário está subordinado ao problema de pesquisa e a seus objetivos, nos quais as informações obtidas podem converter-se em indicadores de sentido subjetivo em outros contextos do desenvolvimento da pesquisa.

O questionário mais utilizado nessa proposta é o de tipo aberto, que, do mesmo modo que a entrevista, permite a expressão do sujeito em trechos de informação que são objeto do trabalho de interpretação do pesquisador. A elaboração desses questionários apresenta as seguintes exigências: 1) as perguntas são abertas e voltadas à expressão ampla das pessoas estudadas em vez de buscar respostas diretas; 2) as perguntas formam um sistema que faz parte de uma estratégia para buscar diferentes aspectos da informação, complementares entre si, permitindo uma representação abrangente do que se pretende conhecer através do questionário; 3) as perguntas buscam informações diretas e indiretas que possam se complementar em relação ao objetivo do estudo. A informação direta aparece na posição intencional do sujeito em relação aos aspectos explícitos das perguntas, enquanto a informação indireta surge nos elementos significativos da fundamentação das respostas; 4) o número de perguntas é relativamente pequeno; 5) o questionário não conduz a resultados concretos, mas a informações que se articulam com outras fontes e instrumentos utilizados na pesquisa; 6) a aplicação do questionário é realizada somente depois que o clima facilitador para a participação das pessoas envolvidas tenha se estabelecido e depois que elas tenham assumido sua participação na pesquisa.

Vale lembrar que todos os instrumentos apresentados visam envolver os sujeitos estudados para viabilizar a expressão de trechos de informação que estejam relacionados a sua vida e história.

#### **4. A construção da informação**

Em primeiro lugar, há que se considerar a probabilidade de que Rey utilize o termo “construção da informação”, e não “construção de conhecimento”, porque a ideia de conhecimento remete a algo fechado e acabado, contrariando sua noção de que essa construção é um processo aberto, que resulta em proposições e conclusões não absolutas. González Rey (2005) considera a construção da informação o momento mais difícil na realização da pesquisa, pois exige do pesquisador o caráter ativo e a responsabilidade intelectual na construção teórica dos resultados da pesquisa. O processo de construção da informação é regido por um modelo que re-

apresenta uma síntese teórica, em processo permanente, a ser desenvolvida pelo pesquisador em sua trajetória nos momentos empíricos. Essa síntese teórica está envolvida sempre com as representações teóricas, valores e intuições do pesquisador, mas também está aberta ao momento empírico de seu trabalho, assim como às novas ideias que aparecem nesse momento, sendo que algumas podem ser totalmente inéditas.

A abertura ao momento empírico e a toda novidade por ele apreendida não exclui a existência de marcos referenciais prévios do pesquisador. Porém, esses marcos não são entidades fechadas para encaixar a informação que aparece durante a pesquisa, que segundo o autor, é uma tendência comum na psicologia. A solução para esse problema não se encontra na negação de aspectos subjetivos do pesquisador, nos quais estão presentes suas concepções teóricas. De acordo com González Rey (2005), esses aspectos não podem ser controlados ou eliminados, como têm pretendido, cada uma à sua maneira, as duas correntes historicamente dominantes na pesquisa social: o positivismo e a fenomenologia. Na opinião do autor, esse problema pode ser resolvido apenas epistemologicamente, reconhecendo o caráter contraditório e de permanente tensão que existe entre o momento teórico do pesquisador e a complexidade inatingível do momento empírico, o que nos conduz necessariamente ao caráter construtivo-interpretativo da produção científica. Aceitar esse princípio significa considerar o conhecimento um processo permanente de produção de inteligibilidade, que se legitima na medida em que produz novas zonas de sentido sobre o problema estudado.

A legitimação do conhecimento é necessariamente processual e está sempre envolvida com um modelo teórico em desenvolvimento. Nessa proposta, não há nenhuma expectativa em conhecer a realidade como ela se apresenta. Essa é uma condição indispensável para realizá-la, o que despoja o pesquisador da pressão da “verdade” como momento final de uma pesquisa. Para González Rey, a subjetividade representa uma realidade complexa, impossível de ser conhecida por categorias universais *a priori*, que frequentemente representam muito mais dogmas que construções científicas.

As categorias de sentido subjetivo e de configuração subjetiva possibilitam a construção de modelos teóricos que nos permitem conhecer uma representação da realidade estudada abrangendo tanto seus aspectos de organização como sua processualidade, sem que uma dessas dimensões seja absoluta em relação à outra. Os conteúdos emocionais e simbólicos, presentes no estudo de ambas as categorias, podem ser construídos so-

mente por meio do estudo singular dos diferentes sujeitos ou nos espaços concretos da subjetividade social a serem estudados.

Para o autor, os modelos teóricos surgem durante a pesquisa como representações intelectuais capazes de organizar novos aspectos do problema estudado. As ideias integram-se em um tecido dinâmico articulado pela reflexão do pesquisador, no qual diferentes aspectos da informação surgem articulados em uma construção teórica, que González Rey (2005) denomina, como já mencionamos, modelo. Modelo é um sistema que se desenvolve a partir da tensão permanente entre o momento empírico e a produção intelectual do pesquisador e constitui-se de significações produzidas de forma não evidente nos fatos.

O autor considera que qualquer pesquisa empírica pode ser fonte de vários modelos teóricos. Para ele, a legitimidade do modelo não está na evidência imediata da superioridade de um modelo sobre os outros, mas na capacidade de manter sua viabilidade e seu desenvolvimento diante de novos sistemas de informação empírica, bem como diante do surgimento de novos modelos teóricos com capacidades diferenciadas para dar sentido a qualidades distintas sobre o estudado.

O significado não se encontra explícito nos “dados coletados”. A construção de modelos representa a produção de sistemas cada vez mais complexos de significação que estão na base da construção progressiva e cada vez mais fina de elementos que aparecem na informação empírica, em relação aos quais, o pensamento avança construindo representações teóricas que não estão nos dados e que permitem acessar novas regiões do problema estudado.

O autor alerta que, sem o modelo, muitos elementos isolados em sua aparência empírica podem passar despercebidos, pois seu significado somente é apreensível dentro de um sistema de significação. Portanto o modelo não é apenas o resultado de uma intenção dirigida à produção de teoria, mas também é um requisito de aproveitamento da informação empírica não explícita na aparência do dado isolado, porém implícita no sistema em que o dado é gerado, e que está além do próprio dado. A subjetividade é um desses sistemas.

González Rey (2005) considera que a realidade física é inacessível sem modelos teóricos complexos, os quais não podem ser legitimados numa relação imediata e direta com a realidade estudada. A impossibilidade de uma relação imediata entre o dado como evidência dada ou produzida com o uso de instrumentos em um nível empírico e a teoria é algo que um grande número de pesquisadores qualitativos não tem conseguido com-

preender. O autor entende que trabalhar dessa forma não gera alternativas epistemológicas e metodológicas que resultem em outras perspectivas de construção da informação. Na proposta de González Rey (2005), não é necessário nem desejável corroborar ou rejeitar as informações obtidas com os autores citados no referencial teórico ou na revisão de literatura. A ciência deve estar mais voltada para a criação e o desenvolvimento de zonas de sentido do que para a tentativa de obter uma apreensão finalista do real. Para o autor, a obsessão pelo real é inviável, porque é inviável apreender algo no real que possa aparecer como produto final, devido à complexa e infinita processualidade da ciência.

González Rey (2005) defende também que o vaivém entre a construção, a reconstrução intelectual e a experiência é um processo mais flexível, dinâmico e complexo que os processos de indução e de dedução. Na perspectiva construtivo-interpretativa do autor, esse vaivém é a atividade reflexiva do pesquisador, denominada pelo autor como a lógica configuracional, em sentido mais metafórico que descritivo, e implica inúmeros desdobramentos e opções, que se integram e desintegram durante o processo construtivo. De acordo com o autor, essa lógica configuracional “não é lógica”, é a organização de um processo construtivo-interpretativo que acontece no decorrer da pesquisa mediante vários canais que o pesquisador não define *a priori*, mas que articula com o modelo que acompanha e caracteriza o desenvolvimento da pesquisa. A intenção do autor em definir esse conceito visa destacar que o processo construtivo do pesquisador imerso no campo está além das sequências lógicas pautadas na indução e na dedução. A metáfora da lógica configuracional enfatiza o lugar central do pesquisador no processo de pesquisa e sua responsabilidade pelo modelo em desenvolvimento. Para González Rey (2005), a incapacidade de desenvolvimento de uma teoria está na base do desenvolvimento das ortodoxias, causando danos à produção do pensamento humano.

A seguir, apontamos três recomendações básicas sobre o que não deve ser feito na construção da informação, segundo a proposta de González Rey (2005), a fim de evitar erros na análise dos dados e na elaboração do modelo teórico:

- tratar o material empírico como se fosse a verdade única e buscar nos dados essa verdade, com a qual, inconscientemente, adota-se um caminho totalmente descritivo, próprio da epistemologia positivista;
- adotar o caráter indutivo-descritivo, pois esse caráter retira da proposta do autor o que ele considera a principal virtude de sua proposta construtivo-interpretativa, que é o desen-

- volvimento de modelos teóricos sobre a informação produzida que permitam gerar visibilidade sobre os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas existentes nos diferentes comportamentos e produções simbólicas do homem;
- rotular, dar nome a categorias e indicadores, ou seja, fazer o contrário da análise de conteúdo, pois agrupar expressões diferentes através de um conteúdo que as une elimina a possibilidade de entrar em campos de sentidos complexos, nos quais o conteúdo está mais associado a sentidos subjetivos de procedência distante e diferente do conteúdo explícito do que à aparência que une as expressões diferentes, além de perder-se o contexto de informação em que tal conteúdo aparece.

González Rey (2005) enfatiza que o sentido subjetivo não aparece de forma direta na expressão intencional do sujeito, mas indiretamente na qualidade da informação. O sentido subjetivo é perceptível pelo lugar em que uma palavra aparece na narrativa, pela comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, pelo nível de elaboração diferenciada do tratamento dos temas, pela forma como a temporalidade é utilizada, pelas construções associadas a estados anímicos, pelas manifestações gerais do sujeito em seus diversos tipos de expressão, etc. Segundo o autor, o sentido subjetivo e suas distintas formas de organização e processualidade, envolvidos nos níveis simultâneos das subjetividades social e individual, encontram-se presentes nas diversas atividades e relações do sujeito que interage em diferentes espaços e contextos da vida social.

A sua presença nas emoções e nos processos simbólicos do sujeito não significa que os sentidos subjetivos sejam suscetíveis à significação consciente. Para o autor, a representação de algo nunca esgota os sentidos subjetivos presentes em suas manifestações verbais e icônicas, sendo apenas um momento possível de sentido que adquire significação em sua relação com outros momentos e formas de expressão do sujeito ou dos espaços sociais estudados que podem estar aparentemente muito distantes do que estamos estudando.

O sentido subjetivo facilita o acesso aos espaços de produção subjetiva que representam complexas sínteses de momentos culturais e históricos impossíveis de serem captados pela razão dominante, centrada na aparência, na proximidade e no conscientemente significado. Nessa proposta, o autor considera que o histórico e o cultural têm infinitos canais de expressão presentes por meio de sua constituição subjetiva em

um sujeito concreto. Por ser a subjetividade um sistema complexo, as diferentes formas de expressão do sujeito, nos diferentes espaços sociais que ele atua, são portadoras de sentidos subjetivos gerais do sistema. Portanto elas estão além do evento vivido ou do contexto em que se centra a representação consciente do sujeito em suas ações concretas.

#### 4.1 A organização dos dados dos instrumentos

Para González Rey (2005), o elemento que permite identificar indicadores de sentido subjetivo é a emoção que aparece na expressão dos sujeitos nos diferentes instrumentos utilizados para a obtenção da informação, mas é importante ressaltar que o sentido subjetivo não é a emoção em si, mas as representações ligadas a essa emoção: imagens, palavras e outras elaborações do sujeito. Na construção da informação nas dinâmicas conversacionais individuais, os relatos abertos, carregados de emoção e de experiência vital, favorecem expressões que permitem construir as configurações de sentido das pessoas estudadas, as quais aparecem através dos relatos dos sujeitos produtores da experiência, e não como respostas pontuais, induzidas por uma lógica, uma sensibilidade e uma experiência, diferentes das vividas: as do pesquisador.

Os núcleos ou eixos de sentido se formam tanto por meio do diálogo como por outros instrumentos utilizados na pesquisa e constituem as primeiras hipóteses que organizam o modelo de produção teórica, orientando o conhecimento sobre a configuração subjetiva. A produção de sentidos subjetivos depende da emoção e dos processos simbólicos dos sujeitos da pesquisa; integra informações de diferentes instrumentos e situações vivas que são produzidas e se desenvolvem ao longo do processo de pesquisa. Muitas vezes, a pessoa que está aplicando a proposta de González Rey pela primeira vez entende que núcleos ou eixos de sentido demandam a elaboração de categorias como as que são definidas na análise de conteúdo proposta por Bardin (1979). Ao pensar assim, comete-se um erro, pois os núcleos ou eixos de sentido não são categorias com título, mas mecanismos que permitem a construção de novas zonas de sentido que tornam a situação estudada compreensível para o leitor.

A organização dos dados do completamento de frases, como qualquer instrumento, é suscetível de múltiplas opções de análise qualitativa. Há pesquisadores que gostam de fazer agrupamentos *a priori* de frases que se relacionam entre si pelo tipo de conteúdo explícito, o que nos permite organizar um momento macro, mais geral, sobre as tendências diretamem-

te explícitas no instrumento. Segundo González Rey (2005), isso pode ser útil se usarmos esses agrupamentos como significados a serem relacionados com outros que construiremos através de outras opções interpretativas. Os agrupamentos por unidades de conteúdo podem ser realizados nessa proposta se eles produzirem significados integrados a outros trechos de tal processo. Essa é uma diferença fundamental entre a produção de informações em uma perspectiva construtivo-interpretativa que González Rey (2005) propõe e a análise de conteúdo proposta por Bardin (1979). González Rey considera que, na análise de conteúdo, o pesquisador não transcende o plano descritivo-indutivo, dificultando o acesso aos sentidos subjetivos: a explicação sobre o conceito de configuração subjetiva na seção seguinte trará mais luz a essa questão.

A organização dos dados de questionários abertos nessa proposta não deve padronizar as respostas para analisá-las por sua significação estatística. Pelo contrário, o questionário visa produzir informação sobre um grupo, bem como sobre os sujeitos singulares que o compõem, e informações complementares ao que nos interessa conhecer. As perguntas destinam-se a provocar a expressão do sujeito em temas que têm, para ele, um forte sentido subjetivo num dado contexto. Não se fazem perguntas voltadas para a obtenção de respostas concretas, mas para a produção de trechos complexos de informação que facilitem a expressão de sentido subjetivo, permitindo a construção dos aspectos que desejamos estudar. Espera-se, com as perguntas, que os sujeitos produzam campos de sentido subjetivo em sua verbalização. Na organização dos dados do questionário, podem-se usar tabelas, comparações e outros recursos de interpretação em um nível macro. Entretanto o que se pretende é construir hipóteses, tanto sobre o grupo estudado como sobre os valores e as representações sociais dominantes e sua relação com a sociedade, para analisar os elementos gerais da subjetividade social que emergem no estudo. González Rey (2005) recomenda a leitura de cada um dos questionários, definindo hipóteses que tomam corpo ao longo da leitura.

Na análise da primeira tendência geral observada no questionário, identifica-se a quantidade de elementos que podem ser considerados no estudo das respostas que estiverem relacionadas com outras do mesmo questionário, assim como com aquelas dadas por outros sujeitos, o que nos permite definir núcleos de sentido subjetivo que se alimentam de indicadores diferentes. A informação que o questionário nos fornece é suscetível de ser construída por meio de diferentes estratégias, as quais não estão limitadas a uma análise fragmentada, pergunta por pergunta, mas podem

fundamentar-se em certos temas significativos escolhidos pelo pesquisador, definidos em grande parte pelas hipóteses que ele propõe a partir de sua leitura inicial dos questionários. Isso significa que, desde o início, o pesquisador entra no processo de construção da informação por via das construções e das interpretações que ele desenvolve em sua relação com os dados. Ao longo da análise do questionário, o pesquisador integra perguntas e informações de diferentes partes, assim como de diferentes fontes, nem sempre restritas às perguntas do questionário, desenvolvendo processos abrangentes de construção teórica dos tópicos que norteiam a pesquisa.

A organização dos dados por meio do confronto de diálogos parte do pressuposto de que o diálogo é fonte (in)direta de um conjunto de valores e de posições diante da vida. O conteúdo apresentado como diálogo toma uma forma menos estruturada e mais flexível que qualquer tipo de pergunta ou material de análise. O envolvimento do sujeito com o tema em análise permite que ele se expresse com mais liberdade, pois ele sente que está tomando posição diante de algo dado, sem ter consciência de que essa posição é uma via idônea para conhecer sua própria subjetividade. González Rey (2005) recomenda ainda centrar a análise dos dados nas características gerais expressas nas respostas, que assim podem ser classificadas em grupos antagônicos ou diferenciados.

#### *4.2 A elaboração de indicadores e categorias para a produção da informação*

González Rey (2005) considera que uma das maiores dificuldades apresentadas pelos pesquisadores é preservar-se da tendência em permanecer no nível descritivo da informação direta e intencionalmente manifesta pelos sujeitos estudados, inclusive sem usar outros indicadores dessa mesma informação, acompanhando apenas o conteúdo explicitamente declarado. Isso tem limitado aquilo que o autor considera como a maior inovação de sua proposta: o uso de indicadores para o desenvolvimento permanente de hipóteses que gerem um modelo teórico, o qual nos permita visualizar, por via indireta, informações ocultas sobre os sujeitos que estão sendo estudados. As expressões intencionais e diretas são portadoras de informação implícita, isto é, não presente na representação consciente dos sujeitos.

A seguir, listamos alguns aspectos que González Rey (2005) considera importantes na construção da informação. O primeiro deles é considerar o processo de construção da informação como um processo hipotético, não no sentido comumente atribuído à hipótese nas pesquisas,

que, em geral, remete a uma explicação metódica e organizada ainda não provada, mas no sentido filosófico de um conjunto de proposições provisórias sobre os fatos e informações. A produção de hipóteses mediante a construção de indicadores e das ideias e reflexões que se articulam nesse processo definem um modelo teórico, ou seja, a representação de uma configuração subjetiva.

Configuração subjetiva aqui é entendida como a organização de um processo construtivo-interpretativo que ocorre ao longo da pesquisa, a partir dos diversos canais de informação que o pesquisador não define *a priori*, mas vai buscando no curso da investigação, o que é um processo mediato, o qual integra informações de diferentes instrumentos e situações vivas produzidas, articuladas com o modelo teórico que acompanha e caracteriza a própria pesquisa. Segundo González Rey (2005), a ideia de configuração é utilizada para demonstrar que o processo de construção a partir do empírico se encontra para além das lógicas indutiva e dedutiva, apontando para uma lógica configuracional, que, como já foi discutido, não é “lógica”. Em outras palavras, não se trata de partir de indícios para se chegar às causas (indução) e tampouco de partir das premissas para se chegar à conclusão (dedução), mas de entender que aquilo que está sendo estudado se “configura” como um arranjo de sentidos interligados que compõem um todo. Rompe-se com a noção de causalidade, de antes e depois, de dados e conclusão, para indicar os sentidos subjetivos como algo que se apresenta “junto” e “ao mesmo tempo”. Essa representação teórica fornece visibilidade sobre processos estudados, possibilitando uma construção que acompanha o caráter contextual, processual e dinâmico da subjetividade e, ao mesmo tempo, suas formas de organização, a história dessas formas de organização e sua constante tensão e compromisso com os contextos e campos de ação atuais da pessoa.

As configurações subjetivas remetem-nos a uma representação complexa da realidade, apresentando-se como uma representação teórica sobre uma delimitação do real, impossível de ser esgotada, demonstrada ou evidenciada em sua completude. De acordo com o autor, essas configurações podem ser construídas somente ao longo da pesquisa ou do diagnóstico, pois elas não surgem de forma imediata nos instrumentos isolados. Por isso o autor adota os termos núcleos ou eixos de sentido para expressar conteúdos portadores de sentido subjetivo, sem os quais não é possível representar sua organização mais complexa como configurações subjetivas.

Outra recomendação que González Rey (2005) faz aos pesquisadores é serem prudentes em suas afirmações, eliminarem as afirmações

categorías, resultantes do imaginário positivista, que nos fazem sentir segurança na produção do conhecimento quando somos capazes de classificar, demonstrar ou concluir algo. De acordo com a proposta do autor, o conhecimento é sempre uma produção teórica capaz de produzir inteligibilidade sobre o que está sendo estudado. Ele nunca se expressa numa relação isomórfica com o que é estudado nem produz um reflexo acabado do resultado. Por isso, o pesquisador precisa comprometer-se com seu pensamento durante a análise. É esse compromisso que o conduz a formular hipóteses e a estabelecer categorias que lhe permitam significar seus pensamentos. A partir dessa perspectiva, a informação está sempre em processo de construção e pode ter várias saídas conceituais ao mesmo tempo. Esse caminho permite a apreensão de aspectos relevantes da dinâmica do ambiente estudado e das práticas desse ambiente por meio dos sujeitos abordados em um enfoque histórico e cultural.

## **5. Considerações finais**

Nestas considerações finais, apresentamos as contribuições do uso da proposta para a produção de conhecimento sobre subjetividade nas organizações, efetuamos observações acerca da qualificação necessária para aplicação da proposta e apontamos os desafios dessa abordagem.

O estudo da subjetividade nas organizações possibilita à área de estudos organizacionais compreender como a subjetividade é um recurso importante para enxergar efeitos colaterais e consequências de contradições que não são visíveis no comportamento organizacional ou institucional. O valor heurístico do sentido subjetivo encontra-se na representação simultânea de vários aspectos subjetivos diferentes do objetivo da pesquisa, podendo revelar as contradições existentes entre eles, permitindo-nos visualizar, a partir de uma interpretação, novos caminhos que, fora dessa abordagem, poderiam passar despercebidos. A adoção dessa proposta possibilita, a quem a utiliza, o que poderíamos chamar de um estágio na organização, uma vez que exige a imersão no campo por um período mínimo de seis meses antes da elaboração do projeto de pesquisa, vivência do objeto de estudo e profunda interação com o ambiente e sujeitos da pesquisa, permitindo acessar em parte a história da organização.

No entanto a complexidade da aplicação dessa proposta é um desafio para o orientador e o aluno. Os alunos gostam da proposta, mas sentem-se perdidos por não haver uma “receita de bolo” para seguir, e aflições, como se estivessem num pântano. Para os alunos de administração,

acostumados, segundo eles, com abordagens mais objetivas e quantitativas, apreender a proposta em curto espaço de tempo, em paralelo com a grande quantidade de leitura e atividades de outras disciplinas, é um desafio. A maior dificuldade para eles é entender a proposta de González Rey devido à densidade dos livros do autor. Isso vale também para os alunos acostumados com metodologias qualitativas e para os da área de psicologia. Eles consideram necessário ler a obra várias vezes para conseguir estabelecer um encadeamento das ideias do autor, bem como para compreender os vários conceitos utilizados, demandando muita dedicação no estudo da obra.

No que se refere à pesquisa de campo, as anotações durante os momentos empíricos revelam-se muito importantes. É preciso prestar muita atenção à forma como as pessoas falam e envolvem-se a partir da utilização dos instrumentos. Faz-se necessário ainda verificar se os instrumentos funcionam adequadamente para viabilizar a comunicação entre pesquisador e sujeito, pois há instrumentos que favorecem a comunicação com alguns, mas não com outros. A aplicação dos instrumentos requer a análise do momento anterior, podendo demandar a substituição de instrumentos previamente escolhidos. Mas, para os alunos, o mais difícil é identificar e analisar corretamente os sentidos subjetivos. Por isso é muito importante estudar bem os exemplos que González Rey utiliza em seu livro. Somente depois disso, é interessante ler os trabalhos que utilizaram sua metodologia, o que propiciará uma leitura mais crítica.

Tudo isso requer do orientador, em um primeiro momento, tornar a obra do autor compreensível para os alunos, para que não se sintam muito perdidos. Entretanto eles mesmos chegam à conclusão que sem o “mergulho” por parte deles, dificilmente a proposta será internalizada como deve. Por isso eles preferem não ir a campo sem uma compreensão epistemológica, teórica e metodológica da proposta, que é necessária durante a realização das investigações empíricas, a fim de não correr o risco de perder o trabalho de campo. Isso demanda do orientador um acompanhamento permanente do desenvolvimento do aluno durante a pesquisa e muita atenção aos sentidos subjetivos presentes na construção do modelo teórico. Estão eles conceituados como sentidos subjetivos corretamente? O sentido é um elemento que vem de partes diferentes da vida e convergem em um momento de ação. Verificar, a todo o momento, se a construção do modelo teórico encontra-se em coerência com a epistemologia, metodologia e referencial teórico da pesquisa também se faz necessário.

Com base em pareceres de defesa de dissertação de mestrado ela-

borados por González Rey (2007, 2010) nas bancas das quais participou, mencionamos, a seguir, o que pudemos apreender. Por parte do aluno, a proposta requer uma leitura cuidadosa, profunda e um posicionamento reflexivo diante do referencial teórico escolhido. É fundamental compreender que a proposta de estudo da subjetividade é também uma proposta epistemológica, com implicações metodológicas que devem estar claras no trabalho. É preciso atenção à utilização correta dos conceitos, além de uma redação bem apresentável, fluida e bem fundamentada. Evitar a prolixidade é mais uma recomendação do autor, pois ela contraria o desenvolvimento da pesquisa e atrapalha a clareza dos núcleos de sentido que vão surgindo. Assim, afastar os detalhes que não são importantes é uma alternativa.

Ao longo do trabalho, é fundamental apresentar uma expressão própria, pessoal e reflexiva sobre os conteúdos abordados. O mesmo pode-se dizer em relação ao posicionamento metodológico. Embora González Rey defenda que o modelo teórico está sempre em construção, admitindo formas diferenciadas e mais adequadas ao estudo, isso não quer dizer que não haja modelos teóricos melhores e piores, pois o resultado depende da capacidade do pesquisador para produzir significados sobre o material estudado, cujo processo de construção está relacionado aos indicadores e requer a redação de um modelo teórico bem fundamentado, a partir da informação empírica. Embora não haja critérios externos para ela, a legitimidade da pesquisa funda-se na viabilidade de construção capaz de gerar novos significados sobre o problema, congruentes com o modelo, mantendo-o “vivo”, como ferramenta de inteligibilidade do estudo de um tema. É preciso evitar ainda centrar a atenção em trechos concretos e imediatos que se apresentam no decorrer da pesquisa, mas, em vez disso, buscar os sentidos silenciados e ocultos.

Do orientador e do mestrando exige-se também atenção à maneira como o processo de construção vai desenvolvendo-se, para que não se perca o equilíbrio no nível de concentração necessário para iniciar a análise a partir de indicadores diversos e para que não se diminua, depois, a qualidade da pesquisa, aponto de se definir tudo como sentido subjetivo. Pode ocorrer também a definição equivocada de um sentimento como se fosse um sentido subjetivo, por exemplo, a angústia. De acordo com González Rey (2010), a angústia, nessa abordagem, não é o sentido subjetivo, mas sim os elementos simbólicos e emocionais que fazem a angústia aparecer, e, para que ela seja analisada, o pesquisador precisa recorrer à historicidade do caso no processo de análise.

Outro equilíbrio a ser perseguido é o nível da análise dos aspectos da fala dos sujeitos pesquisados e a expressão de características da organização. Em estudos na área de administração, recomenda-se evitar o desequilíbrio de uma análise mais voltada para as pessoas do que para os próprios processos organizacionais e balancear a subjetividade individual e social. Mesmo que esses elementos não estivessem presentes no planejamento da pesquisa, o fato de eles aparecerem no decorrer da pesquisa faz com que o pesquisador os incorpore na análise dos dados, mantendo o equilíbrio proposto.

A redação da conclusão ou das considerações finais nessa abordagem segue um formato diferente daquele encontrado em muitos artigos aos quais estamos acostumados na área de administração. Não é necessário resgatar o objetivo, o referencial teórico, sintetizar os principais resultados, apontar as limitações da pesquisa e sugestões para futuras pesquisas complementares. A conclusão é o que o nome já diz, ou seja, são as conclusões sobre o estudo realizado, as principais ideias teóricas e as informações relevantes que surgiram ao longo do trabalho, destacadas para que o leitor visualize as contribuições do estudo, sem uma longa exposição do assunto, a fim de que essas informações não se percam entre considerações muito amplas e gerais. As conclusões servem, portanto, para destacar os dados fundamentais que apareceram no trabalho a serem enfatizados para o leitor.

Esperamos ter conseguido apresentar a complexidade e os desafios da aplicação da proposta de estudo da subjetividade sob o enfoque histórico-cultural de González Rey, apontando algumas recomendações para facilitar a aplicação da proposta. Nesse sentido, consideramos, como limitações deste texto, embora não seja seu objetivo, a impossibilidade de aprofundamento das explicações para superar os desafios. Todavia, acreditamos que a explicitação dos desafios e recomendações colabora com o processo de qualificação das pessoas que pretendem adotar a proposta.

### **Referências Bibliográficas**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Epistemologia cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997.

GONZÁLEZ REY, F. L. Parecer de dissertação de mestrado defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade

Federal do Espírito Santo. Mimeografado.

GONZÁLEZ REY, F. L. Parecer de dissertação de mestrado defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal do Espírito Santo. Mimeografado.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LEITE, L. T. T.; PAIVA, K. C. M. Subjetividade nos estudos organizacionais: uma meta-análise da recente produção brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS, 2009. 1 CD-ROM.

PAULA, A. P. P.; PALASSI, M. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A.; SARAIVA, L. A. S. (Org.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 199-228.





# A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS<sup>44</sup>

*Alfredo Rodrigues Leite da Silva<sup>45</sup>*

*Alexandre de Pádua Carrieri<sup>46</sup>*

## 1. Introdução

**A**lguns objetos de estudos científicos remetem aos primórdios da civilização humana, com implicações antropológicas, sociológicas, psicológicas, econômicas, entre muitas outras. Ao reconhecerem essa interdisciplinaridade, muitos pesquisadores rompem com as barreiras entre os ramos do conhecimento e buscam assumir cortes interdisciplinares em suas investigações. Como resultado, são geradas oportunidades para a discussão de uma infinidade de implicações epistemológicas, a partir de pressupostos estabelecidos por estudiosos que se concentram em desenvolver especificamente um ou outro ramo. Esse confronto permite que os estudos se fundamentem em diferentes áreas e estabeleçam um diálogo para compreender o estágio de desenvolvimento de cada uma, em uma dinâmica constante, e as possíveis inconsistências em relação ao uso conjunto dos conhecimentos por elas desenvolvidos.

Ao reconhecer tais inconsistências, o pesquisador oferece uma contribuição recíproca aos ramos do conhecimento, sendo possível destacar dois caminhos básicos tomados por ele nessa direção: respeitar os limites demarcados pelas inconsistências, dessa maneira contribuindo para o reconhecimento da legitimidade dos limites epistemológicos estabelecidos; articular caminhos para ultrapassar esses limites, contribuindo para o desenvolvimento epistemológico dos ramos do conhecimento.

Ao reconhecer a relevância desses dois caminhos, este capítulo busca discutir elementos a serem articulados por aqueles interessados em trilhá-los em estudos sobre um objeto específico, a organização. Ela é caracterizada como um daqueles objetos que remetem aos primórdios da civilização e é estudada, comumente, em amplos cortes interdisciplinares. Entre os cortes possíveis, este capítulo tratará das contribuições da Teoria das Representações Sociais (TRS), demarcada na psicologia social por Mos-

44 Os autores agradecem ao CNPq pelo financiamento da pesquisa que viabilizou este capítulo.

45 Departamento de Administração, UFES.

46 Departamento de Administração, UFMG.

covici (1978), na década de 1960, em torno de uma interdisciplinaridade na qual se destacam a antropologia, a linguística e a filosofia, a partir das influências de autores como Durkheim (1978), Bakhtin (1986b) e Holton (1978), respectivamente.

A TRS tem sido adotada por diversos pesquisadores interessados em investigar implicações das construções sociais das pessoas nas organizações. Isso fica claro ao se analisar os anais das últimas onze edições do principal encontro anual da área de administração, o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD). Ao longo desses anos, mais de uma centena de trabalhos utilizou-se das representações sociais para investigar articulações entre o contexto organizacional e temáticas como gênero (SILVA; BOAS; BRITO, 2001), perda do emprego (NETTO; CAPPELLE; BOAS, 2001), ONGs (VERGARA; FERREIRA, 2004), trabalho (CAVEDON, 1999), gestão de pessoas (FERRAZ et al., 2009), consumo (CRUZ, 2008), estratégia (CAVEDON; FERRAZ, 2005), entre muitos outros. Em comum, nesses trabalhos, a realidade é vista como uma construção social, e a TRS é adotada como um corte epistemológico que permite reconhecer o espaço de construção dos sujeitos sociais, em uma ótica semelhante às ideias de Berger e Luckmann (1985) sobre a construção social da realidade. Mas, no caso da TRS, as representações sociais são assumidas como meios para acessar essa construção e compreender os fenômenos nela inseridos.

A fim de auxiliar os interessados em articular essas contribuições, este capítulo tem o objetivo de discutir desenvolvimentos e limites da TRS, com foco em seu potencial de aplicação nos estudos organizacionais. Para tanto, a discussão apresentada a seguir aborda cinco conceitos básicos da TRS e suas articulações em contextos organizacionais: familiarização, ancoragem, objetivação, *themata* e gêneros comunicativos. Por fim, são apresentadas as críticas à TRS e as implicações epistemológicas para o seu uso sob uma ótica de destaque da dinâmica social expressa nas práticas cotidianas nos contextos organizacionais.

## **2. A TRS e os estudos organizacionais**

A TRS surgiu associada à corrente da psicologia social moderna, defendida por Moscovici (1978, 1993, 1995, 2003b). Nessa abordagem, o conceito de representações sociais foi influenciado pela ideia de “representações coletivas” de Durkheim (1978), mas distingue-se das propostas desse autor por não enfatizar a primazia do social sobre o individual, pois assume

que a sociedade e o indivíduo se influenciam mutuamente. Ao defender essa abordagem, Farr (1995) destaca sua adequação ao contexto moderno e pós-moderno. Para o autor, a visão do social em uma relação complementar ao individual permite às representações sociais oferecerem sentido à tensão cotidiana, envolta pela individualização e pela socialização.

A TRS proposta por Moscovici (1978, 2003b) oferece uma base teórico-metodológica capaz de lidar com a diversidade e o dinamismo das mudanças na sociedade contemporânea. Para o autor, as representações sociais interagem entre si por meio de oposições, convergências, distinções, desaparecimentos e recriações, o que exige considerar as representações sociais originais, ao investigar outras associadas a elas. Nessas interações, as práticas sociais, o tempo e o espaço passam a ser mediados por representações sociais do passado, presente e futuro, na construção do senso comum. Ao evidenciar essas ligações e os processos pelos quais elas ocorrem, a TRS permite a compreensão do uso das práticas. Essas últimas, conforme o entendimento de Certeau (1994), estão inseridas ora em lugares atemporais, dos quais se tem poder sobre um outro, ora em espaços que dependem do uso astucioso do tempo por um fraco (o outro) sem poder.

Quando se aproxima das representações sociais dos sujeitos, o pesquisador está se aproximando dos conhecimentos que expõem articulações referentes às suas maneiras de fazer cotidianas. O alvo dos estudos é “[...] captar os saberes do ‘Outro’ dentro dessa noção de contemporaneidade, onde tudo se dilui, se mistura, se fragmenta” (CAVEDON, 2005, p. 11). Isso justifica a adoção, nos estudos organizacionais, de um conceito de representação social que destaque esse conhecer, como o apresentado por Jodelet (2001, p. 22), para quem a representação social “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Para se aproximar dessas formas de conhecimento, é necessário que elas sejam descritas de maneira detalhada, considerando sua estrutura e evolução (MOSCOVICI, 1978, 2003b).

### **3. A operacionalização dos estudos baseados na TRS**

Ao discutirem a operacionalização dos estudos baseados na TRS, Moscovici (1978) e Sá (1998, p. 32) destacam que, inicialmente, o investigador deve ocupar-se “[...] dos suportes da representação (o discurso ou o

comportamento dos sujeitos, documentos, práticas, etc.), para daí inferir seu conteúdo e sua estrutura, assim como da análise dos processos de sua formação, de sua lógica própria e de sua eventual transformação”. Aqui entra a coleta de dados e, em seguida, a análise. Em ambos os casos, não existe uma técnica específica da TRS, mas uma variedade de técnicas (SÁ, 1998), tais como entrevistas, observação participante, grupos focais. A partir dessas técnicas, busca-se observar a tentativa dos sujeitos de familiarizar-se com o que lhes é estranho, afastando o não familiar na medida em que ele é transformado em familiar (CAVEDON, 1999).

Guareschi (1995, p. 212) explica que “[...] o ‘não-familiar’ é produzido, e se situa, na maioria das vezes, dentro do ‘universo reificado’ das ciências, e deve ser transposto ao ‘universo consensual’ do dia-a-dia”. Apesar da ênfase na ciência como origem do não familiar, como apregoa o fundador da TRS (MOSCOVICI, 1978), observa-se que a transposição citada acima, ainda que não sempre, ocorre na maioria das vezes e pode ser útil no entendimento de diversas representações sociais. Guareschi (1995) destaca que a representação social atua como o elo dessa transposição, produzindo um conhecimento de maneira espontânea num grupo social, e que, por isso, a TRS é considerada teoria do senso comum. Contudo Moscovici (2003b, p. 60) esclarece que:

não é fácil transformar palavras não-familiares, idéias ou seres, em palavras usuais, próximas e atuais. É necessário, para dar-lhes uma feição familiar, pôr em funcionamento os dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas.

Esses mecanismos são a ancoragem e a objetivação. Segundo Moscovici (2003b, p. 60-61, grifos do autor),

[...] o primeiro mecanismo tenta *ancorar* idéias estranhas, [classificá-las] reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. Assim, por exemplo, uma pessoa religiosa tenta relacionar uma nova teoria, ou o comportamento de um estranho, a uma escala religiosa de valores. O objetivo do segundo mecanismo é *objetivá-los*, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. [...] Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a

nossa própria esfera particular [ancoragem], onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar [objetivação], e, conseqüentemente, controlar.

Além desses conceitos, outros dois são destacados por Marková (2000), totalizando quatro conceitos considerados pela autora como inter-relacionados e necessários para se compreender as representações sociais em seu processo dialógico, no qual não há pleno consenso, mas eternas negociações de oposições em determinadas direções comuns. O terceiro conceito é o de *themata* (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003) e o quarto, o de gêneros comunicativos (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998, 2003). O uso conjunto desses conceitos surgiu com o desenvolvimento do campo da TRS (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003; MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998, 2003) e evidencia a mencionada posição dialógica. Como tal posição nem sempre foi observada pelos próprios membros do campo, existe margem para críticas em relação à epistemologia (não dialógica) adotada (SPINK, 1996), a ponto de os críticos generalizarem o não reconhecimento dessa posição como uma característica da área.

Neste capítulo, essa crítica é refutada ao se assumir os dois últimos conceitos como parte inseparável da compreensão do processo de construção das representações sociais. O primeiro, o de *themata*, é entendido por Liu (2003, p. 255, tradução nossa) como “[...] pressuposições historicamente contextualizadas, antinomias culturalmente compartilhadas, e lógicas profundas do pensamento social”. Esse conceito é trabalhado por Moscovici (1993) e Moscovici e Vignaux (2003) na TRS a partir das contribuições de Holton (1978) para a epistemologia, segundo o qual a *themata* são unidades cognitivas relativamente estáveis, preconceitos ou pressuposições que permeiam a vivência e formação dos cientistas, capazes de transformar e moldar o pensamento científico. Ou seja, as *thematas* levam os cientistas a se concentrarem em tipos específicos de explicações e fatos (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003).

A aplicação desse conceito na TRS legitima-se por sua capacidade generativa de temas, o que remete à possibilidade de abordá-lo empiricamente por meio das relações que mantém com esses mesmos temas, passíveis de serem acessados pelo pesquisador. Os temas, considerados como unidades de análise e acessados por meio das metodologias de coleta de dados, e as *thematas* são dialogicamente interdependentes. Destas derivam temas que são “[...] manifestações pragmáticas, ou reconstru-

ções parciais da *themata* em diferentes formas e esferas da vida cotidiana” (LIU, 2003, p. 255-256, tradução nossa).

Liu (2003) explica que, diferentemente das *thematas*, os temas não têm um amplo poder generativo e normativo, mas estão ligados a ele na medida em que as pessoas os compõem e os expressam ao levarem em conta as *thematas* que para elas baseiam a questão em discussão. Isso contribui para a distinção defendida pelo autor entre tema e *themata*, na qual o primeiro pode ser efêmero, situacional e não se constitui, necessariamente, em forma de diáde ou terno. Por outro lado, as *thematas* são relativamente estáveis, constituídas ao longo do tempo, “[...] são tipicamente diádes antitéticas, como atonicidade/continuum ou análise/síntese, mas, ocasionalmente, são ternos-apolares, como continuidade/evolução/mudança catastrófica” (LIU, 2003, p. 254, tradução nossa).

#### **4. Um exemplo do uso da *themata* em investigações baseadas na TRS**

Uma ilustração do uso em investigações empíricas do conceito de *themata* discutido é oferecida por Liu (2006). A partir de diversos temas revelados pelos informantes, o autor identificou que a representação social de qualidade de vida para os chineses se organiza em torno da *themata* sendo/tendo. Ele revelou que a oposição entre o ser e o ter envolve influências confucionistas, muito antigas do ponto de vista histórico, que celebram o espírito, o ser, em oposição ao materialismo, o ter. Ao mesmo tempo, essa *themata* inclui a história recente da transição da China, a partir dos anos de 1980, em direção a uma economia de mercado em que o ter é celebrado à proporção que o conforto material, a maior liberdade econômica e a diversidade de estilos de vida se inserem na sociedade chinesa, na qual coexistem as influências confucionistas, marxistas e capitalistas.

Em um estudo anterior, no qual discute essa mesma pesquisa, Liu (2003) destaca que a *themata* sendo/tendo apresenta uma face hegemônica, na medida em que a antinomia entre ser e ter está presente na sociedade chinesa como um todo. Entretanto as manifestações e seus temas variam conforme os diferentes domínios da sociedade, com claras distinções entre os setores rural e urbano. O primeiro enfatiza uma lógica existencial e o segundo relaciona-se, simultaneamente ou alternadamente, à lógica econômica; uma distinção que está ligada às posições das pessoas nos diferentes setores da sociedade e na construção desta. Portanto, a *themata* sendo/tendo apresenta, além da face hegemônica, uma face “emancipada”, no sentido de ser uma construção específica de um grupo de maneira

emancipada em relação à sociedade.

A terceira e última face observada por Liu (2003) foi a polêmica. Ela surge das oposições abertas no embate entre os setores rural e urbano, intensificando-se à medida que as mudanças sociais na direção do capitalismo ficam mais presentes na sociedade, criando dilemas e conflitos na inserção do sistema de valores capitalistas dentro do sistema de valores tradicional chinês.

Ao evidenciar essa manifestação da face polêmica, em conjunto com a da hegemonia e a da emancipação, Liu (2003) defende que essas três maneiras de compartilhar atuam simultaneamente e de maneira complementar na mesma representação social, indo além da ideia de Moscovici (1988) de que diferentes representações sociais são compartilhadas de uma das três diferentes maneiras e coexistem tendo a *themata* como gênese.

Liu (2003) desloca a questão da hegemonia, da emancipação e da polêmica de tipos de compartilhamentos de representações sociais para compartilhamentos de aspectos de uma representação social em torno das *thematas*, sua gênese. Dessa maneira, Liu (2003) mostra um caminho para entender fenômenos sociais por meio das representações sociais, focando o processo de construção no qual ela se insere, sem a ênfase na representação social em si, mas nos aspectos e relações envolvidos em sua construção.

Essa abordagem foi focada neste capítulo ao se concordar que:

[...] As dimensões emancipadas e polêmicas de uma representação expressam as condições sociais particulares dos atores sociais que as estimulam, seu contexto específico, em relação a diversas esferas de vida. Ao mesmo tempo, elas refletem a ampla mudança social, econômica, política e ideológica e os conflitos. Assim, uma representação social pode, ao mesmo tempo, ser hegemônica, emancipada e polêmica. Essas maneiras diferentes de compartilhar são dialogicamente inter-relacionadas umas às outras (LIU, 2003, p. 261, tradução nossa).

Ao investigar essas múltiplas dimensões, é possível uma aproximação tanto com elementos sócio-históricos anteriores quanto com as interações do momento. A partir dos primeiros, as segundas são responsáveis pela reestruturação das representações sociais e dos conhecimentos filtrados por meio “[...] dos discursos de outros, das experiências que vivemos, das coletividades às quais pertencemos” (MOSCOVICI; VIGNAUX,

2003, p. 221). Na concepção sociocognitiva, que marca a TRS, Moscovici e Vignaux (2003) atribuem à cognição o papel de atuar nessa filtragem em conjunto com a comunicação, a linguagem, os aspectos discursivos do conhecimento. Aqui, a proposição da *themata* concretiza o “[...] laço entre cognição e comunicação, entre operações mentais e lingüísticas” (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 220).

Essa cognição a que Moscovici e Vignaux (2003) se referem não é algo biológico que simplesmente se desenvolve no cérebro, mas, como destaca Marková (2000, p. 421), a “[...] co-construção social de representações e imagens” na mente. A autora afirma que a distinção entre cérebro e mente é primordial para a compreensão do conceito de cognição de Moscovici e Vignaux (2003). Além disso, ela ressalta a necessidade de diferenciar o entendimento de cognição como simples processamento de informação, incompatível com as ideias dos autores, de outro, convergente com suas proposições, segundo o qual

[...] os agentes humanos constroem em conjunto sua cognição e informação. Neste último caso, cada expressão de uma “cognição” no indivíduo tem uma orientação dupla: sócio-cultural e individual. A cognição é uma relação dentro de um sistema e ele não pode ser decomposto em elementos ou partes individuais (MARKOVÁ, 2000, p. 422).

Daí a busca por um conceito que contribuisse para a compreensão das relações entre cognição e comunicação sem decompor a primeira, assumindo-se o conceito de *themata* por abarcar o de cognição. Ao fazer essa escolha, Moscovici (1993, p. 3) explica que as *thematas* “[...] motivam ou compelem as pessoas na sua busca cognitiva. Isto é o que vem às suas mentes quando são atingidas por algum item não-familiar da informação e é sobre o que elas se comunicam”. Essa comunicação inclui o conhecimento popular, pois, como destaca o autor, ele está inserido nas *thematas* capazes de formar e transformar as representações sociais.

Dessa maneira, na familiarização por meio da ancoragem e da objetivação, a *themata* e a comunicação estão inter-relacionadas. Mas resta o desafio de lidar numa investigação com esse inter-relacionamento. Ou seja, a questão é: como interpretar as manifestações do processo de familiarização e dos fenômenos a ele associados? A resposta está em voltar-se para a investigação dos gêneros comunicativos, o quarto conceito aqui destacado.

## 5. Os gêneros comunicativos nos estudos baseados na TRS

O conceito de gêneros comunicativos na TRS tem relação com as contribuições de Bakhtin (1986b), no campo da linguística, sobre gêneros discursivos, associados por Moscovici (1993) à sua concepção de sistemas comunicativos adotada em estudos anteriores baseados na TRS.

Minha hipótese em *La Psychanalyse* era que existiam diferentes sistemas de comunicação e conversação nos níveis interpessoais, assim como há a difusão, a propagação e a propaganda no nível da “massa”; e que suas “regras” ou lógicas moldam as representações sociais de maneiras específicas. Depois que eu li Bakhtin, eu prefiro chamá-las de “gêneros comunicativos” (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998, p. 402-403).

Marková (2000) esclarece que esses sistemas moldam as representações e também são moldados por elas. Ao incorporar a ideia de “gêneros”, os até então chamados “sistemas comunicativos” legitimam-se pelas contribuições de Bakhtin (1986b) e reforçam a ideia de que por meio deles se enfatizam ou minimizam diferentes questões a partir do uso de terminologias específicas e de acordo com as práticas e os grupos sociais dos quais eles fazem parte. Ao expor esses aspectos, Marková (2000) destaca que eles não posicionam os gêneros comunicativos por si sós como a origem de todas as práticas sociais e atividades humanas; pelo contrário, há uma interdependência entre os gêneros comunicativos e o pensamento social – eles se (re)formam mutuamente.

Essa interdependência pode ser observada nas propostas precursoras de Bakhtin (1986a, 1986b) ao tratar de gêneros literários e também ao trazer o conceito de gêneros discursivos como algo presente nas atividades cotidianas da sociedade. Para Holquist (1986), as contribuições de Bakhtin (1986a) na distinção entre linguagem literária e linguagem cotidiana ressaltaram a importância de dar reconhecimento a essa última e explorar tanto os gêneros primários – associados às maneiras de se expressar admissíveis ao longo da vida, como o da conversa face a face, o de contar piada – quanto os secundários – como o jornalístico, o científico e o legal, presentes na sociedade na qual o primeiro vai sendo composto. Nesse sentido, Bakhtin (1986b, p. 87) desenvolve a seguinte conceituação:

Os gêneros correspondem a situações típicas de discurso comunicativo, temas típicos, e, conseqüentemente, também de contatos particulares entre os *significados* das palavras e a realidade concreta e atual sob certas circunstâncias típicas.

O autor explica que a seleção das palavras a serem usadas na construção de uma elocução qualquer não é feita com base na neutralidade do sistema linguístico, mas com base em elocuições anteriores, principalmente as que são familiares, transformando-se em algo típico e compondo determinados gêneros discursivos.

Com base nesse conceito, o discurso não é algo individual, pois tudo na elocução do sujeito envolve gêneros relacionados a compromissos com práticas sociais, culturas ou grupos sociais, ou seja, com convenções sociais que conferem aos gêneros uma natureza convencional e institucional (MARKOVÁ, 2000).

O dinamismo social vem das mudanças oriundas das práticas comunicativas cotidianas, e a relativa estabilidade vem da inserção sócio-histórica que envolve essas práticas, dificultando a criação e a alteração dos gêneros comunicativos. Marková (2000) destaca que, no caso das representações sociais, a ancoragem remete à inserção social do novo, do diferente, e à sua estabilização ao ser associado a uma construção social anterior, enquanto a objetivação leva à “concretização” do novo abstrato.

Rosa (2006) esclarece que o “concreto” anterior, estabilizado, que serviu à objetivação, ganha novos sentidos. Nesse processo, a oposição entre estabilidade e dinamismo remete ao dialogismo das representações sociais, associado aos quatro conceitos apresentados anteriormente, da seguinte maneira (MARKOVÁ, 2000): os gêneros comunicativos têm como característica a formação de *thematas*. Na medida em que isso ocorre, elas servem de base para lidar com o desconhecido (ou o questionamento do conhecido), por meio da construção de representações sociais que incorporam e articulam o desconhecido com o conhecido (*thematas*). Essa construção se dá a partir de processos de ancoragem e objetivação inseridos em gêneros comunicativos necessários às comunicações simbólicas que viabilizam esses processos e expressam as representações sociais. Em uma relação de dependência, as representações sociais influenciam os gêneros comunicativos. Elas se tornam pressupostos pragmáticos deles, nos quais se inserem, influenciando-os com o surgimento de maneiras de veicular as representações e de temas novos ou renovados.

Aqui, assume-se que, ao expor tais conceitos, seja possível uma

maior compreensão dos sentidos das práticas dos sujeitos sociais e suas relações com possíveis fenômenos organizacionais. Entretanto, existem autores, como Spink (1996), que advogam uma ruptura com a TRS em favor de uma maior aproximação com as ideias de Bakhtin (1986a, 1986b). Em um artigo publicado em 1996, a autora apresentava argumentos referentes a sua contínua aproximação às ideias de Bakhtin (1986a, 1986b) e ao seu afastamento da TRS em virtude de uma série de limitações e questões epistemológicas.

## 6. As críticas à TRS e suas implicações epistemológicas para o campo

Spink (1996) defende que, no lugar da TRS, se adote uma abordagem mais aberta às contribuições da linguística, na direção da chamada “abordagem construcionista”. No sentido de analisar a razão dessa ruptura entre Bakhtin (1986a) e a TRS, cabe observar as implicações do tratamento que o autor dá ao determinismo material, segundo a tradição do materialismo histórico, inserida em seu entendimento de representações (MINAYO, 1995).

A despeito de o determinismo material obscurecer, de certa maneira, o sujeito, Marková (2000), Fávero (2005) e Moscovici e Marková (1998, 2003) buscam articular com a TRS as contribuições de Bakhtin (1986a, 1986b) pela via do entendimento do autor a respeito da construção do sentido, que, para ele, é social (CALLINICOS, 1985). Há nisso uma base de origem convergente com a concepção de sociocognição de Moscovici (1978) e capaz de oferecer espaço para o uso da própria Análise do Discurso na TRS, em um enfoque segundo o qual, concordando-se com Certeau (1994, p. 82, grifos do autor), se reconhece uma “[...] *historicidade* social na qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos, mas como *instrumentos manipuláveis por usuários*”.

Em detrimento desse entendimento sobre a TRS, Spink (1996) polariza a discussão sobre o campo como sendo um embate entre duas perspectivas epistemológicas mais amplas: o construtivismo e o construcionismo. A autora explica que

[o construcionismo é caracterizado] [...] como uma modalidade de epistemologia pós-moderna radicalmente anti-representacionista; [e o construtivismo como] [...] mescla de anti-determinismo (e portanto a crença na atividade construtiva do sujeito) e de historicismo (e portanto o reconhecimento da natureza histórica e cultural dos fenômenos sociais) (SPINK, 1996, p. 181).

Mas essa polarização da autora omite algo que não pode ser deixado de lado nessa discussão: a gênese epistemológica comum que envolve o construtivismo e o construcionismo e as diversas correntes dentro das duas abordagens, que, para alguns, são apenas divisões a partir e dentro do desenvolvimento do construtivismo (DINIZ NETO, 2005).

De qualquer maneira, se, por um lado, as diferenças atribuídas por Spink (1996) a cada vertente têm certo sentido, por outro lado, a partir do desenvolvimento dos estudos surgem correntes distintas que aproximam as duas vertentes. Nesse sentido, Rey (2003) destaca compatibilidades e incompatibilidades entre as vertentes e opõe-se a uma generalização simplista que indique a existência de um único “construtivismo” e de um único “construcionismo”. Isso mostra os obstáculos para se tentar classificar abordagens que se aproximam, como ilustra Arendt (2003, p. 8) ao estabelecer distinções entre as vertentes:

Os dois paradigmas são contrastados a partir de uma dicotomia: de um lado [construtivista] teorias, objetos, sujeitos que executam procedimentos e refletem sobre coisas a partir de seus interesses, representando a realidade, confiando nas próprias experiências como forma de compreender o mundo, investigando baseados em fundamentos considerados legítimos; do outro [construcionista], práticas, atividades, sujeitos que negociam a coordenação de ações sociais com outros no fluxo cotidiano, em função de interesses compartilhados, questionando os processos de “construção social” da realidade, atuando com modos de investigação que aceitam o erro e encontram suas garantias em situações localmente constituídas.

Para afastar a TRS do construtivismo e situá-la no construcionismo, Spink (1996) foca o representacionismo da abordagem, mas os problemas da classificação apresentam-se quando adeptos da TRS, como Arruda (2003), explicam que há uma confusão, inclusive interna ao campo, sobre o que é representação para a TRS e para o próprio Moscovici (1978), seu precursor: o sentido não é o de representar um objeto concreto como em um espelho, mas construir algo a partir de uma construção anterior. Essa visão aproxima a TRS do construcionismo, como defende Moscovici (1997) em uma resposta direcionada aos críticos construcionistas da TRS. Isso não indica um pleno equívoco de Spink (1996), pois muitos adeptos do campo da TRS, como defendem e mostram Nascimento-Schulze e Camargo (2000), assumem uma postura representacionista e uma visão do discurso diame-

tralmente oposta aos desenvolvimentos do construtivismo na direção do chamado “construcionismo”, apresentados por Arendt (2003). Contudo, considera-se um equívoco apenas generalizar as críticas para todo o campo e assumir a complexa decisão da incomensurabilidade paradigmática, uma opção comum em muitos campos do conhecimento, que, para os que discutem o tema, tem contornos tanto epistemológicos quanto políticos (BURREL; MORGAN, 1979; BURREL, 1999; CLEGG; HARDY, 1999).

Diversos pesquisadores, como Rätty e Snellman (1992), Voelklein e Howarth (2005) e Arruda (2003), apesar de concordarem com parte das críticas de Spink (1996), destacam que elas são apenas contribuições para o campo da TRS, pois a partir delas têm surgido propostas teórico-metodológicas opostas, distintas ou complementares às existentes no campo, sem que se imponha um afastamento dele, ampliando seu potencial para lidar com fenômenos sociais. Essa última posição é assumida, neste capítulo, segundo o entendimento de que não há uma ruptura que exija a passagem para uma “nova” abordagem, mas o reconhecimento de que na origem da TRS há espaço para abarcar as contribuições dos críticos internos e externos. O próprio Moscovici (1997) deixa claro que há espaço para a aproximação entre a TRS e aspectos do construcionismo.

Dentro dessa ótica, cabe discutir a crítica de Spink (1996) sobre a maneira como a TRS lida com o sujeito e sua atividade construtiva. Para a autora, na TRS, a construção seria uma maneira de reproduzir objetos de uma realidade substantiva. Entretanto, Duveen (1998, p. 446) destaca que a construção na TRS envolve um engajamento ativo

[...] que considera a cultura como um padrão estruturado de significados, sustentado por formas de relações e práticas sociais. [...] [Ela envolve e não impede] o processo pelo qual são geradas novas formas de compreensão, e é este o sentido de “construção” que mais se aproxima com o fenômeno das representações sociais.

De acordo com o autor citado acima, na TRS, as representações construídas distinguem-se por umas serem relativamente estáticas, compondo padrões de significados estáveis, e outras serem mais dinâmicas, marcando um processo construtivo do qual surgem novos significados no mundo social. Os que criticam a TRS, como Spink (1996) e Medrado (1998), enfatizam que ela está centrada na estabilidade e que o dinamismo estaria apenas nas maneiras dos sujeitos apresentarem objetos inseridos na estabilidade

social, o que remeteria à ideia de representação desses objetos.

Esses críticos advogam que o uso do termo *representação* seria um equívoco no âmbito de uma proposta que vê o conhecimento como produto da construção social. Para eles, a ideia de representação por si só remeteria a um “objetivismo” implícito, pois pressupõe a existência de um objeto anterior, a ser representado (MEDRADO, 1998; SPINK, 1996). Ao se discordar desse ponto, é necessário destacar que o argumento, em parte, tem coerência, não no tocante à necessidade de um objeto anterior que preexista independentemente do sujeito, mas relativamente à necessidade de se reconhecer uma anterioridade, histórica, que demarca um passado de origem das representações e que continua no presente, em um eterno processo de demarcação que envolve a dimensão temporal na construção social do conhecimento – o objeto em si é um corte nessa dimensão. Como explica Marková (2000, p. 430), é necessário reconhecer a diferença “[...] entre a definição de objetos estáticos e monolíticos *versus* a definição de um fenômeno dinâmico e relacional”. A segunda definição marca a posição da TRS, em oposição à primeira, que marca a tradição positivista.

No decorrer de uma investigação pautada na TRS, quando se coloca que a representação é de um sujeito sobre um objeto, esse objeto é uma delimitação proposta pelo pesquisador ou oferecida pelos sujeitos para que exista um foco na análise das mediações e construções que ocorrem nesse cotidiano. Comumente, para direcionar e facilitar a coleta e o tratamento dos dados, o pesquisador oferece um objeto (foco) a respeito do qual o sujeito se manifesta, o que dá margem para as críticas de que haveria ênfase numa relação simplista de oposição entre sujeito e objeto. Entretanto deve-se observar a maneira como isso é realizado. O pesquisador pode buscar esse foco nas próprias manifestações dos sujeitos, pois eles delimitam objetos por conta própria em suas interações cotidianas e revelam construções sociais associadas a esses objetos (o que inclui as representações sociais).

A importância da definição do objeto no estudo das representações sociais não vem de sua concepção como uma referência objetiva ou real, mas do fato de esse objeto delimitar o contexto social em que se expressa a representação social (REY, 2003). Sem isso, o que se tem é o infinito de relações sociais impossíveis de serem tratadas pelo pesquisador. Não cabe aqui discutir a necessidade das delimitações em qualquer estudo, mas é importante deixar claro os caminhos para se chegar a essas delimitações. No caso da TRS, segundo a abordagem defendida neste capítulo, o objeto é o meio para essa delimitação de uma realidade socialmente construída. Portanto ele não é a realidade, e tampouco a representação é o reflexo dele.

Para Moscovici (1978), o termo *representação* não é sinônimo de *reprodução*, mas de uma nova produção, na qual os objetos, ao contrário de serem parcial e mentalmente reproduzidos pelo indivíduo, são produzidos e “vivididos” por aqueles que interagem com eles, em um processo socio-cognitivo que os insere em contextos históricos e culturais (HOWARTH, 2002; VOELKLEIN; HOWARTH, 2005). Arruda (2003, p. 349, tradução nossa) explica que, para a TRS, “[...] a realidade é socialmente construída; conseqüentemente, ela obscurece os limites entre sujeito e objeto”. Ou seja, uma separação simplista é inviável e incoerente.

Wagner (1998, p. 309, tradução nossa) esclarece que Moscovici raramente utiliza o termo *construção social* em seus primeiros estudos “[...] seu termo preferido, ‘représentation’, em francês, tem um âmbito dinâmico e construtivo. O termo inglês e germânico *representation* tem um âmbito mais estático de reprodução, por exemplo, uma fotografia ou um mapa”. Essa distinção explica parte das críticas que associam de maneira generalizada a TRS a uma visão estática de uma realidade objetivada (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005), ignorando estudos em posições totalmente distintas (WAGNER, 1998). Além disso, Rey (2003) destaca que Moscovici (1978) não descarta uma ontologia da realidade, diferentemente dos construcionistas, mas aproxima-se deles ao associar essa ontologia às relações sociais. Ou seja, a realidade existe a partir das delimitações do sujeito, não como algo nato, pois a ontologia que define a suposta realidade comum é uma construção dos sujeitos.

Nesse sentido, a TRS não se insere numa visão objetivista da realidade e tampouco na plena relativização contextual defendida pelos construcionistas, que, segundo Guareschi (2003), na medida em que é assumida como uma verdade absoluta, portanto, não relativa, contraria o próprio argumento (ROSA, 2006). Para Guareschi (2003), a contingência e a relativização que caracterizam os discursos nas análises construcionistas também devem ser assumidas no tocante ao entendimento da produção teórica e nos resultados das investigações, o que inclui as críticas à TRS. Isso denotaria a existência de espaço entre os construcionistas para a visão da realidade defendida pela TRS e destacada por Arruda (2003): uma realidade socialmente construída com base em processos de comunicação e interação permeados por formas de conhecimento distintas, que permitem ao sujeito criar e lidar com a diferença e a novidade (heterogeneidade), sem, necessariamente, as eliminar, o que envolve seus interesses, valores e ideias.

Outra crítica dos construcionistas à TRS refere-se à problemática da

delimitação do grupo de sujeitos de pesquisa e à associação desse grupo como um todo a uma determinada representação social. Defendendo esse argumento, Medrado (1998, p. 10-11) alerta para as limitações da TRS nas pesquisas empíricas, pois

[...] aquilo que define um grupo social a ser investigado seriam as representações por eles compartilhadas, ou seja, aquilo que só será alcançado no final do trabalho. [...] Assim, nos trabalhos de Moscovici, é circular e tautológico o critério utilizado para se identificar um grupo, resultando numa confusão conceitual, na medida em que o grupo é definido a partir daquilo mesmo que define as representações, a saber, sua natureza social.

Novamente, a delimitação de uma dimensão da abordagem empírica é colocada em questão, mas os críticos reconhecem apenas a etapa da delimitação dos sujeitos; a decisão inicial da escolha é do pesquisador e de seus critérios. A TRS mantém essa condição, mas o equívoco dos críticos está em não reconhecer a segunda etapa que envolve os estudos. O argumento de Medrado (1998) remete ao entendimento de que àquele grupo, inicialmente definido, será atribuída determinada representação, de maneira simplista e direta, mas, na TRS, cabe ao sujeito a palavra final sobre suas relações sociais. Ou seja, o pesquisador pode incluir os sujeitos que bem entender, mas, ao analisar as relações entre eles com base na TRS, evidencia-se o papel dos sujeitos na demarcação dos espaços de suas relações sociais, e os membros do grupo escolhidos pelo pesquisador nem sempre são aqueles que melhor interagiriam acerca dos temas também escolhidos pelo pesquisador. Sá (1998) reconhece que essa característica da TRS é ignorada em estudos dentro do próprio campo e considera uma falha adotar a teoria ignorando o rigor necessário para evitar que o pesquisador defina arbitrariamente as relações sociais em torno das representações, sem oferecer espaço aos sujeitos de pesquisa, como defende a TRS.

Uma das principais contribuições do uso da TRS em estudos organizacionais, portanto, é a existência de um espaço privilegiado para que o sujeito ofereça seus próprios elementos, no sentido de suprir as limitações dos pesquisadores do campo na escolha das delimitações do escopo adequado para investigar as infinitas relações sociais que podem envolver determinado contexto. A circularidade mencionada na citação de Medrado (1998) – o grupo de sujeitos remete às representações sociais que remetem ao grupo de sujeitos – ignora que o primeiro grupo não é igual ao

segundo. O primeiro, quem define é o pesquisador; o segundo interessa à TRS, pois é a construção dos próprios sujeitos que rejeita, confirma ou reconstrói as escolhas do pesquisador e que é parte do objeto de análise.

Outra crítica a ser discutida é a noção de consensualidade na TRS, que, para os críticos, “[...] pressupõe uma uniformidade nos discursos e ações de indivíduos pertencentes a um dado grupo” (MEDRADO, 1998, p. 16; HERMANS, 2003). A despeito de alguns autores que adotam a TRS, como Nascimento-Schulze e Camargo (2000), defenderem abordagens que focam fragmentos lexicais na busca por uma suposta homogeneidade, outros pesquisadores, como a própria Spink (1995a, 1995b) em estudos anteriores à sua ruptura com o campo, não buscam essa homogeneidade e desenvolvem metodologias nas quais as oposições, inclusive as discursivas, fazem parte das construções dos sujeitos sociais. Rose e outros (1995) destacam que o consenso não significa a plena homogeneidade das construções dos sujeitos em torno das representações sociais, pois isso faria destas algo estático e inútil para lidar com a complexidade dos fenômenos sociais.

Existe certo grau de consenso que permite o desenvolvimento de processos de comunicação e cognição, mas ele se restringe a certas bases, como os rituais, as tradições e a linguagem comum, e é envolvido pela contradição, pela fragmentação e pela mudança que caracterizam a interação social imediata em seu nível argumentativo (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005). O consenso está apenas nos limites simbólicos, construído por representações sociais na medida em que elas compõem uma cultura comum (HOWARTH, 2002). Pode-se identificar o consenso ou dissenso grupal e a heterogeneidade dentro dos grupos e entre eles tanto se atendo aos limites quanto os forçando até a ruptura. Não existe “o consenso”, mas infinitos níveis simultâneos de consenso e, conseqüentemente, de dissenso, uma vez que não se trata de lidar com uma construção social como algo isolado, mas com um conjunto de construções sociais simultâneas e cotidianas que também compõem níveis de consenso e dissenso.

A visão equivocada da ideia de consenso na TRS, associada à uniformidade, passa pelo recorte da concepção do que é “compartilhar” para o campo. Para esclarecer a questão, Duveen (1998, p. 462, tradução nossa) defende a distinção do sentido do termo *compartilhar* além da ideia de algo dividido entre pessoas, reconhecendo um sentido mais específico no uso do termo pelo campo, ilustrado pelo autor da seguinte maneira: “quando eu divido uma maçã com um amigo, nós não consumimos a mesma coisa, mas compartilhamos diferentes partes da maçã”. Ou seja, nessa ótica, o compartilhar da TRS não está voltado para a plena homogenei-

dade, mas para a articulação de diferenças em torno de um elo comum.

Na ilustração de Duveen (1998), a maçã é esse elo. Aqui surge o objeto (a delimitação de uma referência abstrata do sujeito, que é a chamada “realidade”) não como um elemento para compor a dicotomia com o sujeito, mas como o elo em torno do qual ocorrem as negociações das diferenças na direção de uma determinada representação social. Resta questionar se, ao surgir a representação social em relação a um objeto, não emergiria daí o consenso, a homogeneidade. Com base em Moscovici (1978, p. 26), a resposta é “não”. Surge apenas uma maneira negociada de lidar com o dado externo, “[...] que jamais é algo acabado ou unívoco; ele deixa muita liberdade de jogo [...]”. Em virtude dessa liberdade, os “pedaços das maçãs” são diferentes para cada sujeito de um grupo de amigos. As diferenças não desaparecem em favor do consenso. Elas estão lá, mas são negociadas por meio de construções comuns do grupo a respeito da maçã: um mero alimento ou a expressão da amizade. O aparente consenso é parcial, temporário (mesmo que esse tempo possa ser longo e remeter a certa estabilidade) e limitado às interpretações oriundas das articulações sociais, o que inclui a mediação das diferenças entre os sujeitos. Nesse processo de construção social, mesmo que as diferenças sejam colocadas em segundo plano, elas estão prontas para outras negociações, contribuindo para o dinamismo que norteia as representações sociais.

Isso não nega a existência de representações hegemônicas de grandes grupos de pessoas e que permanecem estáticas ao longo da existência de várias gerações, mas que, mesmo assim, têm certo nível de dinamismo e convivem com muitas outras representações dentro desses grupos e dos infinitos subgrupos formados pelas múltiplas inserções dos sujeitos. Moscovici (1978) mostra em seu estudo sobre a representação social da psicanalyse que as mudanças possibilitadas pelas diferenças entre os sujeitos possuem níveis de dinamismo distintos, desde algo quase estático, que pode permanecer por séculos na sociedade de um país, a algo dinâmico, referente a subgrupos sociais e conhecimentos cotidianos específicos.

Essa composição complexa das representações sociais é explicada por Rey (2003, p. 130) ao afirmar que

[...] as representações seriam uma produção subjetiva sobre uma realidade social, mas estariam revelando elementos de sentido diferentes dessa realidade social, independente de qual fosse o seu conteúdo explícito. Os próprios mecanismos de objetivação e ancoragem são uma manifestação dos processos subjetivos de distorção que caracterizam o processo de for-

mação e desenvolvimento das RS [representações sociais]. A ancoragem não é somente um processo cognitivo como é assumido pela maioria dos autores, pois nele influem os sentidos subjetivos, que em última instância são os facilitadores do resultado final desse processo.

Tal processo, para Duveen (1998), escora-se na cultura e é impulsionado por seus pontos de tensão e ruptura que mantêm espaço no sistema representacional para novas representações.

Em outras palavras, nesses pontos de clivagem há uma falta de sentido, um ponto no qual surge o não familiar, e da mesma maneira que a natureza detesta um vazio, a cultura detesta uma ausência de sentidos, colocando em ação algum tipo de atividade representacional para familiarizar o não familiar e restabelecer um senso de estabilidade (DUVEEN, 1998, p. 467, tradução nossa).

É necessário reconhecer que “[...] cultura e cognição existem numa relação simbiótica de uma com a outra. Uma representação não é simplesmente uma repetição ou réplica de alguma ideia apresentada por um grupo social dominante; ela envolve a ação deliberada dos envolvidos” (VOELKLEIN; HOWARTH, 2005, p. 439, tradução nossa).

Para Arruda (2003, p. 342, tradução nossa), “o cenário para esta mistura, esta possibilidade de comunicação na sociedade, é tributário da cultura, com suas grandes representações hegemônicas, hábitos institucionalizados e pensamento pré-teórico, como Berger e Luckmann (1966) diriam”. A constatação da autora remete ao reconhecimento da psicologia social sobre a importância da cultura e da história. De acordo com Farr (1993), a TRS faz parte desse movimento, aproximando antropologia e psicologia ao colocar a cultura e a história como aspectos a serem considerados em conjunto no estudo do senso comum, que impulsiona a cultura e viabiliza a comunicação. Arruda (2003) destaca essa aproximação enfatizando as contribuições em relação à possibilidade do uso de técnicas e métodos de pesquisa legitimados pela área da antropologia, como a observação participante e a pesquisa documental.

A abertura para essa flexibilização, para o intercâmbio com outras disciplinas e para a inclusão de contribuições dos pesquisadores do campo norteou a opção de Moscovici (1978, 2003b) por definições pouco restritas

na TRS. Isso gerou críticas no tocante à vagueza e à falta de rigor epistemológico assim como possibilitou o desenvolvimento do campo e sua extensão a diversas áreas do conhecimento, como mostra Rangel (1998) em uma análise da área da educação. A autora confrontou críticas de Spink (1996) à TRS por meio de um mapeamento de estudos que adotam a abordagem no campo da educação. Em relação à falta de precisão e clareza, que, para Spink (1996), origina uma imprecisão nociva para a TRS, Rangel (1998, p. 74) afirma que cria “[...] a possibilidade de ampliar os horizontes de suas aproximações”. O mapeamento de teses e dissertações que adotaram a abordagem entre os anos de 1990 e 1995, catalogadas pelas agências federais de fomento no Brasil por meio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), mostrou as contribuições da efetiva multidisciplinaridade. Segundo Rangel (1998, p. 74),

Com relação aos campos de formulação teórica, encontram-se, nos estudos examinados, a Sociofilosofia de fundo marxista [centradas na ideologia], a Psicologia Social, a Antropologia, assim como aportes do desenvolvimento sociocognitivo (incluindo os acercamentos genéticos) além das incursões no terreno do imaginário.

O estudo de Rangel (1998) corrobora com a argumentação da amplitude conceitual, que acompanha a ideia da falta de precisão e clareza, e explica o fenômeno do surgimento de correntes relativamente autônomas, intenção do próprio Moscovici (1978, 2003b) ao propor a TRS. Se, de um lado, isso enfraquece uma concepção da TRS como algo monolítico, de outro, possibilita o surgimento de correntes mais independentes, que, por sua vez, sustentam e legitimam a teoria, remetendo a uma concepção de “Teoria Viva”, distinta das concepções positivistas de teorias que giram em torno de leis absolutas e precisas. Essa movimentação traz uma grande dificuldade: a diversidade de correntes, que se diferenciam enormemente, é um obstáculo à crítica da abordagem como um todo, pois passa a ser necessário especificar a que corrente se está referindo a cada crítica, uma vez que, no campo, a crítica interna sobre uma corrente em relação a outra assume os mesmos contornos da externa em relação ao campo como um todo, o que é incoerente. Um exemplo disso são as críticas de Arruda (2003, p. 350, tradução nossa) sobre a “metodolatria” no uso de computadores na TRS, que passaram a ser considerados “artefatos confiáveis para produzir uma interpretação imediata e objetiva no estudo do fenômeno

por representações gráficas<sup>9</sup>. De outro lado, Nascimento-Schulze e Caramo (2000) defendem o uso desses equipamentos e destacam a utilidade de *softwares*, como o Alceste, no campo da TRS.

Seria um equívoco considerar correntes distintas como uma abordagem homogênea baseando-se apenas numa visão quantitativa do que prevalece em uma determinada época em detrimento de outras contribuições presentes e atuantes. Aparentemente, há duas alternativas que fogem de uma simplificação quantitativa e permitem a crítica da TRS: criticar os princípios de origem da TRS que embasam todas as correntes; e/ou definir os aspectos básicos que identificam a corrente e norteiam sua crítica. Aqui, busca-se unir essas duas alternativas, demarcando a própria abordagem focada neste capítulo segundo um rigor epistemológico que exige expor as opções do pesquisador, mas sem se restringir aos limites de uma ou outra disciplina. Pelo contrário, expor a busca por ultrapassá-los e a tentativa de superar dificuldades no sentido de unir contribuições de campos distintos do conhecimento.

O rigor epistemológico e sua importância para a coerência das escolhas metodológicas são aqui assumidos como fundamentais para a legitimidade do estudo realizado, mas apoiados no entendimento multidisciplinar proposto por Arruda (2003, p. 346, tradução nossa):

Sob a luz de uma perspectiva epistemológica, método é, de certa maneira, a percepção das limitações de uma proposição. Ele define a extensão e limites da pesquisa empírica, como também os limites dos dispositivos teóricos. Ele estabelece o princípio de realidade dentro da busca pelo conhecimento. Na relação simbiótica entre método e teoria, a ascensão de um e o desvanecimento do outro podem ser tão fluidos quanto a relação de sujeito/objeto na construção social de realidade. Isto não significa que a teoria deveria ser evasiva ou restrita a algum método específico. Pelo contrário, é necessário que ambos sejam integrados cuidadosamente, de acordo com cada caso.

Moscovici (1978, 2003b) sempre defendeu a abertura da TRS, optando por delimitações mais vagas em favor da tentativa de se buscar amplamente clarear e descrever o fenômeno das representações sociais, o que pode ser explicado pelo fato de que, até então, na história da psicologia social, a precisão era privilegiada em detrimento da interação com o fenômeno social (DUVEEN, 1998).

Arruda (2003) destaca que, ao optar por delimitações mais vagas, a TRS permaneceu aberta, privilegiando a inovação na busca pelo conhecimento em detrimento da confirmação do conhecimento e que o resultado foi o surgimento de diferentes abordagens, teorias e conceitos integrados à TRS. Ainda segundo a autora, a diversidade metodológica das abordagens pode ser sintetizada em três tendências: a estrutural, a sociológica e a processual. A primeira e a segunda privilegiam procedimentos estatísticos e/ou semiexperimentais e a terceira, a etnografia, os mapas mentais e outros tipos de coleta de dados.

A inflexibilidade metodológica afeta a interpretação do pesquisador, podendo implicar dificuldades conceituais, principalmente quando se ignora que a metodologia é apenas uma maneira de limitar as possibilidades de investigação, do pesquisador, do contexto e do objeto, o que viabiliza lidar com as tensões, algo impossível sem alguma delimitação que permita focar parte da ampla complexidade que, comumente, permeia os fenômenos estudados (ARRUDA, 2003).

As negociações ocorrem entre as aspirações do pesquisador por conhecimento, suas preferências conceituais, seus princípios filosóficos e ideológicos e as possibilidades de concretizar essas expectativas. [...] O objeto para a psicologia sócio-construcionista é situado na cultura e na história. Ele permanece móvel, sendo rígido e fluído. Uma representação social, por exemplo, é, ao mesmo tempo, constituída pela razão e emoção e combina memória com aspiração. Ela expressa nossa curiosidade e nossa ambição. Mas a metodologia é também um produto da extensão dos limites com os quais nós temos que lidar (ARRUDA, 2003, p. 348, tradução nossa).

Para Smedslund (1998), a flexibilidade não é um problema, desde que não afete a precisão, o que, para o autor, ocorreu na TRS quando Moscovici (1978) desenvolveu o conceito central de representação social de maneira vaga. Duveen (1998) discorda da posição de Smedslund (1998) no tocante à posição e às implicações das definições vagas da TRS. Para Duveen (1998), a definição central do conceito não é vaga. Os contornos conceituais foram suficientemente claros para nortear e estimular o surgimento de um corpo de pesquisas no campo, a vagueza está nas delimitações teóricas referentes às relações entre representações, modernidade e influência social. Além disso, o autor, concordando com Moscovici (1978, 2003b), destaca que é um equívoco apregoar a clareza conceitual como um pressu-

posto de cientificidade, argumentando que a clareza e a precisão conceitual são mais um produto da atividade científica do que uma pré-condição. No caso da TRS, ao se assumir a incompletude dos estudos, o argumento não se restringe às representações sociais estudadas, mas às próprias bases teórico-metodológicas nas quais os estudos se baseiam.

Com base nesse entendimento, a abordagem da TRS focada neste capítulo é relativa aos interesses do pesquisador e aos objetivos assumidos. Os argumentos apresentados sobre as críticas à Teoria das Representações Sociais posicionam a abordagem aqui defendida sob uma visão de representação como uma produção de conhecimento, e não um espelhamento (ARRUDA, 2003), algo que se aproxima das visões construcionistas. Cabe, portanto, questionar o motivo de não se defender aqui a abordagem construcionista nos estudos organizacionais. A resposta vai ao encontro da proposta de Duveen (1998) sobre a importância de reconhecer as contribuições anteriores sem negar a possibilidade de um desenvolvimento, o que não implica, necessariamente, ruptura com essa anterioridade.

As incompatibilidades entre a TRS e o construcionismo não são generalizáveis aos campos como um todo. Portanto optou-se por permanecer na base de origem e destacar seus desenvolvimentos, inclusive os que a aproximam dos chamados “construcionistas”. Mas é necessário destacar um aspecto fundamental em relação a essa vertente, os desenvolvimentos da TRS nessa direção não devem implicar a centralidade discursiva assumida por correntes construcionistas em detrimento de outras manifestações importantes para a TRS, como as crenças, tradições, ações e comportamentos cotidianos e a liberdade dos sujeitos para atuar sobre tudo isso a partir de sua individualidade socialmente construída.

Nesse sentido, defende-se a corrente da TRS proposta por Jodelet (2005) e Marková (2000), marcada por uma aproximação com as ideias de Moscovici (1978, 2003a) no tocante a uma inserção na epistemologia dialógica. O conhecimento compartilhado por sujeitos sociais faz-se em um processo dialógico que pressupõe a heterogeneidade e o dinamismo, em conjunto com conhecimentos relativamente estáveis. Marková (2000, p. 442, tradução nossa) explica que, nessa abordagem,

[...] o que faz a Teoria das Representações Sociais uma teoria do conhecimento social é a concepção:

- da dinâmica do pensamento, da linguagem e das práticas sociais através de

um fenômeno sócio-cultural e individual por meio de tensões, conflitos e polarizações de oposições;

- de um conjunto de conceitos definidos de maneira inter-relacionada e dialógica, capazes de gerar hipóteses.

Entre esses conceitos, a autora destaca a *themata*, a ancoragem, a objetivação e os gêneros comunicativos focados quanto a suas contribuições para o campo de estudos organizacionais.

## 7. Considerações finais

Este capítulo revela a TRS (MOSCOVICI, 1978, 1993, 1995, 2003b) em seus desenvolvimentos mais recentes, que enfatizam o dialogismo (MARKOVÁ, 2000) e a dinâmica social na heterogeneidade das representações (LIU, 2003). Nessa ótica, a TRS se apresenta como uma alternativa para tratar as construções sociais que se estabelecem nos cotidianos organizacionais. Destaca-se sua contribuição em oferecer caminhos teórico-metodológicos para que os sujeitos revelem o que consideram relevante para tratar de suas relações com o desconhecido presente no cotidiano organizacional.

Com base nessa abordagem, os pesquisadores podem se utilizar do desmembramento do processo de familiarização dos sujeitos sociais para estudar fenômenos organizacionais. Conceitos da TRS – a ancoragem, a objetivação, a *themata* e os gêneros comunicativos – têm o potencial de expor processos de construções dos sujeitos relacionados com os fenômenos organizacionais sob uma ótica que destaca a dinâmica social inerente a estes conceitos. Surgem assim caminhos para expor o dinamismo da articulação das práticas cotidianas no contexto das organizações.

Como mantém uma relação estreita com as representações sociais (VERGÈS, 2001), capazes de elucidá-las (JODELET, 2001), essas práticas constituem uma unidade de análise adequada para a investigação dos fenômenos organizacionais.

Deve-se destacar que o posicionamento das práticas sociais como unidade de análise não é uma contribuição deste capítulo. Outros autores que tratam de estudos organizacionais, como Jarzabkowski (2005), já revelaram a adequação dessa opção. A contribuição deste capítulo está em expor a TRS como um caminho para se lidar com essas práticas na investigação empírica dos contextos organizacionais, segundo uma abordagem que enfatiza o dinamismo das construções sociais e o papel dos sujeitos em expor essas articulações.

## Referências Bibliográficas

ARENDT, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 1, p. 5-13, 2003.

ARRUDA, A. Living is dangerous: research challenges in social representations. **Culture & Psychology**, v. 9, n. 4, p. 339-359, Dec. 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia de linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986a.

BAKHTIN, M. **Speech genres and other late essays**. Austin: University of Texas Press, 1986b.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BURREL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 439-462.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the Sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.

CALLINICOS, A. Postmodernism, Post-Structuralism, Post-Marxism? **Theory, Culture & Society**, v. 2, n. 3, p. 85-101, 1985.

CAVEDON, N. R. As representações sociais dos universitários sobre o trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

CAVEDON, N. R. Os saberes produzidos no cotidiano. In: CAVEDON, N. R. (Org.). **Representações sociais na área de gestão em saúde: teoria e prática**. Porto Alegre: Dacasa, 2005. p. 11-19.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. da S. Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 14, jan./jul. 2005.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R., HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 27-57.

CRUZ, R. C. O consumo a partir da lógica do consumidor: usando o arcabouço das representações sociais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

DINIZ NETO, O. **Conjugalidade**: proposta de um modelo construcionista social para terapia de casal. 2005. Tese (Doutorado em psicologia) – Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. As regras do método sociológico. O suicídio. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DUVEEN, G. The psychosocial production of ideas: social representations and psycholog. **Culture & Psychology**, v. 4, n. 4, p. 455-472, Dec. 1998.

FARR, R. Theory and method in the study of social representations. In: BREAKWELL, G. M.; CANTER, D. V. (Org.). **Empirical approaches to social representations**. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 13-38.

FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

FÁVERO, M. H. Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais: por uma articulação teórica e metodológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-25, jan./abr. 2005.

FERRAZ, D. L. S. et al. “O que é coisa de RH?”: as representações sociais de alunos de graduação em administração sobre a gestão de pessoas. In:

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

GUARESCHI, P. A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 191-225.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos metafísicos e epistemológicos na pesquisa. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2003.

HERMANS, H. J. M. Clinical diagnosis as a multiplicity of self-positions: challenging social representations theory. **Culture & Psychology**, v. 9, n. 4, p. 407-414, Dec. 2003.

HOLQUIST, M. Introduction. In: BAKHTIN, M. **Speech genres and other late essays**. Austin: University of Texas Press, 1986. p. ix-xxiii.

HOLTON, G. **The scientific imagination**. New York: Cambridge University Press, 1978.

HOWARTH, C. Identity in whose eyes? The role of representations in identity construction. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 32, n. 2, p. 145-162, June 2002.

JARZABKOWSKI, P. **Strategy as practice: an activity-based approach**. London: Sage, 2005.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

LIU, L. Quality of life as a social representation in China: a qualitative study. **Social Indicators Research**, v. 75, n. 2, p. 217-240, Jan. 2006.

LIU, L. Sensitising concept, themata and shareness: a dialogical perspective of social representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 34, n. 3, p. 249-264, Sept. 2003.

MARKOVÁ, I. Amédée or how to get rid of it: social representations from a dialogical perspective. **Culture & Psychology**, v. 6, n. 4, p. 419-460, Dec. 2000.

MEDRADO, B. Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 86-103, jan./jun. 1998.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

MOSCOVICI, S. A história e a atualidade das representações sociais. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003a. p. 167-214.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. Introductory address. **Papers on social representations**, v. 2, p. 160-170, 1993.

MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003b. p. 29-110.

MOSCOVICI, S. Prefácio. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-16.

MOSCOVICI, S. **Social representations theory and social constructionism**. [Mensagens eletrônicas enviadas por Serge Moscovici <moscovic@msh-paris.fr>a professora Marisa Zavaloni entre 28 de abril e 27 de maio de 1997]. Disponível em <<http://psyberlink.flogiston.ru/internet/bits/mosc1.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2010.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Idéias e seu desenvolvimento: um

diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003c. p. 305-387.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting social representations: a conversation. **Culture & Psychology**, v. 4, n. 3, p. 371-410, 1998.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. O conceito de *themata*. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 215-250.

NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 287-299, 2000.

NETTO, A. de P.; CAPPELLE, M. C. A.; BOAS, L. H. B. V. “Na rua da amargura?” O significado da perda do emprego para as mulheres. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

RANGEL, M. A pesquisa de representação social na área de ensino-aprendizagem: elementos do estado da arte. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 72-85, set./dez. 1998.

RÄTY, H.; SNELLMAN, L. Making the unfamiliar familiar. **Ongoing production on social representations**, v. 1, n. 1, p. 3-13, 1992.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

ROSA, A. S. de. The “boomerang” effect of radicalism in Discursive Psychology: a critical overview of the controversy with the Social Representations Theory. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 36, n. 2, p. 161-201, June 2006.

ROSE, D. et al. Questioning consensus in social representations theory. **Papers on Social Representations**, v. 4, p. 150-155, 1995.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SILVA, A. L.; BOAS, L. H. B. V.; BRITO, M. J. de. Representações sociais sobre a mulher: percepções de gênero em uma agência bancária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

SMEDSLUND, J. Social representations and psycholog. **Culture & Psychology**, v. 4, n. 4, p. 435-454, Dec. 1998.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995a. p. 117-148.

SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995b. p. 85-108.

SPINK, M. J. Representações sociais: questionando o estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 166-186, jul./dez. 1996.

VERGARA, S. C.; FERREIRA, V. C. P. A representação social de ONGs de formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

VERGÈS, P. Representações sociais da economia. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 343-362.

VOELKLEIN, C.; HOWARTH, C. A review of controversies about Social Representations Theory: a British debate. **Culture & Psychology**, v. 11, n. 4, p. 431-454, Dec. 2005.

WAGNER, W. Social representations and beyond: brute facts, symbolic coping and domesticated worlds. **Culture & Psychology**, v. 4, n. 3, p. 297-329, Sept. 1998.





# CARTOGRAFIA E GENEALOGIA: MOVIMENTOS, PROCESSOS E DEVIRES

*Eloisio Moulin de Souza*<sup>47</sup>

*Susane Petinelli Souza*<sup>48</sup>

## 1. Introdução

Autores como Baudrillard, Lyotard, Foucault, Guattari, Deleuze e Derrida passaram a ser cada vez mais utilizados nas ciências sociais e humanas, a partir do início da década de 80. Apesar de Alvesson e Deetz (1998) denominarem esses autores como pós-modernos, diferentemente deles, consideramos pós-modernidade uma condição histórica, social e cultural, e não uma epistemologia. Enfim, para nós, conforme Peters (2000) já afirmou, Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida são pós-estruturalistas, e não pós-modernos, e serão assim considerados neste capítulo. Contudo, independentemente de como sejam nomeados, esses autores foram extremamente revolucionários ao propor novas formas de pensar e refletir sobre a realidade (BAUMAN, 1988a, 1988b; FEATHERSTONE, 1988).

Foucault é responsável por introduzir discussões sobre a arqueologia nas ciências humanas, denunciando as relações de poder que atuam na emergência dos saberes e lhes conferem o rótulo de verdade e neutralidade. Contudo, segundo a construção iluminista/humanista de ciência, para que um saber seja considerado científico, ele necessita passar por um método que lhe confira neutralidade, e, por meio dessa neutralidade, chega-se à verdade sobre algo. A cartografia insere-se nessa discussão sobre o que seria o método científico. Primeiramente, é necessário entender que a cartografia não é um método, mas sim uma analítica que não trabalha com a ideia de neutralidade científica, tendo em vista que, para Foucault, todos os saberes, sejam eles científicos ou não, são legitimados por relações de poder e, assim sendo, não são neutros.

A cartografia emerge com o pós-estruturalismo francês, sendo influenciada principalmente por Foucault, Deleuze e Guattari. No Brasil, a cartografia foi primeiramente trabalhada por Rolnik (1989). Os pós-estruturalistas não acreditam na primazia da razão humana e do homem racional. Eles não consideram o homem como o centro do mundo e a sua razão como absoluta. Ademais, a própria realidade tem seu *status* ontológico questionado; para essa perspectiva, ela é multifacetada, ambígua, não

47 Departamento de Administração UFES

48 Departamento de Administração UFES

podendo ser explicada por totalidades ou por modelos. Por isso o pós-estruturalismo não concorda com pensamentos totalizantes ou sistêmicos para explicar a realidade, ou seja, matrizes de *input/output* sujeitas a uma lógica que implica a comensurabilidade dos elementos e a determinação do todo (LYOTARD, 1989). Pensamentos desse tipo são vistos como metanarrativas de verdade e generalizações simplificadoras. A diversidade, a ambiguidade e as pluralidades são tratadas como elementos fundamentais da realidade.

Os pós-estruturalistas evitam cair na armadilha de classificação de suas perspectivas de análise como um método, exatamente para não serem comparados e igualados com o conceito de ciência embutido no pensamento humanista/iluminista. O método é uma invenção do Iluminismo e do Humanismo do século XVIII, segundo os quais, somente a razão deveria prevalecer sobre outras formas de análise, criando, assim, uma ideia de neutralidade científica sobre os fenômenos estudados. De forma contrária, o pós-estruturalismo não acredita em neutralidade científica. Em geral, entende-se por pós-estruturalismo a incredulidade com respeito às metanarrativas e às generalizações totalizantes (LYOTARD, 1989). Portanto não se pode dizer que a cartografia é um método científico, pois ela pretende questionar e criticar a utilização de métodos, sejam eles positivistas ou não. Ou seja, a cartografia é uma crítica ao método científico e ao conceito de ciência que emergiu com a modernidade.

Para melhor explicar o que é a cartografia, primeiramente, iremos abordar o que é pesquisa em um contexto histórico moderno, no qual os pensamentos humanista e iluminista são hegemônicos quanto à concepção de ciência. Em seguida, serão analisados os principais pontos de uma pesquisa pós-estruturalista, fazendo-se uma análise dos pontos divergentes entre a ciência iluminista e a pós-estruturalista. A cartografia será apresentada por meio de uma análise pós-estruturalista dos fenômenos sociais. Posteriormente, apresentaremos algumas pesquisas realizadas no Brasil, enfatizando exemplos mínimos de utilização.

## 2. Ciência na época moderna

Os gregos antigos ligaram-se à metafísica para justificar o saber. Dessa forma, as regras lógico-matemáticas ou geométricas recebiam um *status* privilegiado, sendo consideradas o fundamento de uma verdade universal, imutável e transcendental (KIRST et al., 2003). Utilizando-se da filosofia grega, a teologia cristã, por sua vez, aloca as formas universais e

verdadeiras como sendo parte de Deus, considerado a forma pura de inteligência infinita. A concepção de relação com o corpo, durante esse período, é desenvolvida no sentido de negligenciá-lo, pois ele é visto como uma armadura que não nos deixa entrar em contato com o infinito, impedindo o acesso imediato às verdades. O corpo é, portanto, considerado algo impuro; deve-se fugir das sensações corporais, constituindo-se a iluminação divina a única fonte segura de conhecimento (KIRST et al., 2003).

Com o Renascimento, o homem tenta se libertar dos dogmas da Igreja, buscando uma liberdade de criação que não estivesse baseada em sistemas teológicos. Assim, aparecem diversos caminhos para se chegar à verdade sobre algo. Contudo essa diversidade trouxe uma instabilidade e insegurança na busca da certeza sobre as coisas (KIRST et al., 2003).

A partir do século XVII, principalmente com a influência do Iluminismo, ocorre a clássica divisão entre sujeito-objeto e instala-se um modelo de ciência que privilegia o objeto em detrimento do sujeito. Dentro dessa concepção, os fenômenos naturais passam a ser vistos como sendo ordenados e, conseqüentemente, sujeitos a leis universais de funcionamento. Emerge, então, o conceito e o modelo de ciência que dará um traçado à concepção da ciência na modernidade (ANDRADE, 1999).

Nesse contexto, o pesquisador tem o papel de encontrar essas leis universais, para, dessa forma, melhor conhecer e conseguir controlar os fenômenos pesquisados. A ciência passa a ter um

pensamento formalizador quantificador que trabalha com as categorias de estabilidade, de constância, de regularidade de repetição. Estas categorias estão na base das teorias estruturalistas e funcionalistas que vêm dominando as ciências e, tudo que escapa à regularidade, é considerado um erro ou desvio particular e, como tal, deve ser ignorado (ANDRADE, 1999, p. 73).

A era moderna prega que, para qualquer ramo do conhecimento obter o *status* e título de ciência, ele teria que estar sustentado na ordenação da natureza. Dessa forma, os saberes que se dedicam ao estudo do homem, influenciados pela concepção de ciência na modernidade e preocupados em conseguir uma legitimação perante a comunidade científica, passam a adotar a mesma concepção de ciência utilizada para analisar fenômenos da natureza, ou seja, o homem é equiparado a fenômenos naturais e seu estudo deve seguir os mesmos procedimentos aplicados no estudo da natureza para que tenha validade científica.

A fim de consolidar a ordenação, a criação de leis e a universalização nas pesquisas “científicas” instituiu-se o método, que resolveria a preocupação com a maneira de se trazer a verdade sobre algo. Para combater o dogma religioso e as incertezas do Renascimento, emerge algo que não é a Verdade, mas a forma de se obtê-la.

O método como dura disciplina do experienciar, transmutador das fugidias contingencialidades sensíveis em números e leis, tem na matemática o emblema da certeza dos experimentos de medição e da “pureza” de raciocínio (KIRST et al., 2003, p. 93).

A modernidade coloca que a razão, representada pelo método científico, é o instrumento para se obter o conhecimento verdadeiro sobre um fenômeno.

O que o método reforça é que a capacidade de experienciar um fenômeno não está no pesquisador, pois suas paixões, seu corpo e sua sensibilidade, ou seja, o seu subjetivo, teriam sido excluídos na produção da verdade, da ciência e da pesquisa pelo método, que deverá atribuir autoridade à razão em detrimento do subjetivo.

Dessa forma, qualquer indivíduo poderia servir-se do método para chegar à verdade sobre algo. O pesquisador torna-se igual a todos ao utilizar o método, pois este exclui o homem-pesquisador do centro da condução de uma pesquisa e ocupa ele próprio esse papel, visando, na realidade, eliminar toda a forma de diferença, imprevisão e contingência, atributos humanos que trariam imperfeição a uma pesquisa, dificultando a descoberta e mascarando a verdade. Para Kirst e outros (2003, p. 93), esse “é o indivíduo neutro da modernidade, que esterilizado pelo método, adquire a assepsia e a pureza necessárias para investigar o real sem infectá-lo”.

Essa forma de se conceber a ciência traça um limite entre o mundo exterior e o mundo interior, fundamentando a neutralidade científica. Assim, pelas

regras tradicionais do método científico, o sujeito-pesquisador e objeto-pesquisado ocupam lugares fixos, pressupondo-se ainda a sua neutralidade e seu deslocamento da história, do ambiente social, de seu inconsciente e do próprio corpo (KIRST et al., 2003, p. 96).

A noção de método da modernidade está atrelada a uma visão da realidade como singular, em que todas as complexidades e heterogeneidades são desconsideradas ou ordenadas em modelos de causa e efeito, ou seja, a cada fenômeno é sempre atribuída uma causa. Essa realidade pré-moldada pode ser conhecida por meio do método, representado como instrumento neutro de observação (LAW, 1994).

Uma vez apresentados os principais traços da pesquisa para a modernidade, quais seriam as críticas do pós-estruturalismo sobre a perspectiva iluminista de ciência? Qual a sua posição ante a concepção de ciência desenvolvida na era moderna? O próximo tópico abordará o que é ciência para os autores pós-estruturalistas, bem como suas diferenças com relação ao pensamento iluminista da modernidade.

### **3. Pós-estruturalismo**

A crítica ao projeto da modernidade emerge bem antes de o momento histórico vivido atualmente pelo homem ser caracterizado como pós-moderno. Nietzsche (1998, 2001, 2004) já fazia no século XIX uma crítica à concepção de ciência na era moderna. Dois pontos de sua análise são cruciais para o entendimento da cartografia: noção de verdade e progresso.

Para Nietzsche (2001), a razão humana, ou melhor, a “origem” do lógico surge do ilógico presente no homem. O filósofo faz uma crítica à ideia de que a razão é o instrumento que permite chegar à verdade sobre algo, pois “o curso do pensamento e inferências lógicas, em nosso cérebro atual, corresponde a um processo e uma luta entre impulsos que, tomados separadamente, são todos muito ilógicos e injustos [...]” (NIETZSCHE, 2001, p. 139).

Para Nietzsche (2001, 2004), a noção de verdade tem um sentido completamente diferente daquele pregado pelo Iluminismo e Humanismo, pois, para o autor, não existe verdade. Conceber que existe algo pronto, acabado, fixo e nato denominado verdade é um equívoco para a filosofia nietzschiana. Portanto, para Nietzsche (1998), não existe essência nas coisas, ou seja, não há verdade alguma a ser buscada no mundo. Tudo, em qualquer sociedade, seja qual for o momento histórico analisado, é visto como resultado de uma luta, de um processo contínuo de transformação.

O filósofo acredita que a concepção de verdade científica vigente na época moderna – baseada na ideia de que o método é um instrumento neutro e, sendo assim, capaz de revelar as verdades que o homem não pode enxergar com seus próprios olhos – é equivocada, principalmente

pelo fato de que o que é considerado verdade ou não em um determinado período histórico é o resultado das lutas entre diversas forças, ou seja, das relações de poder de uma época (NIETZSCHE, 1998, 2001, 2004).

Outra crítica que Nietzsche (1998) faz à ciência está baseada na noção de progresso defendida pelas correntes filosóficas modernas. O Iluminismo acredita que o homem somente pode ser emancipado por meio do conhecimento obtido através do método científico (ALVESSON; DEETZ, 1998). Para o Iluminismo, o método científico traria progresso para o homem e o tornaria um ser autônomo. A vida é vista como algo linear, em que o futuro sempre será melhor do que o presente, ou seja, o Iluminismo prega o progresso da humanidade. Assim, o homem de hoje, segundo o pensamento Iluminista, encontra-se em um estágio de evolução superior ao homem do século XIX, sendo que essa evolução se deu principalmente pelas descobertas da ciência.

Nietzsche (1998) argumenta que não existe progresso humano, pois não se pode comparar condições de vida em épocas históricas completamente diferentes. Além disso, a genealogia nietzschiana acredita que não existe uma relação causa-efeito em todos os acontecimentos, sendo assim, a história não é uma sequência de fatos inter-relacionados que estariam seguindo em direção ao progresso humano.

O filósofo argumenta que o mundo é composto por forças heterogêneas e múltiplas, cabendo ao pesquisador demonstrar toda essa heterogeneidade e multiplicidade em suas pesquisas, ao invés de buscar um reducionismo por meio da criação de leis e generalizações sobre um fenômeno.

Influenciados pelo legado nietzschiano, alguns filósofos contemporâneos analisam os fenômenos sociais atuais salientando e reforçando a perspectiva da multiplicidade. Entre as obras influenciadas pela multiplicidade nietzschiana, pode-se citar: Deleuze (1988, 1992, 1994), Deleuze e Guattari (1992, 1995), Deleuze e Parnet (1998), Guattari (1992), Guattari e Rolnik (1999), Baudrillard (1975), Rolnik (1989) e Foucault (1979, 1987, 1997, 1999, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2004).

Contudo, já que o pós-estruturalismo abandona de vez o projeto de ciência iluminista/humanista e busca analisar os fenômenos excluindo da pesquisa o transcendentalismo, o reducionismo, as generalizações, a valorização da razão em detrimento da experiência e do corpo, a busca da verdade e a ideia de progresso contida no método científico, qual seria a alternativa e a forma de se fazer uma pesquisa segundo o pós-estruturalismo? A fim de elucidar essa questão, o próximo tópico trará a cartografia como uma abordagem pós-estruturalista de pesquisa.

#### 4. Cartografia

Enquanto o Iluminismo/Humanismo torna-se a ciência do objeto, pois, conforme dito anteriormente, distingue o mundo exterior do mundo interior para fundamentar a neutralidade científica, a cartografia, de forma oposta, acredita que o objeto pode instaurar-se no sujeito, possibilitando ao pesquisador vivenciar novos espaços e formas de existência. Assim, o “sujeito pode ser entendido como uma multiplicidade à espera de recursos para sair do conhecido e (re)fazer sua forma através de devires do mundo; traduzir é duplicar-se não em outro idêntico, mas em um outro efêmero” (KIRST et al., 2003, p. 96).

Apesar de não utilizar o termo cartografia (Foucault chamou sua pesquisa de genealógica), Foucault foi um dos principais cartógrafos. Ele utilizou a genealogia nietzschiana para cartografar as mudanças sociais ocorridas no mundo ocidental europeu. Então qual é a correlação entre genealogia e a cartografia? Para responder a isso, deve-se entender o que é a genealogia e sua influência no pensamento de Foucault, e só posteriormente se apresentar a cartografia.

É em Nietzsche (1998) que se encontra o conceito de genealogia utilizado por Foucault (1979, 1987, 1999, 2003a, 2003b). Para entender o que é genealogia do poder em Foucault (1979), faz-se necessário entender o pensamento genealógico de Nietzsche (1998). A genealogia nietzschiana prega a descontinuidade da história. Para Nietzsche (1998), a história não é formada por cadeias de signos que se sucedem e se substituem ininterruptamente de uma forma meramente casual.

A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus “monumentos ciclópicos” não a golpes de “grandes erros benfazejos” mas de “pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo”. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista: ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da “origem” (FOUCAULT, 1979, p. 15-16).

Conforme dito, a genealogia nietzschiana não busca a origem histórica, pois a busca de uma origem pressupõe a existência de uma “essência”,

uma “verdade” que esteja esperando para ser encontrada, constituindo-se como algo estático que se deu em determinado momento. Essa busca captura o jogo de forças e a processualidade em um referencial fixo inicial (ANDRADE, 1999). Contrariamente, genealogia é a busca da proveniência, em que:

Não se busca um acúmulo evolutivo e ordenado de fatos, mas um conjunto de acidentes, de acontecimentos [...], pois a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário, ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido (ANDRADE, 1999, p. 77).

Genealogia, para Nietzsche, é o oposto da filosofia socrático-platônica, que se baseia na metafísica, na busca de uma verdade, fazendo com que a verdade seja um ideal ascético a ser seguido. Em *Genealogia da moral*, Nietzsche (1998) critica a busca da verdade pelo homem, entendendo que a verdade (conhecimento) é algo historicamente constituído. Sendo assim, não existe verdade e valores para serem seguidos ou buscados por meio do conhecimento.

A verdade é fruto de uma relação de forças, de um embate, de uma guerra, de uma construção histórica, algo que está em constante metamorfose. Conceber a vida como embate é, pois, concebê-la como uma relação de forças que buscam dominar e sobrepujar umas às outras. “O fundamental da genealogia é avaliar que conjunto de forças produz um certo tipo de valor e qual direção este valor imprime à vida” (ANDRADE, 1999, p. 77). Qualquer força tende a querer aumentar sua influência, seu domínio. Entretanto, no choque entre diversas forças, a dominante não elimina as outras, mesmo que estas sejam contrárias a ela, mas afirma uma diferença. Mas o que seriam essas forças? Como se relacionam?

Na medida em que a avaliação de qualquer configuração implica o exame das forças aí presentes, faz-se necessário uma compreensão delas segundo o pensamento nietzschiano. A força só existe no plural; ela efetiva-se no confronto com outras forças. Não se trata de algo que é impulsionado ou que tenha objetivos a serem atingidos pela efetivação da força. Trata-se de *vontade de potência*, de um estender-se até o limite, manifestação de um “querer-vir-a-ser-mais-forte”, que se efetiva continuamente nesse embate (ANDRADE, 1999, p. 81, grifos nossos).

O estudo genealógico não busca a origem, não quer encontrá-la, mesmo porque, para o genealogista, ela não existe; não há algo dado, oculto,

esperando que alguém o descubra. Exatamente por isso Nietzsche (1998) evita utilizar em sua obra a palavra essência ou origem (*Ursprung*). Mas quais palavras são utilizadas pelo genealogista quando este percebe a imanência de uma força? O que poderia representar o domínio de uma força sobre outras, marcando assim o início de um novo período histórico?

A genealogia procura analisar a proveniência (*Herkunft*) das forças. A proveniência permite entender a complexa rede formada por marcas sutis, singulares e subindividuais. Contudo o estudo genealógico não recua no tempo para procurar uma continuidade, não quer mostrar que o presente é fruto de um passado contínuo e progressivo, mas sim demonstrar que o passado é algo disperso e que deve ser mantido nessa dispersão. “É descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 1979, p. 21). A pesquisa da proveniência não quer fundar, mas sim agitar, sacudir o que parece imóvel, fragmentar o que se pensa unido, afirmar a heterogeneidade. *Herkunft* destina-se a demonstrar como as forças lutam entre si, o combate de forças diante da adversidade, sua luta pela sobrevivência (FOUCAULT, 1979).

Como a pesquisa genealógica não busca uma origem, a palavra utilizada pelo genealogista que mais se opõe a ideia de que existe uma origem a ser procurada é emergência (*Entstehung*). Assim, *Entstehung* traz consigo a ideia de emergência, é o ponto de surgimento. “A emergência é portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (FOUCAULT, 1979, p. 24).

As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. Se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. Mas se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos (FOUCAULT, 1979, p. 26).

Diante do que foi exposto até o presente momento, resta agora abordar quais as relações existentes entre a genealogia e a cartografia. O que seria o estudo cartográfico? Quais as ferramentas utilizadas pela cartografia? Como se fazer um estudo cartográfico?

A cartografia baseia-se nos princípios genealógicos para efetuar uma análise de um determinado fenômeno social. A cartografia, diferentemente do mapa, procura analisar as mutações sociais, ou seja, a processualidade das transformações. Dessa forma, o cartógrafo não quer desenhar um mapa, não quer tirar uma fotografia estática e fixa de um fenômeno social. O cartógrafo quer estudar a vida em movimento, quer analisar o processo de constituição de novas realidades, pois paisagens sociais são “cartografáveis”. Assim, o estudo cartográfico “acompanha e se faz ao mesmo tempo em que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos” (ROLNIK, 1989, p. 15).

Nesse contexto, torna-se necessário entender o que seria macropolítica e micropolítica. A macropolítica é o plano dos territórios constituídos, dos territórios formados, fixos e cristalizados. Esses territórios formam um mapa, no qual se pode delinear um contorno deles. Assim, o mapa cobre apenas o visível, algo que tem forma definida. Entretanto, a micropolítica marca processos, devires, matérias não formadas. Nada no nível micropolítico é “fixo, nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia” (ROLNIK, 1989, p. 62). O micropolítico é formado por uma multiplicidade substantiva, por devires imprevisíveis e incontroláveis. Dessa forma,

[...] cartografia, diferentemente do mapa, é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra – aqui, movimentos de desejo –, que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente (ROLNIK, 1989, p. 62).

Portanto macropolítica e micropolítica não têm nenhuma relação com a ideia de grande (sociedade, estado, corpo social, etc.) e pequeno (o individual, a unidade, a parte, etc.). A diferença entre macro e micropolítico não é uma diferença de grau, mas de natureza, ou seja, não é uma diferença de tamanho, dimensão ou escala, mas de duas espécies completamente diferentes de lógicas (ROLNIK, 1989).

O “entendimento” de um fenômeno social em mutação é o objetivo da cartografia. Entretanto, “entender” para a cartografia não tem nada a ver com revelar e, muito menos, com explicar (ROLNIK, 1989). Para o estudo cartográfico, não existe nada transcendental a ser buscado nem nenhuma essência a ser encontrada em um fenômeno social. Para o cartógrafo, a linguagem é algo extremamente importante para entender a constituição de novas paisagens sociais. A linguagem, para a cartografia, “não é um veículo de mensagens-e-salvação. Ela é, em si mesma, criação de mundos. Tapete voador... Veículo que promove a transição para novos mundos; novas formas de história” (ROLNIK, 1989, p. 67).

Contudo a cartografia não procura problematizar o estudo da linguagem na procura do que seria falso ou verdadeiro, teórico ou empírico, mas sim procura enxergar o que é vitalizante ou destrutivo, ativo ou reativo. A cartografia quer participar e embarcar na constituição de territórios existenciais, ou seja, na constituição da realidade. Ela quer analisar o movimento, o processo de constituição de novos territórios existenciais (ROLNIK, 1989).

Então, quais seriam os procedimentos necessários para realizar uma pesquisa cartográfica? Os procedimentos de uma pesquisa cartográfica devem ser “inventados” em função daquilo que o contexto analisado exige, ou seja, não há nenhum protocolo normalizado para um estudo cartográfico.

Para que isso seja possível, ele [o cartógrafo] se utiliza de um “composto híbrido”, feito do seu olho, é claro, mas também, e simultaneamente, de seu corpo vibrátil, pois o que quer é apreender o movimento que surge da tensão fecunda entre fluxo e representação: fluxo de intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientando suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, representações estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido. É que o cartógrafo sabe que não tem jeito: esse desafio permanente é o próprio motor de criação de sentido. Desafio necessário – e, de qualquer modo, insuperável – da coexistência vigilante entre macro e micropolítica, complementares e indissociáveis na produção de realidade psicossocial. Ele sabe que inúmeras são as estratégias dessa coexistência – pacífica apenas em momentos breves e fugazes de criação de sentido –; assim como inúmeros são os mundos que cada uma engendra. É basicamente isso o que lhe interessa (ROLNIK, 1989, p. 68-69).

O princípio norteador de uma cartografia é extramoral. É a expansão da vida o parâmetro básico de uma cartografia, ou seja, os critérios e os princípios de um estudo cartográfico são vitais e não morais. Não cabe, em um estudo cartográfico, julgamento de valores tendo-se como referência princípios morais estabelecidos pela sociedade. A cartografia atua em nome da vida e sabe que é pela sua defesa que se inventam estratégias. Assim, a cartografia sempre está avaliando o quanto as defesas que são usadas nas relações de poder estabelecidas servem ou não para proteger a vida (ROLNIK, 1989).

Cartografar é desenhar, observar movimentações em acoplamentos constituindo multiplicidades e diferenças. O estudo cartográfico é considerado contemporaneamente como um movimento de resgate da dimensão subjetiva da criação e de produção de conhecimento por filósofos e pesquisadores sociais, como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Michel Serres, Félix Guattari, Sueli Rolnik e Pierre Lévy. Tal movimento tem sido denominado de pensamento da diferença ou filosofia da multiplicidade. Todos esses autores, conforme demonstrado, foram inegavelmente influenciados pela obra de Nietzsche (KIRST et al., 2003).

Na cartografia não se busca a firmeza de um equilíbrio estático ou avanços em direção à verdade enquanto experiência de eternidade. O cartógrafo é um experimentador das perdas que o conhecimento impõe. Ele também quer perder-se, pois é o único modo de ganhar: ganhar a experiência de se rever e de manter um certo grau de desprendimento perante a pesquisa e conhecimento produzido. O cartógrafo se alimenta de uma espécie de intimidade com o “morrer”, o perdido, a finitude e a precariedade de sua perspectiva (KIRST et al., 2003, p. 97).

Contudo, para que haja alguma estabilidade na pesquisa cartográfica, devem-se observar certos cuidados a serem tomados em sua realização. Entre eles, pode-se citar: a coerência conceitual, a força argumentativa, a percepção de utilidade dentro da comunidade científica e a produção de diferença; ou seja, a pesquisa cartográfica deve levar em consideração o rigor científico (KIRST et al., 2003).

A cartografia acredita que o homem é um ser histórico, constituído por múltiplas forças sociais e conseqüentemente pelas diversas relações de poder que o envolvem em seu meio social. Portanto a cartografia não acredita que o homem, seja ele o próprio pesquisador ou o sujeito da pesquisa,

esteja livre da influência do ambiente social.

[...] o cartógrafo não se quer neutro, quer-se justamente desimpedido e tencionado pelo encontro com o mundo através da pesquisa. O cartógrafo procura afirmar-se através do encontro com o objeto e não no distanciamento dele (KIRST et al., 2003, p. 96).

Na cartografia, o tempo pulsa, no sentido de que ele evidencia as formas pelas quais os sujeitos percebem, narram e experimentam sua passagem em suas vidas. É exatamente por esse motivo que o conhecimento e o discurso de cada sujeito pesquisado não podem ser considerados como generalizáveis, o que permitiria a sua classificação em categorias. Cada discurso é considerado como algo singular e único (KIRST et al., 2003).

Portanto, aquilo que na pesquisa cartesiana pôde se chamar de descrição, narrativa ou discurso, a partir do ponto de vista cartográfico será chamado de produção existencial, ontológica ou cartográfica do tempo. Assim, os movimentos de pesquisa serão movimentos do viver. Deste modo, a cartografia ativa linhas de fuga do objeto, porque o que está em jogo nos processos do conhecer são os devires oriundos do mundo vistos a partir da singularidade do sujeito e na abertura de lugares que possam romper com os sentidos conhecidos (KIRST et al., 2003, p. 100).

A cartografia, portanto, objetiva capturar no tempo o instante em que ocorre o encontro dos movimentos do pesquisador com os movimentos do território da própria pesquisa. O que se registra aqui são os encontros ocorridos (afetos), e não os seus objetos, pois o cartógrafo sabe que é impossível congelar um determinado objeto (sujeito da pesquisa) para analisar sua natureza. Cartografar é seguir o movimento e a processualidade da própria vida, que produz desvios ao invés de regras, gerando, a partir daí, novos movimentos (KIRST et al., 2003).

## **5. Alguns usos da cartografia**

O primeiro trabalho a ser ilustrado é o de Rolnik, que inicia, em parceria com Guattari, na década de 80, uma espécie de diário de bordo de

uma viagem pelo Brasil, que os dois realizaram para acompanhar discussões sobre luta de classes, clínica, política, subjetividade e desejo, Estado, sindicato, partido, feminismo, movimento *gay* e também para acompanhar a articulação de movimentos que não estão inclusos nesses formatos, mas que se direcionam para a singularidade.

Esse livro foi lançado em 1986 e já tem diversas edições, que foram acompanhando algumas mudanças no campo da clínica, como a reforma psiquiátrica, e também as mudanças na postura teórico-prática nos consultórios.

A própria psicanálise brasileira traz essa marca peculiar: o Brasil é um dos únicos países em que se desenvolveu uma clínica, inclusive psicanalítica, que incorporou tão explicitamente as contribuições de Guattari, Deleuze, Foucault e toda uma tradição filosófica em que estes pensadores se inserem (especialmente a obra de Nietzsche), para problematizar as políticas de subjetivação no contemporâneo e fazer face aos sintomas que dela decorrem (GUATTARI; ROLNIK, 1989).

A construção do livro, chamado *Micropolítica: cartografias do desejo*, ela própria, foi um processo cartográfico, visto que um trabalho de edição com as transcrições das discussões realizadas durante a viagem pelo país tornou-se, ao longo de três anos, uma composição que incluiu cartas trocadas entre os dois autores, textos que Guattari havia escrito e ainda não publicado, textos que Rolnik foi escrevendo para criar conexões entre os diferentes materiais.

Na composição, também aparecem falas de Guattari, de Rolnik e de pessoas que participaram das discussões em universidades, sindicatos, diversas instituições, entrevistas e mesas-redondas. Ao apresentar o livro, em 1986, Rolnik escreve o seguinte:

Seu domínio são as estratégias da economia do desejo no campo social, aquilo que Guattari batizou de “micropolítica”. O livro segue o movimento de algumas dessas estratégias – as que foram surgindo dos encontros que vivemos durante a viagem e as que se agregaram depois. Seu verdadeiro autor é a inteligência coletiva acionada nesse processo (ROLNIK; GUATTARI, 1986, p. 14).

Os autores estavam mapeando experiências alternativas que vinham sendo desenvolvidas em diferentes esferas, e, para tal, colocaram-se como intermediários de debates em diretórios de partidos políticos, institutos, fundações, pré-escolas alternativas, curso de jornalismo da PUC-SP. Guattari concedeu entrevistas para jornais e revistas, tais como Folha de São Paulo, revista Veja, mesa-redonda na Folha de São Paulo, no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Guattari e Rolnik participaram de discussões em grupos considerados como minorias (lésbicas, *gays*), participaram do congresso de cultura negra das Américas, de conversas com grupos comunitários, comunidades de periferia, com filósofos e debates em universidades (como a UFSC), passando por São Paulo, Florianópolis, Olinda, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. O livro é um registro de um momento de transformações em nosso país e no mundo, sendo uma composição de materiais de diferentes procedências, que precisaram ser trabalhados para formar uma configuração momentânea do que estava sendo vivido.

De sua tese, Rolnik publica o livro *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, com o qual busca percorrer o traçado dos movimentos que criam realidades em determinado contexto. De acordo com a autora, por meio de uma sequência de 24 figuras – tipos femininos que funcionam como personagens conceituais –, ela foi mapeando os movimentos de resistência à sociedade disciplinar. O mapeamento inicia-se com uma figura do feminino da década de 50, própria do regime fordista de produção; em seguida, algumas transformações se operam nessa figura, durante a década de 60 – transformações na sociedade, transformações em sua vida. E assim vai mapeando esses movimentos.

Movimentos como foram vividos em seus efeitos na subjetividade das mulheres nos anos 1960 e início dos 70, especialmente no Brasil. O olhar não é do tipo que se debruça sobre as mutações vividas neste processo, mas daquele que se constrói junto com elas e como parte delas (ROLNIK, 1989, p. 15).

A autora explica que o cartógrafo tem um critério para suas escolhas, que é descobrir quais matérias, misturadas a outras, favorecem a manifestação das intensidades que o percorrem no encontro com o que procura investigar. Para tal, ele vai definindo um roteiro de preocupações, procurando manter-se aberto ao que possa afetá-lo.

A primeira tese defendida no Núcleo de Subjetividade da PUC-SP sob orientação de Rolnik foi a de Regina Benevides de Barros – tese de

1994 que trata sobre grupo. Nesse estudo, o grupo foi tomado como dispositivo desindividualizante, afirmando-se como um simulacro, isto é, escapando de uma identidade. A autora buscou acompanhar:

[...] os movimentos de construção do objeto-grupo, destacando alguns dos diagramas que foram se montando, especialmente da década de 40 do século XX até os dias atuais. As cartografias percorridas apontaram para a emergência do grupo como objeto intermediário entre o indivíduo e a sociedade. O grupo inclui-se no modo de subjetivação ao qual demos o nome de modo-indivíduo (BARROS, 2007, p. 22).

Ou seja, não havia uma origem para buscar, mas, conforme a autora, vias a intensificar, linhas a percorrer. Como nas demais pesquisas cartográficas das quais trataremos, a autora, como parte do próprio processo de pesquisa, vai registrando e relatando as sensações experimentadas: “A sensação, por vezes, era a de que estava parada, como se qualquer movimento mais brusco pudesse afugentar aquilo com que entrara em contato, mas que era ainda informe” (BARROS, 2007, p. 26).

E o que ela buscava no contato com os grupos era acompanhar processos de subjetivação, mas não havia garantias quanto a isso. Tratava-se de uma aposta de que o modo-grupo poderia colocar em análise as separações entre um indivíduo que precisa se distinguir do grupo para não perder sua individualidade e um grupo que, para permanecer como tal, precisa reduzir a expressão das individualidades. Acabou percebendo que não poderia tomá-los como objetos prontos, constituídos e simplesmente aplicar teorias, explicando-os. Além disso, ela explica que sua escrita foi se fazendo nas conexões dos afetos. “Isso não quer dizer que não haja lógica no que se escreve; é uma outra lógica – a das afecções, a do contágio” (BARROS, 2007, p.30). A autora acredita que desestabilizar as dicotomias que mantêm grupo, indivíduo e sociedade como partes separadas poderia permitir o acesso à produção de subjetividade.

E a escrita de sua pesquisa foi se dando como nos grupos, nos quais seguia conexões e provocava desvios. A autora demonstrou alguns diagramas das práticas grupais, os pontos que se destacavam, os que se conectavam, sem julgamento de valor. De acordo com Barros (2007, p. 33): “Que não se entenda com isso qualquer pretensão à neutralidade, pois, como se verá, há critérios de escolha, pontuações críticas, relações que se estabelecem”.

Visto que o simulacro busca imitar o modelo, mas nunca fará uma imitação perfeita, o grupo concebido como um simulacro e seu próprio trabalho buscaram afirmar as diferenças que foram se expressando nos encontros ocorridos. Atualmente, seus estudos estão voltados para a construção coletiva de políticas públicas de saúde.

Buscando identificar séries de trabalhos que concorressem para a investigação da invenção cognitiva, Kastrup (2007a) foi percebendo que dois problemas não eram tratados pelo cognitivismo: o tempo e o coletivo – ambos importantes para o estudo da invenção. A autora procurou fazer uma história da atualidade, narrando abordagens tradicionais da cognição, sem julgá-las, mas analisando suas possibilidades e limitações. Fazer história da atualidade, para Kastrup (2007a, p. 26), é fazer “história do que está se passando, de um movimento”.

Ela acabou encontrando em dados empíricos ou experimentais vestígios abandonados ao longo da história da psicologia cognitiva:

Busquei como arqueólogo, sem saber exatamente o que ia encontrar. Houve uma procura, mas o que descobri não foi exatamente o que procurei. Foi o que se deu, por exemplo, com o tema da aprendizagem, que acabou, ao final, por ganhar uma importância que não estava prevista no projeto inicial (KASTRUP, 2007a, p. 232).

A autora explica que encontrou no tema da aprendizagem um processo que faz devir a cognição, conferindo a ela um papel central na política da invenção, contrapondo-se à política da recogitação.

Minha busca não foi uma representação objetiva, uma idéia clara e distinta, mas sim, como apontei no início, algo que mais parecia uma idéia da intuição, não busquei o antecipável, e acabei por encontrar o imprevisto (KASTRUP, 2007a, p. 232).

Acreditando na concepção de que a cartografia visa acompanhar um processo, e não representar um objeto, também se dedicou a investigar o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. Kastrup (2007b) explica que a entrada do aprendiz de cartógrafo no campo de pesquisa produz questionamentos quanto a quais situações e acontecimentos devem

deter o foco de sua atenção. O pesquisador passa a questionar-se sobre de que modo deve selecionar os elementos aos quais deve prestar atenção entre uma gama de elementos que atinge seus pensamentos e sentidos. Seus trabalhos na atualidade também abrangem estudos sobre o uso da arte em projetos sociais e sobre a reinvenção existencial de pessoas com deficiência visual.

Outra pesquisa a ser ilustrada utiliza a cartografia em conjunto com outro método. Algumas experiências vêm ocorrendo desde o ano de 2000, em escolas, procurando focar as condições de trabalho docente, num processo de articulação de pesquisa e intervenção. Articulação direcionada para um diálogo, uma interlocução entre os diferentes saberes, sendo eles disciplinares ou não. O objetivo é o de potencializar as estratégias utilizadas pelos trabalhadores da educação para lidar com a variabilidade das situações vividas nas escolas (BARROS; HECKERT; MARGOTO, 2008).

A aposta da pesquisa em questão sobre a utilização da cartografia é a de que ela é capaz de abrir um caminho para as conexões múltiplas e imprevisíveis que venham a se efetuar no processo de experimentação de uma clínica da atividade. Vejamos: pensar uma psicologia do trabalho nessa direção significa assumir uma atitude que desloca o analista do trabalho para um não lugar, um estar entre, em que o trabalho passa a ser entendido como lugar de encontros. O dispositivo utilizado para essa intervenção clínica é denominado autoconfrontação e integra diferentes fases, nas quais os trabalhadores protagonistas das situações em análise seriam sucessivamente confrontados com a sua atividade e posteriormente com a atividade dos outros. Esse dispositivo está fundado em formas de coanálise do trabalho, acreditando-se que o analista do trabalho é precedido no “campo” por aqueles que nele vivem (CLOT, 2006).

A clínica da atividade consiste em solicitar ao trabalhador que fale sobre seu trabalho, num primeiro momento, para o pesquisador e, depois, para um colega que tenha a mesma experiência profissional. Trata-se não apenas de um meio para explicar aquilo que o trabalhador faz ou aquilo que o trabalhador vê, mas também um meio de provocar, de intervir, de levá-lo a pensar e a agir. Esse método de análise do trabalho é inseparável da elaboração em andamento do próprio método; um caminho que, segundo Teixeira e Barros (2009), é construído à proporção que é trilhado, uma vez que a matéria da análise do trabalho são as transformações da atividade ao longo do tempo, incluindo as transformações que a própria análise provoca.

Nesse processo de coanálise do trabalho, a ação dos pesquisadores e

do colega em relação à atividade do sujeito é decisiva na produção de um novo trabalho, que vai se efetivando na medida em que ele modifica o desenvolvimento possível da ação. A atividade de linguagem endereçada aos colegas ou aos pesquisadores é considerada como uma atividade em si, e não somente a expressão de uma representação do sujeito. O diálogo não funciona como um revelador de um vivido, ele é uma ação sobre a ação que transforma a experiência vivida, possibilitando, desse modo, a produção de outra experiência.

O papel dos pesquisadores cartógrafos, nesse processo, é acompanhar o desenvolvimento da ação do sujeito e a produção de subjetividades que operam nesse mesmo processo. Isso porque a atividade não é compreendida como algo pronto e acabado, simplesmente à espera de uma explicação, e o próprio movimento de análise não a deixa na forma em que estava, transformando-a.

Outro trabalho extremamente relevante para aqueles que têm algum interesse na utilização da cartografia para a produção de pesquisas científicas é uma coletânea de artigos de diversos autores organizada por Fonseca e Kirst (2003). Considerando a concepção de que o método é um caminho, essa coletânea é orientada por algumas questões:

Somos capazes de vir a inventar novos modos de trabalhar na produção de conhecimento científico? Como ultrapassar o tédio do Mesmo, produzindo caminhos de alegria do saber e do diferir? Que implicações éticas se encontram implicadas em tal modo de fazer científico? Tratamos de pensar a ciência como um dos efeitos possíveis e estéticos de nossas existências, sabendo que nosso objeto constitui-se de nossos próprios fluxos, estando em constante devir [...] (FONSECA; KIRST, 2003, p. 10).

Nesse trabalho, vários autores escrevem sobre a cartografia, preocupados com os procedimentos metodológicos. Um princípio comum a todos é o de que sujeito e objeto não são dissociados, pois pesquisador e objeto formam uma unidade, implicando-se mutuamente. Para Kirst et al. (2003), a cartografia permite que o objeto instaure no sujeito um estado de “outramento”, isto é, o sujeito torna-se estrangeiro de si mesmo, experimentando novos modos de existência.

Nessa tentativa de sair de si mesmo, na busca por ouvir o outro, a produção do objeto de pesquisa pode ser compreendida, como indica a autora, como a expressão das percepções, sensações e afecções do cartógrafo.

O ato de outrar-se, ou a disposição em fazê-lo, opera-se no movimento de se deixar levar por uma força a ponto de se tornar a força. O cartógrafo se sabe integrante da investigação, testemunha de seus próprios movimentos de conhecer. Assim, temos que contar com as descobertas e as estratégias de investigação a cada encontro [...] (KIRST et al., 2003, p. 96).

Quais seriam os objetos produzidos pelos pesquisadores cartógrafos que comporiam tal produção coletiva? Entre tantos objetos, tantos focos de estudo no livro mencionado, destacamos: a configuração entre olhar, sujeito e mundo estabelecida por meio do conceito rizoma-rede; a conexão entre transdisciplinaridade, complexidade e produção de subjetividade; a questão da autoria do pensamento em relação à cartografia; a cidade concebida como topografia existencial (uma cidade também subjetiva); e a própria cartografia como objeto, sempre permeando os demais objetos.

No âmbito dos estudos organizacionais, Petinelli-Souza (2005) investiga a interface subjetividade e competências, utilizando, para tal, dois instrumentos metodológicos: a cartografia e a análise do discurso. Contudo, durante os momentos iniciais da investigação, ainda não era possível vislumbrar o tipo de instrumento que daria conta da questão de pesquisa, sendo somente em sua construção, no próprio percurso, que esses instrumentos foram se configurando.

Além das leituras sobre competências e sobre subjetividade, a questão de pesquisa passou a solicitar novo aporte teórico: a análise do discurso. Além de atentar para as questões relacionadas às competências e à subjetividade – o que já exigiu uma fluidez ao percorrer diversas áreas do conhecimento –, outro foco de atenção começou a se delinear. Nesse movimento, a pesquisa começou a tomar certa forma. Entretanto não foram apenas as leituras que participaram dessa composição; a cartografia apresentou o recurso do diário de campo, no qual as impressões, sensações e fatos, que de algum modo tocaram a pesquisadora, iam sendo registrados – inclusas as várias conversas com colegas e professores, a leitura de jornais de grande circulação e de revistas voltadas para executivos, conferências sobre metodologia qualitativa realizadas na universidade, reportagens em televisão.

Portanto a produção de dados começou praticamente ao mesmo tempo em que as preocupações iniciais de pesquisa foram se delineando. Acompanhar esses movimentos que iam de uma questão a outra, de um acontecimento a outro, possibilitou, no mínimo, a construção de um apanhado sobre as competências em interface com a subjetividade; talvez,

uma composição que Foucault denominava diagrama: uma cartografia coextensiva a todo campo social, no qual a fluidez e instabilidade convivem, em que a história é feita ao se desfazerem realidades e significados anteriores, formando pontos de emergência, dos quais é preciso partir para compreender o conjunto (DELEUZE, 1988). Mais do que um instrumento metodológico, podemos dizer que a cartografia é uma postura na pesquisa. Trata-se de uma tomada de posição política, porque

[...] há, envolvida na posição que busca ater-se ao já feito, às formas prontas, ao meramente técnico, uma moral conservadora, uma política de manutenção das formas de existência estabelecidas, e de desqualificação da invenção e da diferença (KASTRUP, 2007a, p. 238).

Portanto, ao buscarmos investigar aspectos organizacionais, que estão inextricavelmente emaranhados ao que é pensado, produzido e vivido em nosso tempo, seria pertinente tomarmos a pesquisa como processo no qual pesquisador e campo organizacional se constituem mutuamente.

### Referências Bibliográficas

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook** de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. v. 1, cap. 8.

ANDRADE, A. N. Avaliação genealógica. In: MENANDRO, P. R. M.; TRINDADE, Z. A.; BORLOTI, E. B. (Org.). Pesquisa em psicologia: recriando métodos. Vitória: UFES, 1999. p. 73-88. [Programa de Pós-Graduação em Psicologia: CAPES, PROIN].

BARROS, M. E. B. de; HECKERT, A. L. C.; MARGOTO, L. (Org.). **Trabalho e saúde do professor**: cartografias no percurso. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARROS, R. B. de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BAUDRILLARD, J. **The mirror of production**. St. Louis: Telos Press, 1975.

BAUMAN, Z. Is there a postmodern sociology? **Theory, Culture & Society**, v. 5, n. 2, p. 217-237, June 1988a.

BAUMAN, Z. Viewpoint: Sociology and postmodernity. **The Sociological Review**, Keele, v. 36, n. 4, p. 790-813, Nov. 1988b.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. **Foucault**. Lisboa: Edições 70, 1988.

DELEUZE, G. **Nietzsche**. Lisboa: Edições 70, 1994.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 2 v.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FEATHERSTONE, M. In pursuit of the postmodern: an introduction. **Theory, Culture & Society**, v. 5, n. 2, p. 195-215, 1988.

FIORIN, J. L. **Elementos da análise do discurso**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003a.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, R. *Análise de discurso*. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.

KASTRUP, V. *O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo*. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 15-22, jan./abr. 2007b.

KIRST, P. G. et al. *Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis*. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 91-101.

LAW, J. *Organizing modernity*. Oxford: Blackwell, 1994.

LYOTARD, J. F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1989.

NIETZSCHE, F. W. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, F. W. **Aurora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETINELLI-SOUZA, S. **Análise da interface subjetividade e competências no campo do trabalho**, 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

TEIXEIRA, D. V.; BARROS, M. E. B. de. Clínica da atividade e cartografia: construindo metodologias de análise do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 81-90, 2009.





# A ANÁLISE DE CONTEÚDO E A PESQUISA EMPÍRICA QUALITATIVA

*Antonia Colbari<sup>49</sup>*

## 1. Introdução

A curiosidade em relação ao desconhecido é o motor da prática científica que envolve um conjunto de tarefas a serem realizadas simultaneamente ou em diferentes etapas. Entre elas estão a demarcação de um quadro teórico-metodológico, a delimitação das referências conceituais básicas, a construção de problemas de pesquisa e a elaboração de hipóteses; enfim, uma plataforma de enunciados abstratos que modelam as escolhas de técnicas de produção e de tratamento, análise e interpretação dos dados. Assim sendo, a escolha das estratégias de pesquisa não é uma decisão arbitrária, pois se fundamenta na aceitação de certos pressupostos epistêmico-metodológicos – uma construção conceitual que delimita o recorte a ser efetuado na realidade com objetivos analíticos. Em outras palavras, em toda pesquisa, pressupõe-se a identificação com um determinado paradigma teórico – o compartilhamento de certa constelação de crenças, valores e técnicas que define o conjunto de regras metodológicas apropriadas para a atividade de investigação e em cujo universo as regras podem ser cientificamente aplicadas atendendo aos critérios de verdade e validade científica (KUHN, 1987).

Não cabe, neste capítulo, explorar a diversidade no campo epistemológico na tentativa de desvendar os percursos cognitivos que levam ao conhecimento, cuja natureza é objeto de controvérsia: algo dado, pronto para ser capturado, que reproduza as propriedades do real, ou algo construído, formulado, portanto distinto do real, este apenas parcialmente apreendido pelos sujeitos. É notória a persistência da relação entre sujeito e objeto do conhecimento como um tema clássico nas reflexões sobre metodologia científica.

No caso específico das metodologias e técnicas de pesquisa convencionalmente denominadas de qualitativas, parte das dificuldades em abordá-las analiticamente decorre de sua grande fluidez, imprecisão e maleabilidade no que diz respeito tanto aos suportes teóricos e epistemológicos quanto às diversas formas de sua aplicação: abarcam processos diferenciados de levantamento, registro e tratamento de material empírico. Como

---

49 Departamento de Sociologia UFES.

afirma Deslauriers (1997, p. 294 apud GUERRA, 2006, p. 11), a pesquisa qualitativa, “no melhor dos casos, designa uma variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenômenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente”. Uma visão histórica e sistemática dessa modalidade de pesquisa científica nas ciências humanas encontra-se em Denzin e Lincoln (1994), Flick (2009) e Silverman (1995).

Denzin e Lincoln (1994) exploram a imagem do pesquisador como um “*bricoleur*” que opera com paradigmas complementares e/ou opostos, múltiplas metodologias, várias técnicas e materiais empíricos, com o propósito prático de definir estratégias de investigação e de compor um quadro de leitura e interpretação, que, além do rigor e do aprofundamento da pesquisa, garanta a compreensão adequada do fenômeno estudado. Mediante a imagem do *bricoleur*, a pesquisa aparece como um processo interativo, envolvendo as biografias, as condições sociais e a visão de mundo do pesquisador e do investigado. O resultado do trabalho é uma bricolagem: uma espécie de “colagem”, complexa, densa e reflexiva, construída a partir das representações, conhecimentos e interpretações do pesquisador a respeito do fenômeno analisado. Os referidos autores não desconsideram as implicações políticas do conhecimento nem o fato de a ciência expressar-se como narrativas que se enquadram nas diversas tradições teóricas epistemológicas – os paradigmas. Ou seja: a pesquisa científica é uma prática social, também crítica e reflexiva, e constitui um “discurso institucionalizado” inserido em um sistema de crenças e de regras bem como de protocolos de validação consagrados pela tradição (SPINK; MENEGON, 1998; GIALDINO, 2009).

Em suma, a pesquisa qualitativa como um conjunto de práticas interpretativas não privilegia uma metodologia singular, portanto não institui nem se acopla a um paradigma exclusivo para sua fundamentação e justificção do ponto de vista heurístico. Na sua prática, observa-se a multiplicidade de paradigmas apoiados em diferentes alicerces ontológicos, epistemológicos e metodológicos (GUBA; LINCOLN, 1994).

Esse é o ponto de partida para a abordagem de uma ferramenta científica dotada de procedimentos especializados que se impõem ao arbítrio do pesquisador. Contudo, nessa abordagem, é preciso ter a convicção de que as técnicas de tratamento dos dados nada podem se a pesquisa empírica não for adequada e cuidadosamente realizada; a boa teoria e as boas técnicas de produção e de tratamento de dados serão de pouca utilidade se o problema da pesquisa não estiver bem construído; por sua vez, o pro-

blema não é construído separadamente da teoria e a condução da investigação precisa de bons guias: os métodos e as técnicas. Quando muitos caminhos são possíveis, aumenta a responsabilidade do pesquisador pelas suas escolhas e pelas implicações delas decorrentes. Não é simples o ofício de pesquisador.

A proposta deste ensaio é modesta. Não se pretende a incursão na filosofia da ciência a fim de fundamentar a discussão sobre metodologia científica entendida, segundo Minayo (2007, p. 14), como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, incluindo “simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”. Tampouco cabe, neste espaço, aprofundar o tratamento histórico e analítico no sentido de desvelar as referências teóricas e conceituais que fundamentam a análise de conteúdo (AC) ou as análises de conteúdo – o tema deste capítulo.

Um recorte seletivo na vasta e profícua literatura sobre metodologia e técnicas de pesquisas serviu como fonte para o empreendimento de sistematizar os aspectos teóricos e práticos mais relevantes associados a essa técnica de tratamento dos conteúdos veiculados por meio de documentos escritos, em discursos mais espontâneos ou em discursos provocados, como também por meio de outras formas de expressão, como imagens, sons, mapas, símbolos. Na preparação do presente ensaio, alguns comentários sobre as disputas teóricas no campo das ciências sociais contribuíram para esclarecer o contexto em que se desenvolveu a análise de conteúdo, bem como a sua afinidade com uma diversidade de paradigmas de referência. A análise de conteúdo ora é defendida ou criticada por estar marcada pelos postulados positivistas, ora aparece vinculada à renovação das abordagens compreendidas no terreno das ciências sociais. A seguir, a reflexão incorporou os esforços para definir e caracterizar essa técnica como uma estratégia privilegiada de tratamento de dados, graças ao seu grau de sistematização, embora isso não a poupe de críticas contundentes. E, por fim, alguns comentários sobre seu *modus operandi* e sua fortuna crítica.

## **2. Um cenário de controvérsias teóricas**

A trajetória da AC acompanhou o debate travado entre as diversas tendências teóricas no campo das ciências sociais. Inicialmente marca-

da pela hegemonia da tradição positivista (representada principalmente pela herança durkheiminiana e o estrutural funcionalismo) e a crença na universalidade do modelo clássico das ciências naturais (SILVERMAN, 1995), a AC sofreu o impacto da forte reação a esses postulados teórico-metodológicos, decorrente da renovação das abordagens compreensivas, ocorrida na segunda metade do século XX. Segundo Alexander (1987, p. 13), a inegável contribuição da teoria funcionalista de Parsons, ao propor “caminhos para a teoria e para a pesquisa no pós-guerra”, não impediu o surgimento de “poderosas teorias que abriram a caixa preta da ordem contingente: eram brilhantes reformulações do pensamento pragmático e fenomenológico”. E essas “escolas de microteorização” não estiveram sozinhas no enfrentamento da dominação do funcionalismo no pós-guerra. O ataque veio também de “escolas de macroteorização”, que destacavam o “papel de estruturas coercitivas na determinação do comportamento individual e coletivo”.

No terreno das ciências sociais, a polaridade entre abordagens macrosociológicas e microsociológicas ganhou novo impulso, na década de 1970, com a renovação das “famílias metodológicas” mais qualitativas (GUERRA, 2006), que questionam a tradição “objetivadora” (ou objetivista) e determinista do pensamento social e tomam como ponto de partida de suas investigações os processos sociais específicos fundamentados em relações estabelecidas na interação entre agentes sociais, autônomos e capazes de livre arbítrio. Como observa Alexander (1987, p. 15), “as teorias individualistas são atraentes porque preservam a liberdade individual de modo aberto, explícito e persistente. Seus postulados *a priori* supõem a integridade do indivíduo racional ou moral, e a capacidade que o ator tem de agir livremente contra sua situação, definida em termos materiais ou culturais”.

As primeiras versões desse confronto tinham envolvido o interacionismo simbólico e a tradição estrutural funcionalista com seu modelo de estrutura social regulada por um consenso normativo. Essa reação revelava o desencanto com as tentativas de explicação da ação social (especialmente a de Parsons), nas quais o esforço de uma sofisticada elaboração da “estrutura de referência” da ação não alterava seu *status* de categoria residual mediante o pressuposto de uma harmonia normativamente pré-estabelecida e regente do “conjunto recíproco de expectativas estruturadas de papéis”, em que valores e obrigações determinavam a conduta individual (KNORR-CETINA, 1981). Os aspectos voluntaristas da ação – a pretensa liberdade de um sujeito atuante e criativo que Parsons pretendia incorpo-

rar – esbarravam no determinismo dos valores do “consenso universal” que constituíam os elementos motivadores da ação. O peso explicativo da ação estava colocado no social, e a análise dos “mecanismos da personalidade” apenas complementava a análise sociológica (GIDDENS, 1978). Nas variantes da microssociologia, os atores sociais são intrinsecamente livres para definir o mundo que percebem e no qual atuam, portanto cabe explicar os microprocessos da vida social desses atores livres, a interação face a face, os aspectos rotineiros da vida cotidiana. Há que se compreender o aqui e o agora, os processos básicos da vida social, as atividades de constituição da própria realidade, os mecanismos cognitivos, as referências comunicativas, ou seja, os aspectos situacionais e o caráter reflexivo da própria ação social.

Posteriormente, houve uma radicalização no terreno da chamada microssociologia com o aparecimento de outras tendências, entre elas a etnometodologia. Enquanto o interacionismo se fundamentava na visão pragmatista de Mead, a etnometodologia inspirava-se na fenomenologia de Husserl e Schutz, promovendo o aumento da redutibilidade da realidade, sua decomposição em detalhes, em segmentos cada vez mais reduzidos, e colocando em questão as pressuposições sociológicas e filosóficas em defesa de um extremo e rigoroso empirismo (COLLINS, 1981).

Um dos aspectos dessa controvérsia entre abordagens macro e microssociológicas continua a ser a dualidade entre monismo metodológico (a unidade do método válido para qualquer empreendimento investigativo) e a “epistemologia da diferença” (as singularidades do método nas ciências sociais) (SPINK; MENEGON, 1998), ou mesmo a clássica polarização entre ciências nomológicas (orientação para a generalidade) e ciências ideográficas (orientação para a singularidade). Algumas vertentes da sociologia compreensiva tendem a rejeitar tanto o individualismo quanto o coletivismo, propondo o “situacionalismo metodológico”, no qual a unidade de análise é a interação em situações concretas.

A retomada dos “paradigmas compreensivos” enfatizava a busca pela explicação de aspectos do universo das relações humanas que não são passíveis de quantificação, tais como os significados, as intencionalidades e as representações. Questiona-se a possibilidade de construção de uma teoria social separada da compreensão dos fenômenos da vida cotidiana, baseando-se em pressupostos que atribuem aos fenômenos sociais o mesmo estatuto dado aos fenômenos naturais, o que implica em determinada postura metodológica. As preocupações em captar as pro-

priedades da realidade objetiva conduzem a procedimentos analíticos, que envolvem variáveis quantitativas, controle experimental, elaboração de hipótese, tratamento de variáveis, construção de modelos, critérios objetivos de validade, etc. Na tradição fenomenológica, de antemão já se estabelece a separação radical entre o mundo das ciências naturais e o das ciências sociais: o primeiro não é dotado de uma estrutura inerente de significados, enquanto o segundo é constituído por fenômenos intrinsecamente significativos. Qualquer tentativa de descrição e análise científica do mundo social não pode pretender captar propriedades de uma suposta realidade objetiva, mas sim o caráter significativo dos fenômenos que ocorrem na vida cotidiana dos agentes sociais (DOUGLAS, 1970; WALSH, 1973).

O mundo social não constitui uma realidade *sui generis* divorciada dos seres humanos, mas é produto da própria existência humana. Isso não implica negar a “faticidade”, a existência da realidade objetiva, mas sim admiti-la como dependente dos sujeitos humanos e da estrutura de significados e resultante da forma como o mundo é vivenciado e explicado pelos sujeitos. A externalização e a objetivação da realidade só podem se processar a partir das atividades do sujeito, pois não há mundo social com caráter objetivo imanente. E, sendo as formas linguísticas um dos recursos por meio do qual se pode efetivar a objetivação do mundo, a abordagem fenomenológica, ao se propor captar o processo de constituição da realidade por meio da compreensão dos significados (não por empatia, mas pela flexibilidade), demanda uma explicação da própria linguagem (WALSH, 1973).

Spink e Frezza (1998) identificam nesse processo a concepção construcionista de ciência, na qual a produção do conhecimento surge das interações entre sujeito e objeto, ambos tomados como construções sócio-históricas. Dessa perspectiva emerge uma dupla noção de realidade: a postulação da existência da realidade (o realismo ontológico) e a crença de que essa existência não ocorre independentemente do modo de acessá-la (construcionismo epistemológico). Em outras palavras, a apreensão da realidade torna-se possível a partir dos processos de objetivação expressos em categorias, convenções, práticas, linguagem, etc., da ordem moral legitimada pela cultura.

Nessa tradição epistemológica, sujeito e objeto do conhecimento não se apresentam prontos, acabados, mas são construídos no processo de interação. O que torna possível essa construção é o fato de os homens serem detentores de um conhecimento prático indispensável a esse empreendi-

mento. Compreender os recursos práticos utilizados pelos membros da sociedade é condição para o entendimento da conduta humana. São esses aspectos da existência social – a ação, o significado e a convenção no contexto da vida social humana – que constituem o centro de reflexão dessas variantes da sociologia compreensiva. O destaque da interação processa-se de forma peculiar: a ênfase é colocada na reciprocidade e no seu caráter situacional. Dessa forma, acredita-se superar tanto o psicologismo quanto o sociologismo. O deslocamento do foco de reflexão operado por essas abordagens implica também a reconsideração dos procedimentos metodológicos e operacionais da investigação, questionando-se a validade das técnicas de entrevista, os procedimentos estatísticos, classificadores e generalizadores que descaracterizam os dados das especificidades presentes no momento da interação.

Apesar de compartilharem de uma preocupação comum – a ênfase nos processos microssociais –, as chamadas abordagens microssociológicas situam-se em marcos teóricos diferentes e divergem quanto aos interesses substantivos que inspiram suas investigações. De uma maneira geral, podem-se distinguir as que estão mais voltadas para os processos cognitivos (linguagem, memória), as que procuram apreender como se processa a rotinização de aspectos das práticas cotidianas (etnometodologia) e as que privilegiam os aspectos interativos da vida social por meio da comunicação simbólica (interacionismo). Em outras palavras, ora enfatiza-se a ação competente por meio da qual os indivíduos controlam sua conduta através de processos cognitivos, ora a capacidade dos sujeitos de interferirem na produção de regras, significados e definições (KNORR-CETINA; CICOUREL, 1981)

As particularidades, no entanto, não excluem alguns aspectos comuns: a centralidade da noção de interação, que, com seu caráter dinâmico e processual, opõe-se às noções de estrutura, sistema e cultura como elementos determinantes na explicação da ação social; a noção de subjetividade, em função da importância da consciência na explicação dos processos interativos; e as preocupações metodológicas referentes particularmente às possibilidades da objetividade científica, justificando-se o recurso a procedimentos empíricos rigorosos, que captam o imediatamente presente na interação. A objetividade está vinculada às evidências empíricas, portanto, circunscrita às interações singulares.

No polo metodológico, as abordagens macrosociológicas orientam-se para grandes agregados sociais, processos globais, operando com conceitos teóricos mais globalizadores, como sociedade, sistema, estrutura

e totalidade, que têm estatuto independente dos microepisódios da vida cotidiana. Operam, pois, com um quadro de referência teórica no qual os processos interativos – as microsituações que envolvem os agentes sociais – são abordados (ou diluídos) no grande conjunto social do qual fazem parte e em cujo interior adquirem significados. São os processos globais que determinam (e explicam) os processos interativos.

Se houver essa predominância ontológica (e, conseqüentemente, epistemológica) das entidades coletivas sobre os agentes individuais, o componente objetivador dessas abordagens será muito forte, pois, explícita ou implicitamente, pressupõe-se a existência de um “campo” da vida social sobre o qual os indivíduos não têm controle, pelo menos integral; os processos sociais, embora influenciados pelos indivíduos, não são totalmente controlados por eles. Essa tendência objetivadora no pensamento social tende a rearticular, no âmbito dos processos cognitivos, a relação sujeito-objeto, com prioridade para o objeto.

Esse poderia ser um argumento para a demarcação do campo de pesquisa nas ciências sociais entre abordagens quantitativas (generalizadoras) e abordagens qualitativas (particularistas). Entretanto essa demarcação é simplificadora e não comporta a complexidade da discussão instaurada no pensamento social contemporâneo acerca dos aspectos substantivos e metodológicos da atividade científica nesse campo do conhecimento. Os aspectos qualitativos da realidade social não estão ausentes das abordagens quantitativas, pois nenhuma teoria social pode estar desvinculada da vida cotidiana dos componentes da sociedade. A questão é o *status* que eles ocupam na construção das explicações teóricas.

Não obstante a importância desse debate, não se pretende, neste ensaio, adentrar em campos demasiados abstratos e complexos que atravessem várias especialidades de domínio da filosofia, sobretudo da filosofia das ciências. Tampouco serão abordadas as inovadoras e complexas contribuições que tratam a linguagem como uma prática social.

Importa situar a retomada dos paradigmas compreensivos no contexto em que outros campos disciplinares contribuíram para elevar o *status* fenomênico da linguagem, agora o centro de interesse para a compreensão de vários fatos, incluindo o poder dos discursos. As práticas discursivas remetem à linguagem em ação, expressando pensamentos, sentimentos, memórias, planos, etc. (BAUER, 2002). As diversas formas de emprego da linguagem, como conversas, falas, narrativas e textos, são práticas interativas de construção do mundo social. Por meio delas, as pessoas constroem sentidos e significados em suas ações e relações na vida cotidiana e parti-

cipam da construção social do mundo (SPINK; MEDRADO, 1998).

São vários os modelos teóricos e metodológicos à disposição do investigador, e assim também ocorre com as técnicas de produção e de interpretação dos dados. E os métodos, segundo Krippendorff (2004), não constituem um fim em si; são linguagens que expressam o processo da pesquisa. Aqui o recorte se situa na análise de conteúdo, cuja definição, características, potencialidades e limites têm sido objeto de divergência entre os autores. Apresentada como um conjunto de instrumentos metodológicos polimorfos e polifuncionais (BARDIN, 2004), a AC é, segundo Krippendorff (2004), uma das mais importantes técnicas de pesquisa nas ciências humanas, nas quais, diferentemente do que ocorre nas ciências naturais, é necessário lidar também com as intenções, as representações, os símbolos e as referências – os estados mentais – dos sujeitos. Trata-se de uma técnica de grande potencial para o tratamento de dados constituídos, apresentados na forma de textos, imagens e expressões que precisam ser vistos, lidos e compreendidos.

A propagação e a diversificação das técnicas genericamente designadas como análise de conteúdo foram decisivas para marcar a sua presença nas reflexões produzidas em vários campos disciplinares acerca das metodologias e dos pressupostos epistemológicos da produção do conhecimento científico. Defini-la, caracterizá-la, demarcar seus limites e suas virtualidades são desafios que se integraram às discussões sobre a pesquisa empírica. Inicialmente mais dirigida para o estudo da comunicação no contexto da relação emissor-receptor (quem fala; para dizer o quê; a quem; como; e o resultado), a AC desbravou novos terrenos, sendo aplicada nas áreas de história, sociologia, psicologia social, psicanálise, ciência política, ciências sociais aplicadas, etc. (KRIPPENDORFF, 2004; BARDIN, 2004).

Como uma técnica de tratamento dos dados, aplica-se na diversidade de material resultante de comunicação verbal, produzido nas interações em geral, na vida cotidiana ou em contextos institucionais, expresso em diversos códigos: linguístico (oral e escrito), icônico e outros códigos semióticos (BARDIN, 2004). Podem compor esse material: textos escritos (documentos oficiais, livros, jornais, documentos pessoais); falas, relatos e depoimentos em geral; voz e imagem (rádio, televisão, cartazes, sinais, símbolos, etc.); comunicação não verbal (gestos, posturas, vestuário, etc.); material especialmente gerado para a pesquisa aplicada ou acadêmica (discussão em grupos, relatos de reuniões, histórias de vida, biografias, autobiografias, diversas modalidades de entrevistas, etc.). São muitas as

possibilidades de aplicação das técnicas da AC tanto na demarcação de aspectos quantitativos do material analisado (frequência de determinada palavra, conceito ou expressão) quanto de aspectos qualitativos (presença ou ausência de conteúdos e/ou um conjunto de características em determinado texto) (BARDIN, 2004).

A AC tem uma dimensão descritiva baseada em um esquema de categorização construído por meio de mecanismos lógico-dedutivos e decorrentes de determinados quadros conceituais e uma dimensão interpretativa, não menos importante, “que decorre das interrogações do analista em face de um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência” (GUERRA, 2006, p. 62). E, na condição de uma técnica de análise de texto utilizada na pesquisa empírica no campo das ciências humanas, a análise de conteúdo permite estabelecer uma ponte entre o “formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais”, uma técnica híbrida, portanto, que pode “mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2002, p. 190), servindo tanto aos paradigmas positivistas lógico-dedutivos quanto aos compreensivos.

### **3. As raízes históricas e intelectuais da análise de conteúdo**

As origens da análise de conteúdo são remotas. Ela inspira-se na vida cotidiana, pois classificar e categorizar são operações presentes na vida comum. Independentemente da prática científica, tais operações são formas de entendimento do mundo, por meio das quais identificamos, ordenamos e atribuímos sentido às coisas.

Segundo vários autores que rastreiam no tempo o aparecimento da AC, ela se insere em uma longa tradição histórica de análise e interpretação de textos, cujos primórdios remontam à prática da hermenêutica clássica, “a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos” (BARDIN, 2004, p. 11), desvendando os sentidos de escritos marcados por passagens obscuras, ambíguas ou herméticas. Na Idade Média, a AC incorpora-se aos estudos teológicos, sendo praticada no âmbito da escolástica, com o objetivo de interpretar os sentidos dos textos bíblicos. Com propósitos inquisitoriais, também era aplicada para decifrar conteúdos de comunicação.

Se a preocupação com o enunciado das mensagens é muito antiga, bem mais recente é a reflexão sobre a formalização de seus pressupostos epistemológicos, teóricos e a sistematização de seus procedimentos operacionais (FRANCO, 2008). A incorporação de uma “atitude interpretativa”

ancorada nas técnicas modernas de pesquisa desenvolvidas pelas ciências humanas data do início do século XX. Valendo-se de “processos técnicos de validação” (BARDIN, 2004, p. 12) que assegurem a fidedignidade ao ato de desvendar o que está contido no “discurso aparente”, almeja-se a garantia de “cientificidade” ao procedimento de interpretação.

No resgate do percurso de afirmação da AC como uma técnica de pesquisa, algumas referências já se tornaram canônicas, entre elas, Laswell (1927) – *Propaganda technique in the World War* – e Berelson e Lazarsfeld (1948) – *The analysis of communication content* –, trabalhos exemplares em que a referida técnica é empregada em estudos voltados prioritariamente aos objetivos pragmáticos de intervenção na sociedade, como se observavam nas atividades desenvolvidas nos departamentos de ciências políticas das universidades norte-americanas. O campo privilegiado de aplicação da AC, nesse período, recaía nas práticas jornalísticas, sobretudo motivadas pela utilização dos meios de comunicação de massa (mensagem subliminar e sublinear) como formas de manipulação social e de propaganda política (KRIPPENDORFF, 2004). Datam desse período as investigações relativas às questões típicas do contexto da Segunda Guerra Mundial, entre elas, a demanda do governo aos analistas para rastrear, nos jornais e periódicos, a presença de ideias subversivas (BARDIN, 2004, p. 14). Em suma: até a década de 1950, a aplicação e desenvolvimento da AC acompanharam o crescimento da influência dos meios de comunicação, o interesse pela opinião pública e pelo mercado de massa bem como os desafios impostos por esses fenômenos à ordem democrática.

Do ponto de vista metodológico, a definição de regras de análise elaboradas por Berelson e Lazarsfeld marcou notadamente o percurso de afirmação da AC, que, por volta de 1930, também sofreu o impacto do progresso da documentação e do desenvolvimento da linguística aplicada (FRANCO, 2008). Nessa primeira fase, ainda prevalecia a falta de rigor e de sistematicidade na aplicação da referida técnica científica.

O recurso à análise categorial permitia o acesso ao conteúdo de uma dada comunicação partindo-se da delimitação de unidades de codificação e de um esquema classificatório e objetivo, no qual se identifica “a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 2004, p. 32). Tratava-se de um método taxonômico que visava “introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente” (BARDIN, 2004, p. 32).

Quanto à concepção de ciência que embasa a AC, Bardin (2004,

p. 13) destaca a presença do modelo de comunicação de orientação behaviorista com o objetivo de “descrever o comportamento enquanto resposta a um estímulo, com um máximo de rigor e cientificidade”. O pressuposto do modelo é a existência de uma relação assimétrica entre o emissor, o estímulo e o receptor. Para Rocha e Deusdará (2006, p. 33), “a fórmula clássica de Lasswell para a descrição do ato de comunicação (‘quem diz o quê, por intermédio de que canal, a quem, com que efeito’) abria a possibilidade de diferentes modalidades de investigação”, incluindo-se as combinações entre elas: a ênfase no “quem” dirige a análise para os fatores que desencadeiam e guiam o ato comunicativo; no “diz o quê”, para a análise de conteúdo; no “por meio de quê”, para o estudo dos meios; no “a quem”, para a audiência; e no “com que efeito”, aos impactos sobre as audiências (LASSWELL, 1978, p. 105 apud ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p. 33).

O Congresso de Allerton House (Illinois), em 1955, teria marcado uma ruptura com essa orientação mais pragmática e quantitativa da AC, tal como praticada pelos cientistas políticos. Pesquisadores de outras áreas, como psicólogos, sociólogos e linguistas, colocaram em debate as questões teóricas e metodológicas que iam além das perspectivas de eficácia da AC. Faltava a ela a fundamentação teórica que lhe permitisse a articulação entre o “texto como estrutura” e os objetos/problemas de pesquisa, esclarecendo-se como, a partir de estruturas linguísticas, é possível captar os sentidos de um texto (VALA, 1986).

No plano epistemológico, o debate será marcado pela polarização entre dois modelos de comunicação: a concepção instrumental (“o fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veicula, dados o seu contexto e as suas circunstâncias”) e a concepção representacional (“o ponto importante no que diz respeito à comunicação é o revelado pelo conteúdo dos *items* lexicais nela presentes, isto é, que algo nas palavras da mensagem permite ter indicadores válidos sem que se considerem as circunstâncias, sendo a mensagem o que o analista observa”) (SOLA POOL apud BARDIN, 2004, p. 18, grifos da autora).

Ainda no aspecto metodológico, persiste a contraposição entre análise quantitativa e análise qualitativa: a prioridade à frequência da presença de determinados itens no texto ou a importância dada à diferença produzida em função da presença ou ausência desses itens no texto. O sentido produzido pelo texto e sua explicitação não dependem apenas de mensurações, mas também de “diferentes possibilidades de interpretação da multiplicidade de conotações” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p. 36).

Além de procedimentos meramente classificatórios, outras possibilidades analíticas estariam nos tipos de relação (associação, equivalência, exclusão, etc.) entre as categorias, abrindo perspectivas para se explorar dimensões não visíveis nos textos, como as de natureza psicológica, sociológica, econômica, histórica, etc. Assim sendo, os propósitos da análise de conteúdo incluem “*a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*” (BARDIN, 2004, p. 34, grifos da autora).

Por fim, nessa fase, além dos aperfeiçoamentos técnicos, Bardin (2004, p. 19) aponta o “desbloqueio” da AC, impulsionado por algumas mudanças no debate de cunho epistemológico e metodológico, que reelaborou as concepções de objetividade e cientificidade, dissociando-as de uma rigorosa análise de frequências e facilitando o enlace da “compreensão clínica com a contribuição da estatística”. A partir da década de 60, tem-se a presença de análise de conteúdo transitando por vertentes qualitativas e quantitativas. O rastreamento detalhado do desenvolvimento da AC, sobretudo nos Estados Unidos, é feito por Krippendorff (2004). Nesse período, além da introdução do computador na sua operacionalidade, a substância dessa técnica de pesquisa foi profundamente alterada sob os impactos do aporte das contribuições teórico-metodológicas do estruturalismo, da psicanálise e da semiologia.

O uso do computador marcaria um novo momento na aplicação da AC, agora desafiada a redefinir seus mecanismos operacionais, pois enfrenta contextos mais amplos e a demanda por análises em escala mais larga, o que, em geral, ultrapassa a capacidade individual e passa a exigir um trabalho em equipe. Por meio do uso do computador, é possível ampliar a quantidade de dados ou mesmo manipular dados mais complexos, que não poderiam ser organizados, sistematizados e analisados manualmente. Outros impactos seriam: a rapidez; o aumento do rigor, em grande parte garantido pela transparência da codificação; a flexibilidade (usar os mesmos dados em outras pesquisas); a reprodução e a troca de documentos entre pesquisadores; e a liberação do pesquisador para as tarefas mais desafiadoras e dependentes do exercício da criatividade e da reflexão (BARDIN, 2004). Todavia, cabe ressaltar que o auxílio do computador e dos diversos *softwares* dirigidos à pesquisa qualitativa não elimina as tarefas extenuantes do pesquisador, que continuam a exigir muita atenção, esforço, disciplina e paciência.

Se, na pesquisa quantitativa, o uso do computador já consolidou

uma tradição, na qualitativa, sobretudo na análise de mensagens textuais, o processo é bem mais recente. Ainda se debate o alcance das metodologias informacionais na pesquisa social. Para alguns, as alterações teriam sido apenas nos aspectos operacionais; para outros, a utilização do computador teria facilitado superar algumas limitações e impasses na utilização da AC, por exemplo, amenizando a dicotomia verificada entre análise quantitativa e análise qualitativa. Supõe-se a rapidez e a precisão bem como o caráter sistemático e objetivo que o uso do computador imprime ao levantamento de frequências e a outros processos teriam favorecido o alargamento do “horizonte metodológico, sobretudo no que tange ao rigor dos procedimentos adotados”, contribuindo para assegurar a “neutralidade científica” e a supressão das “compreensões subjetivas”, ainda almejada por muitos, ou o controle do contexto intersubjetivo da pesquisa, tal como é desejável nos paradigmas compreensivos (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006; STONE, 1977). Ainda há posturas mais otimistas, segundo as quais, as mudanças não ficariam restritas às possibilidades de se processar bases de dados cada vez amplas e em menor tempo. Para Santos (2001, p. 16), “estamos diante de tecnologias intelectuais que transformam numerosas funções cognitivas humanas: memória, imaginação, percepção, procedimentos do raciocínio, análises, interpretações e inferências lógicas”.

#### **4. Definindo a análise de conteúdo**

As definições de análise de conteúdo por si só constituem um indicador do ecletismo e da maleabilidade que marcam essa técnica de tratamento de dados não numéricos, cujo campo de aplicação é vasto e diferenciado. Talvez seja mais apropriado tomá-la como conjunto de técnicas de análise das comunicações, ao gosto de diferentes opções teóricas, mas afinada com a natureza do problema de pesquisa e com a criatividade do investigador. Tais técnicas integram-se a vários contextos teórico-metodológicos e a uma diversidade de procedimentos de investigações empíricas, tanto os mais extensivos, que envolvem medições, quanto aqueles mais intensivos, por exemplo, os estudos de caso. Podem ainda ser realizadas em níveis diferenciados: a descrição; a correlação e associações de fenômenos; e as relações de causa e efeito (descritivo, correlacional e causal) (VALA, 1986).

O quadro apresentado a seguir ilustra algumas das várias definições de AC encontradas na revisão da literatura sobre o assunto.

<b>Berelson</b>	<p>“A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON, 1952, apud BARDIN, 2004, p. 16, grifos da autora).</p>
<b>Bardin</b>	<p>“[...] designa-se sob o termo análise de conteúdo: <i>um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens</i>” (BARDIN, 2004, p. 37, grifos da autora).</p> <p>“O que é análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de ‘desocultação’, responde a esta atitude de <i>voyeur</i> de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico” (BARDIN, 2004, p. 7).</p>
<b>Webster’s Dictionary of the English Language</b>	<p>“analyses of the manifest and latent content of a body of communication material (as a book or film) through classification, tabulation and evaluation of its key symbols and themes in order to ascertain its meaning and probable effects” (WEBSTER apud KRIPPENDORFF, 2004, p. XVII).</p>
<b>Krippendorff</b>	<p>“Content analysis is a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their uses” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 18).</p>

**Quadro I - Definições de análise de conteúdo**

A possível equivalência entre as propriedades de objetividade e sistematicidade (Berelson) e a de validade e replicabilidade (Krippendorff) demarca uma das características mais acentuadas da AC: uma técnica de pesquisa que exige a explicitação de todos os procedimentos utilizados (VALA, 1986). O rigor estaria presente tanto na quantificação quanto nas orientações qualitativas, por exemplo, na construção de categorias que conduzem os movimentos do investigador no manuseio do *corpus*, do material empírico, traduzidos em textos ou imagens.

No conjunto, essas definições podem ser agrupadas em três modalidades: as que assumem o conteúdo como inerente ao texto, tal como defende Berelson, e permanecem restritas aos aspectos quantitativos e aos conteúdos manifestos, justificando, assim, o destaque aos procedimentos de sistematização, replicabilidade e validação; aquelas que definem a AC como inferências sobre as circunstâncias ou as fontes do texto analisado; e, por fim, as que se fundamentam na ideia de que o conteúdo emerge no processo em que o pesquisador analisa um texto e em um contexto particular. É o caso da etnografia em que o envolvimento do pesquisador é crucial na produção dos dados (KRIPPENDORFF, 2004).

Em síntese, a AC apresenta características emblemáticas relativas aos diferentes momentos de sua trajetória como técnica de tratamento de material textual e simbólico. Na visão de Krippendorff (2004), na contemporaneidade, as novas formulações conceituais estão mais orientadas empiricamente e acompanham as mudanças de uma sociedade marcada por uma “revolução” na informação e pelo crescimento fenomenal dos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, diante da evolução no conceito de comunicação e dos esforços de compreensão da cultura, a AC é desafiada a reelaborar as noções tradicionais de conteúdo, intenção e símbolos. Se antes o conceito de mensagem estava ligado à exploração retórica da linguagem, agora ele sinaliza um “feixe” de conteúdos que desafia os analistas ao entendimento de como a sociedade se reconhece em seus textos holograficamente reproduzidos nos computadores.

## **5. Aspectos operacionais da análise de conteúdo**

Algumas propriedades da AC são importantes para introduzir a abordagem de sua operacionalização. São quatro: a objetividade (segue regras preestabelecidas, claras e precisas); a sistematicidade (o conteúdo deve ser inserido ou organizado a partir de uma trama de categorias construídas

tendo em vista o objeto, o problema da pesquisa); a dimensão quantitativa (destaca os elementos recorrentes e significativos para calcular as frequências, permitindo o tratamento estatístico na análise de textos); e a dimensão qualitativa (identifica presença ou ausência de temas, significados, tipos, qualidades, distinções, etc.; valoriza o inusitado e o sujeito).

Segundo Vala (1986), a operacionalização da AC envolve um conjunto de indagações que podem ser agrupadas em três direções analíticas: a análise de ocorrências, ou seja, de frequência de determinados objetos (o inventário e a quantificação de certas palavras, símbolos, temas, etc.); a análise avaliativa, voltada para as características e os atributos associados aos objetos (dimensão ancorada em um sistema de valores); e a análise associativa, que envolve associação e dissociação entre diferentes objetos (a estrutura de relações entre os objetos aciona o sistema de pensamento da fonte).

Trata-se, portanto, de uma ferramenta de pesquisa que possibilita compreender e explicar opiniões, condutas, ações (individuais e sociais), apreendidas em um contexto de dados, textuais e/ou simbólicos. Ela permite ir além das meras impressões ao substituir as conclusões impressionistas, mesmo aquelas satisfatórias e convincentes, por procedimentos padronizados, sistemáticos e objetivos, tendendo à quantificação, convertendo materiais brutos em dados passíveis de tratamento científico.

### 5.1 As etapas de uma análise de conteúdo

Como qualquer outra técnica de investigação empírica, a AC integra um contexto de pesquisa no qual se estabelece a delimitação dos objetivos, a construção do objeto e a definição do quadro conceitual. Tendo sempre como referências as questões teórico-metodológicas norteadoras da investigação, o passo seguinte é a constituição do *corpus* da análise (conjunto de material a ser submetido aos procedimentos analíticos), que pode incorporar dados produzidos pelo pesquisador por meio de entrevistas, questionários, história de vida, etc. ou dados já existentes e disponíveis, como documentos, matérias de jornal, artigos, etc. A construção de um *corpus* já envolve procedimentos sistemáticos de escolha e seleção dos textos: os critérios de ordem quantitativa pedem recursos da estatística, amostras aleatórias, cumprindo algumas exigências, tais como representatividade, tamanho da amostra e unidade entre amostragem e codificação; e os critérios de ordem qualitativa, não dependentes do recurso à amostra-

gem, podem se basear, inclusive, no caráter exemplar da fonte. Nesse caso, a maior interferência do arbítrio e da sensibilidade do pesquisador não exclui a atenção à diversidade e heterogeneidade das fontes e à pertinência teórica (VALA, 1986; BAUER, 2002).

A triagem do material deve ser orientada por alguns critérios: relevância (garante a importância do material, o que pode ser aferido pelo acréscimo proporcionado ao *corpus*), homogeneidade (materiais distintos não podem ser misturados sob o risco de comprometer a validade do sistema de codificação) e sincronicidade (assegura a dimensão histórica à seleção ao delimitar a coleta de material em um ciclo de desenvolvimento de um tema) (BAUER; AARTS, 2002).

Além disso, a coleta de dados que está na base da construção de um *corpus* não é apenas um momento de acúmulo de informações, mas também uma oportunidade de reformulação de hipóteses, de surgimento de novas pistas e de reposicionamento da subjetividade do pesquisador (CARDOSO, 1986), uma vez que a significação da palavra ou imagem, além de inerente à sua própria natureza, influencia-se pela natureza e interesse do emissor e do receptor (STONE, 1977). Um *corpus* não é, portanto, rigidamente definido; ele constitui-se em um sistema aberto, organizado, que permite acréscimos, ajustes e correções em função de novas tendências e de padrões em mudança, ou mesmo para compensar possíveis vieses identificados no decorrer da análise (KRIPPENDORFF, 2004).

Um critério utilizado para a verificação do “equilíbrio”, da suficiência de um *corpus* é a chamada “exaustão” ou “saturação” – o ponto em que os esforços adicionais ao selecionar material já não acrescentam novas categorias. Segundo Bauer e Aarts (2002), a construção de um *corpus* não se guia pela quantidade de material, mas pela abrangência de tipificações dentro das categorias de análise. Sempre que as novas buscas apenas avolumam as classificações já estabelecidas, sem acrescentar ou alterar a interpretação da natureza do conteúdo, o tamanho ideal ou necessário do *corpus* já foi alcançado.

Um dos momentos mais importantes nesse percurso é a construção de um sistema de categorias, o que pode ocorrer de três maneiras: ser previamente estabelecido, em sintonia com o referencial teórico-metodológico; emergir, *a posteriori*, do conteúdo coletado; ou surgir da combinação dos dois processos anteriores (VALA, 1986).

## 5.2 A escolha das categorias de análise

A escolha das categorias (as rubricas significativas em função das quais o conteúdo será classificado, quantificado e interpretado) pode ocorrer antes ou após a produção dos dados. Trata-se de uma tarefa complexa em qualquer análise de conteúdo, pois é ela que permite a organização dos dados. A codificação/classificação do material empírico, agora agrupado em categorias, é o procedimento essencial da análise de conteúdo, pois demarca o elo entre os objetivos da pesquisa e os seus resultados. Na pesquisa acadêmica, o referencial de codificação constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa e guia a análise e interpretação dos conteúdos provenientes de diversas fontes: entrevistas, documentos, imagens, sons e textos (BAUER, 2002).

O objeto da pesquisa pauta a escolha ou a definição do que deve ser quantificado e/ou interpretado. Todavia são vários os percursos para a construção de categorias. Elas definem-se a partir do domínio da área do conhecimento em que se insere a pesquisa ou no momento da construção do objeto, o que envolve a definição do quadro teórico de partida e a formulação das hipóteses ou das questões norteadoras da investigação. As categorias podem surgir de um trabalho exploratório sobre o material a ser analisado, inspiradas ou instigadas pelo conteúdo, naquele momento da leitura flutuante do material que compõe o *corpus* da pesquisa, mas sempre em consonância com a problemática teórica. A análise de conteúdo deve permitir o aparecimento de variáveis e fatores de influência ignorados no início dos trabalhos, pois os elementos ausentes podem ser significativos. Isso demarca um duplo movimento: as categorias são aplicadas ao material empírico ou podem ser derivadas dele.

No caso da AC, as categorias são fundamentais para se entender o discurso, uma vez que a linguagem não obedece unicamente aos ditames da lógica formal, mas a um mecanismo de pensamento que inclui convenções e símbolos, aspectos racionais e irracionais, conscientes e inconscientes, além de interesses e sentimentos. Decifrar o código que organiza esses aspectos exige outro código – as categorias (o código do analista construído com o objetivo de permitir acesso aos códigos dos produtores do discurso analisado) (VALA, 1986).

Para Hogenraad (1984 apud VALA, 1986, p. 110), a categoria é um “certo número de sinais da linguagem que representam uma variável na teoria do analista”. “Nesse sentido, uma categoria é habitualmente composta por um termo-chave que indica a significação central do conceito

que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito” (VALA, 1986, p. 110-111). O enquadramento de um segmento de texto em uma categoria depende da presença de indicadores relativos a ela.

A qualidade da análise dependerá do valor ou da legitimidade das categorias. Semelhante ao momento de triagem dos dados, a escolha delas deve seguir alguns critérios: a garantia da exaustão (todas as unidades de registro devem ser enquadradas em alguma categoria); a exclusividade (a mesma unidade de registro só pode pertencer a uma categoria); homogeneidade (não misturar “coisas” diferentes em uma mesma categoria); objetividade (características claras, de modo a permitir seu uso por diferentes analistas em um mesmo texto); e pertinência (adequação aos objetivos perseguidos e ao conteúdo tratado). A pertinência pressupõe também a adaptação das categorias ao quadro de referência que permeia o texto ou a situação (BARDIN, 2004).

As categorias fazem a mediação entre a teoria e os dados, servindo de base para a fixação das inferências. A citação a seguir, extraída do livro *Content analysis in communication research*, é longa, mas clara e concisa na demarcação da importância do sistema de categoria nas operacionalizações da AC.

A análise de conteúdo tem êxito ou fracassa a partir de suas categorias. Estudos particulares têm sido produtivos na medida em que as categorias tenham sido claramente formuladas e bem ajustadas ao problema e ao conteúdo. Os estudos de análise de conteúdo realizados em bases falhas ou corretas, mas sem uma formulação clara dos problemas a serem investigados e com categorias fixadas sem precisão ou imperfeitamente articuladas, estão fadados à baixa qualidade enquanto produções de pesquisa. Ainda que seja necessário um desempenho competente em outras fases do processo analítico, a formulação e a definição de categorias adequadas assumem uma importância fundamental. Uma vez que as categorias contêm a substância da investigação, uma análise de conteúdo não pode ser melhor do que o seu sistema de categorias (BERELSON, 1952, p. 147 apud STONE, 1977, p. 322).

Recomenda-se evitar algumas armadilhas, tais como: um esquema de análise muito rígido desde o início, o que impedirá a apreensão da complexidade do conteúdo; um esquema superficial ignorando o conteúdo

do latente; categorias muito detalhadas e muito numerosas, reproduzindo quase todo o texto (a ansiedade de não perder nada); e categorias muito “toscas”, “grosseiras”, que não permitem a distinção dos elementos reagrupados sob sua rubrica.

Se, do ponto de vista do valor substantivo e da qualidade, a definição das categorias é um dos momentos críticos da operacionalização da AC, a escolha das unidades e sua identificação/registro parecem mais uma questão de ordem técnica. Porém, sem elas não há como explorar o *corpus* da pesquisa.

### 5.3 As unidades de análise

Uma das propriedades da AC é justamente a decomposição/fragmentação dos textos em função de um sistema de classificação e codificação predefinido, explicitando-se a lógica de encadeamento das ideias em um dado discurso (BARDIN, 2004). A escolha das ideias e das palavras “recortadas” é conduzida pelo objetivo da pesquisa ou pela questão investigada. Para Bardin (2004), as unidades de análise dividem-se em unidades de registros, unidades de enumeração e unidades de contexto. Mayring (2000) diferencia as seguintes unidades analíticas na AC: a “unidade de codificação” refere-se ao menor elemento – a parte mínima do texto que pode ser enquadrada em uma categoria; a “unidade contextual”, ao maior elemento que pode ser enquadrado em uma categoria; e a “unidade analítica” define quais trechos serão analisados e em que sequência.

A unidade de registro é o segmento de conteúdo que vai ser enquadrado nas categorias; podem ser palavras (menor unidade), temas (fragmento significativo correspondente à ideia que recobre uma das categorias), itens (corresponde a um conteúdo total, um livro, um filme, um discurso) e personagens (pessoas a serem classificadas segundo determinados indicadores) (BARDIN, 2004; FRANCO, 2008). Outra referência no assunto, Krippendorff (2004) delimitou quatro tipos de unidades de amostragem e de registros: as unidades físicas (livros, cartas, filmes, etc.), as unidades sintáticas (a mais simples seriam as palavras, os capítulos em um livro, os artigos em um jornal, etc.), as unidades proposicionais (núcleos lógicos de frases; as proposições mais complexas podem ser reorganizadas em forma mais simples como sujeito/verbo/objeto) e as unidades temáticas ou semânticas (características dos textos que resultam do juízo humano, por exemplo, as cartas podem ser classificadas como pessoais,

comerciais, etc.; os filmes como aventura, drama, comédia, etc.).

A unidade de numeração refere-se à forma de contagem, de medição das partes, o número de linhas, por exemplo, ou a quantidade de centímetros quadrados em um artigo de jornal. Enquanto a unidade de registro indica a forma de decompor o conteúdo (elemento significativo), a unidade de numeração implica na forma de medir esses diversos fragmentos.

A unidade de contexto é mais sutil e flexível do que a unidade de registro e, em geral, não se ampara em quantificação rigorosa. Trata-se de segmento mais amplo de conteúdo que permite a análise e a interpretação dos dados codificados. As unidades de contexto permitem contextualizar o resultado produzido pela decomposição do texto em unidades de registro e de numeração. Obtidas por meio do recurso a dados exteriores ao texto, por exemplo, o perfil socioeconômico dos entrevistados, elas nutrem o percurso analítico facilitando a compreensão dos significados dos itens registrados e codificados (BARDIN, 2004; FRANCO, 2008; VALA, 1986).

#### *5.4 A inferência como recurso analítico*

Segundo Vala (1986), a finalidade da AC é produzir inferências lógicas e explícitas sobre mensagens que foram “inventariadas e sistematizadas”, mas essas inferências podem ocorrer a partir da fonte, da situação em que se produziu o texto e do receptor ou destinatário da mensagem. As condições para proceder à análise de conteúdo, segundo o referido autor, envolvem as seguintes operações: os dados já estão dissociados da fonte e das condições em que foram produzidas; o analista enquadra esses dados em outro contexto (aquele demarcado pelo objeto/problema da pesquisa); as inferências a partir dos dados são feitas com base em um “sistema de conceitos analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência”.

Ou seja, o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (VALA, 1986, p. 104).

A inferência, definida como “operação lógica pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 2004, p. 34), é, portanto, o recurso mental que garante à AC o caráter de uma “hermenêutica controlada” que permite a conciliação entre duas orientações: “a verificação prudente e a interpretação brilhante” (BARDIN, 2004, p. 25). A operação mental que produz a AC demanda a atenção às várias interpretações de uma expressão, considerando-se sempre os contextos em que o conteúdo foi produzido e analisado. Ainda segundo Bardin (2004, p. 34, grifos da autora): “A intenção da análise de conteúdo é a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*”. A primeira etapa é a descrição analítica das características do texto; a seguinte remete à interpretação – à significação que o analista atribui a essas características. A inferência permite essa passagem do nível descritivo do primeiro momento de tratamento dos textos, em que o foco está na estocagem e na indexação dos dados, para o nível da interpretação, que extrai das descrições prévias a carga de significados psicológicos e culturais ou individuais e sociais.

Assim, não se justificaria a associação da AC a uma mera taxonomia limitada às dimensões mensuráveis dos discursos, análise exclusivamente descritiva, uma vez que a inferência pode levar a conhecimentos que extrapolam o conteúdo manifesto das mensagens e que estão associados a outros elementos, incluindo as condições de produção de tais conteúdos (FRANCO, 2008).

Ultrapassar esta fronteira entre a dimensão descritiva e a interpretativa coloca ao analista o desafio de “estabelecer correspondências entre as estruturas semânticas ou linguísticas (o plano sincrônico ou horizontal da superfície dos textos) e as estruturas psicológicas ou sociológicas (fatores localizados num plano diacrônico ou vertical que determinam as características encontradas nos textos)” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p. 38).

A constatação de que interpretação nunca está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram alimentou as controvérsias envolvendo o risco de se elevar a tensão entre a desejada objetividade do conhecimento científico e a subjetividade do pesquisador. Reconhecer, porém, a impossibilidade de afastar o objeto da ancoragem subjetiva em que ele se funda não significa admitir a invasão da reflexão por um subjetivismo descontrolado, mas sim admitir a natureza intersubjetiva da relação pesquisador-informante e o peso do caráter dis-

tintivamente valorativo da ciência social, na qual persiste “uma relação simbiótica entre descrição e avaliação. As próprias descrições dos objetos de estudo têm implicações ideológicas” (ALEXANDER, 1987, p. 8).

O quadro a seguir sintetiza as operações básicas (realizadas não necessariamente nesta sequência) para o desenvolvimento de uma pesquisa em que a análise de conteúdo se aplica na organização/tratamento do material empírico.

<b>Antecedentes</b>	Delimitação dos objetivos da pesquisa e do quadro de referências conceituais: a construção de um problema e sua contextualização teórica.
<b>Constituição de um <i>corpus</i></b>	Escolha ou produção dos documentos/materiais a serem analisados.
<b>Exploração do material</b>	Leitura dos documentos/materiais; Definição do referencial de codificação; Decomposição em unidades de análise; Agregação das unidades em temas e/ou categorias (categorização).
<b>Tratamento dos resultados obtidos – a interpretação</b>	Elaboração de quadros, diagramas, figuras e modelos com a apresentação dos resultados; Resultados submetidos a provas de validação; Proposição de inferências e interpretações.

**Quadro II- As etapas da análise de conteúdo**

Fonte: Bardín (2004); Vala (1986).

## 6. Insuficiências da análise de conteúdo

Não se pretende resumir e muito menos dialogar com as polêmicas suscitadas pela AC e desencadeadas a partir de diversas orientações teórico-metodológicas, embora se reconheça a importância de tal empreendimento. No entanto, alguns aspectos “problemáticos” dessa ferramenta de pesquisa merecem ser destacados.

Um ponto crítico sempre lembrado seria a incapacidade da AC de propor um quadro comum aos dois níveis do discurso – a forma e o conteúdo – e de estabelecer modos para evitar que o codificador interfira

na atribuição de sentido ao texto (VALA, 1986, p. 102). Questiona-se a análise de conteúdo no que diz respeito a sua capacidade de ser objetiva e de assegurar resultados independentemente do instrumento de medida, pois convém reduzir ao máximo as diferenças entre os pontos de vista dos analistas. A dificuldade instaura-se quando se trata de uma análise de tipo mais qualitativo, em que se busca identificar intenções latentes e vale mais a presença ou a ausência de determinado elemento do que a sua frequência.

O desafio posto é atingir tanto uma “leitura válida e generalizável” dos enunciados como a “descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens” (BARDIN, 2004, p. 25) e o desvendamento de mecanismos não perceptíveis de imediato (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). Em síntese, a análise de conteúdo oferece recursos para além da “ilusão da transparência” – as crenças relativas à superioridade dos traços aparentes na caracterização dos fenômenos sociais. Ela cumpre tanto a função heurística de enriquecer a exploração do material empírico e de levar a descobertas quanto a função de “administração da prova”, ou seja, pode ser a prova que confirma hipóteses ou questões e afirmações provisórias (BARDIN, 2004).

De outro vetor epistemológico, a crítica mira a própria concepção de texto presente em várias definições e versões da AC que se propõem a equipar o analista contra as “armadilhas da superfície lingüística” e a possibilitar, por meio da atitude interpretativa, o acesso aos sentidos embutidos nos textos e a outros registros, como o psicológico e o sociológico. O resgate do conteúdo do texto, tendo em vista ultrapassar a aparência expressa na materialidade lingüística, remete o pesquisador a outro patamar de análise: o contexto histórico, as condições psicológicas e sociológicas que circunscrevem a produção dos textos analisados (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006).

Em que pese a incorporação da unidade de contexto como um momento analítico, criticou-se as insuficiências da AC, como o fez Michel Pêcheux (1969), que colocou em dúvida a validade de um instrumento científico descolado de uma reflexão sobre a construção de um objeto de investigação, portanto, de uma elaboração teórico-conceitual. Não se trata de incorporar ao escopo analítico o contexto material e institucional do discurso, tal como ocorre quando se inclui a “unidade de contexto” na *dé-marche* analítica; na formulação de Pêcheux, uma das noções fundadoras da análise do discurso é a de “condições de produção” do discurso, que remete às representações imaginárias inerentes aos discursos, informadas pelas ideologias (PÊCHEUX, 1969, p. 16).

Em geral, essas críticas são também dirigidas às várias modalidades de pesquisa qualitativa. Um dos principais alvos é a “falta de representatividade” e a “generalização selvagem”, uma vez que, na definição dos limites do contexto empírico (o universo da análise), a representatividade estatística tende a ser substituída pela “representatividade social”, para a qual valem os conceitos de diversidade (contemplar a heterogeneidade dos sujeitos ou fenômenos) e a “saturação empírica” (os dados acrescentados não trazem novas informações) (GUERRA, 2006).

Encarada a AC como uma técnica, não seria pertinente apenas arrolar os questionamentos sobre a sua legitimação, pois isoladamente uma técnica não é a garantia da cientificidade e da credibilidade dos resultados. A questão levantada por vários autores, entre eles Bauer, Gaskell e Allum (2002), é a dificuldade de se avaliar a qualidade e a veracidade de pesquisas ancoradas em métodos que utilizam pouca formalização, tornando-os vulneráveis às críticas de não assegurarem a representatividade do corpo empírico da pesquisa e de facilitarem o processo de “generalização selvagem” das explicações produzidas. No terreno da pesquisa social qualitativa, a AC é uma das poucas técnicas cujo nível de formalização é significativo, o que lhe confere a propriedade de “hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (BARDIN, 2004, p. 7). A atitude interpretativa não se descola de processos técnicos de validação, e a “verificação prudente” não exclui a “interpretação brilhante” (BARDIN, 2004, p. 25).

A partir de outra vertente crítica, as vulnerabilidades da AC estariam relacionadas ao contexto em que se desenvolveu. O apelo ao rigor científico, em nome do qual se invocavam a quantificação, a objetividade e a neutralidade do conhecimento, alimentou a sua associação com as correntes positivistas (FRANCO, 2008). A consolidação da AC como ferramenta científica, na primeira metade do século XX, ocorreu no contexto de “americanização das ciências sociais”, que teriam passado a ser designadas ciências do comportamento – uma forma de escapar à incômoda associação entre ciências sociais e socialismo (FARR, 1998 apud ROCHA; DEUSDARÁ, 2006). Ao tomar a língua como comportamento a ser observado, a AC teria contribuído para sustentar “um hiato bastante acentuado (e, claro, artificial) entre categorias como *individual* e *social*” bem como “a afirmação de certo individualismo cujas origens podem ser localizadas numa concepção cartesiana subjacente ao estabelecimento de duas ordens de ciência: as ciências referentes à mente e as referentes à matéria” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006, p. 42).

Todavia, para Rocha e Deusdará (2005, 2006), essa é uma linha de

argumentação cujo aprofundamento demandaria um debate sobre as diferentes opções no trabalho com as práticas linguageiras. Sempre cabe questionar os limites e as razões das escolhas de certos procedimentos teóricos e metodológicos: em que medida ou em que grau as opções feitas contribuem ou não para explicitar as implicações do pesquisador com um campo de investigações que desafia a sua capacidade de análise tanto da linguagem quanto do contexto em que esta se desenrola?

E, por fim, o que é uma pesquisa científica senão um processo de fragmentação/decomposição dos dados numéricos, enunciados e narrativas que, após serem categorizados, analisados, conceituados, são reintegrados de uma nova maneira em outro texto, outra narrativa, agora o texto/narrativa do pesquisador, chamado de trabalho científico?

## **7. Comentários finais**

Despojada de qualquer intenção de hierarquizar métodos quantitativos, “objetivos e científicos”, e métodos qualitativos, “subjetivos e impressionistas” (MINAYO, 2007), a abordagem proposta neste ensaio assumiu a análise de conteúdo como um híbrido que serve aos propósitos de tratamento quantitativo e qualitativo dos dados. Como técnica de pesquisa, associa-se a diferentes orientações metodológicas, o que pode ser visto positivamente por alguns e criticamente por outros. Exemplo desse ecletismo é ilustrado por algumas definições de AC: ora se enfatiza o conteúdo manifesto, demarcando a sua aplicação a objetivos descritivos e classificatórios, ora se destaca a inferência, que permite passar da descrição (decomposição dos dados e a busca das relações entre as partes decompostas) à interpretação (compreensão dos sentidos, dos significados).

Incorporada aos métodos qualitativos, a AC pressupõe e realiza os postulados do paradigma interpretativo, como: a resistência à “naturalização” do mundo social; a relevância do conceito de mundo da vida; a passagem da observação à compreensão; e a dupla hermenêutica, a do senso comum e a da explicação científica. Nesse empreendimento, a linguagem não é uma apenas uma forma de expressão, mas também uma forma de produção e reprodução do mundo social (GIALDINO, 2009).

Sem pretensão de obter alguma conclusão, resta finalizar este ensaio com alguns comentários (im)pertinentes. A antiga discussão lançada por Mills (1982) a respeito do suposto “fetichismo do método e da técnica” e da (falta de) imaginação sociológica reconfigura-se diante de uma situação em que as questões metodológicas estão cada vez mais ausentes dos

debates e da produção acadêmica. E isso sem a contrapartida da liberação da imaginação criativa e rebelde, capaz de lançar novas questões de pesquisa e descortinar novos ângulos de análise da realidade.

É muito expressiva a carência de reflexões sobre as vocações metodológicas e sobre a *making of* das pesquisas empíricas qualitativas na produção das ciências sociais no Brasil. As resenhas bibliográficas priorizam os aspectos substantivos dos estudos, reservando pouca atenção aos aspectos metodológicos e aos procedimentos de campo. Um levantamento feito no banco de teses de algumas universidades indica a forte presença da análise de conteúdo como ferramenta de tratamentos de dados textuais, no entanto pouco ou quase nada se refletiu sobre a contribuição e os limites dessa técnica para a pesquisa empírica no campo das ciências humanas.

### Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 8.

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 2.

BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-36.

BERELSON, Bernard. **Content analysis in communication research**. Glencoe: The Free Press, 1952.

BERELSON, Bernard; LAZARSELD, Paul Felix. **The analysis of communication content**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos de campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

COLLINS, Randall. Micro-translation as a theory building strategy. In: KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron (Org.). **Advances in social theory and methodology**. Towards an integration of micro and macro-sociology. London: Routledge and Kegan Paul, 1981. p. 81-108.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introduction. Entering the field of qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. p. 1-32.

DOUGLAS, Jack D. Understanding everyday life. In: DOUGLAS, Jack D. (Org.). **Understanding everyday life: toward the reconstructions of sociological knowledge**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970. cap. 1.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008. (Série Pesquisa, v. 6).

GIALDINO, Irene Vasilachis de. Los fundamentos ontológicos y epistemológicos de la investigación cualitativa. **Forum: Qualitative Social Research**, Berlin, v. 10, n. 2, Art. 30, mayo 2009. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1299/2778>>. Acesso em: 6 fev. 2010.

GIDDENS, Anthony. **As novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: 2007. p. 79-108.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. cap. 6.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo** – Sentidos e formas de uso. Cascais: Edição Príncipe, 2006.

KNORR-CETINA, Karin. Introduction. The micro-sociological challenge of macro-sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron (Org.). **Advances in social theory and methodology**. Towards an integration of micro and macro-sociology. London: Routledge and Kegan Paul, 1981. p. 1-47.

KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron (Org.). **Advances in social theory and methodology**. Towards an integration of micro and macro-sociology. London: Routledge and Kegan Paul, 1981.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction on its methodology**. 2. ed. London: Sage Publications, 2004.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LASSWELL, Harold. **Propaganda technique in the World War**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd., 1927.

MAYRING, Philipp. Qualitative content analysis. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 1, n. 2, Art. 20, June 2000. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1089>>. Acesso em: 6 fev. 2010.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: 2007. p. 9-29.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: o lingüístico e seu entorno. **DELTA**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-52, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502006000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502006000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 6 fev. 2010.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7, n. 2, p. 305-322, jul./dez. 2005. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2005000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 fev. 2010.

RODRIGUES, Andréa Leite; MORIN, Estelle; STREHLAU, Suzane. A imagem de executivos na mídia: um estudo com jornais de Québec. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares. As metodologias informacionais: um novo padrão de trabalho científico para as sociologias do século XXI? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 16-19, jan./jun. 2001.

SILVERMAN, David. **Interpreting qualitative data: methods for analysing talk, test and interaction**. Londres: Sage Publications, 1995.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 17-39.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 41-61.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Sonia Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: apropriações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 63-92.

STONE, Phillip J. A análise de conteúdo da mensagem. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 315-332.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Org.). **Metodologia das ciências sociais**. Lisboa: Afrontamento, 1986. p. 101-128.

WALSH, David. "Sociology and social world". In: FILMER, Paul et al. **New directions in sociological theory**. Londres: Collier-Macmillan Publisher, 1973. p. 15-35.





# ERGOLOGIA: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA O TRABALHO HUMANO

*Mônica de Fatima Bianco*<sup>50</sup>

## 1. Introdução

**E**ste capítulo trata da analítica de trabalhos realizados sob o foco da abordagem Ergológica, passando, rapidamente, por alguns pontos importantes da Ergonomia da Atividade e resgatando, de forma breve, aspectos históricos. Busca-se tratar dos princípios ético-epistemológicos que regem a analítica dos trabalhos feitos sob esse enfoque e articular esses princípios a exemplos de práticas de pesquisa realizadas no sudeste do Brasil.

Nesse processo, salientamos a importância do contexto organizacional, não apenas interno à organização, que é influenciado por aspectos socioeconômicos e culturais da sociedade em que ela se insere e por aspectos mais globais, relacionados ao ambiente em que a organização compete ou com o qual se relaciona para atingir os fins propostos.

Estudar o trabalho com foco na atividade não é tarefa fácil. Não obstante, pretendemos enfatizar a complexidade que integra abordagens como a Ergológica e mostrar as vantagens que pesquisas com esse enfoque podem trazer para as organizações – ao menos àquelas com espaços mais democráticos de trabalho ou que queiram desenvolver algum tipo de diálogo sobre o trabalho, visando à possibilidade de transformação do espaço. Nessa abordagem, o ganho é medido também com foco no ser humano, acreditando nos desdobramentos da valorização deste como forma de atrair dividendos à empresa – principalmente àquelas com fins lucrativos, onde os espaços são culturalmente mais hierarquizados e de negociação mais restrita –, que passa a agregar a esse contexto o ponto de vista do trabalho humano e as contribuições que possam dele advir para a transformação dos espaços organizacionais.

Tomamos como base o principal pensador dos princípios ergológicos, o filósofo premiado Yves Schwartz, e alguns de seus interlocutores mais fiéis em reflexão e pesquisa, sem nos esquecer das contribuições importantes de renomados pesquisadores, como Alan Wisner, que deu reconhecimento à Ergonomia da Atividade, alicerce para o desdobramento

---

50 Departamento de Administração UFES.

dos princípios da Ergologia.

A discussão desses princípios está de certa forma costurada no texto com elementos conceituais importantes da Ergonomia da Atividade, e o que é relevante, em nossa opinião, é a tentativa de abrir o campo de debate do uso de tais princípios de pesquisa – não ignorando o seu ponto de vista ético-epistemológico e metodológico e toda a complexidade que traz para a ação em pesquisa – e, ao mesmo tempo, abrir espaço para tal discussão numa área de pesquisa aplicada como é a Administração. Esta, por sua vez, visa à eficiência e à eficácia organizacional, sujeitando os diferentes “elementos” do sistema – humanos ou não – à mesma lógica. O que estamos dizendo é que trazer o ponto de vista do trabalho para o debate enriquece a discussão e permite novas formas de diálogo para aqueles já inseridos nessa lógica da eficácia, a partir do momento em que, no trabalho, começam a compartilhar dos objetivos prescritos para as suas tarefas.

## 2. Histórico

Os trabalhos de Ombredane e Favergé publicados sob o título *L'analyse du travail*, em 1955, são reconhecidos por Wisner (1955) como a origem da Análise Ergonômica do Trabalho desenvolvida pela escola francesa de Ergonomia. Essa origem relaciona-se a uma ruptura com a tradição científica clássica – cujos modelos teóricos determinam a apreensão da realidade, elegendo-se, a partir daí, o terreno em que se situa o trabalho real como fonte dos problemas concretos a serem compreendidos e resolvidos pela ciência (REENCONTRAR, 2009).

A Ergonomia da Atividade influenciou o desenvolvimento da Ergonomia no Brasil. Nos países europeus de língua francesa, a Ergonomia já se desenvolvera desde meados dos anos 60 e, no Brasil, foi difundida por Alain Wisner a partir da década de 70, graças à formação de mestres e doutores e por meio de seminários científicos (DANIELLOU, 2004; FIGUEIREDO et al., 2004). A sua base, “compreender o trabalho para transformá-lo”, e sua proposta teórico-metodológica e prática de resolver e tratar os problemas das condições de trabalho exigia um engajamento social, que obteve eco entre os pesquisadores brasileiros, que buscaram assegurar uma participação mais efetiva dos trabalhadores em todas as etapas do processo de intervenção, incluindo aí as análises (DANIELLOU, 2004).

Para que não haja uma “tecnicização” da Ergonomia, e sim uma ênfase na perspectiva da Ergonomia da Atividade no meio acadêmico brasileiro, é necessário o esforço individual de professores e pesquisadores

dispersos em vários departamentos e faculdades, “que insistem em reconhecer o trabalho humano em todas as suas dimensões como objeto de pesquisa e de ação” (DANIELLOU, 2004, p. XII). É por meio desse esforço de continuidade das pesquisas e ações que, desde meados dos anos 90, esses mesmos pesquisadores têm contato com uma nova vertente de estudos do trabalho, fundada com base na Ergonomia da Atividade, a Ergologia. A última não nega a primeira, mas cria uma concepção própria de teoria e ação. Seu principal pensador e difusor do conhecimento é o filósofo Yves Schwartz, cujos estudos iniciaram-se em países de língua francesa e hoje estão difundidos por vários outros, incluindo os de língua portuguesa, entre eles o Brasil.

O Departamento de Ergologia da Université de Provence, institucionalizado em 1997, originou-se nos anos de 1983-1984, a partir do trabalho desenvolvido pelos professores Yves Schwartz, Daniel Faïta e Bernard Vuillon no Centre d'Épistémologie et d'Ergologie Comparative (CEPERC), onde se desenvolveu o dispositivo de Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho (APST). De lá para cá, várias pesquisas e intervenções foram desenvolvidas a partir de diversos parceiros institucionais públicos e privados. Além da França, o Departamento colabora com grupos de pesquisa na Itália, em Portugal, no Canadá, na Argélia, em Moçambique e no Brasil (REENCONTRAR, 2009).

Conforme apresentado, a base para a ação ergológica se dá num campo inter ou multidisciplinar, fundada num grupo de pesquisadores com diversas formações, que propõem a APST. Ou seja, o olhar de pesquisadores de diferentes áreas se agrega para entender a complexidade do trabalho humano em atividade, com vistas a transformá-lo.

No Brasil, os estudiosos com base na Ergonomia da Atividade/Ergologia distribuem-se pelo país em diferentes instituições de ensino e pesquisa. Suas formações são diversas, e, através delas, eles mantêm contato com essas vertentes nos estudos de pós-graduação, incorporando aspectos da área a qual pertencem nas suas práticas de trabalho voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão (FIGUEIREDO et al., 2004).

A Rede Franco-lusófona Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento agrega diversos desses estudiosos e simpatizantes nas atividades de discussão científica que promove. Pelo menos quatorze instituições de ensino e pesquisa diferentes estão diretamente envolvidas e reúnem pesquisadores de diferentes departamentos e áreas do conhecimento, como viu-sena realização da II Jornada da Rede, em Minas Gerais, no ano de 2009.

### 3. Fundamentação

A Ergonomia é a propedêutica da Ergologia (FIGUEIREDO et al., 2004), logo pensar na analítica e prática da Ergologia significa partir de concepções ergonômicas para o entendimento do trabalho. Uma das noções mais importantes é sobre a atividade de trabalho, ou seja, a maneira como os resultados são obtidos e como os meios são utilizados na realidade do trabalho (GUÉRIN et al., 2001). Qualquer menção ao que possa ser antecipado remete à noção de tarefa.

Se pensarmos num operador, a tarefa determina e constrange sua atividade, no entanto ela é indispensável para que ele possa operar, pois o autoriza a trabalhar (GUÉRIN et al., 2001). No entanto, o que há de mais caro à Ergologia é que o trabalho é uma forma específica de atividade, a atividade humana, que permite o re-criar permanente.

Para a Ergonomia, o trabalho apresenta um caráter duplo, pessoal e socioeconômico, os quais a Ergologia vai retrabalhar e conceituar conforme o seu interesse teórico e epistemológico. Ao se analisar o trabalho, haverá

o confronto com a singularidade de uma pessoa, que no ato profissional, põe em jogo toda a sua vida pessoal (história, experiência profissional e vida extra-profissional) e social (experiência na empresa, identidade e reconhecimento profissional) (GUÉRIN et al., 2001, p. 17).

No entanto essa singularidade defronta-se com uma gestão socioeconômica por parte da empresa que busca determinar o uso social da população de trabalhadores (GUÉRIN et al., 2001). Quer dizer, há para a Ergologia um debate de normas, entre aquelas que se quer impor em função das suas próprias normas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003).

#### 3.1 A dimensão pessoal e social do trabalho

Em análise do trabalho, os traços pessoais têm uma função informativa importante. O operador não parte de uma “página em branco”, “habitualmente ele lê o traço da atividade de seus colegas no ‘objeto’ que recebe, e deixa nele a marca de seu próprio trabalho” (GUÉRIN et al., 2001, p. 18); para Guérin e outros, realiza-se uma “obra” (*ergon*), sinal da habilidade, personalidade, etc. daquele que a produziu. Mas, para a Ergologia, essa marca é uma escolha, que se dá no debate de normas do que se passa no

micro da atividade com o macro – das políticas econômicas, do serviço público, em matéria de emprego, por exemplo. Todas as escolhas feitas no nível micro do trabalho são gestão do debate de normas que ali ocorre (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003).

### *3.2 Uma analítica do trabalho e seus objetivos*

Compreender o trabalho para transformar. É nessa concepção que ambas as vertentes de estudo – Ergonomia e Ergologia – se apoiam. Isso implica uma leitura crítica do funcionamento da empresa, que tem “como ponto de partida a maneira pela qual os operadores efetivamente realizam o trabalho que lhes foi confiado. Essa leitura específica interroga as que são realizadas a partir de outros pontos de vista presentes na empresa” (GUÉRIN et al., 2001, p. 37).

A finalidade da análise do trabalho é interpelar o “governo do trabalho”. Ao se colocar do lado do trabalho, o analista interpela os processos de decisão, de concepção, de organização, de formação, ou seja, os diferentes domínios que caracterizam o governo do trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003). Significa introduzir uma visão do lado geralmente negligenciado nas empresas.

Em termos de método, trata-se de uma abordagem teórica e prática que permite um contínuo ir e vir entre a atividade de trabalho e o conjunto de seus determinantes. Só assim se revela progressivamente o funcionamento da empresa em tudo que é útil à sua compreensão do ponto de vista da atividade de trabalho (GUÉRIN et al., 2001, p. 38).

Logo, a observação é parte inerente à atividade do analista, pesquisador. Essa observação não será jamais passiva, porque o trabalhador precisa ser incitado a falar da realização do seu trabalho para que possa por si só tomar consciência do que realmente faz. Toda análise se dá num “encontro” da atividade de trabalho.

### *3.3 Explorando melhor a concepção dessa analítica*

Não há independência da vida no trabalho em relação à vida pessoal; há, sim, um todo indissociável, cujas partes se comunicam. Também

“não se pode inferir o valor de uma mudança para os indivíduos mesmo que ela seja percebida socialmente e politicamente como positiva”; deve-se levar em conta a leitura das contrapartidas negociadas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 33, tradução nossa). Logo a analítica do trabalho deve ponderar o que é singular e social, ao mesmo tempo, tornando-se complexa. Não basta caracterizar o trabalho em si, “para entender é preciso contextualizar, quer dizer fazer a relação com os elementos mais gerais” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 40, tradução nossa) do econômico, comercial, financeiro, etc.

É impossível abordar uma situação qualquer de trabalho ignorando os problemas de eficácia, produtividade, rentabilidade, etc., quer dizer, as dimensões colocadas em evidência pela abordagem econômica do funcionamento da empresa. Elas devem estar em debate na empresa, assim como a carga de trabalho, o entorno coletivo ou as estratégias de antecipação (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003). Na prescrição do trabalho está o social; no trabalho real está o encontro com os desvios da atividade de trabalho, desvios esses que são irredutíveis. Logo “trabalhar é gerir as variabilidades” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 80, tradução nossa).

Para a Ergologia, “todo ato de trabalho, mesmo o mais simples, é pautado no uso de si por si e esse uso é absolutamente singular” e “é pautado no uso de si por si, mas é também uso de si pelos outros”, pois a dimensão social do trabalho é evocada (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 54, tradução nossa).

Analisar o trabalho é investigar a situação na qual a atividade se inscreve. A partir disso, aparece a dialética do uso de si por si (do seu corpo, da sua inteligência, da sua história, da sua sensibilidade, de seus gostos) e do uso de si pelos outros, ou seja, da faceta coletiva do trabalho que o autoriza e o enquadra – “normas antecedentes”; o individual e o coletivo estão conjugados (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003). No entanto, para a Ergologia, é caro entender que há o re-centrar das suas próprias normas; o ser vivo adapta-se ao seu meio ao realizar a atividade de trabalho. Esse confronto de normas que se dá num momento particular denomina-se “dramáticas do uso de si no trabalho” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003).

Introduzir esse debate de normas na empresa é parte da analítica, pois, ao evidenciar, reconhecer as situações reais de trabalho e sua interface com os aspectos mais gerais, abre-se o campo para as negociações; as bases dos compromissos a aceitar poderão ser debatidas tendo em vista contribuir para a transformação das situações de trabalho. A ideia é im-

plantar condições éticas, sociais, institucionais, etc. que favoreçam o confronto dos pontos de vista sobre o trabalho (GUÉRIN et al., 2001).

Da ordem epistemológica ou da ordem ética ou das duas, dizemos: os conceitos são necessários, mesmo que neutralizem a atividade, porque antecipam fundamentalmente as situações de trabalho; ao mesmo tempo, eles são a maneira que as pessoas, ao se apropriar desses conceitos, têm de saber que sua atividade é um desvio parcial do conceito – o que é importante para que saibam aquilo que fazem (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 139, tradução nossa).

Quer dizer, há um modelo pressuposto de humanidade no trabalho, tendo em vista que na atividade, as pessoas vão estar inseridas num debate de normas – na dialética do que é antecipado pelos saberes e do que está em permanente re-criação na atividade (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003).

#### **4. A prática, colocando os princípios em ação**

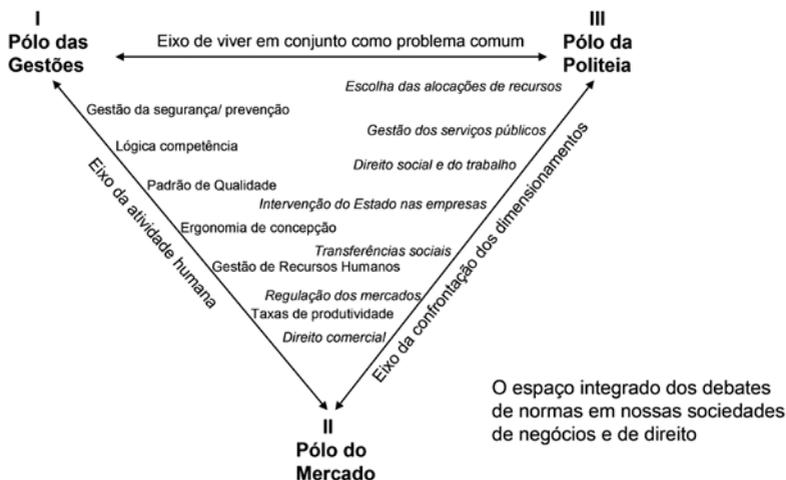
Pensando em prática e resultados dessa abordagem, precisamos discutir o dispositivo dinâmico a três polos. Na visão de Schwartz, o primeiro efeito da abordagem ergológica numa organização é: trabalhar e refletir sobre o trabalho com aqueles que são os protagonistas da atividade. A proposição analítica é de um esquema simples que pode ser enriquecido, que traz a ideia de um espaço tripolar (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003). Assim:

Polo I – da gestão: as dramáticas do uso de si nas situações de trabalho; as dramáticas da atividade e do debate de normas.

Polo II – do mercado: ordenado pelos valores quantitativos, mensuráveis e mercadológicos; os valores sem dimensão subordinados aos valores mercadológicos.

Polo III – da politeia, do direito, das instituições, ordenado pelos valores “sem dimensão”; do campo da política, dos ideais de democracia sobre o “bem comum”; os valores mercadológicos teoricamente subordinados aos valores sem dimensão.

A articulação entre esses polos está ilustrada pela Figura 1, a seguir:



**Fig. 1. O Espaço Tripolar**

Fonte: Adaptado de Schwartz e Durrive (2003, p. 248).

## Esse dispositivo

é a consequência da integração progressiva da noção de atividade na tentativa de compreender-se “quem faz a história”? E como, dadas as condições, inscrever-se de maneira positiva e ativa nessa história enquanto ela se faz? Há um esforço para se fazer, produzir, criar, etc. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 260, tradução nossa).

Ou seja, esse é um dispositivo de trabalho cooperativo, do qual dependem os saberes e os conceitos. A história é atravessada pelo que denominamos normas antecedentes,

nas quais se cristalizam os saberes, conceitos, regras e normas de todos os gêneros; ao mesmo tempo, esses saberes estão numa relação dialética que não é simples: se os saberes codificados, acadêmicos permitem antecipar as situações de vida e atividade, ao contrário, a atividade se esvai na criação parcial das normas e do meio, produto das configurações, das inventividades que o saber *a posteriori* deverá recuperar (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 261, tradução nossa).

Segundo Schwartz e Durrive, haverá o confronto sistemático dos polos em um determinado contexto social. Do polo II com o III, das entidades coletivas (III) com o intermédio das leis de venda e uso da força de trabalho (II), por exemplo; do polo I e II, do prescrito, antecipado, e do real, inventivo; também do I com o III, sou trabalhador, mas também sou cidadão, inserido numa sociedade de direito e sou perpassado por valores. Assim, cada polo é individualizado, mas, ao mesmo tempo, dois deles juntos podem se opor a um terceiro; por exemplo, os polos II e III unidos por meio das normas antecedentes constituídas confrontando-se com o polo I da atividade, das dramáticas do uso de si, das singularidades.

Conforme dito anteriormente, poder enxergar o dispositivo tripolar e permitir que, nas análises das situações de trabalho, a visão do trabalhador em atividade transpareça pela emergência de saberes já é um avanço na perspectiva da transformação que a abordagem ergológica oferece para os espaços organizacionais.

Reconhecer que o triângulo é instável e, principalmente, que essa instabilidade se dá pela presença do polo I, por meio do confronto dialético e gerando tensões importantes, possibilita reintegrar a atividade lhe dando o seu lugar (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003). Há uma dimensão ética nisso tudo, de valorização do trabalho humano; pressupondo certo desconforto intelectual, esse pólo não se submete simplesmente ao polo dos saberes disponíveis e dá suporte a cooperação entre os saberes.

Um dos princípios usados na APST para entender o trabalho humano é o da autoconfrontação. O trabalhador não consegue colocar em palavras o que ele de fato faz no trabalho nem como recorre aos valores que o engajam no trabalho; assim, o uso de uma câmera pode ser útil nesta árdua tarefa de fazê-lo ver o que realmente faz e como. Ele pode explicar diante de uma câmera a maneira como procede à medida que vai respondendo às questões colocadas pelo pesquisador que observou o trabalho anteriormente visando fazer emergir o não visível. “O interlocutor é necessário para fazê-lo colocar em palavras o seu saber-fazer. É necessário fazê-lo ensinar o trabalho para ele mesmo o descobrir” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 56-57, tradução nossa). Descobrir, por exemplo,

os critérios utilizados para garantir a qualidade demandada, [que] permitem compreender melhor o que representa para os assalariados o discurso sobre a qualidade total que é normalmente inserido nas empresas pela alta gestão e que os impele a fazer mais do que eles podem (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 57, tradução nossa).

Todo ato de trabalho é arbitrado por um si: “o corpo si”; somos parte do mundo vivo, permeado de comensurabilidades do que é ser humano, isto é, o si influenciado pelos conceitos da cultura, conceitos ligados à sociedade, às relações sociais, às regras, às normas, etc. Ou seja, “o si é inseparável deste movimento, da evolução da vida” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003, p. 197, tradução nossa). Ao mesmo tempo, o si é educado. Após o nascimento, inserido num universo de cultura diferente do seu meio, ele é atravessado por valores, histórias, conflitos e normas antagônicas. E, finalmente, ele é também psíquico, porque fica sujeito a normas, a regras e leis que podem afrontar o seu desejo, logo é uma história psíquica também (SCHWARTZ; DURRIVE, 2003). O que isso significa? Para Schwartz e Durrive, todo pequeno ato de trabalho, por menor que seja, é marcado por essas três dimensões do si.

Com tudo isso em mente, fomos em busca de um caminho para proceder às pesquisas no âmbito das organizações no Brasil (SOUZA; BIANCO, 2007); um conjunto de pesquisadores da Região Sudeste optou pela Cartografia, e, embora essa opção não tenha sido propriamente autorizada pelos idealizadores da Ergologia, está sendo colocada em prática por pesquisadores brasileiros, alguns da área de psicologia e outros da área de administração, principalmente.

Basear-se nos princípios da Ergologia e ir a campo em busca de dados de pesquisa nas organizações não é tarefa fácil, conforme as explicações contextuais já explicadas neste texto. Encontrar uma abertura para discutir as situações de trabalho sob o ponto de vista do trabalhador requer que, em princípio, as pesquisas sejam voluntárias – praticamente, elas são oferecidas às organizações sem nenhum custo, buscando de fato socializar os resultados obtidos com vistas à transformação do trabalho.

Com isso, procurou-se um caminho de investigação com base na Cartografia, interferindo-se nos espaços de trabalho, “observando” e conversando com os trabalhadores, com a autorização prescrita dos “gestores” organizacionais. Essa estratégia tenta driblar as dificuldades da pesquisa de campo, mantendo-se, no entanto, fiel aos princípios ergológicos.

#### *4.1 A interlocução prática defendida entre Ergologia-Cartografia*

Cabe-nos agora defender porque essa construção é pertinente. Evitar a postura de exterritorialidade é, sem dúvida, uma das mais importantes implicações metodológicas da Ergologia. A exterritorialidade ocorre quando pesquisadores creem que podem se distanciar das situações de

trabalho e apreender sua complexidade assumindo posturas isentas, uma “pseudoneutralidade que lhes daria autoridade para decretar os valores que vivem em seus semelhantes (atribuindo, geralmente, seu próprio ponto de vista)” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2001, p. 5, tradução nossa). Não há como captar os valores, a história, os sentimentos que se encontram nas situações de trabalho sem que o pesquisador esteja também envolvido nessa situação. Daí a pertinência da abordagem cartográfica para auxiliar na obtenção e análise dos dados (ALMEIDA; BIANCO, 2007).

A Cartografia busca, por meio do engendramento de pesquisador e situação, a construção do próprio processo de pesquisa, que, com o choque das duas realidades, implicam sucessivos e contínuos movimentos de desterritorialização e territorialização, dando voz ao mais intrínseco, aos afetos, permitindo que venham à tona valores, história e experiências. Em síntese, a Cartografia trata da compreensão das questões micropolíticas, que são aquelas que “[...] envolvem os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural, através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva” (ROLNIK, 2006, p. 11).

Na opinião da autora deste capítulo, o dispositivo de três polos de Schwartz e a postura cartográfica antes exposta se complementam, pois ambos conferem igual destaque à realidade que se cria no processo da pesquisa. O coengendramento que se dá entre pesquisador e pesquisados ocorre, sob um olhar ergológico, no terceiro polo, o polo das confrontações, não havendo, por isso, passividade, ou melhor, ela poderá até existir, mas como uma postura deliberada do sujeito em questão, de forma que coengendramento é também uso de si. Assim, **a Cartografia possibilita ao pesquisador apreender os três polos do dispositivo** citado, viabilizando uma leitura muito mais contextualizada e dinâmica dos processos de subjetivação, dando voz àqueles que habitualmente são esquecidos pela “gestão” (ALMEIDA; BIANCO, 2007).

Com isso, passamos a exemplificar como as pesquisas se processam com base nos princípios teórico-práticos em debate neste capítulo.

#### *4.2 A pesquisa em processo de construção – “em busca do real”*

O princípio inicial é desvencilhar-se de preconceitos, não somos donos da verdade; mesmo com todos os saberes teóricos, temos muito a aprender sobre a realidade do trabalho. O pesquisador se engendra no campo, mas não julga.

Outro ponto importante é a postura ética, o trabalhador sabe das intenções da pesquisa e deve reconhecer e perceber que o seu ponto de vista é parte integrante da analítica; será da interlocução dos saberes que se obterão os melhores resultados como meio de transformação.

Ficar próximo e observar é pouco; engendrar-se é compartilhar sentidos, dialogar com o trabalhador sob o ponto de vista da autoconfrontação, para que o trabalhador perceba e compreenda o que realmente faz e por que o faz, culminando em um processo de reconhecimento do seu próprio trabalho.

Nesse processo de realização da pesquisa, temos alguns exemplos de pesquisa com foco em administração a apresentar: uma pesquisa com trabalhadores de uma empresa pertencente à cadeia petrolífera e duas pesquisas com trabalhadores da saúde, mais especificamente agentes de saúde da família, ou agentes comunitários de saúde (ACS), que estavam atuando em duas realidades ou territórios distintos, num bairro classificado como de classe média e noutro periférico; a empresa e os bairros situam-se em uma mesma cidade do Sudeste brasileiro.

Todas as pesquisas seguem a abordagem qualitativa dos dados. Quais foram as estratégias de pesquisa utilizadas? Como se deu a pesquisa de campo? Que resultados se puderam perceber?

A primeira pesquisa foi realizada numa empresa de grande porte, pertencente a um grupo multinacional francês que atua na área de fabricação de tubos flexíveis para exploração de petróleo em regiões marítimas. A escolha deveu-se à facilidade de acesso dos pesquisadores à empresa, assim como à existência de demanda pelo estudo das situações de trabalho por parte de trabalhadores e gestores de determinado setor de produção dessa organização. O referido setor é responsável por uma etapa do processo de fabricação dos tubos flexíveis – a camada zeta – que confere ao tubo flexível resistência à pressão externa. Nesse setor, como em todos os outros da empresa, a prescrição estava muito presente em normas, instruções de trabalho e procedimentos operacionais rígidos (LIMA; BIANCO, 2009).

O relato a seguir será com base em Lima e Bianco (2009). O quadro funcional do setor em 2007 era composto de seis trabalhadores por turno, que atuavam em quatro turmas de revezamento, além de um líder de fabricação que trabalhava em horário administrativo. Todos os trabalhadores eram do sexo masculino, recebiam salário fixo, sem remuneração variável ou ganhos por produtividade. A maioria possuía curso técnico em mecânica ou estava o concluindo. Quanto à idade, havia um equilíbrio entre trabalhadores “antigos”, mais experientes (alguns com até 18 anos de

empresa na mesma função), e “novatos”, pois a empresa estava em processo de expansão.

Nessa pesquisa, inicialmente, a observação participante foi usada como método para a produção de “dados”, no sentido de, estando presente, buscar compreender o não visível no desenvolvimento das atividades de trabalho. Buscou-se “interagir” com os trabalhadores e o ambiente de trabalho, pois se entendia que, sendo o intuito “compreender” o trabalho, era preciso observá-lo onde ele ocorre, em contato com os trabalhadores, perguntando-lhes o que havia para fazer e como o faziam. Tendo como finalidade cobrir essas premissas, seguindo o rigor de um método, lançou-se mão de um período de aproximadamente quatro meses de imersão total dos pesquisadores junto aos trabalhadores. Nesse período, esteve-se presente na área estudada cerca de seis horas diárias, fazendo-se o acompanhamento *in loco* nos turnos matutino, vespertino e noturno e relatando-se os acontecimentos em um diário de campo, sempre considerando os fatos e as condições do ambiente, tanto objetivos quanto subjetivos.

Buscou-se ler todos os procedimentos operacionais em vigor, como normas de segurança e instruções de trabalho aplicadas ao setor estudado, bem como informações técnicas a respeito do processo em si, tentando apreender necessidades e variáveis operacionais aplicáveis às máquinas. O levantamento documental resultou na recolha de mais de 50 documentos referentes à prescrição das atividades, que foram lidos e interpretados. Tentou-se, através de atitudes, esclarecer o contexto e as condições nas quais os dados estavam sendo produzidos, confrontando o que, em tese, deveria ser feito com o que realmente era feito para evitar atribuir aos dados uma significação que não tinham.

Optou-se ainda por realizar atividades de validação e análise das percepções obtidas durante o período de acompanhamento. Para tanto, foram realizadas quatro reuniões, uma com cada turma, para discutir com o grupo as percepções que até aquele momento haviam sido produzidas e registradas.

Como forma de ampliação do conhecimento, fizeram-se entrevistas semiestruturadas e individuais com o líder de produção, três operadores chefes de processo, três operadores da máquina principal e dois operadores das máquinas auxiliares, totalizando nove entrevistas. Todas elas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Mais de 10 horas de gravação foram capturadas. Para análise dos dados, métodos indiretos de interpretação foram adotados, buscando-se compreender os sentidos que os trabalhadores dão, em suas falas, ao seu trabalho quando o explicam e

relatam o contexto de sua realização. Importante dizer que a opção metodológica influencia na análise e em como ela é apresentada para o leitor; buscou-se, na pesquisa em questão, valorizar o discurso dos sujeitos e as apreensões por eles singularizadas.

As constatações demonstraram que as situações que se apresentavam exigiam dos trabalhadores um esforço de aprendizado e adaptação, o que culminava na reconstrução da experiência adquirida no decurso de sua vida laboral e social. Ao se depararem com situações similares a outras anteriores, eles faziam uso de sua cognição, de suas experiências passadas, empregando o conhecimento adquirido para resolver ou evitar problemas presentes. Na verdade, é essa cognição, é esse conhecimento adquirido, que lhes possibilitava obter sucesso em suas atividades, pois “no final sempre tem aquele detalhe da experiência que você pega com o dia a dia e você usa isto e é isto que faz a diferença” (CLAYTON, operador chefe de processo).

Essas apreensões sobre o trabalho somente são possíveis numa pesquisa com base na concepção de valorização dos saberes práticos (primeiro polo) cujos meios (método) permitam essa aproximação com a realidade laboral, buscando-se estar ao lado dos trabalhadores para entender suas formas de engajamento, também denominadas coengendramento, em situações permeadas de valores e dramáticas em curso, nas atividades por eles geridas cotidianamente – no efetivo ato de trabalhar e experimentar. As reuniões de validação, nessa pesquisa, buscaram aproximar os trabalhadores das suas atividades de modo a trazer o conhecimento do observável para a reflexão desses sujeitos enquanto fazedores de história (LIMA; BIANCO, 2009).

As outras duas pesquisas estão descritas com base em Bianco, Almeida e Binda (2012). O caminho escolhido pelos pesquisadores para acompanhar os movimentos dos trabalhadores em seu contexto real de trabalho foi a postura cartográfica e a análise a partir do método do estudo de caso. Os princípios teóricos utilizados foram os da Ergologia. Pretendeu-se, com isso, reforçar o quão apropriada parece ser a abordagem cartográfica para a Ergologia, e vice-versa. Ambas pressupõem o envolvimento do pesquisador na realidade a ser pesquisada (cartografada). Além disso, tanto o objeto da Ergologia – as situações de trabalho – quanto a questão da micropolítica para a Cartografia requerem a busca pelo não explícito, pelas representações e valores contidos nas entrelinhas de gestos, falas, pausas, silêncios, sorrisos, ironias, exigindo sensibilidade e, sobretudo, isenção de quaisquer preconceitos. Pode-se arriscar dizer que, assim como a Cartografia, a Ergologia também é amoral, pois nenhuma das duas

deseja mostrar o certo ou o errado, conceber modelos ou buscar *best ways*.

Ferramenta indispensável para o processo de Cartografia é o diário de campo. Nele, foram registradas, na pesquisa em questão, não só as percepções sobre a atividade de trabalho, mas também todas as informações correlatas ao tema da pesquisa, sendo elas obtidas no convívio com agentes de saúde e demais profissionais da ESF (Estratégia de Saúde da Família) que não estavam na equipe selecionada. Trata-se de um coletivo de dados preenchido com as impressões, sensações, informações e fatos captados pelos pesquisadores.

O quadro a seguir ilustra de forma comparativa dados sobre o território das Unidades de Saúde da Família (USFs) pesquisadas, naquela ocasião. Pesquisaram-se a USF Jardim da Penha (bairro de classe média), no período de 2006 a 2007, e, depois, a USF Ilha das Caieiras (bairro periférico), em 2008.

<b>Critério de comparação</b>	<b>USF Jardim da Penha</b>	<b>USF Ilha das Caieiras</b>
População total do território	30.000	10.000
Famílias cadastradas	11.000	2.250
Equipes de Saúde da Família	05	03
Microáreas	31	13
Agentes comunitárias de saúde	27	11

**Quadro 1 – Comparativo entre os territórios da USF Jardim da Penha e da USF Ilha das Caieiras**

*Fonte:* Dados informados pelas USFs, extraídos do DATASUS.

Em alguns momentos da pesquisa, foi possível perceber como o contexto sociocultural influenciava as práticas dos trabalhadores das USFs pesquisadas. Foram essas as marcas das atividades que se tentou trazer à tona por meio das descrições do cotidiano de trabalho desses profissionais.

O primeiro passo na pesquisa da USF Jardim da Penha foi a entrevista com o diretor da unidade. Outro ponto que merece destaque relaciona-se à formação das ACSs. Por exigência do Ministério da Saúde, os agentes comunitários de saúde devem morar na microárea em que atuam. Assim, por se tratar de um bairro de classe média, é plausível que a maioria deles

pertença a essa classe, o que fundamenta a seguinte constatação: o requisito para ser ACS é ter concluído, ao menos, o ensino fundamental, mas muitas das ACSs acompanhadas reportaram ter o nível médio completo. Essa característica, um tanto quanto positiva para a atuação, pôde ser verificada nas conversas diárias e entrevistas, pois sempre expunham suas ideias de forma clara, bem fundamentadas em informações técnicas que, segundo elas, recebem nos cursos que fazem.

Esteve muito presente o elemento renormalização, como fuga ao prescrito. Nas visitas, foi possível perceber como as ACSs estão sempre extrapolando as prescrições de suas funções, seja ouvindo por vários minutos os desabaços dos cidadãos visitados, seja atuando como realizadoras de triagem do sistema, ao conseguirem exames e consultas mais rápidos, entrega de remédios em domicílio, atendimento psicológico para os moradores que elas acham que precisam e outras “exceções”.

De forma comparativa, acompanhar o percurso das ACSs da Ilha das Caieiras na sua atividade de trabalho apresentou alguns desafios que tentaremos relatar a seguir. Foram meses de acompanhamento, em que os pesquisadores subiram e desceram os morros da região.

O primeiro contato com a USF foi através do gestor, porém ele recebe um tratamento diferente daquele constatado pela pesquisa feita na USF Jardim da Penha. O gestor da USF Ilha das Caieiras ficava numa pequena sala improvisada de divisórias na varanda superior do prédio. Passava a maior parte do tempo ali, não conversava muito com os profissionais da unidade, tampouco com os usuários do sistema de saúde que a frequentam.

Um fato interessante a ser citado é o rompimento da prescrição do horário de trabalho das ACSs dessa unidade. Segundo normas da USF, elas deveriam voltar das visitas domiciliares antes do almoço, bater o ponto e, após uma hora, retornar à unidade para bater o ponto novamente e realizar as visitas do período da tarde. Porém, como o território da USF é geograficamente marcado por morros e becos, e cada ACS é responsável por uma microárea com aproximadamente duzentas famílias, devendo visitar todas pelo menos uma vez por mês, elas perceberam que era inviável cumprir a meta tendo que fazer esse movimento de bater o ponto quatro vezes por dia. A partir de reivindicação delas, abriu-se a possibilidade de registrarem apenas a entrada, pela manhã, e a saída, no final do expediente.

No que diz respeito ao nível de instrução da população atendida pela USF, são pessoas de escolaridade muito baixa. A maioria não completou o ensino fundamental e muitos não sabem ler. Isso influencia fortemente o trabalho das ACSs, pois, quando elas precisam ensinar ao usuário a

posologia correta de um medicamento, se o paciente não souber ler, elas precisam “forjar” uma maneira de explicar qual remédio tomar em qual horário. Para isso, elas fazem “uso de si” e desenham (a mão ou no computador) uma tabelinha com figuras que ilustrem os períodos do dia visando diminuir os problemas causados pela ingestão incorreta.

Um outro aspecto interessante de ser relatado, observado na USF Ilha das Caieiras, é “o lugar” que a população atribui ao saber do ACS. Pôde-se acompanhar essa relação em algumas situações. Alguns usuários, por exemplo, só entram em consultas ou só recebem médicos e enfermeiros em casa na presença da “sua” ACS.

A ideia central das pesquisas foi valorizar os aspectos da gestão do trabalho dos ACSs atuantes em dois contextos distintos de um mesmo ramo de atividade e de regras de trabalho prescritas por um polo – o da episteme. Esse polo é afastado das diferentes realidades estudadas, que por si só já se apresentam como renormalizadoras do trabalho das agentes, em virtude da geografia e das formas de territorialização dos espaços.

No tocante às questões do serviço de saúde, as situações em campo demonstram como o meio exige, impõe coerções, nunca absolutas, mas capazes de requisitar usos de si um tanto quanto diferentes, visto que os bairros apresentam características antagônicas em certos aspectos. Todavia, mesmo em contextos díspares, evidenciamos que a ESF está alicerçada nos ACSs, pois eles são “a porta de entrada” do sistema, em suma, os produtores de vínculo, em ambos os bairros.

A Ergologia traz a noção de trabalho como espaço de transformação, o que é detectável no processo de verbalização do saber fazer das agentes, que criam o que a norma não prescreve e recriam o que a prescrição, de fato, não prevê e não conhece da situação real, porque jamais é capaz de antecipá-la. Nas lacunas, emergem os valores e as diferentes formas de engajamento no trabalho.

## **5. Considerações finais**

Com essa discussão da analítica do trabalho com base na Ergologia, procuramos evidenciar a importância de conhecer e valorizar o singular na gestão do trabalho nas organizações, sendo elas de cunho público ou privado, visando ou não o lucro.

Quando os detentores do saber formal passam a qualificar-se como gestores do trabalho, devem reconhecer que isso significa “gerir a gestão do trabalho” (LIMA; BIANCO, 2009), pois é no campo das microdecisões que

se estabelece a gestão do cotidiano do trabalho que se quer administrar.

Sob o ponto de vista ético e epistemológico, ter reconhecimento por esse trabalho requer a abertura para uma gestão mais democrática e participativa, na qual, de fato, os saberes sejam valorizados como agentes propulsores do bem comum, tornando-os aliados no processo de transformação das situações de trabalho de modo que todos se beneficiem dos espaços transformados, ou seja, as organizações serão mais salutares e a valorização do que há de humano no trabalho será mais um aspecto a favor do desenvolvimento pautado na ética do bem-estar social.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, H. C. D.; BIANCO, M. F. Estratégia de Saúde da Família: uma contribuição da análise ergológica à administração. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007.

BIANCO, M. F.; ALMEIDA, H. C. D.; BINDA, J. Análise do trabalho numa perspectiva singular de gestão: um estudo em diferentes Unidades de Saúde da Família. In: FERNANDES, S. C.; GOMES, E. D. B. F. (Org.). **Tecnologias de gestão e subjetividades**: por uma abordagem multidisciplinar. Vitória: Edufes, 2012. v. III, p. 341-367.

DANIELLOU, F. (Org.). **A Ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

DURRIVE, L; SCHWARTZ, Y. **Proposition de vocabulaire ergologique**. 2001. Disponível em:<<http://www.ergologie.com>>. Acesso em: 27 nov. 2006.

FIGUEIREDO, M. et al. (Org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

GUÉRIN, F. et al. (Org.). **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

LIMA, E. L. N.; BIANCO, M. F. Análise de situações de trabalho: gestão e os usos de si dos trabalhadores de uma empresa do ramo petrolífero. **Cadernos EBAPE.BR**, v. VII, p. 8-26, 2009.

REENCONTRAR a atividade humana para repensar o conceito de desenvolvimento: as experiências locais em debate. In: II JORNADA REDE FRANCO-LUSÓFONA ERGOLOGIA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO, 2009, Belo Horizonte. [Documento].

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Travail & Ergologie**: entretiens sur l'activité humaine. Toulouse: Octarès, 2003. (Collection Travail & Activité Humaine).

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F. A Ergologia – uma alternativa analítica para os estudos organizacionais brasileiros sobre o trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE ESTUDOS DO TRABALHO. **Anais...** Montevideú: Alast, 2007. v. 4, n. 1, p. 22-35.

WISNER, A. **Réflexions sur l'ergonomie, 1962-1995**. Toulouse: Octarès, 1995.

Este impresso foi composto utilizando-se as famílias  
tipográficas Minion Pro e Legacy Serif.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada  
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.





Há uma carência nos estudos organizacionais brasileiros de livros que abordem exclusivamente metodologias qualitativas como meio de pesquisa. Além desse fato, faz-se necessário trazer à tona formas qualitativas que estejam mais antenadas com as demandas contemporâneas de pesquisa. É exatamente para cobrir essas lacunas que este livro foi organizado. Com ele, objetiva-se abordar metodologias e analíticas de pesquisa que sejam mais contemporâneas e estejam interligadas com as necessidades que o mundo organizacional impõe a pesquisadores e alunos no desenvolvimento de suas pesquisas, teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de graduação.

Vale ressaltar que este estudo não se dedica apenas a alunos e pesquisadores dos cursos de administração. A própria diversidade de formação existente entre os autores dos capítulos deste livro revela que ele se estende para além das fronteiras organizacionais. Desejamos que o leitor possa encontrar aqui um melhor entendimento das abordagens apresentadas e que isso se possa refletir na qualidade de seu trabalho.

